

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO: 61 N° 87 2001

ISSN: 0020-3890

Revista do IGHMB

Ano 61 – Nº 87 – 2001

Publicação Oficial do

Instituto de Geografia e História Militar
do

Brasil

Fundada em 1940

DIRETOR

Coronel de Art e EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

REDATOR

Coronel de Eng e EM Virgílio da Veiga

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Casa Histórica de Deodoro

Praça da República, 197

Rio de Janeiro, RJ, 20211-350

BRASIL

Tel/Fax: (55-21) 2221-0467

REVISÃO

Lucia Regina Rodrigues Bimbi

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL

SoftImage Assessoria Empresarial

Tel/Fax: (21) 2572-3111

IMPRESSÃO

SERMOGRAF – Artes Gráficas e Editora Ltda.

Tel/Fax: (24) 2237-3769

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados autor e fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser digitados no formato A4 (210mm x 297mm), com margens de 25mm (usar apenas um lado de cada folha A4), letras de 12 pontos e entrelinha dupla, acompanhados de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

PUBLICAÇÃO ANUAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

AS INSTITUIÇÕES MILITARES NO SÉCULO XXI:
A SUA MISSÃO EM FACE DOS CONFLITOS 5
Ricardo Vélez Rodrigues

GUERRA E PAZ: UMA DOCTRINA DE GUERRA 29
José Arthur Rios

AS GUERRAS FUTURAS 41
L. P. Macedo Carvalho

UMA VISÃO DA ATUALIDADE MUNDIAL,
REFLEXOS NO BRASIL E NA SUA
DEFESA MILITAR 51
Carlos de Meira Mattos

A TRAGÉDIA DO ORIENTE MÉDIO 57
Vasco Mariz

A CARTOGRAFIA DA COSTA BRASILEIRA
DE 1500 ATÉ NOSSOS DIAS 73
Hélio Leôncio Martins

A DEFINIÇÃO DO PERFIL TERRITORIAL DO BRASIL
E A ATUAÇÃO DOS GEÓGRAFOS MILITARES
NA DEMARCAÇÃO DE NOSSAS FRONTEIRAS 88
Juvenal Milton Engel

REVIVENDO GUARARAPES 99
Sérgio Roberto Dentino Morgado

ACORDOS INTERNACIONAIS LESIVOS AO BRASIL ... 109
Marcos Henrique Camillo Côrtes

REGIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA – A ALCA 124
João Paulo de Almeida Magalhães

PROFESSOR PEDRO CALMON MONIZ DE
BITTENCOURT – PATRONO DA CADEIRA 91 138
Carlos Patrício Freitas Pereira

OS NORTE-AMERICANOS NA SOMÁLIA 145
Sebastião José Ramos de Castro

DOCUMENTO 150

NOTÍCIAS 152

INFORMAÇÕES 161

IGHMB – SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2001 169

RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA – Ano 2001 .. 183

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Fundado em 7 de novembro de 1936

Órgão Consultivo Oficial da História Militar reconhecido pelo Governo Federal
(Decreto nº 27.512, de 28 de novembro de 1949 – DOU de 1º de dezembro de 1949)

Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro

(Lei 2.217, de 28 de agosto de 1973 – DO/RJ, de 30 de agosto de 1973)

Filiado à Comissão Internacional de História Militar

CGC 30278931/0001-17

DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2001-2002

PRESIDENTE

Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho

1ª VICE-PRESIDENTE

Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins

2ª VICE-PRESIDENTE

Coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves

1ª DIRETOR-SECRETÁRIO

General-de-Divisão Dr. Aureliano Pinto de Moura

2ª DIRETOR-SECRETÁRIO

Coronel Marco Antonio Cunha

1ª DIRETOR-FINANCEIRO

Tenente-Coronel (Int Aer) Alcyr Lintz Geraldo

2ª DIRETOR-FINANCEIRO

Economista Marcos Ribeiro Corrêa

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coronel Arivaldo Silveira Fontes

SUPLENTES

Engenheiro Cristóvão Dias de Ávila Pires Jr.

Professor Guilherme de Andrea Frota

Coronel Virgílio da Veiga

CONSELHO FISCAL

General-de-Exército Jonas de Moraes Correia Neto

General-de-Exército Pedro Luiz de Araújo Braga

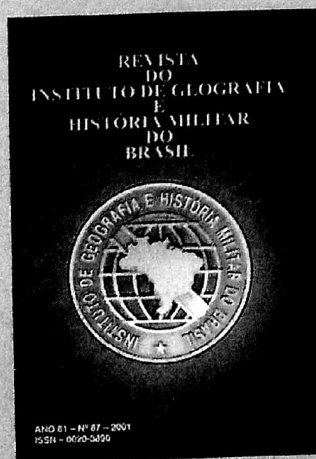
Almirante-de-Esquadra Arlindo Vianna Filho

SUPLENTES

General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos

General-de-Brigada Newton Bonumá dos Santos

Coronel Amerino Raposo Filho



NOSSA CAPA

Ilustra a 1ª capa o anverso do medalhão do IGHMB em ouro, sobre um fundo azul, cor heráldica que representa a sabedoria.

Editorial

Revisionismo Histórico

A História é êmulo do tempo, repositório de fatos, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir.

Cervantes, Dom Quixote

Cada vez que se verifica alguma mudança político-ideológica em uma sociedade, a sua consolidação vai buscar esteio na reavaliação da história dita oficial. O domínio do presente exige a reordenação do passado segundo a nova ótica adotada para começar a trabalhar o porvir. Liminarmente, define *o quê* recuperar ou destruir do acervo histórico e *o para quê* dessa recuperação. Desde tempos imemoriais a inquisição do passado, antes de ser científica, tem sido política. Procede-se à recuperação seletiva do passado, adequando-o aos interesses do presente para se alcançar os fins colimados. A reconstrução pragmática do passado é tão antiga quanto Clio ou a história do homem. Visa à dupla finalidade de sancionar o poder estabelecido e de impor às futuras gerações os seus princípios.

Trava-se, então, uma *guerra de posição* pelo controle da história, da mídia e, em geral, dos estamentos da sociedade capazes de influir na formação da opinião pública. As ações para controlar a opinião pública e assegurar a manutenção do poder político-ideológico revitalizam a imaginação histórica e criam versões contraditórias do passado.

Os autores incumbidos da reconstrução histórica não têm compromisso com a verdade nem com a autenticidade das fontes de que se valem para justificar o que se propõem demonstrar. Frequentemente, seus relatos visam a apagar tradições e

dar nova versão ao passado, apresentando falsos testemunhos e distorcendo ou omitindo fatos consagrados com o fito de fundamentar a interpretação própria e antagônica. Isso é obtido graças ao domínio que o grupo no poder exerce sobre os meios de comunicação social – se em passado não muito distante chegaram até a eliminar de fotografias imagens de pessoas que se tornaram indesejáveis a certos regimes, que poderá acontecer com as inovações e facilidades proporcionadas na era dos computadores?

Os protagonistas desse revisionismo redobram a procura de depoimentos que satisfaçam seus intentos e eliminem os contrários. Nos tempos em que se luta simultaneamente pelo presente e pelo passado, surge então a crítica histórica, centrada nos vultos tradicionais, cuja imagem irradia valores cultuados e representa símbolos aglutinadores de ideais, a fim de servir como instrumento de dominação.

O final do século XIX e o desenrolar do século XX foram tempos em que o passado deixou de ser uno e multiplicou-se sob inúmeros enfoques. A colisão entre diferentes versões do passado e projetos político-ideológicos ocasionou o aparecimento de interpretações distintas do acontecido, a exumação de supostas novas provas e o reavivamento de velhas contradições, ampliando as dimensões do histórico e as análises de fatos controversos.

Assim, o passado não é mais monopólio de cronistas e historiógrafos consagrados e transforma-se em reserva de caça de todos que disputam o poder, gerando um pluralismo de contestações em busca da lapidação da história segundo os interesses e conveniências dos grupos em choque.

Só o futuro dirá quem sairá vencedor desse conflito. Na *guerra de posição*, ao que tudo indica, deverá prevalecer o poder do conhecimento, da inteligência e da argumentação comprovada dos contendores, aliado à audácia e à determinação. Já assinalaram, com muita propriedade, que *não se governa sem história e historiadores*.

Como dizia Carlyle, o historiador inglês, em *On Heroes, Heroe-Worship and the Heroes in History* (1841), o herói revolucionário tem um papel trágico – precisa semear a anarquia e o conflito para destruir a antiga ordem e construir um mundo novo, em que um dia também sucumbirá.

As Instituições Militares no Século XXI: a sua missão em face dos conflitos

Ricardo Vélez Rodrigues*

Resumo: Análise das principais tendências de conflitos que se desenham no plano social neste começo de era. Perspectivas que os conflitos opõem à realização do ideal democrático e do desenvolvimento. Reflexos para as instituições militares quanto às suas missões.¹

Palavras-chave: Fundamentalismo, narcoterrorismo, patrimonialismo, neonazismo.

Não há rupturas radicais na história humana. Os processos de mudança, mesmo os mais ousados, anunciam-se nas tendências do presente. Assim aconteceu, por exemplo, com a Revolução Francesa, que pretendia ser uma ruptura definitiva com o fio da história, tendo dado ensejo, ao contrário, como todos sabemos, após as críticas análises de Tocqueville em *O Antigo Regime e a Revolução*,² a mais um capítulo da longa história do absolutismo, que constitui a nota característica das instituições da França desde o início da modernidade. Algo de muito semelhante aconteceu, no início do século XX,

com a Revolução Bolchevique na Rússia, que ensejou uma reedição do velho czarismo, o mais acabado modelo de patrimonialismo conhecido na Europa, como foi ilustrado detalhadamente por Karl Wittfogel, na sua clássica obra *O Despotismo Oriental*,³ e por Milovan Djilas, no livro intitulado *A Nova Classe*.⁴

Não farei aqui exercício de profetismo em relação às perspectivas que se descortinam para o Brasil no contexto internacional neste início de século, embora a ele seja a imaginação humana fortemente tentada em conjunturas muito significativas como o fim de um milênio. Pelo contrário, tratarei de desenhar um mapa das tendências que estão vigentes e que herdamos do século que

* Professor, Doutor em Sociologia. Sócio titular do IGHMB e do IHGB.

1 Conferência proferida em 20 de março de 2001, na abertura do ano sociocultural.

2 Tocqueville, 1989: 67-70.

3 Wittfogel, 1977.

4 Djilas, 1958.

ora finda. Partindo do pressuposto formulado no século XIX pelos liberais franceses⁵ no sentido de que a dupla tendência ao progresso e à democracia constitui, desde o século XIX, o pano de fundo da história de longo curso da civilização ocidental, colocarei a questão nos seguintes termos: quais são as perspectivas que se desenham para o mundo e para o Brasil, no terreno da completa realização do ideal democrático e da conquista do desenvolvimento, neste início de milênio?⁶ A indagação tem, aliás, fundamento na própria tradição militar brasileira, haja vista que *Democracia e Desenvolvimento* constituem dois dos objetivos nacionais permanentes, assinalados pela doutrina da Escola Superior de Guerra.

Pretendo mostrar que o principal obstáculo que se ergue contra a realização desse duplo ideal, na atual conjuntura brasileira e internacional, são os conflitos, os quais podem chegar a constituir uma espécie de muro intransponível, capaz de barrar o acesso ao gozo pleno da democracia e do desenvolvimento a amplas camadas da população, no nosso País e alhures, para não falar da exclusão de países inteiros, como acontece hoje no continente africano. Esse problema é sentido, de forma crescente, tanto no mundo desenvolvido quanto nos países em vias de desenvolvimento. Na França, por exemplo, constitui hoje preocupação central da sociedade, às voltas com minorias culturais agressivas, que não foram assimiladas pelo sistema sociocultural estabelecido. Algo semelhante ocorre na Alemanha

e nos Estados Unidos, sociedades abastadas que vêm com crescente preocupação a ascensão de grupos neonazistas, que pretendem excluir estrangeiros e minorias étnicas do convívio civilizado, ou nas quais aparecem com frequência, como no caso dos atiradores norte-americanos a esmo, indivíduos que pretendem aniquilar a sociedade à sua volta, que é enxergada unicamente como perigosa fonte de competição e instabilidade. No Brasil, os conflitos sociais, na versão irracional da violência que paira sobre nossas cabeças, constituem o pesadelo que assombra a todos, sem que consigamos enxergar uma saída confiável para o mal.

Esses conflitos, com o potencial de violência que nos assusta, têm contribuído em muito para baixar a qualidade de vida na nossa sociedade. Lembremos as palavras do velho filósofo inglês Thomas Hobbes, no *Leviatã*:

Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força, não há conhecimento da face da terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem

5 Madame de Staël, Royer Collard, Constant de Rebecque, François Guizot, Alexis de Tocqueville.

6 Cf. Staël, 1998: 28-29; Guizot, 1894: 3-64; Tocqueville, 1977.

letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, (prevalece) um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.⁷

Antes de particularizar as formas de conflito com que se defronta a nossa sociedade no contexto internacional, é necessário destacar um dado fundamental: o conflito não é apenas uma variável social. É, inicialmente, um dado antropológico que expõe a nossa herança genética, como lembra, com propriedade, Meira Penna:

O que a antropologia está revelando é o passado animalesco do homem, um caçador carnívoro cuja inteligência presumivelmente se desenvolveu durante centenas de milhares de anos de expedições coletivas para enfrentar animais maiores e mais ferozes. Um tal atavismo não é facilmente sobrepujado.⁸

Mas o conflito deita raízes ainda mais profundas na nossa essência humana. É, basicamente, uma tendência ontologicamente enraizada no íntimo da nossa natureza. Heráclito de Éfeso, um dos filósofos pré-socráticos, tinha caracterizado o homem como conflito (*pólemos*), no século VI a. C. Na mesma época, Parmênides lembrava que o ser humano é, na sua essência, como aliás os outros *entes* no mundo, ser e nada (*dokounta*), porquanto não possui o monopólio da existência.⁹ Pode ser e não ser. Pode, como no caso do feto que é eliminado após algumas semanas de vida, apenas ter uma precária existência uterina. A cer-

teza da nossa finitude, apreendida pela razão e não-aceita, constitui, no ser humano individual, a raiz ontológica do conflito. “Sereis como deuses”, teria dito a astuta serpente a Adão e Eva no paraíso. O cerne do pecado original seria essa não-aceitação da finitude humana. Pecado prometeico de soberba ou de *hybris*.

A filosofia ocidental mostrou um caminho construtivo para emergir da angústia da própria finitude: a partir de Sócrates, a meditação filosófica apresenta-se como *sofia* libertadora das angustiantes cadeias da nossa precariedade existencial. A Religião, desde as mais remotas épocas da história humana, já tinha aberto uma porta para dar vazão, no plano da crença, a essa problemática. A solução religiosa continua a ter plena validade e é interessante observar o renascer das diversas religiões neste início de milênio. Mas a Filosofia constituiu sempre a resposta, do ângulo racional, para a finitude. Na modernidade, os filósofos da cultura, após Pufendorf,¹⁰ tentaram definir os contornos desse *espaço humano* que nos abre caminho à perspectiva da imortalidade nas grandes criações do espírito, na aventura intelectual. Estão aí os imorredouros trabalhos de Platão, Aristóteles, Averróis, Santo Tomás de Aquino, Ockham, Descartes, Hume, Kant, Hegel, Scheler, Tobias Barreto, Vicente Ferreira da Silva, Miguel Reale e tantos outros. Somos pó, mas podemos aspirar às estrelas mediante o nosso conhecimento e a nossa grandeza moral. Sempre que a humanidade se distanciou dessa forma construtiva de lidar com a sua finitude, mergulhou no sem-sentido de

7 Hobbes, 1974: 80.

8 Penna, 2000: 6.

9 Cf. Souza, 1989: 47-138.

10 Cf. Hell, 1986: 24-46.

uma violência niilista. Não é por acaso que no *curto século XX*, para lembrar a expressão cunhada por Eric Hobsbawm [1995], após ter renunciado à transcendência religiosa e à transcendentalidade da criação cultural, o pensamento europeu entrou em parafuso existencial e proclamou, alto e bom som, a morte de Deus e do homem.

O homem encontrou também, na esfera produtiva, um caminho amplo para fazer deslanchar as suas energias e dar vazão aos conflitos gerados pela finitude. A agressividade humana pode muito bem se tornar criativa na empresa capitalista. A respeito, escrevia Lorde John Maynard Keynes:

A possibilidade de ganhar dinheiro e fazer fortuna pode orientar certas inclinações perigosas da natureza humana para caminhos onde elas se tornem relativamente inofensivas e, não sendo satisfeitas deste modo, possam elas buscar uma saída na crueldade, na desenfreada ambição de poder e de autoridade e ainda em outras formas de engrandecimento pessoal.¹¹

Outro caminho para a superação dos conflitos ensejados pela finitude humana foi constituído, já desde as origens da civilização, pela dominação do homem sobre o homem, que constitui a essência da política. Não é à toa que o máximo estudioso das formas de dominação, Max Weber, no seu ensaio intitulado *A Política como Vocação*, identificou o Estado como uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território.¹² O

Estado seria, assim, a expressão do conflito aceito e institucionalizado pelas comunidades humanas em todas as épocas.

Feita a ressalva antropológica que acaba de formular – e que nos poupa de buscar soluções fáceis à problemática em apreço, pois as raízes do conflito estão em nós –, é importante anotar que não se trata de banir os conflitos da face da terra, mas de saber administrá-los. Eles formam parte da nossa finitude. A filosofia liberal deixou isso muito claro, quando, a partir de Locke,¹³ passou a elaborar uma concepção da sociedade política como luta em prol da defesa dos interesses materiais do indivíduo. Na organização parlamentar pensada pelo pai do Liberalismo clássico, não se tratava de banir os conflitos entre as classes, mas de fazer com que se pudesse negociar entre elas, a fim de permitir o convívio de todos. A democracia representativa estruturou-se justamente como forma de permitir a negociação entre interesses materiais diferentes, organizados em partidos políticos, com representação nas duas casas do Parlamento.

Passarei a analisar as principais tendências conflituosas que se desenham, no plano social, neste começo da nova era que temos o privilégio de viver. Coloquemos novamente a questão enunciada atrás: quais são as perspectivas que os conflitos opõem a realização do ideal democrático e do desenvolvimento, no século que ora começa? Recordemos que no plano internacional os conflitos estão presentes entre as nações. Após o fim da Guerra Fria, a perspectiva dos conflitos diversificou-se até o ponto de alguns estudiosos falarem de uma simultâ-

11 Keynes, 1983: 254.

12 Weber, 1993: 98.

13 Cf. 1965: 361-394.

nea desideologização e banditização daqueles. O holocausto nuclear, que foi o risco mais forte sentido pela Humanidade no século XX, não aparece de imediato, no começo do Novo Milênio, como perigo iminente. O mundo se homogeneizou e os dois blocos que protagonizaram a Guerra Fria dissolveram-se no predomínio difuso da globalização capitalista.

Sete grandes tendências de conflitos desenham-se, a meu ver, no horizonte do mundo globalizado, neste início de século: 1) Fundamentalismo; 2) Narcoterrorismo; 3) Patrimonialismo; 4) Neonazismo, 5) Guerras pelos Recursos Naturais; 6) Guerrilhas Comerciais; e 7) Banditização dos Conflitos. Analisemo-las detalhadamente. Na parte final desta exposição, destacarei o papel que têm as Forças Armadas no Brasil em face desses reptos.

O FUNDAMENTALISMO

Não há dúvida de que o fundamentalismo será uma das causas mais relevantes de conflitos contra o convívio democrático e o desenvolvimento no século XXI. A essência dele é esta: só é aceita a forma purista de opção religiosa adotada pelos membros da seita radical; qualquer opção diferente deve ser aniquilada sem contemplações, pois é considerada um pecado imperdoável. No caso dos fundamentalistas islâmicos, a saída é a eliminação de quem se opuser, no seio do país, ao seu domínio absoluto. Isso aconteceu no Irã dos aiatolás, no totalitarismo fundamentalista dos talibãs no Afeganistão, ou no terrorismo deflagrado pelos xiitas no Oriente Médio e na Argélia.

No caso dos suicídios coletivos apregoados por seitas radicais, a auto-eliminação dos membros do grupo trata de impedir a sua contaminação com um mundo irremediavelmente perdido. Para o fundamentalista, só pode haver uma democracia válida: a da unanimidade ao redor do mesmo credo. Democracia pluralista é, portanto, uma contradição inaceitável.

Para mostrar a força que o fundamentalismo tem hodiernamente, podemos lembrar uma série de atos terroristas praticados por fanáticos pelo mundo afora, ao longo da última década. Por exemplo, o atentado de Oklahoma, nos Estados Unidos, perpetrado por extremistas *wasp* e que causou inúmeras vítimas civis; o atentado contra a sede da Sociedade Israelita em Buenos Aires, praticado por muçulmanos radicais; os suicídios coletivos patrocinados nos Estados Unidos e em países europeus por seitas milenaristas; os atentados contra embaixadas norte-americanas na África, ao longo de 1998, de autoria intelectual do fanático Bin Laden; os vários atentados praticados na França pelos ativistas muçulmanos da GIA; os atos terroristas deflagrados na Argélia contra a população civil pelos fundamentalistas islâmicos; o terrorismo dos fanáticos talibãs, de que é vítima a população do Afeganistão; a onda terrorista que sacudiu Moscou, patrocinada pelos nacionalistas chechenos e que deu ensejo à brutal onda repressiva do governo russo contra a população civil de Grosni e outras cidades da Chechênia; os atentados com gás sarin em Tóquio, provocados por fanáticos religiosos; o assassinato do premiê israelense Iszhak Rabin, perpetrado por um judeu ra-

dical; os constantes atos terroristas praticados em Israel por fundamentalistas islâmicos ou judeus ultra-ortodoxos, com a finalidade de fazer ruir o processo de paz (a eleição de Ariel Sharon revela, hoje, a força destes elementos reacionários); os inúmeros atentados cometidos por extremistas na Índia e no Paquistão etc.

O panorama não parece mudar, no sentido de um arrefecimento do fundamentalismo. O regime iraniano pode evoluir, caso fracasse a atual onda liberalizante, até formas de exercício do poder total. De outro lado, podem surgir novos governos radicais islâmicos, especialmente na Ásia e na África. O advento dos xiitas ao poder na Argélia, por exemplo, parece uma questão de tempo. O período de ditadura militar e o posterior processo de redemocratização têm retrasado, não eliminado o risco desse desfecho. Na América Latina, é previsível um crescimento do fundamentalismo islâmico no presente século, a partir do aumento da imigração de cidadãos do Oriente Médio para países como Brasil, Paraguai e Argentina. Por outro lado, é de se prever uma radicalização dos movimentos independentistas de inspiração islâmica nas antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central. A força com que Moscou tem castigado os rebeldes chechenos demonstra a preocupação dos russos perante essa alternativa. Nem os Estados Unidos parecem livres do fantasma fundamentalista no novo século, tanto do ponto de vista do radicalismo das seitas *wasp* quanto do ângulo do já tradicional fundamentalismo islâmico. A recente criação de uma polícia especializada em ações antiterroristas deixa claro que os nor-

te-americanos vêem essa questão com crescente preocupação – notadamente, se levarmos em consideração que terroristas possam ter acesso ao armamento nuclear ou a outros tipos de tecnologia de destruição em massa, como as armas químicas. O medo da Humanidade com esse tipo de ameaça certamente não se limita ao perigo representado por Saddam Hussein. O século XXI conhecerá, infelizmente, novas ameaças.

O NARCOTERRORISMO

Esta constitui a forma mais recente e mais latino-americana de conflito contra o convívio democrático e o equilibrado desenvolvimento das sociedades. O narcoterrorismo, na forma em que foi concebido e organizado por Pablo Escobar, na Colômbia da década de 1980, deflagrou uma guerra sem quartel contra todo aquele que se opusesse ao negócio da droga. Constitui o narcoterrorismo uma forma extremamente agressiva de patrimonialismo selvagem, que privatiza tudo em função da atividade criminosa. A sociedade civil, as instituições governamentais, o direito, a religião, tudo deve ser cooptado pela empresa do tráfico. O narcoterrorismo pressupõe uma estrutura rigorosamente piramidal do poder, estando na cúpula o chefe dos chefes, o *capo di tutti capi*. Mas, diferentemente da máfia italiana, deixa de ser uma organização familiar para constituir uma autêntica empresa multinacional, com rigorosa distribuição de funções e aplicação racional dos bilhões de dólares ganhos nas múltiplas transações. O narcoterrorismo é,

outrossim, uma máquina de guerra, com exércitos a seu serviço, como testemunha o atual conflito colombiano, em que a narcoguerrilha e os paramilitares cooptaram os barões da coca e da heroína. Os subversivos passaram a financiar as suas atividades criminosas com os bilhões de dólares que lucram com o comércio de estupefacientes. Os novos chefões colombianos são os comandantes das FARC/ELN e dos paramilitares.¹⁴

Para se ter uma idéia do perigo que essas organizações armadas representam na América do Sul, em relação ao convívio democrático e ao desenvolvimento, lembremos que o Presidente Pastrana entregou às FARC, no início de 1999, uma área equivalente a 40 mil quilômetros quadrados, situada no Centro/Sul do país. A partir dessa base territorial ampla, os guerrilheiros organizaram um Estado subversivo, hoje denominado de *República das Farc*, a partir do qual deflagram golpes violentos contra o resto do território colombiano, com a finalidade de alargar a sua área de dominação. Os serviços secretos norte-americanos estão realizando um rigoroso monitoramento desse novo “narco-Estado”. Parte desse trabalho de inteligência foi divulgado pelos jornalistas Steven Ambrus e Joe Contreras, da revista *Newsweek*.¹⁵ Saindo da zona de distensão, nome eufemístico dado por Pastrana ao “narco-Estado”, três mil guerrilheiros atacaram 13 cidades do Sul do país, na fronteira com a Venezuela e com o Brasil, no final de outubro e início de novembro

de 1999. *A República Independente das FARC* preocupa aos assessores de política internacional norte-americana, pois se trata “de um novo Estado fora-da-lei armado, perigoso e financiado com dinheiro da droga, deitando raízes no coração da América do Sul”. A zona desmilitarizada, consideram os jornalistas, “converteu-se numa fortaleza a partir da qual os 15 mil guerrilheiros das FARC podem lançar ataques ao longo do país, armados com mísseis terra-ar e com milhares de fuzis de assalto recém-comprados da antiga Alemanha Oriental, contando, outrossim, com a sua própria força aérea, pequena mas crescente”. Segundo um general colombiano, as FARC adquiriram pelo menos oito helicópteros, e fontes de inteligência informam que também compraram umas duas dúzias de mísseis terra-ar SAM-12. Essas mesmas fontes revelaram que os guerrilheiros contrataram assessores militares da Nicarágua e El Salvador, bem como terroristas chilenos e argentinos e especialistas em explosivos iranianos. O artigo da *Newsweek* termina assim: “Com 37 pistas de pouso à sua disposição dentro da zona desmilitarizada, os rebeldes oferecem agora um serviço de correio rápido que transporta cocaína processada a qualquer lugar do país.”

O Brasil entrou, infelizmente, no ciclo do narcotráfico da *República das FARC*. Mencionemos, em primeiro lugar, o trabalho de relações públicas que a narcoguerrilha realiza regularmente no nosso país, sem ser incomodada,¹⁶ como ficou patente na rápida libertação pela Justiça do ex-padre representante das FARC em Foz do Igua-

14 Cf. Vélez, 2000a; 2000b; Guillermpietro, 2000a;2000b.

15 Ambrus;Contreras, 1999.

16 Cf. Amorim, 2000:4d.

çu, bem como no Fórum Social anti-Davos de Porto Alegre, onde os apelos à luta armada juntaram-se aos protestos contra a Operação Colômbia e às arruaças antitransgênicas do ativista francês Bové, acompanhado pela liderança do MST.¹⁷ Lembremos, em segundo lugar, que os meios de comunicação têm divulgado, ao longo dos últimos meses, a cobertura que os guerrilheiros esquerdistas colombianos dão ao conhecido traficante brasileiro Fernandinho Beira-Mar, a fim de que lhes garanta a compra de armamento através do Suriname.

Isso para não falar do crescente mercado da droga no nosso País, que já não é mais apenas corredor de exportação de estupefacientes, mas consumidor regular de maconha, cocaína e *crack*. A violência nas grandes cidades brasileiras explodiu a partir do momento em que a delinqüência comum juntou-se ao narcotráfico. Isso ficou patente no Rio de Janeiro após os dois governos brizolistas, que tornaram os morros santuários dos traficantes, impedindo a polícia de subir neles e estabelecendo deliberadamente a confusão nos indicadores da criminalidade na cidade e no estado. Em São Paulo, a violência quintuplicou justamente ao ensejo da entrada do *crack* no mercado de estupefacientes, com a consequente democratização do consumo. O *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão noticiava, em 7 de junho de 1995, que havia na cidade cinco mil pontos de venda de *crack*, sendo 60% dos assassinatos motivados pelo consumo e comercialização de tóxicos. O mesmo telejornal noticiava que de janeiro a junho desse ano tinha havido

na grande São Paulo 21 chacinas e três mil assassinatos, sendo que 15 desses massacres estiveram ligados diretamente ao narcotráfico.

O PATRIMONIALISMO

O patrimonialismo foi definido por Max Weber como uma das formas mais antigas de despotismo, tendo-se caracterizado como um Estado que surgiu não a partir da diversificação da sociedade em classes que lutavam pela posse do poder (como os modernos Estados europeus ocidentais), mas a partir da hipertrofia de um poder patriarcal original, que alargou a sua dominação doméstica sobre territórios, pessoas e coisas extrapatrimoniais, passando a administrá-los como propriedade familiar (patrimonial). Essa foi a origem do Estado na Rússia, na China, na Espanha, em Portugal e, por tabela, na América Latina, como apropriadamente mostraram Oliveira Vianna [1974], Raymundo Faoro [1958], Simon Schwartzman [1982], Antônio Paim [1978], Meira Penna [1988], Vélez Rodríguez [1997] etc.

Séculos de cultura patrimonialista levaram os países ibero-americanos a encararem a política como luta entre os clãs pela posse do poder do Estado e, uma vez consolidado este, a administrá-lo como botim orçamentário a ser distribuído entre amigos e apaniguados, com exclusão de todos os outros, o que constitui, sem dúvida, uma forma de violência, na medida em que a *res publica*, que deveria servir a todos, vira *res privata* ou coisa nossa, a serviço dos *donos do poder* e da sua cli-

¹⁷ Cf. Caramel-Sévilla, 2001: 5.

entela. Essa é a raiz peculiar da violência na América Latina. Não fomos dotados, como outros povos, do sentido do bem público. O nosso, como destaca Oliveira Vianna, é um individualismo clânico ou insolidário, amadurecido em três séculos de poder latifundiário. O “patotismo”, nos nossos países, sufocou o patriotismo. Fenômeno semelhante, embora acrescido das práticas totalitárias do antigo sistema soviético, enfrentam a Rússia e os demais países do antigo bloco comunista na Europa Oriental. Fenômeno correlato acontece nas ex-colônias européias do Sudeste asiático, notadamente no Camboja e no Vietnã que, durante o período de dominação comunista, sofreram com o fortalecimento totalitário das antigas tendências privatizantes do poder do Estado. De outro lado, não esqueçamos que, embora uma potência econômica emergente, a China não deixou de ser um Estado patrimonial, uma das mais acabadas formas do despotismo oriental estudadas por Karl Wittfogel. Muito sangue correrá no século XXI por conta da tendência privatizante dos *donos do poder* nos vários países de tradição patrimonialista. Poderíamos dizer que a corrupta feição do Estado patrimonial, que visa à privatização do governo pelos clãs, foi a via expressa que deu ensejo, na Colômbia, ao “narco-Estado” e que torna possível esse perigo no resto do continente, do México à Patagônia.

Oliveira Vianna destacou, com rara objetividade, o fundo cultural em que repousa o patrimonialismo brasileiro e ibero-americano: *o complexo de clã*, caracterizado por ele da seguinte forma:

Em toda essa psicologia da vacuidade ou ausência de motivações coletivas da nossa vida pública, há um traço geral que só por si bastaria para explicar os outros aspectos (...). Este: a tenuidade ou fraqueza da nossa consciência do bem coletivo, do nosso sentimento da solidariedade social e do interesse público. Esta tenuidade ou esta pouca densidade do nosso sentimento do interesse coletivo é que nos dá a razão científica de que o interesse pessoal ou de família tenha, em nosso povo – no comportamento político dos nossos homens públicos –, mais peso, mais força, mais importância determinante do que as considerações do interesse coletivo ou nacional. Este estado de espírito tem uma causa geral (...), e esta razão científica é a ausência da compreensão do poder do Estado como órgão do interesse público. Os órgãos do Estado são para estes chefes de clãs, locais ou provinciais, apenas uma força posta à sua disposição para servir aos amigos e aos seus interesses, ou para oprimir os adversários e os interesses destes.¹⁸

Teremos chance de ver diminuída a agressividade do patrimonialismo, entre nós, no século que se inicia? Tudo leva a crer que a tarefa será difícilíssima, haja conta das profundas raízes que o Estado patrimonial deitou nas nossas crenças e valores. É certo que na última década houve um esforço no sentido de despatrimonializar o Estado, tornando-o uma entidade enxuta e eficiente a serviço da sociedade; no entanto, é necessário reconhecer que ainda é muito forte, no

¹⁸ Vianna, 1974:I, 297.

Brasil, a estrutura do Estado patrimonial. A nossa classe política, de um lado, ainda se alimenta das práticas do nepotismo e da festança com o dinheiro público. Lembremos as reações iradas de prefeitos e vereadores contra a nova Lei de Responsabilidade Fiscal. E o nosso Parlamento, que deveria representar os interesses dos cidadãos em face do Estado, tornou-se, nos últimos meses, a arena para a disputa despudorada pelas presidências da Câmara e do Senado, num jogo bruto de vale-tudo.¹⁹ Se vivo fosse, o caudilho gaúcho Júlio de Castilhos veria confirmada a sua frase: “O regime parlamentar é um regime para lamentar.” Lamentável que isso aconteça, quando sabemos que somente com o reforço e a moralização do Poder Legislativo haverá no Brasil autêntica representação. A alternativa é a cooptação, perigoso caminho que conduz à sovietação e que tem sido seguido, infelizmente, por partidos de esquerda tão importantes quanto o PT.²⁰

De outro lado, as reformas que deveriam ser feitas para democratizar o Estado (reforma tributária, reforma político-partidária, reforma administrativa, reforma previdenciária, privatização da Petrobrás em benefício da sociedade), ou ficaram a meio caminho, sendo obstaculizadas sistematicamente por uma oposição insensível ao bem público, ou simplesmente foram empurradas com a barriga, como foi o caso da reforma tributária ou da Petrobrás, campeã internacional de agressão ao meio-ambiente, do mergulho de plataformas em águas profundas e da elaboração de ficções contá-

beis que escondem o verdadeiro preço do petróleo por ela extraído. Além disso, a implantação de um ensino básico de boa qualidade que atenda a todos os brasileiros, garantindo a educação para a cidadania, não tem conseguido os resultados esperados. Não foi resolvida a questão da formação de professores, embora hoje contemos com tecnologias, como o ensino *online*, que barateariam enormemente a massificação para o universo docente de cursos de graduação e pós-graduação. Recursos escassos ainda são mal geridos, carregando-os para o ineficiente e caro sistema federal de ensino superior, onde certamente faz falta um processo de reformas profundas, que cobre de quem pode pagar para que os menos favorecidos possam estudar de graça. Do ensino público universitário gratuito beneficiam-se as classes média-alta e alta, deixando do lado de fora quem não conseguiu pagar ensino básico privado de boa qualidade. De nada adiantam as bravatas do Ministro da Educação em face dos dados apresentados pelo Banco Mundial, se é um fato que o nosso sistema de ensino superior ainda atende a uma elite econômica e teima em ficar assim. O caminho para sairmos do atraso passa pela educação básica de boa qualidade para todos e pela abertura das opções profissionalizantes ou de ensino superior aos brasileiros capazes de estudar, desmontando os privilégios socioeconômicos.

O século XXI assistirá, certamente, à consolidação do maior Estado patrimonial do Extremo-Oriente – a República Popular da China – como uma das potências econômicas e políticas do mundo. Com raro

19 Cf. Gomes, 2001.

20 Cf. Paim, 2002.

pragmatismo – de que carecem as nossas esquerdas tupiniquins –, os comunistas chineses estão conseguindo dar passos definitivos rumo à completa modernização de seu país. Como frisava o jornalista Carlos Tavares de Oliveira, “encerrou a China o ano, o século e o milênio deixando estabelecidas sólidas bases para reconquistar, no futuro não muito distante, a hegemonia perdida a partir do século XVI.²¹ Ainda segundo o citado autor:

O ciclo histórico da fantástica recuperação da milenar nação asiática começou exatamente na metade do século passado, com a chegada ao poder do líder comunista Mao Tsé-tung, em 1950, que eliminou os resquícios da retrógrada dinastia imperial da minoria manchú, além de expulsar as forças colonialistas japonesas e o exército contra-revolucionário de Chiang Kai-Chek. Quase 30 anos depois, em 1979, o Vice-Primeiro-Ministro Deng Xiao-Ping, ex-exilado em Paris, comandava uma nova revolução, esta de origem pacífica, mas que alterou radicalmente não só as estruturas econômicas mas também os próprios costumes da população. Porém, o lado positivo do antigo sistema – quanto a educação, saúde e assistência social – não só foi mantido como até aperfeiçoado.

Efetivamente, o gigante do Extremo Oriente caminha a passos largos rumo à completa modernização da sua economia. Sob o curioso rótulo de *economia de mercado com características chinesas*, conseguem-se índices de crescimento não atingidos por

nenhum outro país. As cifras e as realizações são realmente impressionantes e poderiam ser resumidas nos seguintes itens: a) Crescimento anual do produto interno bruto da ordem de 8,2%. b) Desenvolvimento equilibrado da produção nos mais variados setores, abrangendo agricultura, comércio e indústria. c) Adoção de um esquema de eficiência e produtividade na reforma agrária, mediante o contrato de responsabilidade (que assegura a produção e venda livre da colheita e que levou a China a quebrar todos os recordes no setor, com safra de cereais em torno de 460 milhões de toneladas, o dobro dos Estados Unidos, utilizando apenas 7% da área agricultável). d) Excepcional produtividade de frutas, tendo atingido o recorde mundial de 59 milhões de toneladas anuais. e) Crescimento acelerado de 6% anual na produção de carne, aves, ovos e frutos do mar; nesse setor, aliás, a China já exerce liderança mundial. f) Notável avanço tecnológico no terreno da irrigação, aproveitando a água do mar para o cultivo de vários produtos competitivos no mercado internacional, como trigo, arroz e soja. Vale a pena lembrar, em relação a este ponto, que a China já conseguiu irrigar, com a nova tecnologia, 300 mil hectares de planícies litorâneas. g) Crescimento expressivo do comércio exterior, que já atingiu a meta de 474 bilhões de dólares anuais, levando a China a ocupar o quarto lugar no ranking internacional, logo depois dos Estados Unidos, Alemanha e Japão. h) Abertura ao capital internacional (ingressaram na China, só no ano passado, 40 bilhões de dólares, chegando nas últimas duas décadas a um total de 662 bi-

²¹ Oliveira, 2001.

lhões, atrás apenas dos Estados Unidos na esfera mundial). Só para estabelecermos uma comparação com o Brasil, 400 multinacionais instaladas na China respondem por 47% das exportações, enquanto no nosso País a participação estrangeira nas vendas externas não chega a 20%. i) Investimento maciço na infra-estrutura portuária; a China conta hoje com dois dos dez maiores portos do planeta: Xangai (o terceiro em volume mundial de carga) e Hong Kong (líder mundial na movimentação de contêineres). j) Liderança mundial na fabricação de contêineres; são produzidos na China 70% do total universal. k) Liderança mundial também no que tange ao volume de reservas cambiais (273 bilhões de dólares).²²

As interrogações quanto à completa modernização da China ficam por conta da variável política. A humanidade não esqueceu a *longa marcha na noite* do marxismo de Mao, que produziu entre seis e dez milhões de vítimas, justificando a característica de *despotismo oriental* apontada por Wittfogel.²³ De outro lado, na era do pós-maoísmo, ainda lembramos o massacre da Praça da Paz Celestial, de 1989, como nódoa que empanou o espetacular desenvolvimento chinês no final do século passado. Não há dúvida de que o processo modernizador que se solidifica no campo econômico está sendo acompanhado por profundas mudanças nos terrenos político e cultural. É como se os chineses tivessem enveredado por trilha semelhante à empreendida pela liderança brasileira na redemocratização, e que se poderia definir como *aber-*

tura ampla e gradual ou, como frisa Jean-Louis Margolin, “as reformas pós-maoístas têm privilegiado a economia, mas a política não tem sido esquecida. Tudo (começando com as transformações econômicas) caminha no sentido de uma emancipação da sociedade e de uma limitação do poder arbitrário”.²⁴

Mas, e no plano das relações internacionais? Uma China desenvolvida alargará a sua influência estratégica, certamente, sobre o Índico e o Pacífico. Como vê o Ocidente desenvolvido, hoje, essa perspectiva? Muito provavelmente os estrategistas tirarão da gaveta a fórmula que foi vigente no século XVII: será possível uma duradoura aliança entre o secular Império do Oriente e as Potências do Ocidente, graças a semelhanças culturais, no terreno ético religioso, entre o cristianismo – na versão protestante-calvinista – e o budismo/confucionismo chinês. Ambas as tradições – eminentemente pragmáticas – são abertas ao monoteísmo e à ética do trabalho e da riqueza. Essa aliança permitiria superar o inimigo comum de chineses e ocidentais desenvolvidos: o Islã. Este arazoado não é novo e já tinha sido cogitado, na época das Cruzadas, pelo Rei São Luís da França, tendo sido retomado pelo filósofo e estrategista Gottfried Wilhelm Leibniz no século XVII.²⁵ O que parece claro é que o antigo *Império Imóvel* começou a caminhar, a passos agigantados, rumo à modernização social e econômica, para perplexidade dos que acreditaram,

22 Cf. Oliveira, 2001.

23 Cf. Margolin, 1977:503 seg.; Bobin, 2001:1.

24 Margolin, 1997:590.

25 Cf. Didier, 2000:11-68; Libniz, 1994:61-138; Cook-Rosemont, 1994:1-44.

com Hegel, que na China “nenhum progresso pode ocorrer”.²⁶

Para finalizar este item sobre o patrimonialismo, mencionemos o problema das guerras tribais africanas, que ceifaram a vida de milhões de seres humanos nas últimas décadas do século XX, e que constituem um risco que se pode catalogar no capítulo do patrimonialismo, na sua versão mais arcaica – a privatização tribal do poder. A problemática que tem ensejado essa forma de violência no continente africano ainda não foi equacionada e, certamente, haverá muitos conflitos desse gênero no século que ora se inicia. A questão é particularmente preocupante, na medida em que as potências mundiais parecem ter chegado à conclusão de que têm mais a perder do que a ganhar na mediação dessas guerras numa região relativamente isolada do globo, como aconteceu na Somália. Intervenções militares *high tech*, como as que os aliados da OTAN gostam de fazer, é coisa difícil de se pensar nas primitivas aldeias africanas. Tudo leva a crer que os cidadãos desses países serão entregues à própria sorte nas orgias de intolerância e sangue que caracterizam as guerras tribais.

NEONAZISMO

Entendida esta tendência como a tentativa de organizar um Estado excludente de determinadas etnias e/ou culturas, podemos anotar que esse risco não desapareceu com o final da Segunda Guerra Mundial e a derrota do Eixo. O que aconteceu na Bósnia, e mais recentemente em Kosovo e no Ti-

mor Leste, indica que a tendência à exclusão étnica e/ou cultural é um risco concreto para o convívio democrático no século que se inicia, tanto do ponto de vista de países inteiros (como a Albânia, por exemplo) quanto do ângulo da luta política nos países ocidentais, em decorrência da consolidação de partidos e grupos neo-nazistas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. A problemática da exclusão sistemática de etnias e culturas aparece também no continente asiático, em decorrência da não-solução do problema da integração de minorias historicamente perseguidas como os curdos e os tibetanos.

Em relação ao ressurgimento do perigo neonazista, alertava em 1996 o professor Michel Wieviorka, do Centro de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris:

O racismo e o anti-semitismo haviam-se esfumado com a formação de estruturas políticas nacionais que criavam, sobretudo para a educação, as condições da modernização econômica e da industrialização, da expansão e da integração cultural. Hoje essas estruturas se desintegram, a economia se internacionaliza e mais parece se opor à nação do que nela se fundamentar; as instituições se enfraquecem; o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo voltam então a se expandir nas sociedades, que cada vez têm mais dificuldade para articular os valores da razão e do progresso econômico aos da especificidade, sobretudo cultural e nacional.²⁷

No nosso País, em que pese a tradição de democracia racial que nos caracteriza,

²⁶ Cf. Peyrefitte, 1997:7.

²⁷ Wieviorka, 1996:13.

grupos neo-nazistas têm aparecido em várias cidades, apregoando a exclusão social de minorias raciais ou sociais. Há no fundo disso uma mistura de ignorância, intolerância e neocolonialismo, uma vez que esses esquemas são importados da Europa ou dos Estados Unidos. Há um mecanismo psicológico que reforça essa odiosa tendência: a tentativa de justificar os próprios fracassos, atribuindo-os aos que têm aparência diferente. Esse foi um dos perversos mecanismos que permitiram a rápida ascensão de Hitler na Alemanha, nas décadas de 1920 e 1930. O mesmo mecanismo parece estar presente também na atual organização de grupos neo-nazistas, integrados geralmente por jovens provenientes da antiga Alemanha Oriental. Somente um amplo trabalho de educação poderá prevenir os nossos jovens para não caírem nessa simplória cilada.

AS GUERRAS PELOS RECURSOS NATURAIS

O século XX conheceu, na década final, a Guerra do Petróleo. As guerras pelos recursos naturais parece que aumentarão no século XXI, notadamente pelo domínio da biodiversidade e da água. A globalização econômica e a relativização das fronteiras nacionais abrirão o caminho para que os blocos econômicos mais poderosos queiram estabelecer um controle mais rigoroso sobre recursos naturais escassos, marginalizando, em muitos casos, as nações menos poderosas. Isso constituirá um grave risco para o convívio democrático no planeta. Particularmente encarniçada será a luta pela água potável, em regiões tradicio-

nalmente carentes dela como o Oriente Médio ou certas partes da África. No Brasil, é bem provável que experimentemos uma pressão internacional crescente em relação à racionalização da água e da biodiversidade, na Amazônia e no Pantanal. Isso sem contar com a pressão que já exerce o narcotráfico para ocupar espaços nessas regiões. Um esforço muito grande deveremos fazer para formular políticas objetivas e responsáveis, adotando cada vez mais a idéia de desenvolvimento sustentado e procurando avançar na pesquisa básica que nos possibilite preservar a biodiversidade das nossas florestas.²⁸

A melhor forma de o Brasil se habilitar para proceder à exploração racional dos seus recursos naturais, num contexto de desenvolvimento auto-sustentado, consiste em elaborar um quadro o mais completo possível desses recursos. Para isso, torna-se primordial que não somente o Estado trabalhe, através das Universidades e Fundações, mas que também seja chamada a participar desse trabalho a empresa privada, mediante a elaboração e financiamento de projetos. O nosso esquema de pesquisa na área de desenvolvimento rural e de recursos naturais é basicamente elaborado a partir de instituições estatais como a EMBRAPA. Ora, a eficiência desses estudos poderia ser multiplicada se o Estado contasse com a colaboração do setor privado, como acontece em países que deram passos importantes na exploração racional dos seus recursos naturais – o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos.

²⁸ Cf. Paim, Prota, Vélez, 1999b.

AS GUERRILHAS COMERCIAIS

A maluca guerrilha comercial entre o Canadá e o Brasil, ensejada pela proibição de comercializar naquele país a carne brasileira com a desculpa do mal da “vaca louca”, mostrou, mais uma vez, que em matéria de relações comerciais não há amigos do peito, mas as coisas obedecem à lei da oferta e da procura e às brigas por abocanhar fatias de mercado. É evidente que o nosso País passou a ameaçar a tranquilidade do negócio dos canadenses, no que se refere à industrialização e venda de aviões de porte médio. A *Bombardier*, e não a “vaca louca”, foi a causa da celeuma que azedou as relações entre os dois países. Mas do episódio tiramos duas lições claras: em primeiro lugar, não adianta querer agradar os outros passando por cima da lei — essa política é neocolonialista e se volta contra nós mesmos. Foi isso o que aconteceu quando da libertação dos seqüestradores de Abílio Diniz, cuja condenação por *crime hediondo* tinha transitado em julgado, seguindo todos os passos indicados pelo nosso Código Penal e tendo sido garantido aos facínoras amplo direito de defesa. Ora, o Governo federal, num ato de bom-mocismo globalizante em que intermediaram representantes da “Esquerdigreja”, da CUT, do PT e dos *soi-disants* intelectuais progressistas, terminou liberando os bandidos, que passaram a desfilar como heróis no Canadá e nos seus respectivos países de origem. Podemos supor que a falta de respeito que os canadenses passaram a ter com o Brasil decorre, em grande parte, dessa solução que conspurcou as

nossas instituições jurídicas. Em segundo lugar, ficou claro que o nosso País precisa se preparar para a *guerrilha comercial* da economia globalizada. Não poderemos competir de igual para igual com nações poderosas se o Estado é, no nosso País, o primeiro obstáculo a ser superado. O Brasil ainda não se preparou tecnicamente para defender as suas políticas comerciais em face dos outros países, no seio da Organização Mundial do Comércio. A posição do Itamaraty é defasada a respeito. Devemos ter mais agressividade no nosso comércio exterior, aproveitando as brechas que a legislação internacional deixa para países em vias de desenvolvimento. Convenhamos que nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha ou Japão, o Estado é instrumento de desenvolvimento e de incentivo à comercialização dos produtos produzidos pelas respectivas empresas nacionais. Em contraposição, como aponta o estudioso Thompson Motta:

O Brasil tem hoje uma das cargas tributárias mais altas do mundo, atingindo valor acima de 50%. Além dos tributos diretos sobre os lucros, o governo tributa as empresas com 59 taxas e impostos. Torna-se necessária e inadiável a adoção de medidas que fortaleçam a empresa nacional, eliminando-se os fatores que afetam, de um lado, a capacidade de autofinanciamento empresarial, e, de outro lado, a orientação dos fluxos de poupança, tanto voluntária quanto compulsória. Enquanto não se processar uma profunda modificação no quadro governamental, seria importante a criação de um Conselho Nacional de

Política Industrial, como foi proposto ao governo pela FIESP, em 1985, para definir e normalizar a política industrial do país.²⁹

Referindo-se ao cipoal de confusas normas e procedimentos que emperram o comércio brasileiro, outro estudioso do assunto, o Embaixador Assis Grieco, frisava:

A comunidade exportadora procura, mormente, a revisão de certos controles onerosos demorados, causados pela falta de normas reguladoras claras e de aplicação permanente, com margem a atrasos e corrupção na fiscalização nos diversos níveis burocráticos.³⁰

A "BANDITIZAÇÃO" DOS CONFLITOS

Não há dúvida de que com a queda do Muro de Berlim e a derrubada do império soviético a Guerra Fria chegou ao seu fim. Esse fato, de um lado, descongelou conflitos seculares que tinham ficado presos sob a camada de gelo da bipolaridade, especialmente na Europa Oriental e nos Bálcãs. A série de confrontos surgidos, na última década, na antiga Iugoslávia e em Kosovo, mostram a realidade dessa afirmação. A unificação alemã mostrou de que forma o comunismo conseguiu manter numa redoma de vidro, na Alemanha do Leste, antigas idéias nazistas paradoxalmente misturadas com a ideologia stalinista. De outro lado, o fim da Guerra Fria fez ressurgir alhures a idéia dos regionalismos radicais e do separatismo. Eventos dessa natureza têm-se observado na Espanha,

com as reivindicações de bascos e catalães; na França, com um ressurgimento da questão corsa, bem como do separatismo bretão; na Inglaterra, com as reivindicações da Escócia em prol de um Parlamento independente; na Irlanda do Norte, com o reaquecimento, no final do século passado, da problemática do Ulster; na Rússia, com a questão chechena etc.

O fim da Guerra Fria colocou a descoberto, também, um fato que antes se mimetizava sob o véu da bipolaridade: antigas lutas, que antes eram atribuídas a reivindicações ideológicas, passaram a se tornar simples banditismo. O caso mais marcante é, sem dúvida, o acontecido com a guerrilha colombiana. Cortada a mesada que o império soviético passava aos insurgentes, estes voltaram-se simplesmente para o narcotráfico como forma de financiamento das suas atividades, tendo adotado, de outro lado, práticas abertamente criminosas, como o seqüestro regular de cidadãos colombianos e estrangeiros. A Colômbia virou, destarte, paraíso de seqüestradores. O número de pessoas seqüestradas chega hoje a 3.500. As organizações guerrilheiras (FARC/ELN) financiam com o negócio da droga 60% dos seus gastos, ao passo que os 40% restantes provêm dos seqüestros. Calcula-se em 500 milhões de dólares anuais o montante dos ingressos da guerrilha colombiana. Ser subversivo, aliás, é um bom negócio: cálculos da Fundação Milênio, com sede em Bogotá, indicavam que um guerrilheiro ganha ao redor de 70 mil dólares anuais, o que equivale a 40 vezes o que ganha um colombiano médio.³¹

29 Motta, 1997:62-63.

30 Grieco, 1998:4.

31 Cf. AFP, 1997.

Mas o banditismo não é apenas uma propriedade dos guerrilheiros colombianos. Com as duas guerras mundiais e a ulterior globalização, houve também uma progressiva universalização do crime, de forma que a indústria ligada às ações à margem da lei cresceu assustadoramente no mundo todo, como destacou Ralph Dahrendorf,³² com motivo da síndrome denominada por ele de “o caminho para a anomia”. Este é, sem dúvida, um dos mais sérios reptos para a civilização ocidental no início do novo milênio, especialmente se levamos em consideração a crescente utilização da tecnologia – como a Internet, por exemplo – nas atividades delitivas.³³

No Brasil, sentimos muito de perto essa problemática; em primeiro lugar, ao verificarmos a força cada vez maior dos narcotraficantes não apenas nos morros, onde tradicionalmente mandaram, mas também nas atividades econômicas convencionais, em decorrência do processo de lavagem de dólares. Nas penitenciárias brasileiras é cada dia mais notório o poder das gangues que as controlam, acuando as autoridades e, em muitos casos, sobrepondo-se a elas, como nas recentes rebeliões em cadeia ocorridas no Estado de São Paulo, estrategicamente controladas a partir das penitenciárias, via telefones celulares, pelo autodenominado Primeiro Comando da Capital, que já chegou à sofisticação de publicar “código de conduta” e anunciar na mídia as suas próximas ações, deixando em evidência o despreparo das autoridades e a ousadia e articulação dos bandidos. Na década passa-

da conseguiram se organizar no Estado de São Paulo cinco facções criminosas, que contam com dinheiro proveniente de assaltos, intimidam os demais detentos e fazem chantagens à administração dos presídios. Note-se que esse processo se dá não apenas no Brasil mas também, com aceleração crescente, em outros países latino-americanos, como Argentina, Equador, Colômbia, México etc.

A “banditização” dos conflitos revela-se, em segundo lugar, na agressividade do MST, que já não constitui apenas movimento de reivindicação válida de justiça social no campo, mas se configurou como organização à margem da lei, que abertamente desrespeita as autoridades legitimamente constituídas, invade prédios públicos, faz reféns entre os funcionários do INCRA e prepara as suas lideranças, de maneira ostensiva, em táticas de acirramento de conflitos hoje postas sistematicamente em prática pelos guerrilheiros colombianos, que conseguem mobilizar verdadeiros exércitos de camponeses famintos para pressionar o Estado. Para ninguém é mistério que o MST (financiado, aliás, por generosas contribuições de ONGs internacionais) desenvolve amplo trabalho de doutrinação marxista-leninista e de formação revolucionária na Unicamp e outras instituições educacionais públicas, tudo sob o olhar passivo das autoridades.³⁴

A “banditização” dos conflitos traduz-se, no cotidiano das pessoas, numa queda do nível de vida, associada ao te-

32 1987: 11-46; cf. Macedo, 2001:3; Ceaux, 2001:9.
33 Cf. Ilhesca, 1996:17.

34 Cf. Chaves, 1999a:3; 1996b:3; Vélez, 2000a:10-12; Vélez, 2000c:4A.

mor hobbesiano da morte violenta. A respeito, escreve Ubiratan Macedo:

Locke já nos alertava sobre a importância da segurança como responsabilidade pública, principal função do Estado na teoria democrática (...). Um cidadão vitimado por um marginal não está interessado nos bons hospitais e escolas públicas ou na eficiência da previdência social pública, e menos ainda no prestígio e na segurança conferidos ao país pelas Forças Armadas. Primeiro ele quer sua vida e sua integridade física e patrimonial protegidas, e depois a execução de outras funções públicas.³⁵

Diante da agressiva realidade representada pela “banditização” dos conflitos, a sociedade brasileira ainda não conseguiu formular uma clara e eficaz política de segurança pública. Organizadas no contexto do espírito autoritário que prevaleceu na história republicana, as nossas instituições policiais, assim como as judiciais, estão defasadas e precisam de uma urgente modernização, acorde com os princípios da vida democrática. Os estudiosos apontam, hoje, para o caminho da profissionalização das forças policiais, sua adaptação à complexidade do mundo moderno mediante a multiplicidade e especialização das mesmas, criação de uma agência nacional reguladora das polícias privadas, transformação das guardas municipais das cidades maiores em polícia preventiva e ostensiva municipal, criação, no Ministério da Justiça, de um centro de informações que sirva a todas as polícias do País, reforço das organizações policiais de nível federal para guardar as fron-

teiras, unificação das polícias rodoviária e ferroviária federais, criação de uma polícia fazendária no Ministério da Fazenda, criação de uma polícia judiciária etc.³⁶ Um erro grosseiro que precisa ser evitado consiste em atribuir às Forças Armadas funções policiais, que se distanciam da sua missão constitucional de garantir a defesa externa do país e proceder “à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem”.³⁷ Finalizando, valha o alerta dado pelo ex-deputado suíço Jean Ziegler: “O crime organizado pode matar a liberdade.”³⁸

O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS EM FACE DOS REPTOS DO SÉCULO XXI

A melhor coisa que podemos fazer em prol da segurança nacional é, sem dúvida, garantirmos educação básica de qualidade para todos os brasileiros. Ela é o melhor antídoto contra o neonazismo e demais ideologias segregacionistas. Ela é, de outro lado, o melhor meio para superarmos os riscos do fundamentalismo e para acelerarmos a nossa saída do patrimonialismo mediante a completa modernização da nossa economia e das instituições políticas. Só com educação básica de qualidade tornaremos possível a racional utilização dos nossos recursos naturais. Não se trata, evidentemente, de fazer da educação básica a panacéia. Acontece que esse foi o ponto esquecido pela liderança brasileira ao longo das últimas décadas do século XX. E essa carência fundamental está condicionan-

36 Cf. Macedo 2001:10-11.

37 Art. 142 da Constituição de 1988.

38 Ziegler, 2001:37.

35 Macedo, 2001:3.

do a nossa modernização econômica, bem como o aperfeiçoamento das instituições democráticas.³⁹

Feita essa observação inicial, concluímos destacando quais seriam os aspectos a serem levados em consideração pelas nossas Forças Armadas, em face do panorama que desenhei para o século XXI. Não assinalarei medidas imediatas a serem tomadas. Destacarei, melhor, qual deveria ser o que, no meu entender, constitui a base para tomar decisões estratégicas em face da problemática apontada.

Após as reformas iniciadas pelo Marechal Castello Branco e continuadas no governo Geisel, seguindo provavelmente a trilha civilista aberta por Oliveira Vianna, parece que as Forças Armadas no Brasil enveredaram definitivamente pelo caminho da profissionalização.⁴⁰ No entanto, de início não foi assim. O regime republicano tinha deixado um buraco na nossa vida constitucional. Acostumada a sociedade brasileira à prática da representação e, no contexto dela, à existência de um Poder Moderador – porta-voz dos interesses permanentes da Nação e que entraria como árbitro da disputa para corrigir os desvios da representação no momento em que os políticos se desentendessem –, parece que as Forças Armadas passaram a exercer esse tipo de função moderadora, à margem evidentemente da Constituição escrita, mas não à margem da política costumeira. É a conhecida tese de Alfred Stepan [1975].

Esse tipo de função vicária produziu as denominadas “intervenções salvado-

ras”, comandadas pelo que o Marechal Castello Branco denominava “espírito miliciano”, ao longo da República Velha, durante o período getuliano, e até 1964. A melhor expressão da mentalidade que deu ensejo a esse tipo de intervenção talvez sejam as palavras de Juarez Távora, no início da década de 1930: “Nossa atitude em política é a de quem observa um banquete. Quando o banquete for transformado em rega-bofe, então entraremos com a espada moralizadora.”⁴¹ A última intervenção, no entanto, desgastou a instituição armada, em decorrência da sua longa permanência no poder. Hoje parece relegado à história esse tipo de intervencionismo na vida do País. A boa aceitação das Forças Armadas, testemunhada pelas pesquisas de opinião ao longo dos últimos anos, revela que a opinião pública apóia a feição profissional não-intervencionista em política.

O Tenente-Brigadeiro Murillo Santos definiu a profissionalização, seguindo a terminologia adotada por Samuel Huntington, da seguinte forma:

O relacionamento correto (entre poder civil e militares) repousa na profissionalização dos militares e a isto é que precisamente denomina de controle objetivo, isto é, aquela situação em que as Forças Armadas têm atribuições claras, relacionadas à defesa, dispondo de um corpo de oficiais rigorosamente profissionalizado (...). O verdadeiro controle civil é uma decorrência da maximização do profissionalismo militar. (...) O corpo de oficiais altamente pro-

39 Cf. Paím, Prota, Vélez, 1999:57.

40 Cf. Santos, 1991:133-149; Vélez, 1997:187-222.

41 Apud Torres, 1956:181.

fissionalizado encontra-se pronto para sustentar as aspirações de qualquer grupo civil que exerça autoridade legítima no interior do Estado. Com efeito, este conjunto define os limites do poder político dos militares sem referência à distribuição do poder político entre os vários grupos civis.⁴²

Três passos, no meu entender, são fundamentais, uma vez aceita a realidade do profissionalismo dos militares e do controle objetivo destes pelo poder civil legitimamente constituído: 1) Formulação de um pensamento estratégico; 2) Adoção de uma estratégia nacional; 3) Unificação das Forças Armadas ao redor da estratégia adotada.

1) *Formulação de um pensamento estratégico.* Até o presente, essa foi prerrogativa de instituições militares como a Escola Superior de Guerra, a Escola de Altos Estudos de Política e Estratégia do Exército e as Escolas de Comando e Estado Maior das três Armas. Reconheça-se que nessas instituições, especialmente na ESG, tem sido tradição a presença do elemento civil. Mas ainda falta muito para que a elite pensante brasileira se engaje, de forma sistemática, nesse trabalho de reflexão. Tímidas são, por enquanto, as iniciativas civis a respeito. Na década de 1970 surgiu o Centro de Estudos Estratégicos do Convívio, em São Paulo, que publicou, até início da década de 1990, a revista *Política e Estratégia*. Na trilha aberta por essa primeira experiência surgiu o Centro de Estudos Estratégicos da Unicamp.

42 Santos, 1991:136-138.

Mais recentemente foi criado no Ministério da Ciência e Tecnologia o Centro de Estudos Estratégicos, dirigido pelo diplomata Carlos Henrique Cardim e que publica em Brasília a revista *Parcerias Estratégicas*, com o objetivo de contribuir para a discussão de temas de importância estratégica na área de Ciência e Tecnologia. Com o patrocínio do Ministério da Aeronáutica e sob a coordenação do Tenente-Brigadeiro Murillo Santos foram realizados, ao longo da década de 1980, vários seminários sobre Política e Estratégia, com a finalidade de aglutinar estudiosos civis do assunto.⁴³ Mas tudo isso ainda é pouco, em face da complexidade da formulação de uma estratégia nacional no mundo contemporâneo. As variáveis problemáticas por mim levantadas nesta apresentação constituem apenas a ponta do *iceberg* dessa complexa realidade.

É evidente que a liderança civil precisa ter clara a essência da política estratégica que deve ser seguida. Num contexto de governo democrático-representativo isso é fundamental, pois são os representantes da nação os que, no Parlamento, aprovam o orçamento para as Forças Armadas. Os nossos problemas decorrem ainda da não suficientemente aprimorada representação, pois não contamos com distritos eleitorais que atrelem o eleito ao eleitor, e os nossos partidos políticos ainda estão muito submetidos a lideranças carismáticas. Seria necessário fortalecer a representação para que houvesse um compromisso claro e honesto dos representantes com os reais interesses do País.

43 Cf. Santos, 1991:145.

O ideal, no que tange à formulação de um pensamento estratégico, seria que se engajassem nesse esforço múltiplos centros de reflexão – em universidades públicas e privadas, bem como em centros de pesquisa e nos institutos de estudos mantidos pelos partidos políticos – para que, de forma continuada e sistemática, discutissem com as instâncias acadêmicas já existentes nas Forças Armadas a linha mestra de um pensamento estratégico que consulte os interesses do País. Publicações especializadas e de divulgação se encarregariam de difundir no seio da sociedade essas propostas, a fim de ir gerando um consenso a respeito. Somente assim garantir-se-ia a adoção de uma estratégia nacional.

2) *Adoção de uma estratégia nacional.* Esta passaria fundamentalmente pela discussão ampla no Congresso, no qual as instituições militares teriam presença através dos assessores parlamentares na comissão correspondente e de propostas concretas apresentadas pelo Ministro da Defesa. Tornaram-se rotineiras no Parlamento brasileiro as discussões sobre orçamento para as Forças Armadas, bem como sobre aspectos administrativos e organizacionais das mesmas, no contexto da reforma do Estado. O esforço deveria ser concentrado, no entanto, na formulação de uma estratégia que responda aos interesses do País, num cenário cada vez mais globalizado e complexo. Como definir uma estratégia de defesa clara para o Brasil num contexto internacional em que novos inimigos ameaçam a soberania nacional, como os *hackers* e os narcoguerrilheiros?

Como prevenir a defesa do nosso País em face da sofisticação crescente dos terroristas? Qual deve ser a prioridade estratégica da nossa Marinha de Guerra, quando a ameaça imediata nas nossas costas e rios são as lanchas rápidas dos narcotraficantes e contrabandistas de armas? As perguntas são múltiplas e somente um debate aberto, amplo, feito com pessoas competentes, poderá ir abrindo espaço para soluções verdadeiras.

3) *Unificação das Forças Armadas ao redor da estratégia adotada.* A criação recente do Ministério da Defesa certamente abriu a porta para a adoção de uma estratégia unificada pelas nossas Forças Armadas. O que falta, a meu ver, não decorre das estrutura das Forças Armadas, que têm sabido aprimorar a sua organização em face dos novos reptos do País, reformulando currículos nas Academias Militares, aperfeiçoando os mecanismos de recrutamento e inclusive colaborando com a globalização das questões estratégicas mediante a participação eficiente e corajosa dos nossos militares nas missões de paz organizadas pelas Nações Unidas, em que pese os cortes orçamentários que se tornaram a regra nas últimas décadas.

Por isso, enfatizo que o que falta é a colaboração da sociedade brasileira como um todo, em primeiro lugar mediante o engajamento dela nas questões que dizem relação à estratégia e defesa, através da representação parlamentar e do estudo sistemático dessas questões nas universidades e centros de pesquisa.



BIBLIOGRAFIA

- AFP. “Guerrilla e militares se disputan las zonas más ricas de Colombia”. *Boletim Informativo*. Paris, 03.08.1997.
- AMBRUS, Steven, CONTRERAS, Joe. “A República Independente das FARC”. In *Newsweek*, Nova York, edição internacional, 29.11.1999.
- AMORIM, Carlos. “O padre guerrilheiro fala da luta na Colômbia”. In *Jornal da Tarde – Caderno de Domingo*, São Paulo, 03.12.2000, p. 4d.
- BOBIN, Frédéric. “Les âmes errantes de la démocratie chinoise”. In *Le Monde – Sélection hebdomadaire*. Paris, n. 2.725, 27.01.2001, p. 9.
- CAMEL, Laurence, SÉVILLA, Jean-Jacques. “Le forum de Porto Alegre a jeté les bases d’une autre mondialisation”. In *Le Monde – Sélection hebdomadaire*. Paris, n. 2.727, 10.02.2001, p. 5.
- CEAUX, Pascal. “Les crimes et délits constatés en 2000 ont augmenté de 5,72% en un an”. In *Le Monde – Sélection hebdomadaire*. Paris, n. 2.727, 10.02.2001, p. 9.
- CHAVES, Cláudio. “A defesa da transgressão, o MST e a Nação”. In *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, SP, 17.04.1999, p. 3.
- . “O crime organizado autorizado”. In *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, SP, 15.12.1999, p. 3.
- . “Ainda da Universidade”. In *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, SP, 09.08.2000, p. 3.
- COOK, Daniel J., ROSEMONT JR., Henry (tradução para o inglês, introdução, notas e comentários). “Introduction”. In LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm, *Writings in China*. Illinois: Open Court, 1994, p. 1-44.
- DAHRENDORF, Ralph. *A Lei e a Ordem* (tradução de Tamara D. Barile). Brasília: Instituto Tancredo Neves. Bonn: Fundação Friedrich Naumann, 1987.
- DIDIER, Hugues (introdução histórica). *Os Portugueses no Tibete. Os Primeiros Relatos dos Jesuítas (1624-1635)*. Coordenação e fixação dos textos da edição portuguesa a cargo de Paulo Lopes Matos. Tradução de Lourdes Júdice. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- DJILAS, Milovan. *A Nova Classe: uma análise do sistema comunista*. Rio de Janeiro: AGIR, 1958.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 1.ed. 2 v. Porto Alegre: Globo, 1958.
- GOMES, João Carlos Teixeira. *Memórias das Trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães*. Prefácio de Gilberto Felisberto Vasconcellos. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- GRIECO, Francisco de Assis. “A babel do comércio exterior”, parte II. In *Carta Mensal*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 516, mar. 1988, p. 3-22.
- GUILLERMOPRIETO, Alma. “Our new war in Colombia”. In *The New York Review of Books*. Nova York, 13.04.2000, p. 34-39.
- . “Colombia: violence without end?” In *The New York Review of Books*. Nova York, 27.04.2000, p. 31-39.
- GUIZOT, François. *Histoire de la civilisation en Europe depuis la chute de l’Empire Roman jusqu’à la Révolution Française*. 8. ed. Paris: Didier, 1864.

- HELL, Victor. *La Idea de Cultura*. Tradução para o espanhol de Hugo Martínez Moctezuma. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ILHESCA, Marlise. “Subversão no ciberespaço”. In *Jornal do Brasil*, 05.05.1996, p. 17.
- KEYNES, John Maynard, Lorde of Tilton. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro – Inflação e Deflação*. Tradução de Mário R. da Cruz e Rudolf Kunz. Revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Writings on China*. Tradução para o inglês, introdução, notas e comentários a cargo de Daniel J. Cook e Henry Rosemont, Jr. Illinois: Open Court, 1994.
- LOCKE, John. *Two Treatises of Government*. Edição crítica organizada por Peter Laslett. Nova York: Mentor Book, 1965.
- MACEDO, Ubiratan de. “Segurança pública em uma sociedade democrática”. In *Think Tank*, v. IV. São Paulo, n. 13 (dez./jan./fev. 2001). Encarte Especial sobre Segurança Pública, p. 3-12.
- MARGOLIN, Jean-Louis. “Communismes d’Asie: entre rééducation et massacre. La Chine, le Vietnam, le Laos et le Cambodge”. In Stéphane Courtois, Nicolas Werth e outros, *Le livre noir du communisme: crimes, terreur, répression*. Paris: Robert Laffont, 1997, p. 503-597.
- MOTTA, Manoel Fernando Thompson. “Política industrial”. In *Carta Mensal*, v. 43, n. 513. Rio de Janeiro, dez. 1997, p. 57-74.
- OLIVEIRA, Carlos Tavares de. “China: bases para nova superpotência”. In *O Globo*. Rio de Janeiro, 01.02.2001, p. 7.
- PAIM, Antônio. *A Querela do Estatismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- . *Momentos Decisivos da História do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- . *O Relativo Atraso Brasileiro e a sua Possível Superação*. Coleção *Livre Pensar*. São Paulo: SENAC, 2000.
- . *O Socialismo Brasileiro (1979-1999)*. Brasília: Quick Print / Instituto Teotônio Vilela, 2000.
- PAIM, Antônio, PROTA, Leonardo, VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Cidadania: o que todo cidadão precisa saber*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1999.
- . *O Empresário e a Cidadania*. V. 3: Meio Ambiente e Recursos Naturais. Londrina: Edições CEFIL / Instituto de Humanidades, 1999.
- PENNA, José Osvaldo de Meira. *O Dinossauro: uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- . “Antropologia e sociologia da guerra”. In *Digesto Econômico*, v. 56, n. 401. São Paulo, mar./abr. 2000, p. 5-16.
- PEYREFITTE, Alain. *O Império Imóvel ou o Choque dos Mundos*. Tradução de Cylene Bittencourt. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1997.
- SANTOS, Murillo. *O Caminho da Profissionalização*. Prefácio de Miguel Reale. Apresentação de Sócrates da Costa Monteiro, Ministro da Aeronáutica, e Leônidas Pires Gonçalves, General-de-

- Exército R/1). Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica / Gráfica Editora do Livro, 1991.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SOUZA, José Cavalcante de (organizador). *Os Pré-Socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. Seleção de textos e supervisão de José Cavalcante de Souza. Dados biográficos a cargo de Remberto Francisco Kulinen. Tradução a cargo de José Cavalcante de Souza e Anna Lia A. de Almeida Prado. Introdução de José Américo Motta Peçanha. 4. ed. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- STAËL, Germaine Necker (Madame de). *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Introdução e notas a cargo de Axel Blaeslike. Paris: Garnier, 1998.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. 1. ed. Tradução de Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. 2. ed. Tradução, prefácio e notas de Neil Ribeiro da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- . *O Antigo Regime e a Revolução*. 3. ed. Tradução de Yvonne Jean. Apresentação de Zevedei Barbu. Introdução de J. P. Mayer. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- TORRES, João Baptista de Vasconcellos. *Oliveira Vianna, sua Vida e sua Posição nos Estudos Brasileiros de Sociologia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Freitas Bastos, 1956.
- VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Oliveira Vianna e o Papel Modernizador do Estado Brasileiro*. Prefácio de Antônio Paim. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1997.
- . “Até onde o narcotráfico ameaça o Brasil?”. In *Sistema Fecomércio Rio de Janeiro*, v. 2, n. 16. Rio de Janeiro, ago. 2000, p. 10-12.
- . “Colômbia: uma guerra contra a sociedade”. In *Carta Mensal*, v. 46, n. 546. Rio de Janeiro, set. 2000, p. 15-28.
- . “O MST usa tática da guerrilha colombiana”. Entrevista concedida a José Nêumanne. In *Jornal da Tarde*. São Paulo, 14.05.2000, p. 4a.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. 2 v. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. Tradução para o espanhol de José Medina Echavarría et alii. 4. v. 1. ed. em espanhol. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Prefácio de Manuel T. Berlinck. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- WIEVIORKA, Michel. “As mutações do ódio”. In *O Correio da Unesco*, v. 24, n. 5. Rio de Janeiro, maio 1996, p. 10-13.
- WITTFOGEL, Karl. *Le despotisme oriental*. Tradução ao francês de Micheline Pouteau. Paris: Minit, 1977.
- ZIEGLER, Jean. “O crime organizado pode matar a liberdade”. In *O Globo*, 21.01.2001, p. 37.

Guerra e Paz: uma Doutrina de Guerra

José Arthur Rios *

Resumo: O artigo, com base em três correntes de pensamento e opinião, debate a compatibilidade da guerra moderna com uma norma ética ou jurídica, a possibilidade de o irracional da guerra ser dobrado à racionalidade de uma ética em nossos dias.¹

Palavras-chave: Realismo, militarismo, pacifismo, guerra justa, guerra legítima.

Em meados do século XIX, o Conde Leon Tolstoi publicou seu clássico em que realçava a vitória da vida sobre o morticínio da guerra. Não ingressara ainda na crise espiritual que o levaria a exaltar a paz e pregar um reino de Deus sem igreja e sem dogmas. Participara quando jovem de uma das guerras mais sangrentas e inúteis do século, a da Criméia, que deixou, na lembrança dos pósteros, uma roupa – a jaqueta, chamada *cardigan*, em honra a um dos seus heróis, e o poema de Lord Tennyson sobre um dos seus episódios marcantes, a carga da Brigada Ligeira, de triste memória.

Marcou uma mudança na natureza dos conflitos militares. Assim como a invenção da pólvora tornara fúteis as pesadas armaduras medievais, o emprego do canhão e da metralhadora tornaria obsoletas as cargas de cavalaria, e vão seu heroísmo. Depois, a Revolução Francesa, a guerra do Antigo Regime, dos gestos nobres, reais ou fictos – *tirez les premiers messieurs les anglais* – cedeu espaço aos conflitos de povos, depois de nacionalidades, cujo protagonista maior não era o homem – o soldado – mas o cidadão em armas, parte de uma coletividade militar e militante.

Nesses novos cenários das guerras do século até a Segunda Guerra Mundial, desdobram-se implacáveis carnificinas, desde a Guerra Civil norte-americana, não menos cruel por ser civil, até o conflito de

* Professor, Doutor em Sociologia. Sócio honorário do IGHMB e do IHGB.

¹ Conferência proferida na sessão magna comemorativa do aniversário do IGHMB, em 6 de novembro de 2001, no auditório do IGHMB, na Casa Histórica de Deodoro.

1914 a 1918, que incendiou a Europa e eliminou milhões. Fato novo, a guerra não era mais de povos em busca de independência ou liberdade, soldado contra soldado, assunto exclusivo de profissionais, mas era total, arrastando ao morticínio, indistintamente, militares e civis, substituindo os alvos estratégicos por cidades inteiras, adrede escolhidas como objetivos preferenciais da nova arma, o avião de bombardeio, o míssil capaz de vencer distâncias dantes impensáveis e atingir populações até então imunes à agressão direta.

Na medida em que as nações se incorporavam em estados, os interesses nacionais se despersonalizavam na chamada “razão de Estado”, que nada tinha a ver com as aspirações de paz e estabilidade da sociedade civil e tornava a guerra, para os povos, destino inexorável. Os Estados passaram a encarnar ideologias conflitantes e seu confronto assumiu caráter radical. A guerra nuclear tornou-se realidade e pesadelo, anunciando um apocalipse histórico, onde seria trágica a civilização, pela destruição de suas cidades exemplares. Relegado o emprego das armas nucleares como *ultima ratio*, passaram os conflitos a se dividir em convencionais e terminais, locais e globais, estes postergados pela intervenção das organizações internacionais, dos blocos ou da diplomacia.

Dentro dessa ordem de coisas, as doutrinas da paz, como a própria arte militar, tinham de sofrer revisão. Seria a guerra moderna compatível com uma norma éti-

ca ou jurídica? Seria possível a continuidade de uma ética da guerra, longamente elaborada pela filosofia medieval e pela Escolástica dos séculos XVI e XVII? Ou teríamos de confiar os conflitos armados ao arbítrio da lei do mais forte, ao evolucionismo darwiniano da luta pela vida, ao determinismo materialista do choque de classes ou ao ceticismo indiferente dos relativistas? Em suma, pode o irracional da guerra ser dobrado à racionalidade de uma ética?

Consciente ou inconscientemente, algumas correntes de pensamento e opinião

tentaram responder a essa pergunta. Dentre elas, pela importância e difusão, três se destacam. A primeira seria o Realismo, que um autor define como “reação contra a poderosa e difundida tendência de aplicar juízos morais, normas e prescrições ao domínio

das relações internacionais, sem contestar as inúmeras restrições que lhe impõem as realidades e complexidades do Poder”. Essa corrente teria hoje por inspirador o teólogo protestante Reinhold Niebuhr e seria antitética ao idealismo ou utopismo – embora, para nós, ao contrário, constitua fruto da mesma árvore.

Um bom representante dessa corrente seria Kissinger, que criticou a política internacional norte-americana desde o Presidente Wilson até a Segunda Guerra Mundial e a concepção do equilíbrio de poder, definindo-a, depreciativamente, como idealista ou utópica. A corrente realista rejeita a sujeição da Política à Éti-

*Pode
o irracional
da guerra
ser dobrado
à racionalidade
de uma ética?*

ca, afirma a autonomia radical da política internacional como campo de forças opostas e contrastantes. Segundo Kissinger, foi o abandono, para ele indesculpável, dessa concepção realista que explicaria o desastre norte-americano no Vietnã.

É claro que os autores da vertente realista rejeitam qualquer restrição ética à guerra, considerando inevitáveis seus horrores, resultantes da própria natureza dos conflitos na Idade Moderna. A luta armada, expressão de forças, seria, necessariamente, amoral. Para o realista, seria utópica a imagem do soldado compassivo e contido, elaborada por Santo Agostinho. Na realidade, por trás dessa discordância, paira uma concepção do Poder, dominante em vários autores contemporâneos e radicada em Maquiavel, que o considera intrinsecamente mau. Mau, mas inerente à natureza humana, portanto, inevitável, o que os leva a justificar os excessos da guerra e até o emprego da tortura.

Outra corrente de pensamento seria o Militarismo, que se caracteriza pela valorização da guerra a qualquer preço e superestima, na sociedade, o papel do militar enquanto tal. Sua marca seria o gosto perverso, a volúpia da guerra – *lust for war* –, o traço dominante do militarismo moderno. Daí as guerras “missionárias”, tipo cruzada, de finalidade redentora ou salvífica. Essa tendência reflete o processo de secularização dos valores religiosos na cultura moderna, como é o caso do fundamentalismo islâmi-

co. Transforma toda guerra internacional em guerra civil. Assim ocorreu na Revolução Francesa e na Revolução Russa. As guerras socialistas, de redenção do proletariado oprimido, de Lenin a Fidel Castro, são outras tantas manifestações dessa perversão ideológica. O militarismo, de cega nacionalista ou socialista, implica o desprezo pela vida do soldado combatente e conduz, via de regra, à guerra total, à desumanização e demonização do inimigo. Poderíamos alinhar frases de líderes comunistas divinizando a Revolução e minimizando as perdas humanas – isso de Mao a Pol Pot.

A corrente realista rejeita a sujeição da Política à Ética, afirma a autonomia radical da política internacional como campo de forças opostas e contrastantes.

A exaltação da força e do heroísmo, comum a todos os fascismos, macaqueados pelo nosso Integralismo, baseia-se no desvalor da vida humana, descartável ante os superiores interesses do Estado leviatã. É uma dilatação insensata do eu, que nada tem a

ver com o heroísmo cristão, manifesto em tantos santos e mártires, feito de imolação e sacrifício. Os louros que colheram esses heróis, de Santo Inácio a Kolbe, não são medalhas de quinquilharias, mas o puro metal da santidade.

Não menos oposto a tudo isso é o antibelicismo dos pacifistas. É difícil para muitos entender que o Pacifismo não é em si mesmo doutrina cristã, e que se acha até no pólo oposto à teoria cristã da guerra. Apesar de aspirações aparentemente idênticas – a de um estado de paz – diverso é o preço que estão dispostos a pagar. Os pacifistas subordinam toda guerra a uma

paz ideal, defendem uma renúncia moral indiscriminada ao conflito armado. Para eles, o dever de não-resistência é absoluto, não comporta exceções. Santo Agostinho entendia a mensagem de Cristo – escândalo para os pagãos, de oferecer a outra face ao agressor – como conselho de perfeição aplicável pelo indivíduo na sua vida pessoal; mas não extensiva ao soldado enquanto age numa função pública, na qualidade de defensor do Estado ou da comunidade política, perante o agressor injusto. O mesmo se aplicaria à polícia na defesa da ordem contra o crime ou ao cidadão comum quando se configura uma situação de legítima defesa.

O pacifista recusa à *outrance* qualquer argumento em defesa da guerra. Quando muito, o chamado “pacifismo contingente” aceita, em teoria, a validade ética da agressão armada, mas, na prática, nega legitimidade ao episódio bélico concreto. É o caso do repúdio, em nossos dias, à guerra nuclear, considerada, em qualquer caso, imoral. Já a mesma rejeição não inclui a guerra convencional. Para muitos, a forma moderna da guerra total leva-os à condenação radical de toda guerra, em nome da solidariedade internacional, da humanidade ou dos direitos humanos, embora por aí se venham a validar novas opressões e injustiças.

O pacifista, como o militarista, tem a seu favor a retórica, que é de todos os tempos. Recusa qualquer possibilidade de limitação

*O pacifista,
como o militarista,
tem a seu favor
a retórica, que é
de todos os tempos.
Recusa qualquer
possibilidade de
limitação moral
à guerra.*

moral à guerra. Era esta a posição de Tolstói. Falecido antes da Primeira Guerra Mundial, não viu seus horrores, descritos, para expiação e escarmento, em tantos clássicos – no alemão Eric Maria Remarque, no inglês Robert Graves ou no comunista francês Henri Barbusse – e no maior deles, em *Os Thibault*, de Roger Martin du Gard.

Nesse conflito de rara brutalidade e estupidez, na guerra das trincheiras, provaram-se armamentos de alta capacidade de destruição, ceifaram-se vidas humanas, toda

uma juventude – alemã, inglesa, francesa, depois norte-americana –, deixando no rastro da luta os infinitos cemitérios das Flandres. Nessa guerra tecida de ódios e interesses inconfessáveis, a massa predominou sobre o indivíduo, como nos exércitos; a organização reduziu a zero o ser humano. Como falar no próximo, quando o

poder de fogo neutraliza a distância entre os exércitos? Não é de estranhar que os pacifistas surgissem moralmente engrandecidos desse conflito.

Não pararam, todavia, na condenação da guerra. Levam sua crítica a extremos de reprovar todo tipo de violência, sobretudo a cometida pelo Estado no combate ao crime e à subversão, chegando a recusar à sociedade o direito de legítima defesa. Algumas denominações cristãs condenam até, nesses casos, o uso da força, para eles contrário ao mandamento universal do amor. Essas idéias marcaram o pacifismo militante e até revolucionário de nossos dias, de

Gandhi a Thomas Merton, dos orientalismos, dos hinários dos *hippies* da década de 1970 – embora neste último caso o preceito “faça o amor não faça a guerra” lograsse conotação literal, muito pouco espiritual. Para conter a violência que, segundo esses pacifistas, permeia toda a sociedade, é necessário nada menos que uma revolução, isto é, o emprego da mesma violência, agora resgatada de toda impureza, santificada pelo desejo imoderado de paz.

As correntes aqui descritas revestem aspectos semelhantes à teoria tradicional da guerra. Dela, no entanto, as separam profundas divergências. Contra o realismo, os partidários da guerra justa defendem a validade de uma limitação moral do conflito, tanto no que tange aos recursos empregados (*jus ad bellum*) como à conduta da guerra (*jus in bello*). Não aceitam o critério absoluto do fato consumado face aos princípios. Não só os princípios devem refletir-se na realidade fática, como esta, em ricochete, deve orientá-los; isto porque para eles se deve levar em conta as contingências políticas e militares que precedem e cercam o conflito. No dizer de Jacques Maritain, “rejeite-se o moralismo mas defenda-se a moral”. Se a guerra é uma atividade humana, não há como fugir à sua natureza ética. Excluir a moral do campo das relações internacionais seria, portanto, grave erro.

Pela mesma razão, não se pode aceitar a tese dos militaristas, que vêem na guerra um fim em si mesma, uma forma de ordenação da sociedade desarrumada. O triun-

falismo radical desses autores ameaça valores éticos permanentes e libera forças destrutivas da civilização.

Finalmente, o pacifista repele os fundamentos da guerra justa, vendo em todo conflito armado uma empresa imoral, resistente a qualquer regulamentação ética. Ora, na tradição da guerra justa, o conflito armado pode ser moralmente justificável, não só em princípios, mas em fatos – o que para o pacifista não passa de confortável acomodação, nada menos que um escândalo da razão.

*Cícero
já ensinava
que uma guerra
devia ser
necessária
para ser justa.*

Mas que princípios seriam esses? E, antes de mais nada, quem os descobriu e formulou na ordem do pensamento? Dizer que esses princípios são cristãos *stricto sensu* é dizer muito e dizer pouco. Embora formulados pelo pensamento cristão de Santo Agostinho a Santo Tomás de Aquino, depois renovados pela Escolástica dos séculos XVI e XVII, por Francisco de Vittoria e por Francisco Suarez, os princípios da guerra legítima remontam à Antigüidade pagã e alguns deles também aparecem na obra de filósofos que pouco ou nada têm a ver com a tradição da Igreja Católica.

A verdade é que se trata de princípios de moral e direito natural, cuja lei básica não está, como muitos julgam, nos caprichos e improvisos da consciência individual, mas num código que lhe é exterior e transcendente. Cícero já ensinava que uma guerra devia ser necessária para ser justa. Os estóicos, que pregavam a unidade do gê-

nero humano, consideravam a guerra uma afronta. A historiografia romana está cheia de protestos e indignações ante episódios bélicos motivados pela ruptura de um pacto, isto é, de um compromisso moral. Tito Lívio, por exemplo, que, nessa matéria, teve inúmeros discípulos, esforçava-se por demonstrar o bom direito de Roma em todas as guerras que travou. Se a hipocrisia, como quer um moralista, representa o cumprimento do vício à virtude, essa obsessão de justificativa mostra o esforço de consertar o torto pelo direito. Até Mussolini seguia essa tradição ao tentar demonstrar ao mundo o direito limpo da Itália em bombardear os abexins. Idéias da guerra legítima repontam em pensadores modernos como Hobbes, Spinoza e Hegel.

No entanto, é de justiça afirmar que os princípios da teoria se encontram primeiro no Quinto Mandamento – não matarás –, depois lembrado e reafirmado no Sermão da Montanha. A tradição patrística dividiu-se em duas correntes. Uma dos que, como os pacifistas de nossos dias, condenavam absolutamente a guerra – Tertuliano, Orígenes, Lactancio; outra com Santo Ambrósio e Santo Agostinho que defendiam, em certos casos, a legitimidade da guerra para o cristão. As perseguições dos primeiros tempos do Cristianismo e, sobretudo, a associação, durante o Império Romano, da carreira militar a práticas e submissões idolátricas, justificavam o radicalismo dos primeiros Pais da Igreja. A paz de Constantino, mudando essas condições históricas, abriu caminho para uma conciliação entre o exército das armas e a vocação cristã.

Em Santo Agostinho (354-430) já se encontra a afirmação de que pode haver guerra justa e que é possível, até obrigatório, ao cristão dela participar. Nessa obra enorme já se acham todos os elementos da doutrina da guerra legítima – embora de forma difusa e dispersa, é verdade. Santo Tomás, a rigor, não inovou, mas deu largo passo ao incluir a guerra como capítulo integrante da moral, versando-a precisamente no tratado sobre a Caridade, aquela virtude do preceito famoso de São Paulo – três são as virtudes, a Fé, a Esperança e a Caridade, e a maior delas é a Caridade – pensamento que, aliás, um escritor, baiano e apressado, atribuiu a Jacques Maritain.

Santo Tomás abre a discussão, como é seu método, com uma pergunta: será sempre pecado mover a guerra? Responde que não. E sobre os ombros de Santo Agostinho constrói a doutrina da guerra legítima. Mas, para que uma guerra seja justa, carece de três condições: (a) a autoridade do Príncipe – hoje diríamos de uma autoridade legítima, que a autoriza – o que desde logo exclui a legitimidade da guerra privada, do feudo; b) uma causa justa, isto é, que o inimigo tenha cometido uma injustiça, agressão ou invasão; e (c) uma intenção reta, ou seja, a correção de um crime ou, simplesmente, a promoção da paz. Assim, o poder de declarar guerra surge de uma delegação da comunidade à autoridade constituída; mas, desfechada a guerra, sua condução sofre ainda limitações, contrárias ao excesso, à crueldade, à sede de ambição e de domínio. Se a injustiça da guerra for evidente, resta ao súdito o direito de desobediência, o que hoje se chama desobedi-

ência civil. “Se para o súdito [hoje diríamos cidadão] a injustiça da guerra é evidente”, escreve o teólogo Francisco de Vittoria (1492-1546), “não lhe é permitido bater-se, mesmo ante a ordem do Príncipe.” Se injusta a guerra, suas vítimas são inocentes; e, em caso algum, é permitido vitimar inocentes.

Vittoria, espanhol, desdobra a doutrina tomista dando-lhe forma moderna. Podem mudar as palavras, a doutrina é a mesma. Assim Jacques Leclerc define as três condições da guerra: causa justa; necessidade, isto é, impossibilidade de obter reparação por outro meio que não a força armada; e a proporção entre os meios empregados e a gravidade da injustiça a reparar.

Francisco Suarez (1548-1617), jesuíta e espanhol, concordava nos mesmos motivos, recusando-se a admitir o caráter intrinsecamente mau das guerras e defendendo a moderação na paz – o que nos previne contra as rendições incondicionais e suas calamitosas conseqüências, fonte de vinditas e ressentimentos que tornam a guerra processo infinito, só resolvido pela força. A guerra só é aceitável quando visa restabelecer um estado de direito. A doutrina ganhou corpo com Hugo Grocio, com pensadores iluministas e liberais que se afastaram da perspectiva pessimista de Heráclito a Maquiavel e a Nietzsche, e que julga a guerra não só uma conseqüência inevitável da maldade intrínseca na natureza humana – *homo homini lupus*, e assim por diante – mas valor permanente,

*Se a injustiça
da guerra
for evidente, resta ao
súdito o direito de
desobediência, o que
hoje se chama
desobediência civil.*

fator de engrandecimento do homem. Assim pensam todos os apologistas da razão de Estado que se substituiu à ordem moral e à noção de bem comum.

Os teólogos católicos e os humanistas, como os pensadores iluministas de Rousseau a Kant, passaram a discutir as condições da paz. Não podiam prever as radicais transformações do mundo moderno: o fenômeno do nacionalismo e a conseqüente mudança na composição dos exércitos, não mais de mercenários adequadamente treinados e caros – o que obrigava os generais a poupá-los –, mas a nação em armas, nação contra nação; nem o imperialismo colonialista; ou mesmo a evolução das tecnologias de guerra, a criação de armas cada vez mais mortíferas a serviço de uma concepção massificante e total da sociedade, mercadejadas ou contrabandeadas por industriais sem escrúpulos.

A soberania nacional – tomada como absoluta – e seus egoísmos passou a ser a pedra de tropeço no caminho dos esforços de paz, tornando a solução armada uma ameaça permanente e, com as armas atômicas, pesadelo e angústia das populações civis, levando até ao obscurecimento ou esquecimento dos princípios da guerra legítima.

A criação de organizações internacionais – primeiro a frustrante Liga das Nações e depois a Organização das Nações Unidas – parecia realizar velha aspiração dos pacifistas que, desde Kant, clamavam por um governo mundial, uma forma de

constituição capaz de dirimir os conflitos entre nações. A divisão do mundo em dois blocos, ambos brandindo, façanhudos, seus arsenais de armas nucleares, parecia dar razão aos realistas e à doutrina da dissuasão. Por um vislumbre de razão a guerra nuclear não aconteceu. Hoje, a ameaça parte das máfias que compram mísseis e bombas no varejo do mercado internacional ou de ditadores irresponsáveis do Terceiro Mundo, que não hesitarão em usá-las para fazer valer sua ambição de poder; ou, pior, dos fundamentalismos religiosos.

Nada disso invalida a regra moral; ao contrário, reforça a necessidade de sua aplicação esclarecida. A afirmação da necessidade de autoridade legítima tornou-se imperativa no mundo ameaçado por grupos terroristas e pelas máfias. O uso legítimo da força é pré-condição de uma sociedade civilizada. Faz-se mister que o ato de guerra assuma caráter público e legal e venha em apoio a uma ordem internacional, não em sua contraposição.

É o que distingue o direito à resistência do direito à revolução, diferença que provoca reações alérgicas nos revolucionários de todos os tempos, jacobinos ou marxistas. E naqueles, muito próximos de nós, leigos e clérigos, que usam o conceito de “conscientização”, de emprego parcial e sectário contra uma suposta falsa consciência ou hegemonia – no sentido do italiano Gramsci –, espécie de ilusão ou alienação coletiva induzida, de cima para baixo, por estruturas sociais ou culturais opressivas. É o caso da teologia da libertação ou de seu pedagogo Paulo Freire. A chamada conscientização é, na realidade, uma forma de

induzir no povo mal disfarçada ideologia revolucionária marxista.

A construção da teoria da guerra justa não parou na Idade Média, como muitos pensam, nem é criação de idealistas alucinados que voltam as costas às duras realidades da história. Ao contrário, vem sofrendo, sem alteração nas suas linhas mestras, constante readaptação às novas contingências da modernidade. Nem Vittoria, nem Suarez – que tinham diante dos olhos apenas o cerco de cidades, a redução de seus habitantes pela fome e a derrubada dos seus muros pelo canhoneio de exércitos e armadas –, nenhum deles podia prever o bombardeio aéreo de concentração que eliminou do mapa cidades inteiras. A tradição da guerra justa não é velharia de brechó, mas núcleo vivo de debates e reflexões. O Professor Andrew J. Coates, inglês, em livro recente (*The Ethic of War*, 1997), entende que essa teoria representa “a tradição intelectual dominante no pensamento ocidental quanto à moralidade da guerra, e seus princípios ajudaram a plasmar o direito internacional”. Aponta a atualidade do princípio da autoridade legítima e também o da justa causa, este hoje obscurecido pela moral relativista e pragmatista, dominante em matéria de relações internacionais como em tudo mais, e pela importância assumida pelo Estado. Permanece, no entanto, como critério central na avaliação moral do conflito, como ficou demonstrado na Segunda Guerra Mundial. “Numa guerra”, afirmou Vittoria no século XVI, “ambos os lados podem estar de boa-fé, mas só em um deles a causa é justa.” “No mundo imperfeito”, afirma, por seu lado, o

Professor Coates, “justiça e injustiça, valores absolutos, não existem. Mas injusta será a guerra que beneficie unilateralmente um Estado em detrimento da comunidade internacional. Nem será injusta, por definição, qualquer iniciativa bélica ou agressão”.

Tampouco será justa a guerra que prejudique o Estado agressor, *toutes choses étant égales d'ailleurs*. É o princípio da proporcionalidade ou simetria moral quando a guerra visa restabelecer um equilíbrio. Longe do raciocínio estreito de custos-benefícios, essa simetria não é quantificável como imaginava delirantemente Bentham, na sua aritmética moral. Na Guerra das Malvinas, valores morais, mais que interesses materiais, entraram em jogo – o que muito dificultou a ação do governo da Sra. Thatcher que a intentou.

É claro que a guerra deve representar um último recurso após a aplicação de sanções econômicas, isolamento do agressor, bloqueio de seus portos, desde que não venham a prejudicar a ação militar, no caso de se tornar necessária. Podem ter sucesso ou não. As gestões diplomáticas e a intervenção das Nações Unidas parecem ter falhado na tentativa de dissuadir Sadam Hussein de invadir e ocupar o Kuwait, o que precipitou a Guerra do Golfo, onde morreram cem mil homens.

A idéia de proporcionalidade volta na discussão sobre a condução da guerra, a graduação dos meios empregados. Consta-se hoje a validade, ainda na Guerra das Malvinas, do episódio do afundamento do cruzador argentino *General Belgrano* pelo submarino *Conqueror*, da Marinha inglesa. Muitos julgam o ataque – em que

pereceram mais de trezentos marinheiros argentinos – desproporcionado ao efeito que se pretendia causar; portanto, desnecessário e cruel. Teria sido ato político e não militar. Contesta a Marinha inglesa argumentando não fora o afundamento do *Belgrano*, toda a estratégia da operação e o desembarque estariam em perigo. Cabe aos estrategistas do futuro decidir a questão.

A imunidade dos não-combatentes, ponto essencial da doutrina, constitui outro problema candente. É toda a vulnerabilidade da população civil ante a capacidade destrutiva das armas modernas. Mas, que serão hoje na guerra total os não-combatentes? Até onde a população civil – operários da indústria, particularmente das fábricas de armamentos, burocratas e tecnocratas, elementos de retaguarda mas atuantes, partidários e sectários – será responsável ou não pela continuidade do conflito? O emprego de milícias civis e a infiltração da quinta coluna tornam difícil a discriminação entre combatentes e não-combatentes, outrora fácil pelo simples uniforme. O inocente, o *non-nocens*, isto é, o que não prejudica, nem sempre é sinônimo de sem culpa. A guerra total cria a responsabilidade total.

Os estudiosos da moral da guerra recorrem, nesses casos, ao princípio do duplo efeito, que subordina a consequência danosa do ato à sua intenção maior; o que não se confunde com a máxima grosseira segundo a qual os fins justificam os meios. O que está em questão é a estrutura moral objetiva, o ato em si, daí a importância da intenção do agente.

Conceitos aparentemente abstratos iluminam a discussão, muito prática, que se

trava em torno da legitimidade do bombardeio de alvos civis, cuja intenção não é o massacre de populações, mas a derrota do inimigo. O problema de fácil solução, no caso, por exemplo, do apoio da Força Aérea à invasão do continente europeu pelos aliados, complicou-se com o uso estratégico do poder aéreo, que veio a ampliar a área visada pelas bombas, como no caso do ataque às indústrias Renault pela RAF, em 1942. O bombardeio de precisão passou a ser substituído pelo de saturação, o que torna difícil a avaliação pela regra do duplo efeito, completada agora pela de “necessidade”. Enquadra-se neste caso a mudança na estratégia aérea inglesa em 1942, que passou do bombardeio de precisão contra a Alemanha ao bombardeio maciço de cidades. Um exemplo é a destruição de Hamburgo, em 1943, levada a efeito pela RAF com o propósito de atingir a população civil nas áreas residenciais – o que foi conseguido pela eliminação de 50 mil habitantes, número equivalente ao de civis ingleses mortos durante toda a guerra. Sem falar no bombardeio de Dresden, que se atribui a erro estratégico. Por outro lado, as bombas V-2 lançadas sobre Londres pelos alemães não discriminavam civis de militares, donas de casa de soldados.

De maior consequência, no entanto, foi o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, fato brutal que pôs em dúvida o destino da civilização e questionou sua mesma essência. O impacto moral da bomba deu força e novo argumento aos pacifistas. Valorizou os opositores da resistência moral que se recusavam ao serviço militar por motivos de consciência, di-

reito que hoje passou a ser respeitado em vários países. O pânico causado pela bomba levou muitos a considerá-la nem mais nem menos que o sinal de um apocalipse da civilização e a defender um ideal de paz a qualquer preço, que se igualaria a uma rendição incondicional. Lorde Russel – leia-se o matemático de bom tamanho e filósofo popular Bertrand Russel – defendia a tese de que uma capitulação seria preferível à guerra termonuclear. Esta selaria o destino da civilização. Segundo Raymond Aron, o filósofo confundia, nessa opinião, o risco do apocalipse com a sua certeza.

Aron, por sua vez, julgava que não se conseguiria suprimir totalmente o risco da guerra termonuclear nem por meio do desarmamento, nem pela corrida armamentista. Seria eliminado, segundo ele, teoricamente, por um Estado universal. Aron escrevia na época (1962) em que o conflito dos “dois grandes” chegava ao auge. Os pactos de suspensão das experiências nucleares desanuviaram a atmosfera tensa sem se ter de chegar ao Estado mundial, sonho dos pacifistas de todos os tempos. O conflito entre as duas superpotências terminou, após a queda do Muro, pela hegemonia de uma delas, resultado de uma superioridade científica e tecnológica que ainda incomoda muitos.

De fato, é assustadora a distância entre a guerra convencional, seja qual for a arma empregada, e um conflito termonuclear. A diferença qualitativa é, antes de mais nada, quantitativa: uma tonelada de bombas de TNT lançadas sobre a Alemanha causou, em média, entre 1940 e 1945, 300 mil vítimas. Uma bomba atômica de 20 quilotões

(equivalente a 20 mil toneladas de TNT), causou, em Hiroshima, dezenas de milhares de mortos. Calcula-se que uma bomba termonuclear de alguns megatões, explodindo sobre o centro de Paris – *quod Deus avertat* – provocaria milhões de mortes. Essa mudança de escala seria uma catástrofe para agressor e agredido. Mas, como lembra Aron, “o custo da servidão, para um povo ou uma cultura, pode ser mais elevado que o custo da guerra, mesmo de uma guerra atômica”.

A Igreja, e os esforços incessantes dos seus pontífices em prol da paz, tentou corrigir esses desequilíbrios. Em sua mensagem de Natal de 1951, Pio XII lembrou: “Mais que ninguém deploramos a crueldade monstruosa das armas modernas (...). Mas não incidimos numa espécie de materialismo prático, de sentimentalismo superficial, vendo o problema da paz única, ou principalmente sob o prisma da existência ou da ameaça de tais armas (...). Unindo estreitamente a questão das armas materiais ao problema da paz, cometeríamos o erro de desprezar o aspecto primeiro, a questão espiritual que acarreta todo perigo de guerra.”

A doutrina da Igreja, nessa matéria, mantém-se inabalável em seus princípios. A Constituição Apostólica *Fidei depositum*, de 11 de outubro de 1992, que publicou o chamado *Catecismo da Igreja Católica*, ao tratar do 5º mandamento, dedica parágrafo especial à salvaguarda da paz. Define-a, com Santo Agostinho, como “a tranquilidade da ordem”, imagem na terra da paz do Cristo, e afirma a validade permanente da lei moral durante os conflitos ar-

mados; pede estritas condições para o exercício da legítima defesa pela força militar; prescreve o respeito aos opositores de consciência, recomendando, no entanto, que sejam obrigados a servir, por outra forma que não o serviço militar, à comunidade. De forma inequívoca dispõe que “todo ato de guerra que tenda indistintamente à destruição total de cidades ou vastas regiões e de seus habitantes é crime contra Deus e contra o próprio homem, e deve, portanto, ser condenado com firmeza e sem hesitação”. E alerta para o perigo da corrida armamentista e para a necessidade de regulamentar a produção e o comércio de armas. Combater a guerra, avisa o documento, não basta; é preciso remover as injustiças e desigualdades na ordem econômica e social, invejas e ressentimentos que ameaçam a paz e causam as guerras. Não é possível ser mais explícito e incisivo sem cair na declamação retórica ou no messianismo apocalítico.

A teoria da guerra justa mantém a superioridade da paz sobre a guerra; mas não de qualquer paz, muito menos de mera cessação de hostilidades. A paz de Versailles foi criminosa, como mostraram suas conseqüências. O estado de paz pode disfarçar profundas iniquidades – vide a Guerra Fria. As violações do direito de guerra pelos Estados totalitários foi sucedida, no pós-guerra, por uma era de anarquia jurídica, até que dela emergisse a noção de comunidade internacional. Esta não pode limitar-se a pactos e convenções, mas repousa sobre o princípio ético de um bem comum internacional, que não se confunde com hegemônias e cosmopolitismos.

Os acontecimentos de 11 de setembro exigem um posfácio. Anunciou esta nova forma de guerra – a guerra insidiosa do terror em que o inimigo é invisível, confunde-se com a população vitimada, ataca inocentes e usa armas de difícil detecção.

Não é possível questionar a legitimidade moral da reação. Na carta que dirigiu ao Presidente Bush, o escritor Jean d’Ormesson perguntava: “Será que direita e esquerda ainda têm sentido? Será que a idéia de nação na qual tantas coisas repousavam ainda tem futuro? O terrorismo é internacional. A resposta ao terrorismo só pode ser internacional. Quem atacou a América, sob os ordens de um fanático miliardário, foi uma federação da miséria do mundo comandada por um fanatismo religioso.”

“O mundo democrático todo”, continuava, “foi atingido. Não se trata de luta de classes, de ricos e pobres. Não se trata de um conflito entre culturas, mas de uma luta entre barbárie e civilização. Não há campos nítidos. As alianças e opiniões mostram antigas divisões nacionais ou de classe. Nunca um conflito exigiu tal afinação do senso moral para que não se confunda paz com justiça ou paz a qualquer preço sem justiça. Um delito abominável foi cometido, e pede reparação. É gritante verdade que, hoje, corre o risco de ser obscurecida por uma teoria conspiratória sobre o imperialismo capitalista norte-americano.”

Outro problema é o excesso de reação, mas aqui é pedir prudência à cólera, equilí-

brio à paixão. Ainda o escritor Jean d’Ormesson, nessa carta lapidar, pedia ao Presidente Bush que não se tornasse para as massas islâmicas, do Marrocos à Indonésia, o que o Ministro Ariel Sharon tem sido para os palestinos.

Não nos iludamos. O fanatismo não engloba uma massa indistinta de coitadinhos. É um adversário formidável, que dispõe de vultosos financiamentos e uma “inteligência”, em sentido lato e estrito, afiada na luta secular da guerrilha. É discutível, arriscado, combater o terrorismo fanático mediante uma operação militar. Não por se esconder em cavernas, mas porque usa mil máscaras: uma é a miséria, outra a opressão milenar, a exploração do homem pelo homem.

A teoria da guerra justa aplica-se aqui como em outro qualquer conflito. Não é uma idealização nem se dá por encerrada com as elaborações dos escolásticos e pensadores da Idade Média. Seus princípios inabaláveis atravessam os tempos e apontam para a necessidade de uma reflexão constante à luz dos fatos novos, resultantes da evolução da tecnologia e das mudanças na organização internacional. Mais importante que o Estado Mundial sonhado por Hobbes é a Comunidade Internacional; a lenta, difícil, penosa construção de suas instituições, tentativa inçada de obstáculos, esforço abnegado de superar séculos de messianismos e hegemonias, inquietações e ressentimentos, em busca da paz com justiça.



A guerra é mais fácil de fazer que a paz.

Georges Clemenceau in *Discursos da Paz*.

As Guerras Futuras

L. P. Macedo Carvalho *

Resumo: A dificuldade de manutenção da paz com o fim da Guerra Fria, as realidades surgidas da monopolaridade, a natureza da guerra do futuro em função dos avanços tecnológicos e as novas ameaças não-militares surgidas são o objeto de apreciação deste artigo.¹

Palavras-chave: ONU, 11 de Setembro, automação e *High Tech*.

PANORAMA MUNDIAL E PERSPECTIVAS

Este início de milênio passará à História como a era do repúdio ao totalitarismo, do redescobrimiento da democracia, do ressurgimento do nacionalismo, da explosão da sociedade de massa, da globalização e dos grandes blocos econômicos, da ameaça de retorno à Guerra Fria, do despertar da China, da convulsão da África subsaariana, da iminência de um choque de civilizações entre Oriente e Ocidente, do surgimento dos homens-bomba, do agravamento da questão palestino-israelense, do anseio de superação da dependência exter-

na na Ibero-América, da hegemonia dos EUA e da perda de sua invulnerabilidade com os atentados do 11 de setembro. Com isso, esboça-se uma nova configuração geopolítica para o mapa-múndi.

A escalada da violência étnico-nacionalista, apoiada na simbiose do fundamentalismo religioso com o terrorismo internacional não respeita fronteiras. O fantasma do narcotráfico, com efeito sinérgico sobre o crime organizado, alimentado pela miséria e pela corrupção, surgiu no cenário mundial como novo fator de risco para a sociedade. A preponderância das economias de mercado e o fortalecimento dos centros de poder econômico nos levam a repensar o tradicional conceito de soberania.

A perda da importância estratégica dos países ibero-americanos frente à excentricidade geopolítica, exceto na área do

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do IGHMB e membro do IHGB.

¹ Palestra realizada em 23 de dezembro, no painel *A Problemática das Forças Armadas no Século XXI*, na EsAO, ao ensejo do encerramento dos cursos deste estabelecimento de ensino do Exército.

Caribe, e resultante das suas disparidades históricas e da revolução tecnológica, obriga-os, conseqüentemente, a disputar um lugar ao sol – sem grandes esperanças – com os superblocos que detêm o poder econômico transnacional. Deste modo, o heterogêneo trem ibero-americano, carente de arrojo e de investimentos estrangeiros, permanece estacionado no pátio do subdesenvolvimento, à espera de uma locomotiva potente que o conduza ao terminal da modernidade. Enquanto isso, a Ibero-América – o Terceiro Mundo do Ocidente – continua importando bens de capital e tecnologia, exportando matérias-primas e produtos manufaturados por mão-de-obra barata, além de continuar sendo um vasto e atraente mercado consumidor. Na América Central e na América do Sul, os problemas fronteiriços e das Malvinas, não solucionados definitivamente, e os interesses multinacionais na Antártida constituem fatores de desagregação e desestabilização política latentes, sem mencionar o imenso perigo representado pelas guerrilhas colombianas, com conotação ou não ideológica. No Caribe já se escuta o canto do cisne do agonizante regime castrista, embora surpreenda que ainda encontre admiradores nas Américas.

Simultânea e paradoxalmente, se antevê o colapso ou a decadência do Estado-nação nas repúblicas ibero-americanas, com a formação de grandes pólos ou conglomerados regionais, continentais ou ex-

tracontinentais. Diversas nacionalidades ibero-americanas, na busca pela afirmação de sua identidade nacional e cultural, sinalizam incerteza e insegurança face à incapacidade e falta de vontade das organizações internacionais para resolver conflitos de interesse e desequilíbrios socioeconômicos. Tudo indica que o

Estado-nação é demasiadamente grande para diminuir questões menores e demasiado pequeno para solucionar as grandes.

Muita ênfase foi dada à cooperação econômica, mas pouca atenção tem sido dada à segurança coletiva das Américas. O

*O Tratado
Interamericano de
Assistência Recíproca
e a Carta da OEA
parecem relíquias
dos tempos da Segunda
Guerra Mundial
e da Guerra Fria.*

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a Carta da OEA parecem relíquias dos tempos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Nada foi feito ou se cogitou quanto a alternativas para enfrentar os desafios e as ameaças de hoje à segurança hemisférica. Ao contrário, o modelo preconizado e exportado pelo “consenso de Washington” vem contribuindo intensamente para o desmantelamento das Forças Armadas abaixo do Rio Grande, diante do temor de ressurgimento do militarismo que predominou no período de intensificação de combate aos movimentos revolucionários, de cunho marxista-leninista, durante a Guerra Fria.

Exacerba-se e generaliza-se o antiameericanismo gerado pelo imperialismo e unilateralismo ianque e pelo processo de globalização, embora resulte, em grande parte, da incapacidade de muitos governos na-

cionais em assumir os erros de oligarquias ou ditaduras e de guerras mundiais fomentadas por ideologias totalitárias dominantes no século XX.

Hoje, atos de selvageria, como os recentes atentados terroristas por todo o mundo, afetam a todos em toda parte, o que faz do combate ao terror uma preocupação coletiva. O mundo sente-se impotente e despreparado para se antepor a essa nova modalidade de guerra.

PAZ FRIA

A alternância entre guerra e paz tem caracterizado a história do mundo. Cada geração vê na guerra a solução de seus conflitos sucessivos, alimentados pelo egoísmo e pela ânsia de poder do homem.

O princípio básico que norteou o convívio entre as nações por vinte séculos, raramente questionado, alicerçou-se no velho aforismo romano – *si vis pacem, para bellum* (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

O século XX ficou marcado pelo flagelo da violência. Diplomatas e políticos falharam em fazer uso da razão para diminuir as tensões causadoras das duas guerras mundiais: 75% de todas as mortes resultantes de guerra, desde a queda de Roma, verificaram-se nesse século – ou “o século curto e violento”, no dizer do historiador inglês Eric Hobsbawm.

O fim da Guerra Fria, de início, provocou uma onda de euforia com a suposição

de afastamento definitivo do grande risco de holocausto nuclear, restando apenas a possibilidade de ocorrência de limitados conflitos armados localizados ou regionais. Porém a realidade, nos três anos seguintes ao término formal da Guerra Fria, mostrou que o planeta foi sacudido por uma série de acontecimentos inesperados, tão graves como o próprio conflito Leste-Oeste: a Guerra do Golfo, os massacres da Somália e de Ruanda, a luta armada no Sudão, a retomada dos combates em Angola e Moçambique, a volta da guerrilha na Namíbia e em Serra Leoa, as carnificinas raciais e tribais no Congo e na África do Sul, as violações do cessar-fogo no Saara Oriental, os movimentos separatistas do Assam, Pundjab, Cachemira e Timor, a persistência de focos de tensão no Camboja, o prosseguimento do morticínio no Líbano, a guerra

civil no Afeganistão, a brutalização das hostilidades na Bósnia, na Croácia, no Kosovo e na Macedônia, o genocídio russo na Chechênia, a continuação dos conflitos entre a Índia e o Paquistão e em Chipre, entre turcos e cipriotas, a instabilidade

política em El Salvador e na Nicarágua, a crise do Haiti, as disputas fronteiriças entre Equador e Peru, a escalada da narcoguerrilha e fragmentação na Colômbia e atritos desta com a Venezuela; os confrontos de armênios e azerbaijanos, georgianos, abkhazianos e ossetianos, hutus e tuisis, curdos e turcos, tamis e sinhalezes, além de muitos outros. Para não falar nas ações ter-

*O século XX
ficou marcado pelo
flagelo da violência (...):
75% de todas as mortes
resultantes de guerra,
desde a queda de Roma,
verificaram-se
nesse século.*

roristas crescentes do ETA (Espanha) e do IRA (Irlanda), no infindável conflito árabe-israelense, nos atentados ao WTC e ao Pentágono, bem como nos recentes atos de terrorismo na Indonésia, no Paquistão, na Índia, nas Filipinas e na Rússia.

Na verdade, o mundo vive constantes ameaças de choques e desafios novos, herdados de eras passadas, tal como a perigosa dispersão dos sistemas de armas de destruição em massa – nucleares, biológicas e químicas.

As ameaças não-militares propriamente ditas, ou os chamados conflitos de baixa intensidade – causados pelo recrudescimento de ideologias e de nacionalismos xenófobos, pelo fundamentalismo religioso, pelo pacifismo, pelos movimentos reivindicatórios das minorias étnicas, pelo fluxo de correntes migratórias clandestinas, pelo terrorismo nacional e internacional, pelo crime organizado, pelas máfias, pelo contrabando de armas, pela aliança do narcotráfico com a guerrilha –, deixam seqüelas tais como caos socioeconômico, corrupção generalizada, intolerância racial, lavagem de dinheiro etc., que redundam no enfraquecimento de governos nacionais. Tais chagas sociais das mais requintadas patologias podem se transformar em graves situações localizadas ou regionais que venham a exigir intervenção internacional.

A comunidade internacional vem respondendo de formas diferentes a cada um dos desafios apresentados no cenário mundial, refletindo falta de uma estratégia con-

sistente para manter a paz após a Guerra Fria. Uma das razões é que os atuais conflitos diferem bastante daqueles para os quais as Forças Armadas foram tradicionalmente destinadas. Outra é que o mundo vive grandes transformações e os centros de poder mundiais ainda não lograram redefinir seu papel em termos explícitos, o que gera desconfiança entre os países mais fracos e subdesenvolvidos.

A insegurança do mundo de hoje é agravada por uma gama de incertezas virtualmente desconhecidas de uma ou duas gerações anteriores. Inúmeros conflitos inter-

nos contemporâneos são legados do colonialismo, uma vez que os limites de cerca da metade dos novos Estados membros da ONU foram impostos arbitrariamente pelos colonizadores. Não causa surpresa, pois, que

movimentos separatistas e irredentistas hajam vindo à tona.

A era pós-Guerra Fria será conhecida por um espectro de violenta desagregação dos Estados, passível de levar países à guerra. A menos que a comunidade internacional defina e enfrente corajosamente as raízes dos conflitos surgidos pela violação dos direitos humanos, pelo desrespeito às identidades nacionais e à soberania dos Estados-nação, a violência não diminuirá no mundo como um todo, e a humanidade não se afastará do perigoso rumo que segue.

Embora, em geral, as guerras de grandes proporções aparentemente tenham sido afastadas do cenário mundial, não há garantia de que não ocorram. As estatísticas

*Caminhamos
para um
amanhã de
“guerra improvável,
paz impossível”.*

recentes sugerem que, no futuro, se assistam à eclosão de vários conflitos limitados de grandes proporções e conseqüências imprevisíveis. Como afirmou Raymond Aron, caminhamos para um amanhã de “guerra improvável, paz impossível”.

Muito se tem falado em desarmamento e admite-se mesmo que alguns progressos se fizeram neste campo, mas prossegue o desenvolvimento e a produção de modernos sistemas de armas, particularmente nos países industrializados do hemisfério Norte. Bilhões de dólares continuam a ser gastos na comercialização de armas do Primeiro Mundo para o Terceiro. Tem se limitado o emprego, mas não a produção de armas. À exceção da Convenção de Proscrição de Armas Químicas, firmada em 1993, que prescreve a demolição de instalações de produção, nenhum dos tratados existentes (TNP, TAPT, MTCR, COCOM, NSG etc.) estipula o desmantelamento ou conversão de fábricas de armamento para outros fins. A “Nova Ordem Internacional” insinua a manutenção do *apartheid* militar global, pregando o desarmamento e a redução das Forças Armadas dos Estados não integrantes do poderoso bloco do G7 (Alemanha, França, EUA, Canadá, Itália, Japão, Reino Unido) que, sob a pseudo-égide da ONU, asseguraria a “segurança coletiva”, com sérias ameaças ao conceito de soberania nacional dos demais.

Apesar da estabilização ou redução dos arsenais nucleares, os estoques existentes ainda contêm suficiente poder de aniquilação da vida sobre o planeta. Aliás, nenhuma das potências nucleares admite a eventual abolição do respectivo arsenal de

armas atômicas, o que não lhes dá autoridade para impedir outros países de dominarem o ciclo completo da desintegração do átomo, mesmo para fins pacíficos, fato que confere *status* político e militar em negociações diplomáticas. A embaixadora dos Estados Unidos, em recente entrevista publicada na imprensa brasileira, quando questionada por que o Brasil não recebia um tratamento similar ao dado pelo seu país à Índia e ao Paquistão, respondeu simplesmente “porque são países dotados de armas nucleares”.

Cresce e prolifera, ainda, o estoque de armas convencionais em todo o planeta, provocando instabilidade. A Europa permanece sendo a região mais militarizada, em contraste com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, onde os conflitos insolúveis alimentam corridas armamentistas com 60% de material bélico proveniente do G7 – o que configura incoerência com a anunciada política de desarmamento.

A imagem dos boinas-azuis das Nações Unidas desempenhando o papel de *gendarmes* e/ou bombeiros do mundo é discutível. As decisões da Assembléia Geral, dominada pelo voto de inúmeros países inexpressivos e recém-criados, são questionadas pelas grandes potências mundiais; da mesma forma, o poder de veto dos grandes que integram o Conselho de Segurança levanta suspeitas entre os Estados de menor porte. Ademais, a inexistência de um orçamento permanente para operações de paz na ONU combinada com a crescente dívida ou atraso no pagamento das cotas de numerosos Estados-membros exacerba a questão. Complican-

do o problema, o Artigo 2 da Carta das Nações Unidas não autoriza intervenção em assuntos exclusivamente da jurisdição interna de cada Estado. É cada vez mais difícil distinguir conflitos internos de internacionais e prever repercussões além-fronteiras. O conceito de autodeterminação colide com o de ação humanitária. A aplicação do Direito Internacional, ainda quando diante de graves violações aos direitos humanos, não justifica intervenção estrangeira em assuntos internos de cada país. Assim, o conceito de soberania, apesar de nunca ter sido expresso de forma absoluta, torna-se mais importante em termos de direitos e responsabilidades dos Estados. Não surpreende, pois, que alegadas intervenções externas em Estados fracos não tenham aceitação universal. No futuro, tais práticas dificilmente serão justificáveis.

A manutenção da paz reclama que, antes de tudo, se faça a paz, uma vez que os centros de poder mundiais só resolvem as questões de seus interesses, confirmando a velha assertiva de La Fontaine de que a "razão do mais forte é sempre a melhor". Os dias de amadorismo terminaram. Diplomatas e políticos têm sido irrealistas. A autoridade e a credibilidade da ONU estarão comprometidas caso a solução dos conflitos internacionais continue sendo tratada dentro dos estreitos interesses econômicos e políticos das potências mundiais ou de corporações transnacionais, em detrimento

*A aplicação do
Direito Internacional,
ainda quando diante
de graves violações
aos direitos humanos,
não justifica
intervenção estrangeira
em assuntos internos
da cada país.*

dos princípios universais de respeito à dignidade humana. Essas suspeitas se fundamentam nas decisões tomadas pelo Conselho de Segurança da ONU, que justifica intervenções internacionais ou silencia segundo conveniências do momento.

Seria ilusório esperar-se, das Nações Unidas, capacidade de impedir que todos os eventuais conflitos limitados ganhem dimensões violentas e de grandes proporções.

Somente a dissuasão, mediante o emprego efetivo da força quando se faça necessário, garantirá o direito da humanidade de viver em paz e em liberdade.

A década de 1990 ficou marcada pela globalização econômica e pela erosão da governabilidade mundial. A defasagem econômica e política gerada

pela globalização atingiu um ponto de inflexão com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001. A economia dirigiu as relações internacionais no trato do fenômeno multidimensional da globalização (econômica, política, militar, ecológica, científico-tecnológica, social e cultural), porém deverá ceder lugar, nos próximos anos, às questões de segurança e governabilidade.

Torna-se patente a necessidade de uma poderosa coalizão da maioria dos países para manter a paz e evitar um choque entre civilizações, preservando seus valores e dogmas bem sedimentados.

Apesar de meros espectadores da História e de ainda ser cedo para traçar ce-

nários futuros, pode-se antever mudanças nas doutrinas de segurança vigentes. Primeiramente, deverão ser desarquivadas medidas de defesa interna, com prioridade para as operações de informações ou inteligência, como modernamente são denominadas. Em segundo plano, intensificar-se-ão as operações de paz centradas em *peace and law enforcement*, destinadas a combater os ilícitos internacionais. As operações militares convencionais ou não virão em terceiro lugar.

As preocupações de fundo basicamente econômico, como a ALCA, serão provavelmente repensadas e negociadas, à medida que se consolide a coalizão ou alianças, objetivando uma política mais equilibrada de integração de fatores econômicos, políticos e militares.

A segurança global prevalecerá sobre os mercados, baseando-se no poder real dos países, expressos em termos de valor da economia, avanço do desenvolvimento científico-tecnológico, efetivo populacional, recursos naturais disponíveis, eficácia e instabilidade governamental, capacidade das forças armadas e de projeção de poder.

Os EUA continuarão a exercer a hegemonia do mundo. Secundando a potência central, estarão a União Européia, Japão, Rússia, China e Índia.

Haverá menos espaço para atitudes ambíguas da parte dos governos dos Estados. A nova situação implicará reposicionamento das forças antiglobalizantes e revisão de atitudes ideológicas inspiradas em regimes que ruíram com a queda do Muro de Berlim em 1989.

Na eventualidade de não se impedir o “choque de civilizações” entre o Ocidente e o Oriente, configura-se como mais provável o retorno a um quadro de Guerra Fria prolongada.

A História ensina que a vitória ou a derrota depende do apoio dado pelos povos e a mídia às Forças Armadas e ao Governo.

O homem enfrenta um dilema permanente: confiar no poder das forças armadas ou legitimar o uso da violência com fins político-econômicos.

“Não guardamos a visão do mundo sem guerra e isto inevitavelmente exige um sistema alternativo para enfrentar os conflitos”, declarou Adlai Stevenson há mais de trinta anos.

GUERRAS FUTURAS

Se até 11 de setembro de 2001 afigurava-se difícil um exercício de futurologia para se esboçar o cenário da guerra do futuro, mais do que nunca se mostra perigoso especular a respeito de como será travado o conflito de amanhã. A verdade é que essa guerra será como nenhuma outra já anteriormente ocorrida.

Uma hipótese é o mundo mergulhar numa guerra irregular moderna, mas que, à semelhança das precedentes, pode acabar em uma guerra convencional ou com o emprego de artefatos nucleares. Será uma guerra assimétrica, de contorno não-definido, sem inimigo identificado, duração não-estimada, sequer podendo ser denominada guerra.

Não será conduzida por uma grande aliança permanente, com o único propó-

sito de derrotar forças inimigas. Envolverá coalizões flutuantes de países que poderão se alterar e evoluir, segundo o dinâmico jogo de interesses. Os países desempenharão papéis diferentes e participarão de formas diferentes. Contribuirão de diversas maneiras, provendo segurança, informações, interrompendo o fluxo de dinheiro, vigiando fronteiras e sistemas de comunicações, cedendo e negando bases de apoio, fornecendo auxílio financeiro e logístico, exercendo pressão econômica e/ou política, realizando ações diplomáticas e, finalmente, empregando as Forças Armadas.

Esta guerra não exigirá, necessariamente, concentração de meios maciços contra alvos. A força militar será um dos múltiplos instrumentos usados. Ciência e tecnologia ocuparão lugar destacado no “campo de batalha do mundo”. Poderá incluir invasões do ciberespaço. Não haverá regras fixas nem a terminologia será a mesma das anteriores. Será um tipo de guerra diferente e envolverá civis e militares.

Fora desta hipótese, os conflitos de maior envergadura verificados entre nações subdesenvolvidas ou emergentes seriam evitados ou solucionados pelos países que detêm o poder global, utilizando como instrumento a ONU ou mediante sanções econômicas de organismos financeiros internacionais. Fracassadas as negociações diplomáticas ou pressões econômicas, empregar-se-ia uma força internacional sob a bandeira da ONU, com ou sem o beneplácito do Conselho de Segurança.

Os esperados avanços científico-tecnológicos, nas próximas décadas, trarão

significativo desenvolvimento no campo do material bélico, acarretando mudanças na natureza da guerra, com fortes reflexos na estrutura e no emprego das Forças Armadas.

Armas convencionais, desenvolvidas com base em modernos princípios tecnológicos e de grande precisão, devem substituir as nucleares de enorme poder destruidor similar, sem as suas perversas consequências devastadoras.

A linha demarcatória entre armas nucleares e convencionais desaparecerá.

Conflitos limitados e regionais, localizados, de duração imprevisível e de baixa intensidade deverão ser conduzidos por pequenos agrupamentos de armas combinadas, atuando independentemente e coordenados, dispersos, com mobilidade tática, maciço poder de fogo e de armas de maior letalidade e grande acurácia a longa distância. Avultarão engenhos *high tech* à base de microeletrônica, computadores miniaturizados, robôs, videofones ou *tank-cams* (transmissão ao vivo), comunicações por satélite, sensores das mais variadas espécies, meios digitalizados, munição eletromagnética e táticas flexíveis, adaptáveis a qualquer tipo de operação. O emprego de imensas formações blindadas e do carrode-combate parece questionável. Devastadores ataques rápidos de aeronaves invisíveis e não-tripuladas serão realidade. Não haverá segurança tanto à retaguarda como à frente, assim como para o combatente e para a população. A guerra eletrônica, na disputa pelo domínio da quarta dimensão do combate – a eletromagnética – será incontestável. O campo de batalha do futuro

apresenta a tendência de uma configuração não-linear, de grande profundidade, fragmentada e com imensos vazios.

A palavra-chave que melhor define a guerra do futuro é automação. O computador dominará o campo de batalha; conseqüentemente, a vitória penderá para o contendor que dispuser de maiores e melhores meios informatizados, operados por especialistas altamente capacitados em processamento de dados, capazes de superar o comando e controle do oponente. O processamento de dados automático dispensará grandes efetivos militares, e exigirá, cada vez mais, pessoal bem treinado relativamente em menor número.

Estarão disponíveis novos tipos de armas portáteis individuais, automáticas, computadorizadas, de alta precisão, utilizando munição com grande capacidade de penetração, dotadas de componentes eletrônicos e equipamentos de detecção de alvos e pontaria que processam dados a velocidade incrível. Predominará o armamento convencional estratégico e ofensivo disparado do ar e do mar.

Ao que tudo indica, não haverá cenário para emprego de exércitos de massa, como nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais. As operações combinadas, consagradas a partir dos desembarques do Dia-D na Normandia, atingirão o clímax em decorrência do crescimento do poder aeroespacial e naval. Talvez as forças terrestres passem a apoiar as ações devastadoras e rápidas do longo braço da Força Aérea e da Marinha, mediante projeção do poder de suas plataformas de combate. O combate aproximado, sustentado para destruição final do

inimigo, é inerente ao Exército e não há quem o substitua.

A coordenada vertical ganhará expressão. Deverão surgir *stealth* os mais variados e armas de avançadas tecnologias, inimagináveis, que façam uso de agentes bacteriológicos, infecciosos e químicos, e outras formas de energia aos tradicionais explosivos. Armas “inteligentes” suplantarão as convencionais e nucleares da atualidade, sem que estas últimas sejam relegadas a plano inferior em situações de desespero ou inferioridade de meios – o que provocará o ingresso no “clube atômico” de novos membros dotados de sistemas relativamente primitivos e limitado estoque.

Os mísseis serão cada vez mais significativos. Os helicópteros serão bastante empregados para reconhecimento, ataque e transporte.

O submarino e o navio-aeródromo serão da maior valia. Os bombardeios cirúrgicos substituirão os em massa.

Mas, sobretudo, vontade de lutar continuará a ser a arma indispensável a qualquer soldado.

A arte da guerra sofrerá imensas alterações.

As guerras do futuro não deverão implicar na necessidade de buscar a destruição total do poder de combate e do potencial econômico e político inimigo, isto é, na quebra da vontade de lutar pelo emprego maciço das forças terrestres e ocupação do território adversário. Por conseguinte, não se exigirá o emprego de considerável efetivo, como no passado, que sofria e impunha muitas baixas, nem a conquista e manutenção das posições inimigas.

Com ataques precisos a alvos previamente selecionados, conduzidos por armas estratégicas à distância, os números de baixas e danos operacionais ver-se-ão reduzidos, mas levarão à desintegração do sistema político pelas severas perdas infligidas às instalações industriais e de geração de energia, centros de comunicação, rede de transporte e à população, não distinguindo o soldado do cidadão.

Espera-se que a duração das operações seja bastante reduzida.

Os 3C – comando, controle e comunicações – serão atividades extremamente valorizadas.


A defesa aérea terá de ser reavaliada e modernizada para enfrentar os sistemas de armas de alta precisão não-tripulados e “invisíveis”, até mesmo aos olhos dos radares, sob quaisquer condições meteorológicas ou de visibilidade.

O espaço constituirá fator decisivo para as operações militares. As ações bélicas abrangerão todo o teatro de operações e a zona de interior, colocando a

população civil e áreas da retaguarda tão vulneráveis como as da frente. Tornar-se-á muito difícil o controle pela simples marcação de linhas e limites, o que confundirá as tênues delimitações entre a tática e a estratégia.

A maioria dos Estados não apresenta capacidade para acompanhar tal desenvolvimento científico-tecnológico aplicado à arte da guerra, levando-os a aceitar a Nova Ordem imposta pelos grandes ou travar guerras curtas, limitadas ou regionais, empregando armamento convencional moderno ou antigos sistemas de armas nucleares e químicas, a fim de compensar o poder dos mais fortes.

Ainda por algum tempo, o mundo atônito assistirá a eclosão de hostilidades entre países emergentes, que porão em risco a paz mundial, mas os EUA continuarão a ser a única superpotência com poderio econômico e militar que lhes assegura hegemonia política.

“A relação entre os Estados é de poder”, asseverava Raymond Aron. 

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Bevin. *A Guerra do Futuro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- ALEXANDER, John B. *Future War*. Nova York, EUA: St Martin's Press, 1999.
- CORDELLIER, Serge. *L'état du monde*. Paris: Éditions La Découverte, 2001.
- FORTUNA, Hernani Goulart. O Papel da Marinha no Limiar de um Novo Século. *Revista do Clube Naval*, ano 105, n. 290. Rio de Janeiro, 1993.
- KEEGAN, John. *A History of Warfare*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.
- RENNER, Michael. Critical Juncture: the future of peacekeeping. *Worldwatch Paper 114*. Washington, EUA: Worldwatch Institute, 1993.
- SLIPCHENKO, Vladimir I. Uma Análise Russa da Guerra de Sexta Geração. *A Defesa Nacional*, n. 763. Rio de Janeiro, 1994.

Uma Visão da Atualidade Mundial, Reflexos no Brasil e na sua Defesa Militar

Carlos de Meira Mattos *

Resumo: Apreciação sobre os novos padrões da política mundial resultantes dos atentados de 11 de setembro de 2001 a Nova York e Washington, com ênfase no surgimento do neoterrorismo e seus reflexos para o Brasil e sua defesa.¹

Palavras-chave: Neoterrorismo, Amazônia, dissuasão.

Após os atentados de 11 de setembro último a Nova York e Washington, os padrões da política mundial mudaram completamente. Os sistemas de controle da política e da economia e os sistemas de defesa considerados invulneráveis mostraram-se frágeis e superados. O próprio Secretário de Estado dos Estados Unidos, General Collin Powell, declarou que “iniciamos um nova conjuntura mundial, terminou o período pós-Guerra Fria”.

Qual o motivo de tamanha transformação da estrutura que parecia assegurar relativa normalidade ao cenário mundial? A nosso ver, foi a inacreditável associação de três fatores: o extraordinário avanço da tec-

nologia, gerando instrumentos capazes de realizar agressões demolidoras ou tragédias biológicas ou químicas a grandes distâncias; a existência de grupos fanatizados por idéias radicais de destruição, dispostos ao suicídio numa falsa interpretação de missão sagrada; e, finalmente, disporem esses grupos radicais de recursos financeiros para montar operações de longa preparação e elevado custo.

A convergência destes três fatores permitiu a realização dos mencionados atentados e ameaçam os Estados Unidos e seus aliados de novas investidas terroristas. O terrorismo sempre existiu, mas estava inserido no rol das criminalidades. Os atentados perpetrados contra as torres do *World Trade Center* e o Pentágono, por sua dimensão catastrófica e pelos milhares de vítimas humanas, inocentes, que causaram, surpreendeu e abalou os mais sólidos con-

* General-de-Divisão. Sócio emérito do IGHMB.

1 Comunicação apresentada em 23 de dezembro, como participante, em nome do IGHMB, do painel *A Problemática das Forças Armadas no Século XXI*, na EsAO, no ensejo do encerramento dos cursos dessa Escola em 2001.

ceitos de segurança política e militar até então vigorantes entre as potências e alcançaram o terrorismo ao nível do poder político e militar.

O poder político (nele incluído o militar), em síntese, é caracterizado pela capacidade de impor a sua vontade ao antagonista. A ciência política, até hoje, considerava como poderes o político, o econômico, o militar, o psicossocial e o técnico-científico. A partir de agora terá que incluir nesse rol o neoterrorismo, que provou sua capacidade de impor sua vontade à mais poderosa potência mundial. O abalo na estrutura e na normalidade do universo provocado pelos últimos atentados neoterroristas e a sensação de insegurança gerada por seu caráter fugaz atingiram em proporção maior ou menor a todos os países, com reflexos alarmantes na economia mundial. É mais uma prova de que a globalização é um fenômeno inevitável, fruto dos avanços da tecnologia, particularmente nos campos das comunicações instantâneas, dos transportes, das informações, da eletrônica e da missilística.

Não podemos negar e nem escapar da globalização. A virtude política está em reconhecer os seus efeitos benéficos e os maléficos; associarmos-nos aos primeiros e evitarmos os segundos.

O moderno terrorismo é um poder maligno alimentado pelo impulso animalesco, primitivo, de destruição humana. É covarde, porque não dá à vítima nenhuma possibilidade de defesa. Representa uma regressão da humanidade de vários milênios, através dos quais o homem das cavernas veio, pouco a pouco, se civilizando, se espiritualizando, se humanizando. Esse progresso

do espírito humano consolidou-se há mais de mil anos passados, quando o Cristianismo defendeu o princípio do “amai o próximo como a ti mesmo”, princípio aceito por todas as civilizações. Esse ódio brutal e assassino revelado agora pelos talibãs representa uma volta ao primitivismo selvagem. E o fazem em nome de Alá, o Deus do Islã, religião que, no seu apogeu, conviveu no mundo com outros povos e outras crenças, produziu grandes sábios, destacados cientistas, astrônomos, geógrafos e descobridores, e que os fanáticos fundamentalistas de hoje interpretam como desumana, numa versão de atraso, condenando à morte seus infiéis.

Diz o ditado popular que “não há mal que sempre dure”. Talvez, um efeito benéfico dessa hedionda tragédia praticada pelos terroristas seja obrigar os 7 Grandes, que criaram e comandam a chamada Nova Ordem estabelecendo os padrões de comportamento para a política e a economia mundiais, a repensarem seus critérios e imposições ao restante do universo, o que vem suscitando crescente sensação de injustiça, rejeição e exclusão entre os povos emergentes e os pobres. Uma nova política mundial mais solidária e mais humanitária terá um efeito benéfico para todos os povos.

Vários autores têm preferido denominar esta guerra neoterrorista de guerra assimétrica, caracterizando a extrema desigualdade, desproporção e disparidade de armas e de meios e instrumentos de agressão utilizados pelos contendores.

Os atentados terroristas de 11 de setembro representam atos hediondos, monstruosos, desumanos, assassinando cerca de cin-

co mil civis inocentes, apanhados de surpresa, em nome de uma vingança contra injustiças sociais e políticas e de uma intolerância religiosa. A humanidade civilizada do século XXI não comporta tamanha atrocidade. Os Estados Unidos tiveram a solidariedade de todos os países civilizados. Todos esqueceram as querelas, as rivalidades, os antagonismos políticos e econômicos que poderiam ter com os norte-americanos diante da monstruosidade da agressão que a todos pode vir a afetar, e indiretamente já afetou.

Sejam quais forem as causas de rejeições, exclusões ou injustiças sociais que tenham sido praticadas pelos países ricos e poderosos, hoje liderados pelos Estados Unidos, nada disso justifica a barbaridade da agressão sofrida por milhares de pessoas inocentes, surpreendidas e massacradas impiedosamente nos seus pacíficos locais de trabalho.

Os atentados terroristas levantaram uma enorme polêmica internacional sobre a estratégia para combater a terrível ameaça que continua presente. Houve discussão de várias ações estratégicas, duras ou não. O Governo da nação agredida, apoiado integralmente pelo Primeiro-Ministro inglês, Tony Blair, traçou a sua estratégia: expulsar do Afeganistão os talibãs e a organização terrorista Al Qaeda, aliados do principal responsável pela agressão, e negociar, através da ONU, a instalação em Cabul de um governo de união das principais tribos e etnias locais.

Ocupados a capital e os centros mais importantes do país, segue-se a perseguição tenaz a Bin Laden e seus aliados, fora-

gidos nas elevadas e multidobradas montanhas da cadeia Indo Kouchi, prolongamento oeste do sistema da cordilheira do Himalaia. Aproveitou-se o governo de Washington da existência, no país, de uma organização guerrilheira antitalibã, denominada Aliança Norte; fortaleceu essa força local, assessorou-a militarmente, coordenou os bombardeios aéreos em apoio aos avanços destes guerrilheiros locais que, virtualmente, hoje dominam quase todo o território, com exceção das montanhas Indo Kouchi, e já instalaram no governo o antigo Presidente Rabbani, deposto há cerca de cinco anos pelos talibãs. Tenta a ONU negociar a constituição de um governo que pacifique o país, uma vez que um governo exclusivo da Aliança Norte é contestado por inúmeras tribos e etnias locais. A guerra no Afeganistão dominado pelos talibãs dá sinais de que está no fim, restando a derrota dos guerrilheiros foragidos nas cavernas das montanhas do Indo Kouchi.

Os governos norte-americano e inglês vêm evitando envolver efetivos maiores em operações terrestres, atuando através de assessores e pequenos grupos de forças especiais em operações do tipo "comando". Os bombardeios aéreos têm sido violentos.

Consideramos as operações no Afeganistão a primeira parte da guerra contra o terrorismo. A segunda fase, que conta com o apoio da maioria dos países (inclusive os dois antes considerados principais adversários dos Estados Unidos, a Rússia e a China) será a eliminação dos diversos focos do terrorismo espalhados no planeta por meio da pressão diplomática ou, se necessário, militar, sobre os governos que os abrigam.

Em síntese, o que se apresenta hoje no mundo é uma nova dimensão do terrorismo, elevado ao nível de Poder Político, capaz de abalar a segurança e a estrutura do sistema de poder até então existente. Movido por minorias enlouquecidas pelo fanatismo, com insólita capacidade de agressão e de ameaças, despida de qualquer respeito por princípios éticos e morais que consagram o multimilênar processo civilizatório da humanidade, o neoterrorismo representa um terrível malefício para a paz e harmonia da sociedade mundial.

Vejam, agora, os reflexos do neoterrorismo em nosso país.

Antes, faremos um rápido repasse na nossa realidade geopolítica.

Somos um país imenso (4º, em extensão territorial, no planeta) e habitado por uma população numerosa (5º, em quantidade, no planeta). Nação jovem, população miscigenada dinâmica, vocacionada para o progresso, dispondo dos mais variados e amplos recursos naturais, muitos ainda inexplorados, dispõe de todas as condições geopolíticas para vir a formar entre as mais ricas e prósperas nações do planeta.

Só nos falta impulsionar o desenvolvimento econômico e social para educar e enriquecer o nosso povo, explorar os nossos recursos naturais e fortalecer a nossa presença na economia mundial. Temos prova de como uma ação bem-planejada e dirigida por firme vontade política pode ser capaz de impulsionar a arrancada para o desenvolvimento social e econômico em prazo médio. Vamos nos utilizar da palavra do renomado economista Mário Simonsen. Revelou Simonsen na revista

Exame, abril de 1997, os seguintes dados: “Em 20 anos de esforço continuado do Plano de Desenvolvimento, de 1964 a 1984, a economia brasileira deu um salto extraordinário; apresentou os seguintes índices de crescimento: passamos da posição 48ª para a de 8ª economia do mundo; passamos de uma exportação de 1,5 bilhões para 27 bilhões de dólares; conseguimos um crescimento médio de 6,6% ao ano.” Hoje, a promessa mais otimista é de um crescimento nacional de 3% ao ano.

Para chegarmos a grande potência, conforme já visualizaram notáveis escritores, economistas e políticos internacionais, tais como Stefan Zweig, Ray Cline e Henry Kissinger, teremos que retomar o ritmo de nosso desenvolvimento econômico e social estancado em 1985. Para que isto se torne possível, daqui para diante precisamos, além de possuir governos dotados de competência e férrea vontade política, desfrutarmos de uma situação internacional de estabilidade financeira e de expansão comercial.

O clima de ameaças implantado pelo terrorismo internacional é gerador de inquietações políticas e de imprevisível instabilidade econômica, de repercussão incontrolável, altamente prejudicial ao processo de desenvolvimento econômico e social que devemos retomar o quanto antes. Como tal, nossa política internacional deve ser a de apoio às medidas e ações destinadas a combater e extirpar o perigo das ameaças terroristas. Interessa-nos que essas medidas e ações sejam tomadas sob a égide da ONU.

Nossa diplomacia deverá manter-se extremamente alerta.

Não é de se esperar que sejamos vítimas diretas de agressões terroristas de maior amplitude; entretanto, já estamos sendo prejudicados pelos efeitos indiretos provocados pelo abalo da economia mundial. As repercussões psicológicas e econômicas sobre a população, as empresas e a economia geral já estão nos castigando.

O Governo brasileiro assumiu duas atitudes diplomáticas principais diante dos atentados terroristas: manifestou imediata solidariedade aos Estados Unidos, face à bárbara agressão sofrida, e apoio à política de luta global contra o terrorismo; propôs e viu aprovada a convocação do Tratado Interamericano de Defesa (TIAR), a fim de que as medidas e ações de combate ao terrorismo sejam tomadas no âmbito coletivo das nações pan-americanas e não em caráter particular.

Perduram suspeitas de que haja um núcleo terrorista de conspiração árabe-islâmica na região fronteira de Foz do Iguaçu conectada com as cidades vizinhas, Ciudad del Este (paraguai) e Iguazu (argentina). Essa suspeita está sob severa investigação, mas nada ainda a confirma.

Trataremos, agora, dos reflexos da guerra terrorista sobre os fundamentos da Defesa Nacional.

Destacaremos, nessa nossa apreciação, apenas os aspectos militares de nossa Defesa. Vejamos, pois, em síntese, como está estruturada a Defesa Militar brasileira.

Nossa estrutura militar atual interpreta uma Estratégia Defensiva. Vivemos em paz com os dez países sul-americanos nossos vizinhos fronteiriços. Não sofremos nenhuma ameaça em nossa fronteira marítima e

em nosso espaço aéreo. Não existe nenhuma ameaça clara à nossa integridade territorial. Existe, velada mas insistente e crescente, uma ameaça sobre a nossa soberania amazônica. Inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs), sediadas em países europeus e nos Estados Unidos, reivindicam, em nome de um internacionalismo moderno, o direito de intromissão em nosso espaço amazônico, defendendo o conceito de interesse da humanidade. Há apoio não-oficializado de autoridades governamentais de países poderosos e da imprensa internacional a essas teses internacionalistas. Alegam que o Brasil não possui condições de explorar o seu imenso espaço amazônico e que permite a sua deterioração em prejuízo do meio ambiente vital para o planeta.

Nossa atitude militar defensiva, face à nossa expressão geopolítica (território, população, recursos naturais, industrialização, economia), não pode ser de uma defensiva passiva. Deve possuir as características de constante vigilância, alerta e mobilidade para atuar prontamente em possíveis áreas ameaçadas. Assim, além de uma Marinha de Guerra e uma Força Aérea aptas a atender às missões de defesa territorial e de transportes, o Exército ocupa o território com um dispositivo que deve atender às seguintes missões: vigilância e cobertura das fronteiras terrestres, presença da União em todos os estados e territórios federais e manutenção de uma reserva móvel para atender às missões eventuais a longa distância, em particular nas fronteiras.

A ameaça presente à nossa soberania é a pressão internacional de intromissão na

Amazônia, sob o pretexto de preservação de área do interesse da humanidade. Essa pressão cresce de ano para ano. Nossa defesa preventiva deve assentar-se em intensa e competente ação diplomática e na demonstração inequívoca e permanente de disposição militar de defender a soberania territorial na Amazônia. Para isso, a Estratégia de Dissuasão deve ser adotada, a fim de convencer previamente os possíveis inimigos, ONGs ou Estados, que a violação de nossa soberania territorial na Amazônia representará o alto custo de uma guerra longa, em terreno de natureza hostil, com elevado sacrifício em vidas e vultoso custo financeiro. Os especialistas na Estratégia de Dissuasão insistem em que ela só será efetiva e convincente se demonstrar, permanentemente, férrea vontade de lutar e a existência de meios militares capazes de combater tenazmente. Temos procurado montar na Amazônia um dispositivo dissuasivo, mas não podemos ignorar que uma força de dissuasão efetiva precisa contar com uma logística própria, nacional; não poderá depender de suprimentos de indústria estrangeira, que nessa hora crítica nos faltarão. Cabe-nos, com urgência, mobilizar a indústria nacional, para que nos assegure a indispensável autonomia estratégica para as possíveis operações de uma força de dissuasão.

No quadro de nossas missões militares atuais, não nos parece que tenhamos maiores necessidades de efetivos; entretanto, nossa grande carência é o acompanhamento da moderna tecnologia militar. Um grande esforço precisa ser feito na pesquisa tecnológica, na modernização dos equipamentos e no incentivo a uma indústria bélica, capaz de

satisfazer e, no mínimo, de sustentar a credibilidade em nossa estratégia de dissuasão. Urge pensarmos em criar uma logística nacional que atenda às necessidades essenciais de modernização das três Forças Armadas.

Repetimos: não nos parece que possamos estar ameaçados diretamente de uma agressão terrorista de maiores proporções; entretanto, devemos redobrar a vigilância em nosso território e nos mantermos em ligação com a rede de informações contra o terrorismo. Será uma missão de inteligência que exigirá muita competência e meios modernos de captação de informações.

Dos efeitos indiretos do terrorismo (recessão econômica mundial, limitações no comércio exterior, instabilidade nos contratos de trabalho, aumento do desemprego, inquietação social) já estamos sendo vítimas, e somente deles nos livraremos quando for extirpado o perigo. Os economistas internacionais avaliam que os efeitos econômicos e psicológicos dos atentados de 11 de setembro foram tão graves que serão necessários, depois da eliminação da ameaça, no mínimo seis meses para a economia mundial voltar ao normal.

Nosso interesse de desenvolvimento econômico e social, indispensável ao fortalecimento de nosso poder militar, coloca-nos em posição de decidida cooperação na luta internacional de combate ao terrorismo.

Vivemos outras conjunturas de grandes incertezas; delas sempre saímos vitoriosos e com nosso território intocado, graças aos chefes da estirpe de Caxias, Osório, Mascarenhas de Moraes e Castello Branco. O Exército nunca faltou ao Brasil e não faltará.



A Tragédia do Oriente Médio

Vasco Mariz *

Resumo: Embaixador do Brasil em Israel de 1977 a 1982 apresenta sua visão das causas do permanente estado de guerra vivido pela região.

Palavras-chave: Israel, Palestina, árabe, judeu.

Recordando os dois períodos em que trabalhei como diplomata em Washington, observei com interesse a intensa atuação do *lobby* israelense junto ao Congresso norte-americano e às altas autoridades do país. Lá, em 1967, tive a sorte de fazer amizade com Itzhak Rabin, então embaixador de seu país e que se tornaria, mais tarde, duas vezes primeiro-ministro de Israel. Aprendi com ele o principal segredo que é a chave da política do Oriente Médio: mais de seis milhões de judeus vivem nos EUA, a maioria em estados que têm peso decisivo nas eleições para presidente. E não se trata tanto do número de eleitores mas, sobretudo, da qualidade dos mesmos: os judeus norte-americanos exercem considerável influência na impren-

sa, na televisão, no rádio, nos meios bancários, financeiros e universitários. Os ministros ou personalidades israelenses costumam ir a Washington e pressionam senadores, deputados e as mais altas autoridades do país sem o menor constrangimento. Se um ministro brasileiro tentasse fazer o mesmo, seria colocado no primeiro avião de volta. Recordo que o *lobby* israelense no Congresso norte-americano tinha, na minha época, mais de 150 parlamentares. Hoje, o grupo pró-Israel teria mais de 180. Em 1982, o presidente de Chipre, junto a quem eu também estava acreditado como embaixador, perguntou-me qual era o segredo do sucesso do *lobby* israelense, pois o grego junto ao Congresso norte-americano não funcionava bem. Expliquei-lhe os mecanismos do poder em Washington.

* Embaixador do Brasil em Israel, de 1977 a 1982. Sócio-titular do IHGB.

1 Matéria extraída da palestra proferida em 30 de julho de 2001, no auditório do IGHMB, na Casa Histórica de Deodoro.

Algumas palavras sobre as relações Brasil-Israel, que nem sempre foram das melhores. Israel tem sido um modesto cliente

de nossas exportações, e nossos interesses comerciais com vários países árabes chegaram a ser até demasiado significativos. Existem no Brasil cerca de 200 mil judeus, nascidos no exterior e em nosso País. Sua influência político-financeira é, talvez, demasiada em um país de 170 milhões de habitantes, dos quais mais de três milhões compõe-se de árabes e seus descendentes. No momento, diversos judeus brasileiros, natos ou naturalizados, ocupam cargos de primeiro e segundo escalões no governo.

Eu estava de partida para Israel, em outubro de 1977, num momento extremamente delicado, pois os judeus brasileiros estavam revoltados com o infeliz voto anti-sionista dado pelo Brasil nas Nações Unidas. O Presidente Geisel, que me conhecia muito bem da época em que eu chefiava nossa embaixada no Equador, onde a PETROBRAS tem grandes interesses, mandou chamar-me ao Palácio do Planalto e conversamos longamente sobre o Oriente Médio. Relatou-me que havia ficado aborrecido com o voto do Brasil contra o sionismo na ONU, a nível de comissão. Os judeus brasileiros fizeram imensa celeuma pelos jornais e isso acabou levando Geisel a instruir o Itamaraty para que alterasse o voto brasileiro para abstenção, na sessão plenária da Assembléia Geral. Explicou-me o Presidente que, infelizmente, o Departamento de Estado norte-americano espalhara a notícia que estava pressionando o Governo brasileiro para mudar o nosso voto final no plenário da ONU. Depois dessa pressão anunciada, e por uma simples questão de honra nacional, Geisel não teve alternativa senão confirmar o voto brasileiro contra o

sionismo, em plenário, quando já tinha decidido abster-se.

O ressentimento dos judeus no Brasil e em Israel foi considerável e, até certo ponto, justificado. Ao chegar a Tel Aviv, lá fui recebido com bastante frieza, mas, seguindo instruções expressas do Presidente Geisel, expliquei cuidadosamente o ocorrido ao chanceler Moshé Dayan. Ele entendeu o dilema do Governo brasileiro e abanou a cabeça dizendo: “Que trapalhões! O Departamento de Estado devia estar desejando fazer média com o *lobby* judaico.” Depois dessa primeira conversa, que foi um pouco tensa, Dayan deu-me diversas provas de estima pessoal, convidou-me várias vezes para ir a sua residência particular e minha mulher ficou boa amiga de sua esposa Rachel.

Vivemos cinco anos em Israel e procurei avaliar objetivamente a tão alegada intransigência israelense. Durante minha longa estada no país, fiz boa amizade com diversos líderes israelenses, em especial com o ex-Primeiro Ministro Itzhak Rabin, que conhecia bem em Washington. Minha conclusão é de que os grandes culpados dos principais problemas do Oriente Médio foram mesmo os ingleses, que delimitaram a região no pós-guerra com o evidente propósito de dividir para reinar, como se fazia no século XIX. Dividir a Palestina da maneira como foi demarcada só poderia levar aos resultados trágicos que conhecemos. Sim, porque Israel é um país pequeno. De norte a sul, pela estrada do litoral, são apenas 400km, o equivalente à rodovia Presidente Dutra, entre o Rio de Janeiro e São

Paulo. De leste a oeste, entre Tel Aviv e o Mar Morto, são cerca de 80km, isto é, a distância entre Rio de Janeiro e Petrópolis. Por isso, devemos procurar entender como os residentes em Israel se sentem inseguros e vulneráveis.

Não preciso lembrar ao leitor os pontos básicos da história do Oriente Médio, mas enfatizo que não se deve comparar a invasão do Kuwait pelo Iraque com a ocupação israelense da Cisjordânia. O Kuwait não atacou o Iraque, apenas cobrava as dívidas de Saddam Hussein. Israel nunca atacou os árabes; os árabes é que atacaram Israel quatro vezes (1948, 1956, 1967 e 1973). Perderam as quatro vezes e Israel ocupou militarmente as áreas que lhe convinham. Era o direito do vencedor. Disso resultou estarem, hoje, mais de um milhão de árabes sob a dominação israelense. Só que essa ocupação provisória já dura mais de trinta anos, com sacrifício de vítimas inocentes das duas partes. É evidente que os palestinos têm direito a uma pátria, mas o principal obstáculo para um acordo final parece ser a insistência dos árabes em exigir a soberania de Jerusalém, para lá situar a capital do seu novel Estado, o que é inaceitável para 90% dos israelenses.

Mas, voltemos um pouco atrás, ao meu período de residência em Israel (1977-82), ao que se chama habitualmente de Era Sadat.

Já estávamos em Paris a caminho de meu novo posto, em outubro de 1977, quando o mundo leu com estupefação a notícia da próxima visita do presidente egípcio a Jerusalém. Encurralado pela inesperada união de Washington e Moscou, Sadat, corajoso-

samente, tomou a decisão histórica de visitar Israel, o que foi a primeira reviravolta na conjuntura do Oriente Médio. Conheci pessoalmente Anwar Sadat em Haifa, e conversamos novamente em Beersheva. Tinha por ele a maior admiração. Sadat estava cansado de ser o bode expiatório das aventuras militares árabes na região pois, ao final de cada guerra, quem mais perdia, em vítimas e territórios, era sempre o Egito. Graças à persistência do Presidente Carter, foram assinados, em 1978, os acordos de Camp David; desde então, o Egito tem mantido a paz em separado com Israel, que o Presidente Mubarak vem sustentando com sabedoria.

Entretanto, essa frágil paz foi assinada e mantida entre a cúpula egípcia e o Estado de Israel, mas não entre os dois povos. O povo egípcio jamais aceitou tal acordo e esse é um risco considerável. Pela sua moderação, o Governo egípcio recebe anualmente uma subvenção norte-americana de US\$ 5 bilhões. E esse acordo foi conseguido por Carter com um interlocutor israelense ultraconservador – Menahem Begin. Infelizmente, depois de seu afastamento e do assassinato de Sadat, a atmosfera se anuviou muito, chegando ao terrível impasse de hoje.

Israel passou a ser governado pelo grupo mais reacionário da sua história. Itzhak Shamir, com quem fiz amizade quando ele era o presidente do Parlamento israelense e, depois, Ministro das Relações Exteriores, era um “duro”. A rainha da Inglaterra jamais o recebeu porque ele fora membro do IRGUN, que explodiu o Hotel King David em Jerusalém, onde morreram mais

de cem ingleses. No entanto, ele era do LIKUD, o mesmo partido conservador de Begin, que havia feito a paz com o Egito pagando um alto preço – a devolução do Sinai e o desmonte da bela pequena cidade de Yamit, na península. Mais tarde, com a vitória eleitoral dos trabalhistas em 1992, as chances de paz pareciam bem mais viáveis, até que aconteceu o odioso assassinato de Rabin, pelas mãos de um fanático religioso israelense. Seguiu-se nova experiência com a extrema direita, o governo de Benyamin Netanyahu, e deu-se um passo atrás nas negociações com os palestinos. A chegada a Israel de centenas de milhares de judeus russos criava novos problemas internos, mas o equilíbrio político e social pouco a pouco se restabeleceu, continuando os políticos ortodoxos, porém, como fiel da balança.

Seja como for, se o acordo de paz com o Egito foi um marco altamente positivo, é inegável que o desmantelamento do poderio soviético e a recente Guerra do Golfo tiveram sérias conseqüências, que ainda estão sendo avaliadas com algumas divergências de opinião. Afinal, Israel foi bombardeado e não revidou, em atenção ao pedido norte-americano, para não agravar a situação no Oriente Médio. Já a Rússia se limitou a fazer a mímica dos bons ofícios, e a Síria, órfã do poderio soviético, aproximou-se dos EUA e da Arábia Saudita. Mas a opinião pública israelense já se deu conta de que a tradicional concepção estratégica da defesa do seu país está superada: os mísseis *Scuds* que caíram em Israel demonstraram que certos conceitos de segurança estão ultrapas-

sados, o que poderá ensejar um novo diálogo mais realista com Damasco.

No início da década de 1990, a OLP estava sendo chamada à razão pelos seus antigos protetores – a Arábia Saudita e o Kuwait – e também pela Rússia, a pedido dos Estados Unidos. Assim, começou a aceitar a troca de territórios pela paz, mesmo utilizando a fórmula de uma etapa inicial de autonomia vigiada pelas Nações Unidas. Acredito que, algum dia, deverá consolidar-se um verdadeiro Estado palestino, associado à Jordânia ou não, talvez uma federação, enfim, uma variante da chamada “opção jordaniana”, tão cara ao líder trabalhista Shimon Peres. Recordo que a Jordânia é quase um Estado palestino, tanto que, até 1987, aceitava administrar os territórios ocupados por Israel. Só nessa época, pressionado pela OLP, é que o falecido Rei Hussein desistiu dessa administração indireta.

Enfim, o governo israelense parece entender que, embora a situação militar de Israel seja ótima, terminou a velha ordem no Oriente Médio, então fundada na sua absoluta superioridade militar e garantida pela Guerra Fria, que já acabou. Depois das operações militares no Golfo, prevaleceu o velho triângulo de antes da Segunda Guerra Mundial: os árabes, os judeus e a potência dominante na região (antes a Inglaterra e agora os Estados Unidos da América). No entanto, se os israelenses anseiam por uma paz permanente, eles também não esquecerão tão cedo os bombardeios dos mísseis *Scuds*. A devolução pura e simples de todos os territórios ocupados em 1967, sem reajustes locais, é inaceitá-

vel para 90% dos israelenses. Se eu vivesse em Israel também pensaria assim, por mais pena tenha dos palestinos, oprimidos há mais de 30 anos. Em suma, a paz no Oriente Médio está muito mais nas mãos da OLP, do FATAH, do HEZBOLLAH, do JIHAD ISLÂMICO, do HAMAS e do TANZIM do que na vontade de Israel. Afinal, já é tempo de os palestinos negociarem com realismo e seriedade, sem insistirem, na presente etapa pelo menos, em ter Jerusalém como a capital de seu Estado livre. A política norte-americana dos "pequenos passos" tem dado certo até agora e os palestinos vêm conseguindo concessões de Israel que eu nunca imaginei. Um acordo razoável com os palestinos tornaria mais viável o bom entendimento final com a Síria e com o Líbano, que vai se tornando essencial devido ao problema da escassez de água.

O objetivo de Israel em suas conversações com a Síria, no momento interrompidas, é negociar o fim do estado de guerra, a abertura das fronteiras e o estabelecimento de relações diplomáticas. Em 1995, o Presidente Assad apresentou um documento de trabalho que Rabin considerou "um grande avanço". Damasco deseja que Israel reconheça a soberania síria sobre todo o território do Golan, para que, posteriormente, os dois países possam discutir o arrendamento de parte do território, uma estreita faixa que proteja os habitantes israelenses das margens do Lago de Tiberíades.

Disse-me, em 1982, o ex-Primeiro-Ministro Itzhak Rabin que julgava viável uma retirada parcial do Exército israelense no Golan até uns 45km de Damasco e até uns 10km do Lago de Tiberíades. Ocupadas

em 1967, as colinas do Golan foram oficialmente anexadas em 1981, quando eu ainda estava em Israel, e têm grande importância estratégica para os dois países. O ex-Primeiro-Ministro Menahem Begin comentou comigo que, na guerra de 1973, o Exército israelense poderia ter entrado em Damasco e desfilado pelas ruas principais – o que, aliás, de nada adiantaria, já que Israel não dispõe de elementos humanos suficientes para ocupar militarmente um país relativamente grande como a Síria. O General Ariel Sharon também poderia ter desfilado pelas avenidas do Cairo, mas, pelo mesmo motivo, depois teria de sair sem demora. Por isso, deteve-se nas portas da capital egípcia.

O Golan é uma região atrasada, que possui um bem precioso no Oriente Médio: a água que desce do Monte Hermon, forma o Rio Banyas e alimenta o Rio Jordão. As tropas israelenses chegaram ao Golan em junho de 1967 e, na guerra de 1973, uma área suplementar de 510km² foi ocupada. Cento e cinquenta mil sírios abandonaram a região, lá permanecendo apenas 15 mil drusos, aos quais vieram juntar-se cerca de 15 mil israelenses, distribuídos em 32 pequenos assentamentos. Formou-se também uma cidade, Katzrin, o que complica as negociações. Foram construídas estradas e reparadas outras. A região está desmilitarizada e vigiada por uma força da ONU. Os adversários de um acordo semelhante àquele feito com o Egito argumentam, com alguma razão, que o Golan pode ser atravessado por uma divisão blindada em uma hora, com a agravante de que os tanques sírios estariam descendo a rampa

de maneira quase irresistível. Já os estrategistas favoráveis a um acordo com a Síria afirmam que o Golan perdeu em parte a importância, em vista da utilização em massa de mísseis balísticos.

Para melhor compreender a gravidade dessas eventuais negociações com a Síria, recordo que, desde as conversações iniciadas em Madri, em 1991, há um comitê que estuda soluções para a crescente escassez de água no Oriente Médio. Os árabes dos territórios ocupados não podem sequer perfurar poços para obter mais água potável para beber. A agricultura israelense está sofrendo e a indústria economiza com o racionamento de água. As chuvas sempre foram raras, o gasto supera as reservas e todos os recursos da tecnologia já foram utilizados. Até os esgotos de Tel Aviv, devidamente tratados, estariam alimentando as culturas agrícolas das zonas mais áridas. O déficit de água em Israel se aproxima dos 30% e o drama já começou.

Conversando com vários líderes israelenses na época, todos me disseram que só a escassez de água poderá levar a um conflito generalizado e aniquilador no Oriente Médio. Os planos para enfrentar essa carência são diversos, a começar pela dessalinização da água do mar, a construção de *pipe-lines* para água e chuvas artificiais obtidas por processos modernos. Já foi estudada, também, a utilização de grandes bolhas de plástico contendo água potável que seriam rebocadas, no Oceano Índico ou no Mediterrâneo, até a região. Até mesmo se pensou em trazer *icebergs* rebocados da Antártida para a Arábia Saudita.

No entanto, dois países vizinhos detêm a solução definitiva para o problema da água na região – a Turquia e o Líbano, de cujas montanhas fluem, para o mar, rios inaproveitados. Questões políticas e hegemonias regionais têm atrasado a esquematização do problema crônico da água, que ora se vai agudizando pelo crescimento demográfico dos países árabes e pela imigração russa para Israel, hoje com uma população de seis milhões de habitantes.

O Líbano poderia contribuir para a solução das carências israelenses pela simples venda de parte da água do Rio Litani, perto da fronteira norte de Israel. Um pequeno aqueduto ligaria a água libanesa ao sistema hídrico israelense, com gastos modestos. Entretanto, o Líbano está demasiadamente associado aos destinos e vontades da Síria, o que inviabiliza temporariamente uma solução. A devolução do Golan à Síria pode transformar-se em valioso instrumento de barganha para um acordo tríplice Síria-Líbano-Israel para a utilização das águas do Rio Litani.

Bem mais ambicioso é o projeto global da Turquia, que já realizou várias reuniões de representantes dos 22 países da região sobre o problema da água. A Turquia tem em andamento a construção da grande represa de Ataturk, que vai regular o fluxo dos rios Tigre e Eufrates, irrigar uma área de perto de dois milhões de hectares e gerar energia elétrica abundante para toda a região. Serão 22 pequenas barragens ao todo, que produzirão quase 30 milhões de KW; cinco delas já estão quase prontas. O projeto faz arregalar os olhos dos economistas da região, mas também provoca

calafrios aos políticos dos países jusantes. No Oriente Médio, ainda se pensa na água como uma arma militar; o poder que a Turquia deteria está assustando os vizinhos de baixo, os quais, nem por isso, deixaram de se reunir regularmente com os técnicos turcos durante a Guerra do Golfo; e continuam a fazê-lo.

Mas a Turquia oferece mais ainda: dispõe ela de dois rios, o Ceyhan e o Zeyhan, que descem das montanhas da Anatólia e se perdem inutilmente no ângulo final do Mediterrâneo, perto da fronteira com a Síria. Dois aquedutos estão planejados: o primeiro irrigaria a Síria, Israel, a Jordânia e a zona ocidental da Arábia Saudita. O segundo aqueduto alimentaria o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita oriental e os Emirados Árabes. O custo desses aquedutos será elevado, mas dentro das possibilidades financeiras dos países da região. O assunto vem sendo debatido desde 1992 e terá a provável colaboração financeira do Banco Mundial e das Nações Unidas. Até o Egito parece interessado em irrigar o Sinai e uma entidade multinacional de dessalinização da água do mar está sendo planejada com nova tecnologia, mais barata.

Bashar Assad, o jovem presidente da Síria, oculista formado na Inglaterra, era até bem pouco uma incógnita julgada positiva. No entanto, por ocasião da recente visita do Papa João Paulo II a Damasco, Bashar deu uma entrevista desastrosa, que irritou profundamente os judeus e surpreendeu a todos. Disse ele: "Os cristãos deveriam se juntar aos muçulmanos para combater Israel, que tenta destruir os princípios de todas as religiões com aquela mesma men-

talidade com que traiu Jesus Cristo e da mesma maneira como tentou matar Mao-mé." Afirmou, também, o presidente da Síria que "Israel é uma sociedade racista, ainda mais racista do que os próprios nazistas". Essas declarações desencadearam uma tempestade de artigos de influentes jornalistas judeus em todo o mundo. É pena, porque tais palavras destruíram a reputação do novo presidente da Síria como homem moderado, educado no Ocidente. Seu pai, Hafez el Assad, que era uma raposa, jamais fez declarações desse gênero. Essa tremenda gafe certamente vai dificultar bastante as possibilidades de um acordo de paz e cooperação entre Israel e Síria.

Já Israel tem boas possibilidades de entendimento com a Turquia, pois nunca chegaram a romper relações diplomáticas. Falta encontrar uma fórmula viável, que terá forçosamente de passar pela boa vontade de Damasco. Eventual acordo com esse país terá papel decisivo na obtenção da água que Israel tanto necessita, seja pela canalização do Rio Litani, no Líbano, ou por um possível aqueduto turco. Podemos concluir, portanto, que o Golan, em parte ou no seu todo, terá de voltar à soberania da Síria. De outra forma, não haverá água e poderá haver nova guerra.

As negociações de paz têm sido perturbadas pela intransigência recíproca e por um novo fato importante: os EUA já não precisam tanto de Israel para controlar o Oriente Médio. A Arábia Saudita e o Kuwait concederam bases militares aos norte-americanos após a Guerra do Golfo, e a Rússia deixou de ser a grande po-

tência que ameaçava os interesses ocidentais na região. Hoje, o grande inimigo do Ocidente tampouco é Saddam Hussein, mas o Irã, que comanda o terrorismo religioso do Marrocos à Indonésia e influencia as novas repúblicas muçulmanas da antiga União Soviética. Por isso, o Ocidente fortalece a Turquia moderada e laica. Foi nessa atmosfera de diminuição do poder de barganha de Israel que o ex-*premier* Barak adiantou bastante as negociações com Arafat, com pleno apoio do Presidente Clinton, que desejava passar à História como o estadista que pacificou o Oriente Médio e, talvez, até obter o prêmio Nobel da Paz em 2001. Tentou reproduzir o êxito do Presidente Carter em Camp David, mas quase nada conseguiu, apesar de seus persistentes esforços.

É compreensível, portanto, que a conjuntura política no Oriente Médio tenha mudado muito nos últimos dez anos. Embora a situação militar israelense continue a ser muito boa, a segurança do país ficou mais frágil. Os ingredientes para um grande conflito estão no horizonte e as conseqüências são imprevisíveis. Desde a época em que servi em Israel (1977-82), sei que o Governo israelense dispõe de uma centena de bombas atômicas, que só serão utilizadas em situação extrema. Mas como conceber o uso desses artefatos nucleares? O risco para os próprios israelenses seria enorme, já que as distâncias são tão pequenas no Oriente Médio que os ventos poderiam levar de volta, em poucas horas, a mortal radiação em direção ao próprio território israelense.

Recapitulo agora, rapidamente, os últimos acontecimentos na região, antes da

segunda intifada, para refrescar-lhe a memória. Em 1991, ocorreu a Guerra do Golfo, com as notáveis conseqüências políticas que já comentei. No ano seguinte, Itzhak Rabin venceu as eleições para o Partido Trabalhista e, em 1993, iniciaram-se em Oslo, Noruega, as importantes negociações entre a OLP e Israel com vistas à autonomia da Cisjordânia e da faixa de Gaza. Uma declaração de princípios foi assinada em Washington e, em 1994, o primeiro estágio do acordo de Oslo foi implantado, com a retirada parcial das forças israelenses de Gaza e da região de Jericó. Os três líderes – Rabin, Shimon Peres e Arafat – receberam o Prêmio Nobel da Paz. Em seguida, Israel e a Jordânia do falecido Rei Hussein assinaram um tratado de paz.

Em 1995, porém, foi dado um passo atrás com o assassinato de Rabin por um judeu fanático religioso, que se opunha ao plano de trocar terras pela paz. Shimon Peres substituiu Rabin como primeiro-ministro e o Exército israelense se retirou de mais seis cidades da Cisjordânia. Arafat foi confirmado como líder da nova entidade política palestina, depois das primeiras eleições na Cisjordânia. Nas eleições gerais em Israel, em 1996, os trabalhistas foram derrotados, acusados de haverem feito concessões excessivas, e foi eleito Benjamin Netanyahu, do LIKUD, educado nos EUA, como novo primeiro-ministro. Daí resultou crescente desconfiança entre as ditas partes, chegando a um impasse total. Em 1998, Israel festejou seus 50 anos de existência como nação em atmosfera de grande inquietação. O país estava, e continua a estar, profundamente dividido, e isso ape-

sar de atravessar um período de notável prosperidade.

Curiosamente, essa crise se estende também aos judeus residentes fora de Israel, em especial entre os seis milhões de judeus norte-americanos, que estão cada vez menos interessados nos problemas do Estado de Israel. Cerca de um milhão deles estão casados fora da religião, isto é, com católicos e protestantes. As doações de cidadãos norte-americanos ao movimento sionista têm diminuído sensivelmente, pois acreditam que o sionismo deixou de existir com a plena implantação do Estado de Israel. Afinal, sua prosperidade no momento é inegável, com uma renda *per capita* de US\$ 16 mil, ou seja, mais de duas vezes superior à brasileira. Existe também um delicado problema de ordem religiosa, pois cerca de 80% dos judeus norte-americanos são considerados “heréticos” pelos rabinos ultraconservadores de Israel, que os censuram por haverem abandonado diversos aspectos do ritual religioso do judaísmo.*

Dentro do Estado de Israel também estariam os israelenses bastante divididos e isso me faz lembrar uma frase de um amigo israelense de Herzlia, que certa vez me disse: “Os árabes são bobos, pois se nos dessem dez anos de paz absoluta, Israel poderia até cessar de existir. Os israelenses se comeriam uns aos outros, tantas as divergências que continuam a prevalecer entre nós.”

Cerca de 20% dos habitantes de Israel, hoje em dia, não são judeus, e os religiosos tentam impor-lhes as estritas regras judai-

cas. Esses estrangeiros (maridos, esposas e filhos não-judeus) não podem casar-se em Israel porque os rituais de casamento, e também os de morte, são estritamente controlados pelos rabinos ortodoxos. Os casamentos mistos são realizados em Chipre ou em outros países vizinhos, como a Grécia. O abismo entre os judeus ortodoxos e os não-religiosos está aumentando; em numerosos bairros das cidades, as ruas são fechadas ao trânsito durante o *Shabbat*; os cinemas, restaurantes e discotecas também. Os elevadores dos hotéis e edifícios de apartamentos são automatizados para parar em cada andar, pois ninguém pode apertar um botão no *Shabbat*. E por falar em restaurantes, os israelenses cada vez mais abandonam a insossa comida *kosher*, exigida e fiscalizada nos hotéis e restaurantes pelos rabinos.

Ao aproximar-se o fim do seu mandato, o ex-Presidente Clinton reuniu em Camp David, no mês de julho de 2000, as delegações de negociadores israelenses e palestinos. Foram constituídas várias comissões para examinar em profundidade os principais temas de um eventual tratado de paz. O comitê dos refugiados chegou a um acordo de princípios no sentido de que Israel receberia somente 100 mil palestinos que haviam fugido do país depois das diversas guerras que opuseram árabes e judeus. Ora, os refugiados palestinos e seus descendentes desde 1948 contam-se hoje em cerca de 4 milhões, mas parece claro que só uma pequena minoria de idosos poderá regressar. Até certo ponto, é uma solução razoável, pois Israel é um país de ape-

* Retirei estas informações do importante jornal *USA Today*, de Nova York, edição de 1º de maio de 1998.

nas 6 milhões de habitantes e não poderia, materialmente, acolher milhões de refugiados, que estão espalhados em vários países. Entretanto, esse acordo provisório sobre os refugiados não foi ratificado pelos dois parlamentos.

A comissão da água não progrediu muito, porque a solução do problema está nas mãos da Síria, como já comentei. A comissão da Cisjordânia empacou também nas dezenas de assentamentos israelenses ortodoxos que Ariel Sharon instalou, nos últimos vinte anos, entre cada duas aldeias árabes. São 200 mil colonos dispostos a resistir até contra o próprio Exército israelense. Mas o maior empecilho para um acordo final entre as partes é mesmo o *status* de Jerusalém. A capital de Israel não é negociável para 90% dos israelenses. Pressionado pelos norte-americanos, Barak cometeu grave erro nessas conversações de Camp David II, ao propor a ampliação do perímetro urbano de Jerusalém, de modo a abarcar duas ou três pequenas aldeias palestinas vizinhas e lá instalar a capital do novo estado palestino, Al Quds. A população israelense reagiu mal e eu, aqui no Rio de Janeiro, julguei imprudente. Os palestinos tampouco ficaram satisfeitos, porque eles querem controlar o *centro* de Jerusalém, a esplanada onde estão localizadas as mesquitas sagradas de El Aqsa e de Omar. Arafat ameaçou promulgar unilateralmente a independência do Estado palestino no dia 13 de setembro de 2000 e os israelenses ameaçaram, em eventual contrapartida, reocupar militarmente toda a Cisjordânia e Gaza, que já estão autônomas desde 1998. Isso não

poderia mesmo acontecer, pois seria um desastre político e provocaria verdadeira guerra, cujo prenúncio é a presente intifada, iniciada a 28 de setembro de 2000.

Focalizando agora o lado palestino, direi que eles vivem em alto grau de dependência de Israel: o comércio da Autoridade Nacional Palestina com Israel é na proporção de 90% e cerca de um quarto da mão-de-obra palestina – 120 mil operários – trabalha em Israel, onde os mais qualificados ganham bons salários. A nova residência do embaixador do Brasil em Herzlia foi construída em 1980 por palestinos, dirigidos por um arquiteto israelense. Os operários vinham trabalhar diariamente, em uma *van* especial, e regressavam à tardinha para suas casas em Gaza – uma viagem de apenas 50 minutos. Quando Israel fecha as fronteiras por motivo de atos de terrorismo dos palestinos, o desemprego na Cisjordânia e em Gaza sobe para 40%. Um pacote de café brasileiro destinado à Cisjordânia tem que entrar pela alfândega israelense e recolher impostos à economia de Israel, antes de ir parar em um bar de Ramallah ou em um restaurante de Hebron. Outro problema é a ligação física entre o território de Gaza e a Cisjordânia. Um corredor de 44km foi aberto por Israel, mas a fiscalização israelense é tão rigorosa que poucos palestinos utilizam essa passagem. Existe mais comércio entre Israel e Gaza, ou entre Israel e a Cisjordânia, do que entre Gaza e a Cisjordânia.

A Autoridade Nacional Palestina (ANP) emprega atualmente o absurdo de 100 mil pessoas, com uma folha de pagamento que leva em conta o altíssimo nível de desem-

prego na região. Em 1994, a ANP tinha 14 ministérios em sua administração e agora tem 33, o que não deixa de ser excessivo. A energia e a água dos territórios ocupados provêm de Israel e isso deixa a ANP à mercê de chantagem eventual do Governo israelense. Na realidade, os países árabes, que sempre desconfiaram bastante dos palestinos, contribuem muito pouco para o orçamento do Estado palestino. Toda a ajuda árabe somada não chega a US\$ 200 milhões anuais. As doações e subvenções dos EUA, dos países europeus e do Japão são responsáveis por cerca de 80% dos recursos da ANP, o que deixa o governo de Arafat bastante vulnerável às pressões políticas do Ocidente e, indiretamente, de Israel.

Acrescento alguns números eloqüentes: a Cisjordânia e Gaza têm três milhões de habitantes com um PIB de US\$ 4.2 bilhões. A ANP exporta anualmente US\$ 650 milhões e importa quatro vezes mais: cerca de US\$ 2.8 bilhões. A renda *per capita* do trabalhador palestino é de apenas US\$ 90. Essas informações provêm do *Central Bureau of Statistics* de Israel, edição de 1999. Representantes palestinos queixam-se de que, além de manifestações emocionais de apoio, os demais países árabes continuam a viver rotineiramente as suas vidas. A concessão de US\$ 20 milhões mensais à ANP não é feita em forma de donativos, mas sim de empréstimos a longo prazo e a juros baixos. Em verdade, as relações econômicas especiais do Egito e da Arábia Saudita com os EUA têm impedido, até agora, um apoio mais consistente à causa palestina.

O grande complicador é a atuação vigorosa dos grupos fundamentalistas islâmi-

cos, que cada vez mais desafiam o poder relativamente moderador de Arafat. A retirada israelense do Sul do Líbano foi interpretada pelo HEZBOLLAH como uma prova de fraqueza, o que não deixa de ser um equívoco. Aquele grupo foi criado em 1982 com o propósito de combater as forças israelenses que haviam chegado até Beirute. O seu canal de televisão faz sistemáticos ataques contra os judeus em geral e apela para que os palestinos apunhalem os israelenses que encontrarem. A bandeira do HEZBOLLAH, cujo símbolo é um braço empunhando um fuzil, é cada vez mais vista em manifestações nas ruas da região. Entretanto, a Síria concede apenas limitada autonomia a esse grupo, evitando, cuidadosamente, qualquer risco de enfrentamento direto com Israel. Os outros três grupos radicais – HAMAS, TANZIM e o JIHAD ISLÂMICO – têm estado também muito ativos no combate a Israel e desafiam abertamente a autoridade de Arafat, que consideram influenciado pelos norte-americanos.

Já os intransigentes de Israel são capitaneados pelo velho General Ariel Sharon, notável herói da guerra de 1973 e agora primeiro-ministro. As negociações bilaterais recomeçaram, após o dramático impasse de Camp David II, quando os norte-americanos se empenharam a fundo pela busca da paz definitiva na região. Os palestinos não parecem dispostos a ceder na questão de sua capital e os israelenses tampouco. Jerusalém, cidade sagrada para três religiões, está dividida segundo linhas religiosas, políticas e sociais e é quase impossível transigir. Eu não gostaria de estar na mesa de negociações. Quem ceder, arris-

ca-se a perder o cargo e até mesmo a própria cabeça. Os árabes muçulmanos se concentram na parte oriental da cidade e queixam-se, com razão, de serem submetidos a penosas e até humilhantes revistas pelos policiais israelenses, quando precisam ir ao setor ocidental.

Os lugares santos constituem o ponto nevrálgico da disputa política: Israel quer manter sob sua soberania não só o Muro das Lamentações como também o Monte do Templo que, para os judeus, tem esse nome por haver abrigado o antigo templo de Salomão, destruído há dois mil anos pelos romanos. Na realidade, essa área esteve sob o domínio muçulmano durante 700 anos e só em 1967 passou à jurisdição israelense, depois da Guerra dos Seis Dias. Os palestinos exigem o Monte do Templo, que chamam de *Haram-a-sharif*, e a esplanada das mesquitas (onde se encontram as mesquitas de El Aqsa e de Omar) para a sua soberania. Ora, o Muro das Lamentações está situado exatamente ao lado dessas mesquitas, em nível ligeiramente inferior. Por isso, é difícil conceber como palestinos e judeus poderão transigir em tema tão caro aos seus corações religiosos.

Infelizmente, pouco antes do Ano Novo israelense, em setembro de 2000, o líder conservador Ariel Sharon fez questão de desfilar pela esplanada das mesquitas com seus partidários, o que resultou em graves e justos protestos dos palestinos. Os terroristas do HAMAS aproveitaram a provocação, e as desordens de mais de dez meses já causaram quase 800 mortos e 20 mil feridos. É o maior confronto dos últimos anos na região. Israel usou, pela pri-

meira vez, balas de verdade, helicópteros de combate, tanques ligeiros e foguetes de curto alcance.

A escolha hoje é entre a negociação, bem ou mal conduzida, ou a guerra generalizada, que ninguém deseja, nem pode ocorrer. Na verdade, Israel parece estar de costas para a parede: ou cede às muitas exigências palestinas, ou reocupa militarmente a Cisjordânia e Gaza, a custo elevadíssimo em vidas dos dois lados. A posição dos EUA, na defesa de Israel, está cada vez mais difícil de sustentar, tanto que, em recente votação no Conselho de Segurança da ONU, apenas absteve-se, enquanto os demais países, inclusive a Inglaterra, condenaram Israel pelo uso indiscriminado da força contra a nova intifada. Reconheço, porém, que o linchamento de três soldados israelenses, que vimos com pormenores cruéis pela televisão, é inadmissível e não pode ser comparado às mortes de jovens palestinos vitimados por balas perdidas. Os israelenses devem ficar atentos à evolução da opinião pública norte-americana que, a 15 de outubro de 2000, através da CNN, se manifestou no sentido de que os EUA não devem se imiscuir diretamente no Oriente Médio, mensagem bem clara que os dois candidatos à presidência certamente anotaram. As multidões nas ruas das capitais árabes parecem descontroladas, mas duvido muito que o Egito se arrisque a perder o valioso subsídio norte-americano de US\$ 5 bilhões anuais. A Síria tampouco terá coragem de atacar sozinha Israel sem auxílio do Egito, e a ANP deixaria de receber o auxílio financeiro do Ocidente. O imponderável, o grande complicador, seria a

eventual intromissão de Saddam Hussein, que deve estar tentado a enviar mísseis contra Israel. Se isso ocorrer, dificilmente os EUA poderão novamente impedir a retaliação de Israel, que tem abundantes meios para atingir e destruir os pontos nevrálgicos do Iraque, utilizando até mesmo armas nucleares.

A reunião de cúpula da Liga Árabe, que se realizou no Cairo nos dias 21 e 22 de outubro de 2000, deve ter sido uma decepção para os palestinos. A moderação prevaleceu e os líderes árabes não só deixaram de anunciar a guerra santa, como se limitaram apenas a criar um fundo para auxiliar os palestinos, a condenar a violência de Israel e a exigir uma investigação internacional dos fatos, que seria feita pela Comissão de Direitos Humanos da ONU. No Cairo, Kadafi pregou a *Jihad*, mas todos sabem que a Líbia está longe do Oriente Médio e seu líder apenas interessado em publicidade. Na Jordânia, numerosos palestinos lá residentes tentaram organizar uma marcha para atravessar o Rio Jordão, mas foram violentamente repelidos pela própria polícia jordaniana.

Recentemente, Arafat teve uma frase infeliz ao se dirigir às mulheres palestinas: "Quero que todas vocês tenham doze filhos. Dez para a batalha com Israel e dois para vocês!" A convivência entre judeus e árabes dentro de Israel, que era razoável, ficou muito pior. Estourou um escândalo com jornalistas da RAI italiana, ao afirmarem que os conflitos de rua só começam quando os cinegrafistas e fotógrafos estão por perto. Os palestinos passaram a clamar por uma força de paz permanente da ONU entre Israel e a Cisjor-

dânia e Gaza, e em Israel já se sugeriu o levantamento de um muro ou de uma cerca metálica eletrificada como a que separava as duas Alemanhas.

No meu entender, a única solução viável para a questão de Jerusalém é oficializar o *statu quo*, que dá acesso aos crentes das três religiões a seus lugares santos. Atualmente, eles são administrados pelos respectivos funcionários religiosos, embora sob fiscalização israelense, mais ou menos discreta. Os árabes argumentarão que os cristãos têm realmente livre acesso ao Santo Sepulcro, ao Monte das Oliveiras, a Belém e outros lugares santos de sua religião, enquanto o mesmo não acontece com os cidadãos árabes, que sofrem incômodas revistas por parte de policiais israelenses. Trinta anos atrás, o Vaticano propôs a internacionalização dos lugares santos de Jerusalém, o *Corpus separatum*, sob a jurisdição das Nações Unidas, mas nem judeus nem árabes sequer examinaram a proposta. Pessoalmente, creio que este seria o caminho mais viável para uma solução definitiva da questão, assegurando a Israel a soberania política sobre toda a cidade de Jerusalém, sem necessidade de ampliar o perímetro urbano da capital ou partilhar o centro da cidade. E a Autoridade Nacional Palestina escolheria para sua capital administrativa uma cidade da Cisjordânia, talvez Ramallah, com amplo auxílio financeiro internacional.

Outra alternativa seria a formação de um Estado federativo com a Jordânia, ou seja, a antiga sugestão de Rabin e Shimon Peres, conhecida como a "opção jordaniana". Destarte, os crentes das três religiões

teriam realmente pleno e livre acesso aos lugares santos de Jerusalém, sem constrangimentos, e a região poderia finalmente beneficiar-se de um período de paz completa e prosperidade assegurada.

No entanto, o jornalista Jacques Attali, escrevendo na importante revista francesa *L'Express* de 12 de outubro de 2000, foi muito pessimista. Disse ele: "Jamais Israel esteve tão isolado quanto na hora presente. Jamais Israel esteve tão ameaçado de desaparecer. (...) Se amanhã começar a guerra, ela não será um confronto de exércitos em um campo de batalha, mas rapidamente, por uma engrenagem assustadora, uma verdadeira guerra civil entre colonos judeus e jovens árabes, que lutarão bairro por bairro, rua por rua, casa por casa, nas cidades e aldeias da Palestina e de Israel também. (...) Israel está ameaçado de desaparecer pela guerra, pela paz ou ainda pela partida de suas elites, que temem tanto a guerra quanto a paz."

Em represália, Israel resolveu selar todas as cidades palestinas onde ocorreram mortes de cidadãos israelenses. Arafat queixa-se de que Israel está sufocando financeiramente a ANP, pois está retendo o repasse de impostos e contribuições diversas que já montariam em mais de US\$100 milhões. No ínterim, o Knesset aprovou, em fim de novembro de 2000, importante moção cancelando a oferta do *Premier* Barak de ampliar o perímetro de Jerusalém, para ali instalar a capital de eventual Estado palestino. Ficou assim corrigida a imprudência de Barak.

Por outro lado, a vitória de Bush nas eleições norte-americanas não foi do agrado

dos israelenses, uma vez que os democratas são muito mais ligados aos judeus norte-americanos do que os republicanos. Lembro que o candidato a vice-presidente dos democratas foi o judeu ortodoxo Joe Libermann.

Para surpresa geral, no dia 3 de janeiro de 2001, Arafat informou Clinton de que aceitava os seus parâmetros, embora com algumas reservas. O plano previa que os palestinos formariam um Estado incluindo 100% da faixa de Gaza e 95% da Cisjordânia, devendo, porém, renunciar ao retorno a seus antigos lares de todos os refugiados, que receberiam compensação em dinheiro. Os palestinos controlariam o setor árabe de Jerusalém, inclusive a esplanada das mesquitas e o bairro cristão. A principal queixa palestina é que faltaria continuidade ao território, a ser cortado por uma rodovia israelense, já que a Cisjordânia ficaria dividida em três pedaços para acomodar alguns assentamentos israelenses importantes. Israel não se manifestou e dificilmente aceitará esses termos.

O novo *Premier* Ariel Sharon, a quem conheci bem durante minha estada em Israel, é um ex-militar brilhante, que se cobriu de glória na guerra do Yom Kippur de 1973. Entretanto, como Ministro da Defesa de Menahem Begin durante a campanha do Líbano, em 1982, teve a imagem política prejudicada por haver dado luz verde às milícias cristãs libanesas para realizar um verdadeiro massacre de palestinos nos acampamentos de Sabra e Chatila. É preciso reconhecer que ele não mandou efetuar o massacre, mas era claro que isso iria acontecer, sendo por isso respon-

sabilizado. Continuou como um dos líderes do LIKUD e só emergiu como candidato do partido porque Netanyahu não é parlamentar e estava impedido de concorrer às eleições.

Depois de empossado, Sharon continuou ampliando os assentamentos de colonos judaicos na Cisjordânia e jamais cederá na questão de Jerusalém. Anunciou aos palestinos que só recomeçará as conversações de paz depois que houver a cessação completa dos atos de terrorismo, que continuam a ocorrer com maior ou menor intensidade. No entanto, parece evidente que os palestinos estão agora na defensiva e tratam de reavaliar suas excessivas pretensões. Certamente terão de contentar-se com bem menos do que Barak lhes ofereceu e rejeitaram. Mas eu continuo moderadamente otimista. Ariel Sharon, em poucos meses, vai conseguir um acordo provisório razoável, assim como, em 1978, o *Premier* Menahem Begin, também ultra-direitista, arrancou o impossível acordo de Camp David com o Presidente Sadat, do Egito. É verdade que Begin e Sadat eram personalidades de muito maior calibre do que Sharon e Arafat. Lembro, porém, que só os partidos de extrema-direita em Israel têm condições de fazer concessões importantes aos árabes e conseguir a sua aprovação do parlamento e da opinião pública israelense.

O grau de envolvimento que o Presidente George Bush vai adotar para a região ainda é uma incógnita. Acredito, porém, que os EUA vão continuar a dar apoio político, diplomático e até militar a Israel, embora com menor ênfase de interferên-

cia. Infelizmente, o quadro da política israelense não se desanuviou após a instalação do novo governo. O *Premier* Ariel Sharon obteve, penosamente, um acordo com o Partido Trabalhista israelense, a quem foram oferecidas e aceitas algumas das pastas mais importantes do gabinete, como as de Relações Exteriores e Defesa. Isso parece significar que Sharon teme negociar sozinho com os palestinos e receria as imposições talvez descabidas de seus próprios aliados religiosos. O governo de união nacional foi aprovado pelo Knesset e o partido religioso SHAS, que apoiava Barak, aderiu ao acordo, ampliando assim a pequena maioria de Sharon no Parlamento e assegurando apenas uma relativa estabilidade.

No momento, Israel continua apertando o gasganete dos palestinos, sem repassar-lhes as subvenções externas, e vai mantendo toda a Cisjordânia e a faixa de Gaza seladas completamente, o que eleva o desemprego na região a mais de 40%. Em retaliação, os palestinos estão tentando transferir a intifada dos territórios ocupados para *dentro* de Israel, graças a novos e espetaculares atentados suicidas. O HAMAS já divulgou que tem vinte voluntários dispostos a praticar atos terroristas. Saddam Hussein também continua intrometendo-se na crise e consta que ele está incentivando a intifada pelo envio de cheques de US\$10.000 para cada família que tenha tido um morto na luta contra Israel, e ainda cheques de US\$1.000 para os familiares de cada um dos feridos. A BBC exibiu um desses cheques em programa televisivo.

Em maio último, o Ministro da Defesa israelense Ben Eliezer reafirmou que não tem a intenção de reocupar as áreas cedidas aos palestinos pelos acordos de paz de Oslo, o que nos parece sábio e conciliador. As ações militares de Israel têm sido apenas punitivas e os alvos preferidos são os quartéis de entidades terroristas e as casas de seus líderes mais importantes. Os países da União Européia e os EUA condenaram o exagerado nível das represálias israelenses, mas o recente ataque a uma discoteca israelense, matando 19 jovens, deu vantagem psicológica a Israel na guerra da propaganda. A Comissão Mitchell finalmente deu publicidade ao seu relatório, que culpou as duas partes, mas reiterou sua determinação de que Israel não pode continuar a expandir as colônias já existentes na Cisjordânia.

Em fins de junho último, afinal surgiu uma luz no fim do túnel para a crise do Oriente Médio, com a aceitação, por palestinos e israelenses, da trégua proposta pelos EUA, durante a visita do Secretário de Estado Colin Powell à região. O plano previa um cessar-fogo completo durante sete dias, seguido de um período de seis semanas para o esfriamento das tensões. Só então as negociações de paz recomeçariam. Qualquer ato importante de violência durante as seis semanas faria o prazo recomeçar a ser contado de zero. Israel não dispararia mais contra alvos palestinos, retiraria suas tropas para as posições anteriores ao reinício da intifada e impediria ataques de vingança dos colonos contra palestinos. Isso, porém, não está acon-

tecendo, pois Israel está realizando ataques preventivos contra núcleos terroristas que têm causado dezenas de mortes entre os palestinos. Embora, até certo ponto, isso possa ser admissível, é evidente que essa política agressiva de Israel só aumentará os ódios existentes e dificultará qualquer tipo de negociação. Curiosamente, depois de recente ataque, o Secretário de Estado Colin Powell limitou-se a manifestar sua *unhappiness*, em vez de condenar os ataques com mísseis e helicópteros.

O Grupo G-8 recomendou a presença de observadores internacionais para vigiar o cumprimento de eventual acordo, mas Israel só aceita a presença de observadores norte-americanos, do que discordam os palestinos. Os grupelhos terroristas que vêm realizando ataques suicidas não têm disposição para colaborar para o sucesso do plano norte-americano. Infelizmente, o cessar-fogo está cada vez mais difícil de sustentar-se, tantas são as infrações que têm ocorrido. Até o dia 1º de agosto já haviam morrido quase 600 palestinos, 138 israelenses e 15 árabes-israelenses, com cerca de 20 mil feridos.

Embora o Chanceler Shimon Peres tenha negado a intenção de Israel de reocupar a Cisjordânia, há evidentes sinais de que mais tropas e tanques estão sendo deslocados para a região. Sharon já se referiu até à provável necessidade de convocar reservistas do exterior, se prosseguirem ou se ampliarem as hostilidades por muito mais tempo. Os consulados de Israel no exterior já estão sendo alertados para essa hipótese.



A Cartografia da Costa Brasileira de 1500 até Nossos Dias

Hélio Leôncio Martins *

Resumo: O artigo informa sobre o longo caminho percorrido pela cartografia hidrográfica da costa brasileira, desde o mapa de Juan de La Cosa (1499) até a carta eletrônica do ano 2000.¹

Palavras-chave: De La Cosa, Reinel, Mouchea, Capitão-de-Fragata José Nogueira da Gama.

O Brasil, até quase o século XX, foi, a rigor, um extenso país costeiro. Suas maiores cidades, os centros de produção, as entidades comerciais importantes, localizavam-se nos 8.500km de litoral. As dificuldades de comunicações terrestres davam-lhe a descontinuidade de um arquipélago, dependendo das vias de navegação marítimas, que seriam, assim, as artérias vitais de nossa economia.

Dessa peculiaridade adveio a importância da cartografia costeira.

De início, o delineamento das costas ia aparecendo nos planisférios, frutos das explorações dos navegadores, aos quais se acrescentavam novas informações obtidas, algumas vezes fantasiosas. Os levantamentos hidrográficos posteriores, feitos

com a tecnologia que se foi desenvolvendo, levaram às cartas computadorizadas da atualidade.

É tal essa evolução através dos séculos, que pretendemos apresentá-la aqui como contribuição do Serviço de Documentação da Marinha e da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha Brasileira.

Em relação à cartografia colonial, desde 1500 ao século XVIII, existe um completo e erudito estudo do Almirante Max Justo Guedes, Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha e há 32 anos dirigindo o Serviço Histórico da Marinha, concretizado nas publicações *Três Séculos da Cartografia Portuguesa no Brasil* e *A Cartografia do Brasil – reflexo do nascimento e da evolução da Cartografia Portuguesa de 1522 a 1798*, que se referem a todos os trabalhos cartográficos que fixaram as fronteiras dos domí-

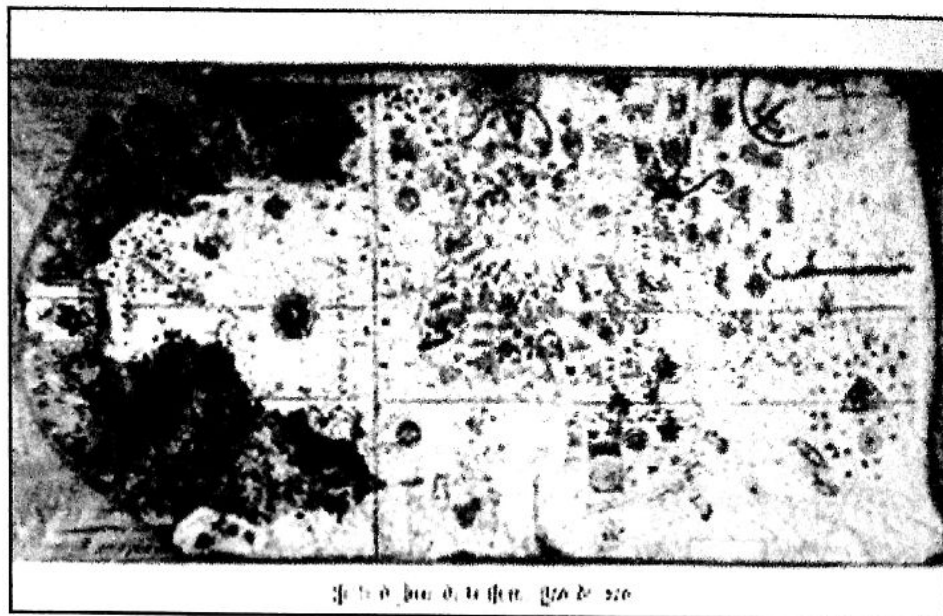
* Vice-Almirante. Sócio emérito do IGHMB e membro do IHGB.

1 Palestra proferida em 24 de abril de 2001, no auditório do IGHMB, na Casa Histórica de Deodoro.

nios português e hispânico na América do Sul, não se limitando ao litoral. A presente comunicação baseia-se nessas publicações do Almirante Max Justo Guedes, sintetizando-as nas cartas que representaram patamares definidos da evolução.

No que se refere à cartografia no século XIX, apoiamo-nos no que existe nos arquivos cartográficos do Serviço de Documentação da Marinha, da Diretoria de Hidrografia e Navegação e do Ministério das Relações Exteriores.

Pode ser considerado o marco inicial da cartografia portuguesa a contratação do Mestre Jerome de Maiorca pelo Infante D. Henrique quando, ao se expandir a navegação lusa para o sul, seguindo a costa africana, precisaram resolver o problema de medir a distância entre pontos de latitudes conhecidas e delas passar ao módulo do grau meridiano. Como passo adiante, com a possibilidade de determinar as latitudes pela altura da estrela Polar e, depois, pela do sol, as escalas de altura foram introduzidas nas cartas. No fim do século XV, a cartografia portuguesa passou a ser a mais importante da época, despertando a curiosidade dos cartógrafos mediterrâneos, inclusive porque reproduzia as rotas dos novos descobrimentos, informação de grande valor econômico.



Mapa de Juan de La Cosa – 1499.

Os primeiros delineamentos da costa brasileira são considerados como tendo aparecido no mapa-múndi de Juan de La Cosa, espanhol da Cantabria, que havia sido piloto da frota de Colombo. Reproduzia a derrota de Vincente Yanes Pinzón que, em janeiro de 1500 teria, vindo de Palos, percorrido o Norte brasileiro de Mucuripe, no Ceará, ao delta amazônico, seguido por Diogo de Lepe, que continuou até o Suriname. Em abril do mesmo ano, chegava Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro e as notícias na Europa diziam ter ele desembarcado em uma ilha que denominara Vera Cruz, a qual também aparece no mapa-múndi de La Cosa.

A viagem de Vasco da Gama, atingindo a Índia pelo Ocidente, terminada em 1499, foi golpe devastador para as cidades italianas, pois um concorrente traria para a Europa especiarias por preços invencíveis. Os prejudicados precisavam conhecer, com urgência, detalhes da rota seguida. Qualquer processo valia. Alberto Cantino, agen-

te a serviço do Duque de Ferrara, subornou um cartógrafo português e obteve os informes necessários para que fosse elaborado o que ficou conhecido com o nome de Planisfério de Cantino, cujo original está na Biblioteca Estense de Módena. É trabalho de grande fôlego, mostrando os conhecimentos geográficos, náuticos, etnográficos e comerciais disponíveis em Lisboa até 1502. Abarca a extensão de perto de 257 graus de longitude, indo desde o litoral leste sul-americano até o Extremo Oriente, indicando a linha do Tratado de Tordesilhas. Em relação à costa brasileira, utilizou, além do de La Cosa, da exploração feita por um dos comandantes de Cabral, Gaspar de Lemos, o qual, com a nave de aprovisionamentos, foi mandado de volta de Porto Se-

guro com a nova do descobrimento, enquanto o resto da frota continuava pelo largo a caminho da Índia. Gaspar de Lemos, com o vento que soprava a favor, acompanhou o litoral até um cabo que chamou de São Jorge, atual Santo Agostinho, em Pernambuco, daí rumando para o Atlântico. O Planisfério de Cantino, que representa a costa de Porto Seguro para o norte, mostra-a mudando bruscamente para oeste a partir do Cabo de São Jorge, proxima-mente aos seis graus e meio de latitude sul. Como fixa o início de terras castelhanas aos seis graus e meio de latitude norte, não se fecha com a representação de La Cosa.

Apesar de a costa brasileira ter sido considerada tanto no mapa-múndi de La Cosa como no Planisfério de Cantino, praticamente continuava desconhecida. Esse desconhecimento levou a Coroa portuguesa a enviar expedições marítimas que a explorassem. A primeira, em 1501-1502, incluía três caravelas comandadas por Gonçalo Coelho, experimentado nauta, trazendo consigo o polêmico Américo Vespúcio. Pelo que se pode hoje concluir, o reconhecimento teve início no atual Estado do Rio Grande do Norte e prolongou-se até Cananéia, no sul do Estado de São Paulo. Da viagem de Gonçalo Coelho resultou vasta toponímia, utilizada em vários mapas daí em diante, sendo uns poucos nomes apostos no trecho referente à derrota de Gaspar de Lemos, no Planisfério Cantino, com mal-cuidada grafia. Além disto, mão desconhecida colou sobre o original desse último um pergaminho a partir do Cabo de São Jorge, dando a costa como reta em direção ao sul, desaparecendo assim a protu-



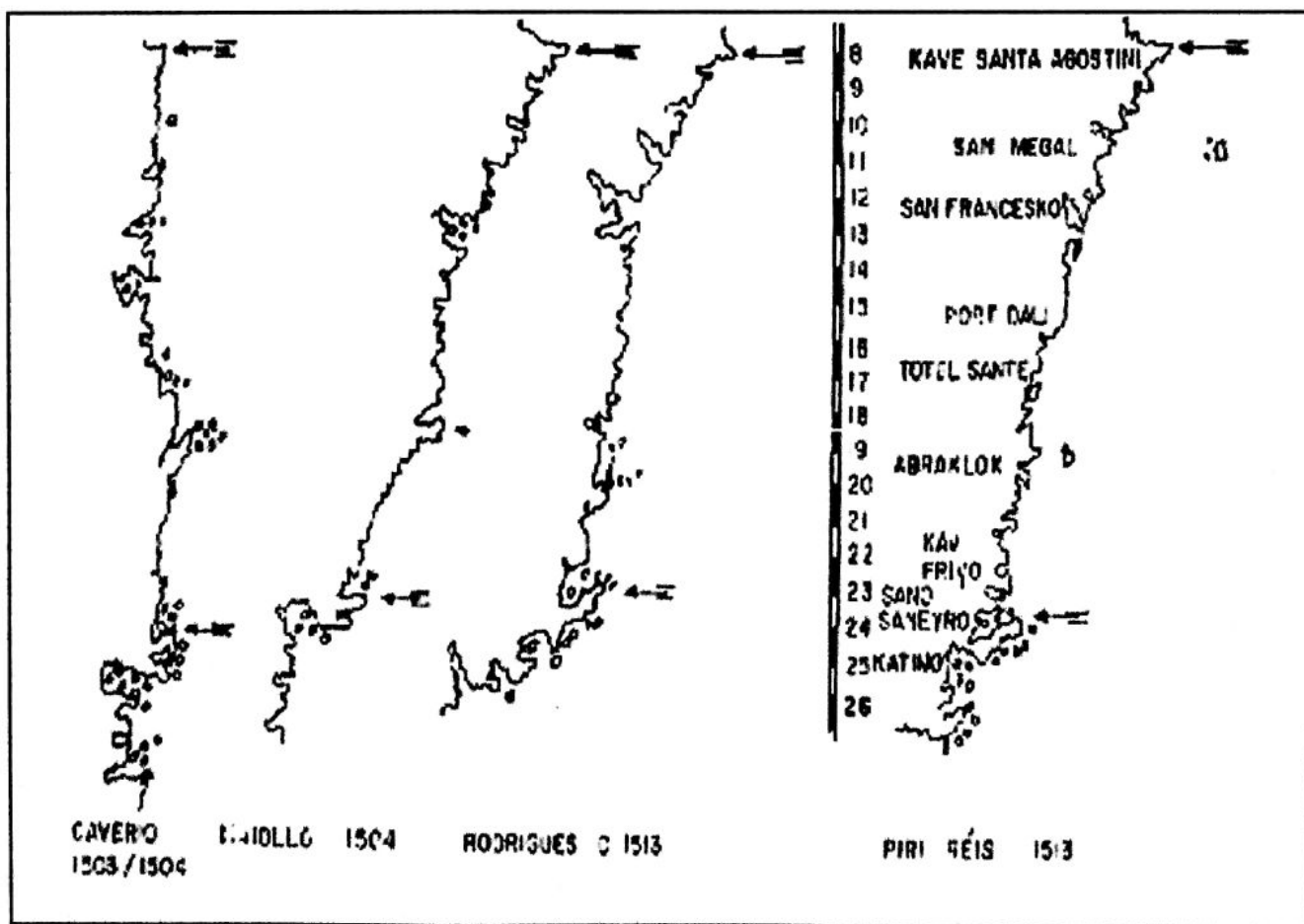
O Brasil no Planisfério de Cantino.

berância que existe neste trecho. Na verdade, o Planisfério de Cantino só se sobressai em relação à cartografia do litoral brasileiro pelo pioneirismo.

Nas duas primeiras décadas do século XVI, muitos cartógrafos reproduziram a costa brasileira entre o Cabo de São Roque, onde ela inflete para o sul, até Cananéia, tendo alguns originais desaparecido, mas existindo outros ainda em mapotecas nos Estados Unidos e na Europa. A toponímia varia consideravelmente de grafia e neles a fantasia também tem bastante lugar. Mas não existe mais protuberância no Nordeste e muitos nomes são até hoje mantidos, especialmente aqueles referentes aos santos do dia, como Angra dos Reis, Santo Antônio, São Vicente. Apesar de surgirem

erros palmares, como o dos cartógrafos italianos que faziam a costa entre Cabo Frio e Angra dos Reis correr de norte a sul, quando ela vai de leste para oeste, o delineamento costeiro aperfeiçoava-se, como mostram, em 1513, as cartas do Almirante turco Piri Reis, com a grafia adaptada à língua turca, e o Livro de Francisco Rodrigues, da mesma época, um códice de 26 cartas encontrado na Biblioteca da Câmara de Deputados de Paris. Os principais acidentes da costa neles aparecem e localizados em latitudes que se podem considerar verossímeis.

Ainda que o território brasileiro já começasse a ser utilizado comercialmente com a exploração intensa do pau-brasil, as atenções de Portugal permaneciam prioritariamente na Índia, fonte de maior riqueza, o



Delineamento da costa leste brasileira nos mapas de Francisco Rodrigues e Piri Reis – 1513.

que não impedia haver também quem procurasse saber para onde se alongava o imenso litoral. Carta assinada por um certo Estêvão Fróes, preso nas Antilhas pelos espanhóis, refere-se a uma caravela comandada por Diogo Ribeiro, na qual ele, Estêvão, embarcara, que estivera no Brasil, sendo o comandante morto pelos índios e por um *pero castelhano*. O navio chegara a San Juan, onde todos foram presos por terem invadido território castelhano. Posterior petição dirigida por um armador de Burgos – Cristobal de Haro – ao rei de Espanha, em 1519, permitiu que se reconstituísse a derrota de Diogo Ribeiro, confirmando o que havia escrito Estêvão Fróes. Haro fora o armador da expedição de Diogo Ribeiro, a qual, em 1513, fora enviada por D. Manoel de Portugal para “olhar bem as coisas da terra”. O interesse estaria naturalmente em “olhar” o que não havia sido olhado antes, isto é, o litoral entre o Cabo de São Jorge – ou Santo Agostinho – e o Equador. Ainda tendo Haro como armador, dois navios, um deles provavelmente sob o comando de João Lisboa, dos melhores navegadores portugueses da época, seguiram de Cananéia para o sul e, em latitude igual à do Cabo da Boa Esperança, encontraram um grande golfo – o estuário do Prata. Adentraram nele umas sessenta milhas, mas tiveram que retroceder, tocados pelo mau tempo.

Regressaram para o norte, trazendo entretanto a notícia de que no interior havia ouro e prata, tendo sido mesmo encontrado um machado de prata, presenteado ao Rei de Portugal. A toponímia referente à costa meridional do Brasil já é encontrada



Carta do Brasil no Atlas de Reinel.

no *Livro de Marinharia* de João Lisboa e no *Guia Náutico* de Évora, em 1516, mas as cartas que os reproduzem são um mapa-múndi atribuído a Jorge Reinel, cujo original foi destruído na Segunda Guerra Mundial, e na *Carta do Brasil*, inserida no Atlas de Lobo-Homem Reineis, na Biblioteca Nacional de Paris, ambos de 1519.

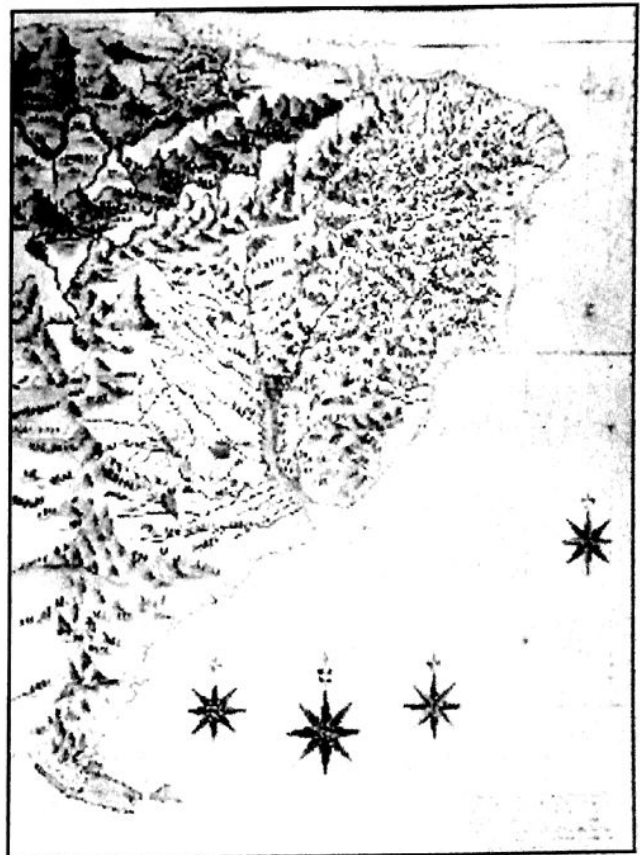
O primeiro não se destinava a ser uma carta de marear, mas poderia substituí-las. E apresentava característica que o tornam importante documento. Foi a primeira carta portuguesa a exibir escala de longitudes sobre o Equador com a indicação do meridiano das Tordesilhas a vinte e um graus a oeste de Cabo Verde, e apresentando delineamento razoável do trecho da costa centro-americana do Pacífico. E, de maior interesse para nós, desenha de forma inte-

Sobressaíram-se, entre outros, a partir de 1522, os cartógrafos Nunes Garcia de Toledo e Diogo Ribeiro, este português a serviço da Corte espanhola, com conhecimentos que só iriam aparecer na cartografia portuguesa depois de 1530. Gaspar Viegas e Jorge Reinell foram dois cartógrafos que se aproveitaram das informações castelhanas e das oriundas da exploração de Martim Afonso de Sousa. Ao primeiro deve-se a Carta Atlântica de 1534, que existe na Biblioteca de Paris.

O cartógrafo Diogo Ribeiro, com as informações castelhanas e portuguesas, ampliou consideravelmente o conhecimento do litoral brasileiro até o Rio da Prata. Foi em carta de sua autoria que Gaspar da Veiga colheu dados sobre o Rio da Prata e seus formadores, os rios Paraná, Uruguai e Paraguai.

A descoberta do Rio Amazonas e de muitos afluentes deve-se a exploradores castelhanos que partiram de suas nascentes. Assim, o estuário amazônico aparece no planisfério de Sebastião Caboto, cujo único exemplar existente acha-se na Biblioteca Nacional de Paris.

Muitos cartógrafos portugueses trabalharam nas costas do Brasil na segunda metade do século XVI e no século XVII, mas entre eles avulta Luiz Teixeira, cartógrafo oficial de Portugal entre 1569 e 1613. Sua produção, na qual se inclui o *Roteiro da Ajuda*, o primeiro a descrever a costa brasileira, em grande parte perdeu-se, mas encontra-se na Biblioteca Reale de Turim trabalho seu em conjunto com o “catedrático de matemática” João Batista Lavanha – um Atlas-Cosmográfico. Seu filho, João Teixeira Albernaz I, continuou os trabalhos



Mapas de Luiz Teixeira (1516) e Albernaz II (1529).

do pai, do que resultaram 22 cartas fazendo parte do Códice chamado *Livro que da razão ao estado do Brasil*, de 1626, que está no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esse conjunto, logo ampliado para abarcar a costa até o Rio Grande do Sul, em 1627, e complementado pelo *Pequeno Atlas do Maranhão e do Grão-Pará*, em 1629, que estão, respectivamente, na Biblioteca Nacional de Paris e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seria o modelo das cartas referentes ao litoral brasileiro produzidas até 1645, nada de novo sendo daí em diante feito. Tal estagnação deveu-se, em parte, à ocupação holandesa no Norte e parte possivelmente por “estarem atendidas as necessidades”, como alguém escreveu. O neto de Luiz Teixeira, João Teixeira Albernaz II, repetiu os trabalhos do avô, mas com qualidade inferior. Nos trabalhos dos Teixeiras persistem os erros de longitude do Cabo de Santo Agostinho, alongando a costa oeste-leste, e no posicionamento do Rio da Prata.

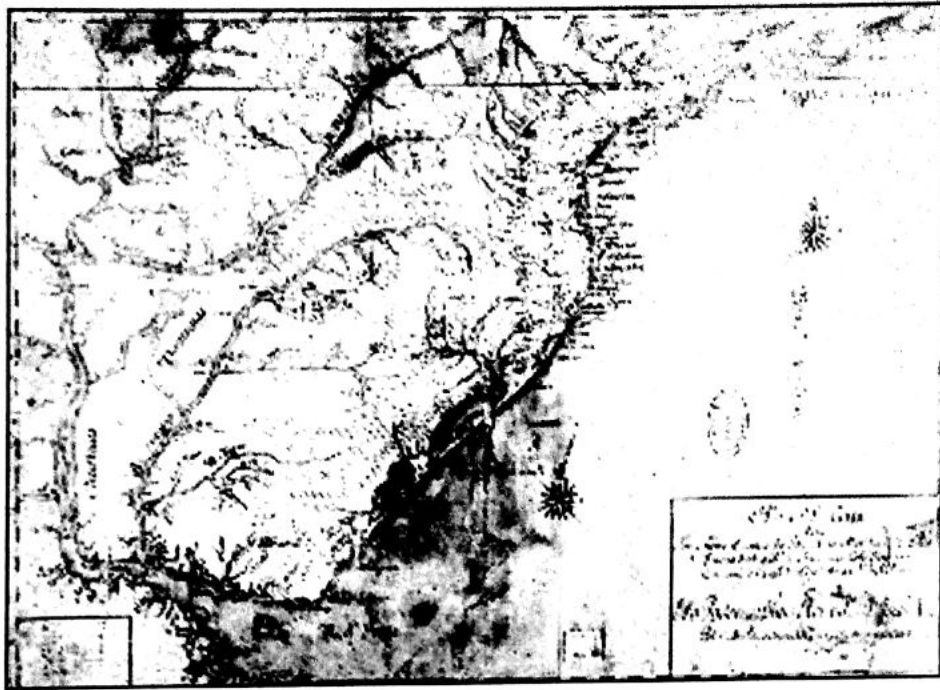
A cartografia da costa brasileira no século XVIII fixou-se, especialmente, nas disputas no Sul, relacionadas com a posse da Colônia de Sacramento, mais políticas do que geográficas, e a fixação dos limites terrestres entre as colônias portuguesa e espanholas, provocada pelas marchas dos bandeirantes para oeste e pelos Tratados de Madri e Santo Ildefonso. Mas uma comunicação científica feita à Academia Científica de Paris, em 1720, por Guillaume Deslisle, fez com que tivessem de ser revistos os levantamentos no Sul. Com base nos métodos de determinação das longitudes por distâncias lunares, que

vinha sendo desenvolvido desde Galieni e Cassine, e aplicado em observações terrestres, Deslisle apresentou um quadro mostrando as longitudes de muitas posições já cartografadas, revelando as enormes distorções existentes. Isso traria enorme força de argumentação nos debates políticos-geográficos em que se empenhavam Espanha e Portugal. O fato de as longitudes serem até então estimadas, quando não forjadas, era fonte de muitas das dúvidas.

A Corte portuguesa, alarmada com as conseqüências que poderiam advir, tratou de implementar o ensino da matéria nas academias militares e civis. Não podendo, contudo, aguardar os resultados desse esforço, contrataram dois padres italianos, matemáticos conhecedores do assunto, para “fazerem os mapas do dito Estado” [do Brasil], “não só pela marinha [costa] mas pelos sertões”. Um dos trabalhos por eles executado, em 1738, foi o levantamento da costa de Cabo Frio ao Rio da Prata, tendo como referência o meridiano do Rio de Janeiro, o primeiro no qual foram utilizados métodos científicos, em terra, não sendo fruto de exploração marítima.

A diferença de longitudes entre a costa brasileira e a Ilha de Santo Antão, mistificada, não foi corrigida até o fim das negociações com a Espanha.

Em 1798 criou-se, em Portugal, a Sociedade Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares – ou a Sociedade Real Marítima. Tinha essa entidade como atribuições dirigir, coordenar, aprovar e disseminar todos os trabalhos hidro-



Carta da costa do Rio da Prata a Cabo Frio levantada.

gráficos – cartas, tábuas, roteiros – elaborados por nacionais ou estrangeiros para o serviço das Marinhas Real e Mercante. Missão de grande envergadura, que demandaria tempo para apresentar resultados; tempo que não teve, pois sua ação foi interrompida quando o furacão napoleônico atingiu Portugal. Assim mesmo, quando a Corte de D. Maria veio para o Brasil em 1808, seu Diretor, Chefe-de-Esquadra José Maria Dantas Pereira, trouxe para o Brasil perto de mil documentos cartográficos que, recolhidos ao Arquivo Militar, foram perdidos, em grande maioria. O que sobrou representa acervo cultural considerável.

Em todo o século XIX, a costa brasileira passou a ser objeto de grande atividade hidrográfica. Comissões francesas e inglesas – de Montrevel, Barral, Hewitt, Sullivan – estiveram presentes. Depois da criação da Marinha de Guerra, em 1822, os levantamentos passaram a ser um requinte intelectual de oficiais de maior valor, que

se dispunham a ir além da rotina elementar que era a tecnologia naval da época. São inúmeras as cartas particulares ou de pequenos trechos que apareceram, publicadas ou não, obedecendo, entretanto, a tecnologias diversificadas, sem haver orientação ou coordenação institucional que lhes desse conjunto e continuidade. Três trabalhos, entretanto, fizeram, ou tentaram fazer, serviço integral.

Com o aumento da navegação, provocado pela abertura dos portos nacionais para os estrangeiros em 1808, sentiu-se falta de carta fidedigna e ampla que garantisse a segurança dos navegadores. Pressionada por tal necessidade, a Marinha francesa, em 1819, enviou o Comandante Barão de Roussin com a tarefa de efetuar um completo levantamento da costa brasileira. Roussin executou-o de Santa Catarina ao Maranhão, compilando, de serviços já feitos, o restante – da Ilha de Marajó, no Norte, ao Rio da Prata, no Sul. Publicou-o em 1826.

Em 1856, foi determinado que o Primeiro-Tenente Vital de Oliveira iniciasse um levantamento da costa do Rio Grande do Norte à foz do Rio São Francisco, o que ele cumpriu até 1859, com êxito, lutando embora com as dificuldades da falta de recursos. Em 1863, sua tarefa foi ampliada, o Governo Imperial decidindo que continuasse o serviço como parte de plano maior, que seria a confecção da Carta Geral da Costa do Império. Seu trabalho foi interrompido por ser Vital de Oliveira chamado para comandar um navio na Guerra da Tríplice Aliança. Vitimado por um tiro inimigo, mantém-se sua memória – é o Patrono do atual Serviço Hidrográfico e Oceanográfico.

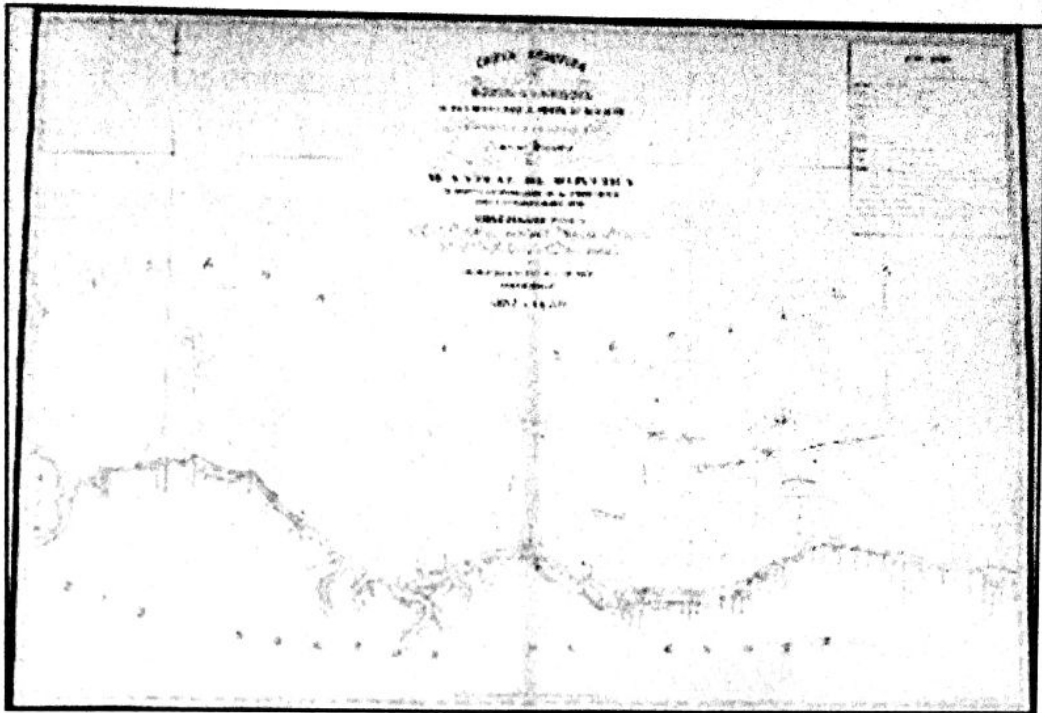
Em 1864, as cartas de Roussin deixavam a desejar para a navegação em vista do desenvolvimento verificado. Houve nova pressão das companhias de navegação e a França mandou o Capitão-de-Fragata Ernest Amadeu Berthelemy Mouchez – que já havia estado no Brasil trabalhando nas costas da Bahia –

para fazer a revisão das cartas de Roussin. Mouchez é considerado um gênio na Hidrografia, não só pelo que realizou no Brasil, como por consideráveis serviços no Rio da Prata, na Argélia e em estabelecimentos científicos na França. Para completar em dois anos a tarefa que lhe foi atribuída, teve que se utilizar de processo expedito. De uma elevação da qual conhecia a altura, as coordenadas e um azimute, fazia visadas para pontos conspícuos da costa e media os ângulos em depressão. As distâncias eram obtidas pela solução do triângulo do qual conhecia um lado – a altitude da elevação e um ângulo. Um hábil desenhista ligava os pontos determinados, delineando a linha do litoral. É surpreendente, comparando-os com os atuais levantamentos, a precisão que obtinha. As cartas de Mouchez, impressas pelo Almirantado Britânico, foram utilizadas por quase um século.

Como a preocupação de Mouchez se detinha nas linhas de navegação, muitas áreas apareciam como de difícil trânsito, o que não foi confirmado posteriormente. A necessidade cada vez maior de se dispor de cartas bem precisas e completas levou o Almirantado britânico a solicitar ao Governo brasileiro, em 1930, autorização para fazer novo levantamento de todo o litoral. Fato ocorrido na mesma época, porém, impediu que acedêssemos a tal pedido, que não seria agradável para nossa soberania.



Carta de Roussin de 1826.



Carta de Vital de Oliveira (1859).

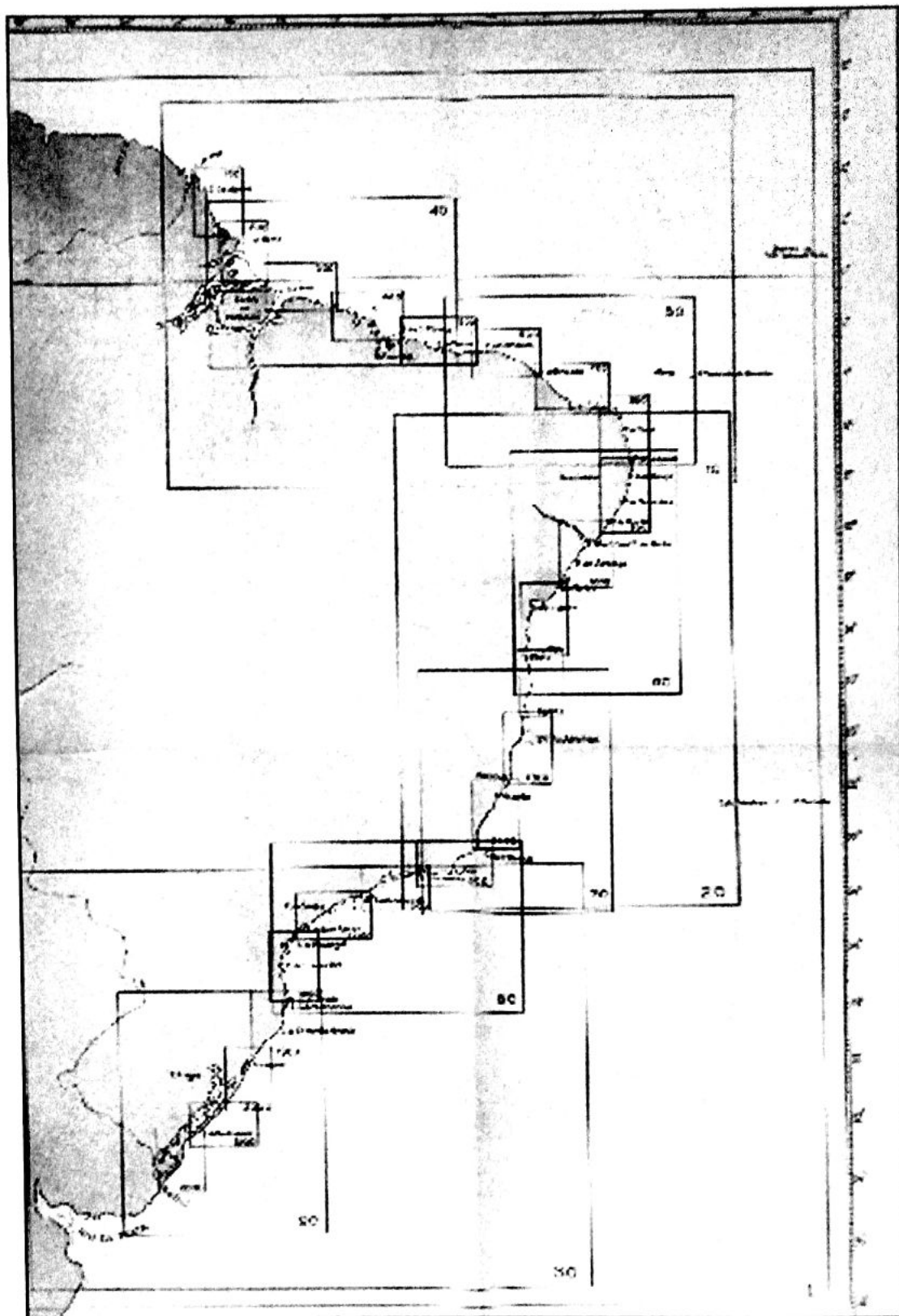
Um dos oficiais apaixonados pela hidrografia, Capitão-de-Fragata Manoel José de Nogueira da Gama, comandando um velho encouraçado, com a ajuda de seis tenentes interessados, decidiu hidrografar a Baía da Ilha Grande, fazendo desse serviço um laboratório, nos quais métodos, técnicas e equipamentos fossem testados, tudo tendo como fito conseguir, por fim, institucionalizar a hidrografia brasileira. E mais: com um ministro que também se dedicara à hidrografia, conseguiu que fosse criada a especialidade naval e realizado, em 1933, o primeiro curso para se formar hidrógrafos. Os cursos tornavam-se verdadeiros seminários, nos quais eram debatidos os problemas da hidrografia, teóricos e práticos, com as conclusões incluindo-se nos manuais e instruções. A Diretoria de Hidrografia e Navegação passou ter o papel e a continuidade que lhe cabiam. Daí por diante, a evolução tem



Carta de Mouchez.

sido rápida. Em 1934, foi elaborado um Programa de Confecção de Cartas da Costa brasileira.

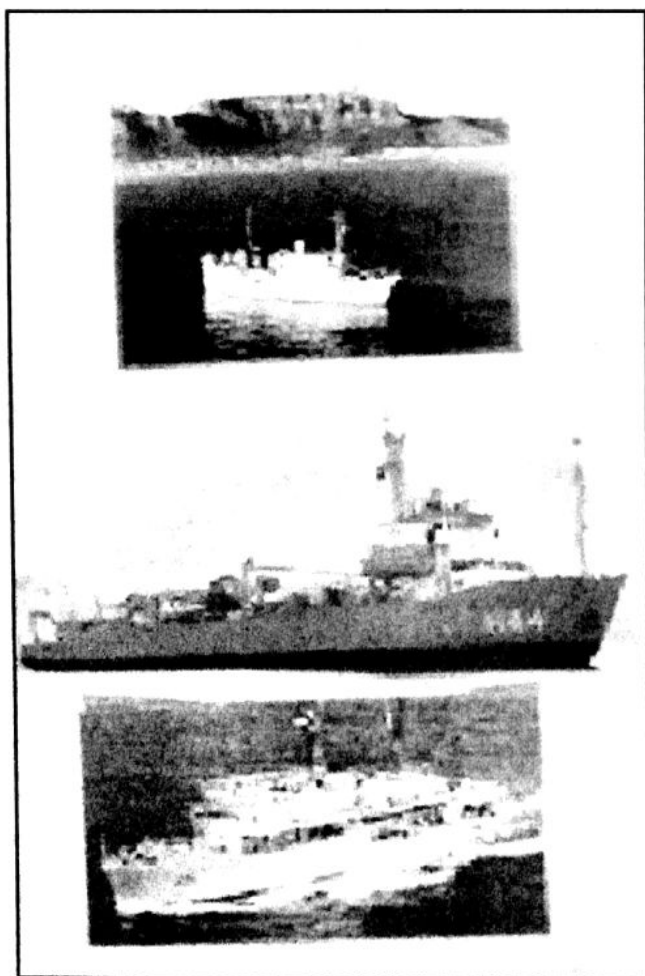
Esse Programa foi cumprido integralmente, terminando em 1958, apesar do interregno de três anos de guerra.



Programa Cartográfico da Costa Brasileira de 1934.

Nessa mesma data foi criado o Departamento de Oceanografia e o Navio-Escola *Almirante Saldanha*, adaptado para ser o primeiro navio oceanográfico. As realizações podem ser assim resumidas:

- confecção de cartas fluviais, lacustres, oceânicas internacionais, batimétricas oceânicas, de pesca, da Antártica, das ilhas ao largo, da costa da Namíbia – a pedido desse país – de lazer e esporte e operativas, da Marinha de Guerra, em um total de aproximadamente 900 cartas publicadas desde 1934;
- publicações de manuais, instruções, modelos, Anais, em um total de 1.850 títulos desde 1934;



Navios hidrográficos

- criação de Banco de Dados Oceanográficos para consulta internacional;
- criação do Serviço de Meteorologia Naval;
- criação dos Avisos aos Navegantes;
- direção da Sinalização Náutica oceânica;
- determinação de Plataforma Continental brasileira, obedecendo aos ditames internacionais;
- criação do Instituto de Pesquisas Oceanográficas em Cabo Frio, da estação da Antártica e postos de observação e colheita de dados na Ilha da Trindade e nos Rochedos de São Pedro e São Paulo, a 600 milhas da costa, juntamente com outros organismos interministeriais; e
- campanhas oceanográficas nacionais ou em convênios internacionais no Atlântico Sul, com o fundeio de bóias oceânicas em profundidades maiores do que 5.000 metros.

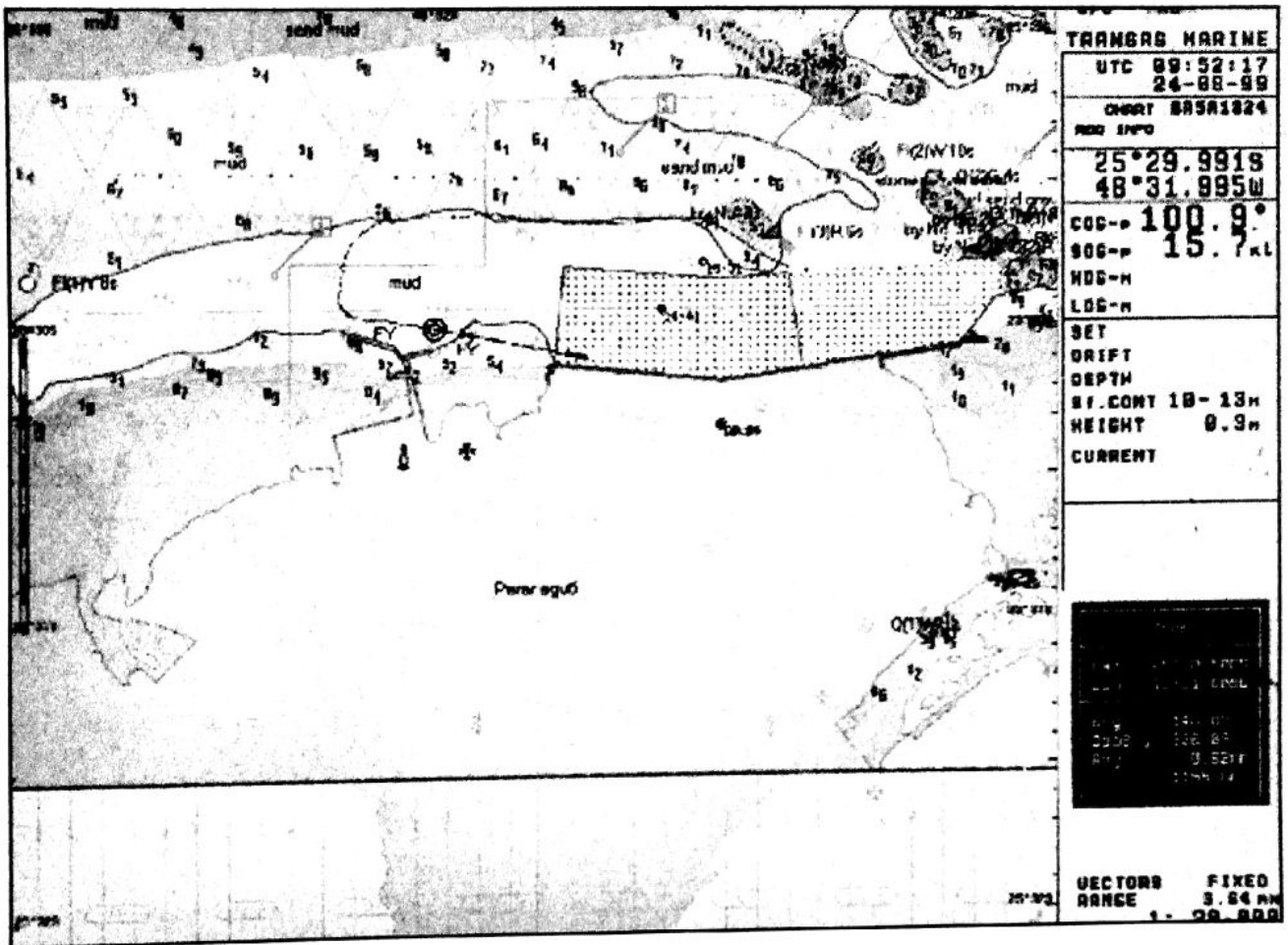
Dois almirantes hidrógrafos já foram eleitos para a Diretoria do Bureau Hidrográfico Internacional.

Para execução desses serviços conta com amplas instalações em Niterói, na Baía da Guanabara, e dez navios, além de grande número de embarcações menores.

Este ano (2001) foram lançadas as cartas eletrônicas dos principais portos brasileiros, projetadas, que permitem selecionar a escala desejada; apresentar, com ênfase, os dados que se deseja; receber informações meteorológicas e correções pela internet e mostrar o traçado da navegação por satélite dos navios que as per-

correm, acompanhando-se suas derrotas. Devido ao alto custo da confecção e da operação a bordo das cartas eletrônicas – pois exigem equipamentos caros para sua utilização –, ainda não são dispensáveis as cartas de papel.

Foi um longo caminho a percorrer desde La Cosa à carta eletrônica, mas que não terminou, pois o lema da Diretoria de Hidrografia e Navegação, inscrito em seus navios, é: “Sempre haverá mais o que fazer.”



Carta Eletrônica (2000).

Navegar é necessário; viver não.

Pompeu (106-48 a.C.), Plutarco
in *Vida de Pompeu.*

A Definição do Perfil Territorial do Brasil e a Atuação dos Geógrafos Militares na Demarcação de Nossas Fronteiras

Juvenal Milton Engel *

Resumo: Síntese histórica da epopéia levada a efeito durante quase dois séculos para configurar os limites internacionais do Brasil a partir da assinatura do Tratado de Madri (1750) até nossos dias. Narra, cronologicamente, os esforços contínuos de estadistas, diplomatas, militares e técnicos civis para a assinatura de instrumentos que fixassem as fronteiras brasileiras, na Colônia, no Reino, no Império e na República. Salienta a visão do Marquês de Pombal, de Alexandre de Gusmão, de Rio Branco e a ação dos geógrafos militares responsáveis pelos serviços geodésicos e topográficos, valendo-se do princípio do *uti possidetis*.

Palavras-chave: Tratado de Madri, *Uti Possidetis*, acordos ou tratados, demarcação e caracterização das fronteiras

A definição – e a posterior implantação no terreno – dos limites internacionais do Brasil constituiu uma bela página da nossa História, escrita ao longo de quase dois séculos. Iniciou-se com a negociação do Tratado de Madri, firmado na metade do século XVIII, entre Portugal e Espanha, primeiro tratado que cuidou objetivamente de dividir as terras do continente sul-americano entre as duas coroas ibéricas, passou pelo extraordinário esforço para a delimitação de nos-

sas fronteiras na segunda metade do século XIX, chegando, enfim, em meados do século XX, à fase final dos trabalhos de demarcação de nossos limites terrestres.

A história dessa epopéia, feita de exemplos de patriotismo, inteligência, abnegação e heroísmo, ainda não foi escrita por inteiro; seus protagonistas principais são, de um lado, os diplomatas, que trataram de estabelecer, por meio de acordos internacionais, o traçado de nossas lindes e, de outro, os geógrafos militares que, com base naqueles acordos, foram procurar no terreno, em florestas ou desertos, rios ou montanhas, no decurso de campanhas memoráveis, mui-

* Coronel Engenheiro Militar. Sócio titular do IGMB. Chefe da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, a partir de 1967.

tas vezes por anos a fio, os acidentes geográficos descritos naqueles acordos.

O estabelecimento dos limites internacionais de um país obedece a uma cronologia bem conhecida dos estudiosos do assunto, a saber: o levantamento dos precedentes histórico-geográficos relacionados à fronteira em questão; as negociações concernentes à sua delimitação, isto é, a assinatura e a ratificação dos tratados internacionais visando à definição dos limites, e, finalmente, os trabalhos de demarcação e de caracterização, ou seja, a implantação de marcas físicas no terreno, em estrita observância ao pactuado nos tratados.

Pela importância de que o assunto se reveste – por envolver aspectos de soberania –, as negociações para a assinatura de um tratado de limites foram sempre, seja nos tempos do Brasil-Colônia, como no Império ou na República, conduzidas por estadistas e/ou diplomatas da mais alta linhagem, escolhidos entre os mais bem-preparados servidores da Nação, sendo credenciados muitas vezes os próprios chanceleres, quando a assinatura dos instrumentos iria se dar no próprio país, ou representantes plenipotenciários, quando no estrangeiro.

Os trabalhos de demarcação* e de caracterização,** pelas características de que sempre se revestiram – trabalhos de natureza técnico-geográfica, em regiões inóspitas de fronteira, sob condições de extrema dificuldade e muitas vezes com risco de vida, em razão da possibilidade de ocorrência de

acidentes ou doenças, ou mesmo de ataques de silvícolas ou animais selvagens –, foram, com raras exceções, confiados a militares versados em topografia, astronomia ou geodésia, assuntos esses correlatos às importantes missões que lhes cabia desempenhar. Mesmo o preparo da documentação cartográfica, indispensável na fase que precedia as negociações – a fase dos “precedentes” acima referida – dependia, em grande parte, das explorações e dos levantamentos levados a cabo por militares.

O presente ensaio é dedicado à decisiva cooperação prestada pelos demarcadores militares para a definição do perfil territorial deste verdadeiro gigante, o Brasil, a começar pelas tentativas de demarcação do primeiro instrumento que procurou objetivamente separar as terras de Portugal e da Espanha na América Colonial, o Tratado de Madri, em 1750. Antes, porém, cabe uma palavra ligeira a respeito da tentativa de definir os limites das duas Coroas ibéricas antes mesmo de nosso descobrimento.

CRONOLOGIA DOS INSTRUMENTOS SOBRE LIMITES

O primeiro instrumento que tratou das fronteiras do Brasil foi o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 – dois anos após a descoberta da América por Colombo, mas ainda seis anos antes de nosso “achamento”, como hoje também se diz –, o qual estabeleceu que a partilha das terras de Portugal e da Espanha seria feita por uma raia meridiana situada 370 léguas a ocidente das ilhas de Cabo Verde. Caso essa raia pudesse ter sido lançada no terreno naque-

* Colocação dos marcos principais nos pontos chaves da fronteira.

** Colocação de marcos secundários entre os marcos principais para melhor materialização da linha limítrofe.

le momento, mais de dois terços de nosso atual território estaria sob domínio espanhol. Por razões diversas, não foi possível o entendimento sobre a posição correta da linha de Tordesilhas, o que impossibilitou por mais de dois séculos a definição de nossos limites. Nesse intervalo ocorreu, de 1580 a 1640, a união das Coroas ibéricas sob o domínio da Espanha, e disso se aproveitaram os bandeirantes para a expansão de nossos territórios, ultrapassando largamente aquela linha.

Somente em 1750 é que surgiu a primeira tentativa objetiva de dividir, na América do Sul, as terras das duas Coroas, com a assinatura do Tratado de Madri, em negociação inspirada pelo gênio do brasileiro Alexandre de Gusmão, então Secretário do Rei de Portugal. Nele, os limites foram pactuados com base na ocupação efetiva de territórios por uma ou outra Coroa, o princípio de *uti possidetis*, o que contribuiu para que a Espanha aceitasse a ampliação dos territórios luso-brasileiros no continente. No entanto, ainda não foi com esse instrumento, anulado pelo Tratado do Pardo, em 1761, nem com o que lhe seguiu, o Tratado de Santo Ildefonso (1777), que os limites do Brasil ficaram definidos. Na realidade, apesar do enorme esforço desenvolvido pelos que procuraram traçar no terreno os limites estabelecidos nesses instrumentos, seus trabalhos resultaram principalmente no reconhecimento e na exploração de nossos con-

fins, o que veio a ser de inestimável importância para a negociação dos tratados de limites que o Brasil viria a firmar após sua independência.

Baldadas as tentativas de demarcação na segunda metade do século XVIII, por mais de meio século continuaram ainda abertas nossas fronteiras, período em que ocorreram a independência do Brasil e a dos países limítrofes.

Nossos primeiros tratados de limites como país soberano foram assinados, já no Segundo Reinado, com o Uruguai e com o Peru, ambos em 1851; depois, sucessivamente, com a Venezuela (1859), a Bolívia (1867) e o Paraguai (1872). Após o advento da República, com a Argentina (1898), o Departamento da Guiana (antiga Guiana Francesa – 1900), o Suriname (1906), a Colômbia (1907) e a República Cooperativa da Guiana (antiga Guiana Inglesa – 1926).

ATUAÇÃO DOS MILITARES NA DEMARCAÇÃO DE LIMITES

O Tratado de Madri

Para a demarcação do Tratado de Madri foram constituídas duas Comissões Mistas de Limites: uma destinada a explorar e demarcar as fronteiras meridionais entre Castilhos Grandes (hoje território uruguaio), no Oceano Atlântico, e a boca do Rio Jauru no Rio Paraguai, nas cercanias da atual

A primeira tentativa objetiva de dividir, na América do Sul, as terras das duas Coroas, foi a assinatura do Tratado de Madri, em negociação inspirada pelo gênio do brasileiro Alexandre de Gusmão.

cidade de Cáceres (MT), e outra para demarcar as fronteiras setentrionais.

A primeira dessas Comissões teve como Primeiro-Comissário português Gomes Freire de Andrade, depois Conde de Bobadela, Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, que deu início aos trabalhos em 1752, em conjunto com o Marquês de Valdelirios, Primeiro-Comissário espanhol.

A Comissão acima referida subdividiu-se em três partidas: a do Sul, cuja parte portuguesa foi chefiada inicialmente pelo Coronel Francisco Antônio de Menezes, tendo por missão explorar e demarcar o setor compreendido entre Castilhos Grandes e a foz do Ibicuí no Rio Uruguai; essa partida enfrentou, entre 1753 e 1758, a feroz oposição dos índios das Missões religiosas do Oeste gaúcho, a chamada “Guerra Guarânica”, tendo concluído seus trabalhos somente em 1760, sob a chefia do Tenente-Coronel José Custódio de Sá e Faria; a segunda, chefiada pelo Coronel José Fernandes Pinto de Alpoim, operando de 1759 a 1760, tratou do setor entre a foz do Ibicuí e a do Rio Igurei no Rio Paraná; e a terceira, entre 1753 e 1756, levantou o setor do Igurei à foz do Jauru, também sob a chefia do Tenente-Coronel José Custódio de Sá e Faria, que viria depois a completar o trabalho da primeira partida.

A Comissão Mista encarregada de demarcar os limites amazônicos não chegou a entrar em operação. O Primeiro-Comis-

sário português, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal), Capitão-General e Governador do Maranhão, após tomar as providências iniciais para a demarcação, aguardou na localidade de Barcelos, às margens do Rio Negro, a chegada do Primeiro-Comissário espanhol, que, com dificuldade de acesso e de comunicação, só atingiu essa região após a retirada do Comissário português.

Anulado em 1761 o Tratado de Madri pelo Tratado do Pardo, os trabalhos dos demarcadores não foram perdidos; as explorações e os levantamentos então realizados serviram como testemunho de enorme valia para a negociação e a demarcação dos futuros tratados de limites.

O Tratado de Santo Ildefonso

O último tratado de limites dos tempos coloniais, o de Santo Ildefonso (1777), re-

O de Santo Ildefonso (1777), repetiu aproximadamente os limites do Tratado de Madri, embora com nítido prejuízo para Portugal no Extremo Sul, atual Rio Grande do Sul.

petiu aproximadamente os limites do Tratado de Madri, embora com nítido prejuízo para Portugal no Extremo Sul, atual Rio Grande do Sul. Ao contrário do Tratado de Madri, quando foram estabelecidas, pelas duas partes, minuciosas instruções para sua execução, neste caso cada governo expediu unilateralmente suas instruções

aos respectivos demarcadores, o que veio a contribuir para que surgissem interpretações antagônicas e dificuldades insuperáveis.

Para a execução dos trabalhos foram constituídas quatro divisões, que operaram

sob a supervisão dos capitães-generais do Rio Grande de São Pedro, de São Paulo, do Mato Grosso e do Pará, em períodos diversos, nas décadas de 1780 e 1790.

A do Sul, que tinha a seu cargo o trecho entre a foz do Chuí e a do Igurei no Rio Paraná, foi fracionada em duas subdivisões, chefiadas, respectivamente, por parte de Portugal, pelo Brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral da Câmara e pelo Coronel Francisco João Roscio. A Segunda Divisão, encarregada do trecho entre a foz do Igurei e a região do Jauru/Guaporé, foi chefiada pelo Capitão-General de São Paulo e teve como Comissário espanhol D. Felix de Azara, cujas divergências com o comissário brasileiro a respeito da exata localização do Rio Igurei atravessaram dois séculos. A Terceira Divisão, chefiada pelo Capitão-General do Mato Grosso, Coronel João Pereira Caldas, deveria trabalhar desde o ponto alcançado pela Divisão anterior até a linha aludida no Tratado (Madeira/Javari), tendo descido o Javari até sua foz e o Amazonas até a desembocadura do Rio Japurá. A Quarta Divisão, tendo como Comissário português o Tenente-Coronel Teodósio Constantino de Chermont, tinha a seu cargo a demarcação das fronteiras mais setentrionais, subindo o Japurá e procurando, ao norte, o divisor de águas entre as bacias do Amazonas e do Orenoco.

Cabem aqui referências muito especiais aos trabalhos realizados, a partir de 1780, pelo engenheiro militar português Ricardo Franco de Almeida Serra, que explorou e levantou diversos rios da Amazônia, entre eles o trecho superior do Negro, o Rio

Branco e suas cabeceiras, e os rios Tacutu e Mau, nas fronteiras com a Colômbia, a Venezuela e a Guiana. Realizou, ademais, notável trabalho cartográfico, o que lhe valeu a glória de ser o patrono da Cartografia Brasileira e da Engenharia Militar. Ricardo Franco foi também o construtor do Forte Príncipe da Beira, à margem do Rio Guaporé, obra monumental que, embora nunca tenha tido emprego militar, resta hoje como magnífico testemunho dos ingentes esforços desenvolvidos por portugueses e brasileiros para o alargamento e a preservação de nossas fronteiras.

DEMARCAÇÕES NO SEGUNDO IMPÉRIO E NO PRINCÍPIO DA REPÚBLICA

Como foi mencionado acima, só a partir de 1851, já no Segundo Império, após intensa atividade diplomática, é que o Brasil, como país independente, conseguiu fechar os primeiros acordos de limites com seus vizinhos na América do Sul, sendo que com a República Argentina – cujo tratado de limites (1898) teve de aguardar a solução da Questão de Palmas, dada pelo Laudo Arbitral do Presidente Cleveland –, com a Colômbia e as Guianas os acordos foram firmados já na vigência da República. Convém assinalar que esses primeiros acordos sobre limites foram em diversos casos complementados por novos instrumentos, com o objetivo de aperfeiçoá-los ou de estabelecer eventuais alterações: o Tratado da Lagoa Mirim, com o Uruguai (1909), concedendo a esse país irmão o condomínio sobre as águas da Lagoa Mirim, e o Tratado de Petrópolis (1903), com

a Bolívia, para dar fim ao problema do Acre, foram exemplos de novos tratados que complementaram os anteriores.

Uruguai

O primeiro Tratado de Limites do Brasil como país soberano foi firmado com o Uruguai, em 12 de outubro de 1851. Os trabalhos de demarcação tiveram início no ano seguinte. Diga-se, aliás, que, dentre as fronteiras brasileiras foi esta a pioneira em todos os sentidos: estar delimitada por tratado internacional (1851), ser inteiramente demarcada e ter iniciada sua caracterização. O principal período de demarcação desenvolveu-se de 1852 a 1862, tendo atuado como primeiros-comissários brasileiros o Marechal Francisco José de Souza Soares d'Andréa, Barão de Caçapava, falecido em serviço em 1858, e o Brigadeiro Pedro d'Alcântara Bellegarde, que finalizou a tarefa a partir daquela data. Novo período de trabalho, entre 1913 e 1916, tratou do cumprimento do Tratado da Lagoa Mirim e da Convenção de 1913 sobre o Arroio São Miguel, sendo Primeiro-Comissário brasileiro o Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo. A partir de 1920, tiveram início os trabalhos de caracterização, a cargo também, pelo Brasil, do Marechal Botafogo, até 1928, e, a partir dessa data, pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites—Setor Sul e por sua sucessora, a Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Na década de 1970, um acordo por troca de notas definiu a Divisória Lateral Marítima entre os dois países, fruto de negociação no âmbito da Co-

missão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai.

Peru

O Tratado de Limites entre o Brasil e o Peru foi firmado em 23 de outubro de 1851, apenas 11 dias após a assinatura do tratado com o Uruguai. Os trabalhos de demarcação tiveram início em 1866, tendo como Primeiro-Comissário brasileiro o Capitão-Tenente José da Costa Azevedo, depois Barão de Ladário. As primeiras atividades de reconhecimento e demarcação foram confiadas, pelo lado brasileiro, ao Capitão-Tenente João Soares Pinto, que explorou cerca de mil milhas ao longo do Rio Javari, em expedição das mais dramáticas e na qual perdeu a vida, vítima de ataque de índios. Por esse motivo, os trabalhos foram suspensos até 1871, sendo então nomeado Primeiro-Comissário, pelo Brasil, o Capitão-de-Fragata Antônio Luiz von Hoonholtz, mais tarde Barão de Tefé, que conseguiu concluir os trabalhos em 1875, com a demarcação da geodésica Tabatinga-Apapóris – naquele momento considerada como fronteira com o Peru, e, mais tarde, passando a fazer parte da fronteira Brasil-Colômbia. Novos trabalhos foram realizados a partir de 1913, para o cumprimento de novo instrumento assinado em 1909, destinado a definir a linha limite desde a nascente do Rio Javari até o início da divisória entre o Brasil e a Bolívia, no Rio Acre. Nessa nova fase dos trabalhos, concluída em 1927, atuou, como Comissário brasileiro, o Contra-Almirante Antônio Alves Ferreira da Silva.

Venezuela

O Tratado de Limites e de Navegação entre o Brasil e a Venezuela, assinado em 1859, foi executado de 1879 a 1884, tendo como Primeiro-Comissário, pelo Brasil, o Tenente-Coronel de Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araújo, mais tarde Barão de Parima, que já havia atuado na fronteira com a Bolívia. Novos trabalhos foram levados a cabo, em 1914 e 1915, para dar cumprimento a um Protocolo assinado em Caracas, em 1912, tendo como Comissário brasileiro o Coronel de Engenharia Manoel Luiz de Mello Nunes e, a partir de 1930, para a demarcação da linha Cucuí-Uá e para a difícil demarcação nas serras de Parima e Pacaraima, sendo chefes da Comissão Brasileira, sucessivamente, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Braz Dias de Aguiar, entre 1930 e 1947, e o General-de-Divisão Ernesto Bandeira Coelho, daquela última data até 1973.

Bolívia

Para a demarcação da fronteira Brasil-Bolívia, em obediência ao Tratado de Amizade, Navegação, Limites e Comércio assinado em 1867, foram primeiros-comissários brasileiros, sucessivamente, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Antônio Cláudio Soído (1870 a 1871), o Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, depois Barão de Maracaju (entre 1875 e 1877), e o já mencionado Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, Barão de Parima (1877 e 1878). No período de

1907 a 1914, para efetuar a demarcação na região amazônica, em cumprimento ao Tratado de Petrópolis de 1903, pelo qual foi incorporado o Acre ao nosso território, foi nomeado Primeiro-Comissário brasileiro o Almirante José Cândido Guillobel. A última indefinição relativa a essa fronteira foi levantada em 1958, pela Nota Reversal nº 1 C/R, integrante do chamado Acordo de Roboré, aprovado pelo Congresso Nacional somente dez anos após, em 1968. A demarcação desse último trecho de nossa fronteira com a Bolívia (cerca de trezentos quilômetros) foi realizada entre 1970 e 1978, já sob a direção do atual Chefe da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. O levantamento batimétrico dos rios Mamoré e Guaporé, realizado há três anos por uma empresa brasileira, com o acompanhamento de delegados da Comissão Mista, abriu caminho para que sejam iniciadas negociações para a adjudicação das ilhas desses dois grandes rios a um ou a outro país.

Paraguai

O Tratado de Limites entre o Brasil e o Paraguai foi assinado em janeiro de 1872, pouco após o final da Guerra da Tríplice Aliança, abrangendo o trecho entre a foz do Rio Apa, no Paraguai, e a foz do Iguaçu. Os trabalhos de demarcação iniciaram-se no mesmo ano (1872) e foram concluídos em 1874, sendo Primeiro-Comissário brasileiro o Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, Barão de Maracaju. O limite ao longo do Rio Paraguai

foi definido pelo Tratado Complementar de 1927 e pelo Protocolo Adicional de 1975 – esse último firmado já na gestão do atual Chefe da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – que permitiram a adjudicação de ilhas a um e a outro país. A assinatura do Tratado de Itaipu (1973) não alterou, conforme estabelece o seu artigo 7º, os limites estabelecidos pelos tratados anteriores. Está ainda pendente de definição a linha limite no espelho d'água do grande lago.

Argentina

O Tratado de Limites entre o Brasil e a Argentina, conforme foi anteriormente assinalado, foi firmado em 1898, após a brilhante vitória do Barão do Rio Branco na Questão de Palmas. Fato interessante a assinalar: o Chanceler brasileiro que firmou esse tratado, o General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, foi, três anos após, já na gestão de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores, nomeado Primeiro-Comissário brasileiro para os trabalhos de demarcação. Os trabalhos, concluídos em 1904, estenderam-se da região da barra do Quaraí no Rio Uruguai, ao sul, até a da foz do Rio Iguaçu no Paraná, ao norte, e foram aprovados em um novo documento binacional firmado pelo Barão do Rio Branco, os *Artigos Declaratórios da Demarcação da Fronteira Brasil-Argentina*, no

O Tratado de Limites entre o Brasil e a Argentina, conforme anteriormente assinalado, foi firmado em 1898, após a brilhante vitória do Barão do Rio Branco na Questão de Palmas.

qual os limites então demarcados são cuidadosamente descritos.

Departamento da Guiana

A história da fronteira do Brasil com a antiga Guiana Francesa – hoje, Departamento da Guiana – tem antecedentes que remontam ao século XVIII. Assinado em 1713, o Tratado de Utrecht, que estabeleceu o Rio Oiapoque como limite entre o Brasil e a Guiana, teve sua interpretação confirmada pela Sentença Arbitral do Conselho Federal Suíço de 1º de dezembro de 1900, ficando assim definitivamente acertada a delimitação dessa fronteira. Os trabalhos de campo para a demarcação tiveram início em 1955 e foram concluídos em 1961, sendo Primeiro-Comissário brasileiro o General Ernesto Bandeira Coelho. Bem mais recentemente, já em 1981, sendo Primeiro-Comissário o Coronel Ivonilo Dias Rocha, foi definido o limite ao longo da Baía de Oiapoque e a linha de delimitação marítima entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Suriname

O Tratado de Limites entre o Brasil e a antiga Guiana Holandesa, atual Suriname, foi assinado em 1906, após terem sido solucionados os problemas de fronteira desse país com os países vizinhos, as antigas Guianas Inglesa e Francesa. Com o Bra-

sil, os limites foram fixados pelo *divortium aquarum* separando as águas que descem para o Oceano Atlântico das que correm para o Rio Amazonas. Os limites foram demarcados no período de 1935 a 1938, tendo sido Primeiro-Comissário brasileiro o Capitão-de-Mar-e-Guerra Braz Dias de Aguiar.

Colômbia

A República da Colômbia constitui o remanescente da Grã-Colômbia, formada, no primeiro quartel do século passado, pela Venezuela, a Colômbia, o Equador e o Panamá. Após diversas tentativas para a delimitação dessa fronteira no século XIX, o tratado de limites com a Colômbia foi assinado em 1907, mesmo assim para o trecho de fronteira ao norte da foz do Rio Apapóris no Japurá, visto que o trecho ao sul desse rio era região disputada também pelo Peru e o Equador. Novo tratado, em 1928 – o Tratado de Limites e Navegação Fluvial –, definiu o limite ao longo da grande geodésica Tabatinga-Apapóris. Constituída em 1930 a Comissão Mista, foi a parte brasileira chefiada pelo Coronel Renato Rodrigues Pereira (1930 a 1933) e pelo Coronel Themístocles Paes de Souza Brasil (1933 a 1936).

República Cooperativa da Guiana

Os limites entre o Brasil e a antiga Guiana Inglesa foram também estabelecidos no princípio deste século. O assunto – que remonta a meados do século XIX, quando o Governo Imperial do Brasil protestou con-

tra indevida penetração inglesa na região do Pirara – foi em parte solucionado pela Sentença Arbitral proferida em 1904 pelo Rei da Itália, que teve de ser complementada, em 1926, por uma Convenção Complementar e pelo Tratado Geral de Limites. Os trabalhos de demarcação tiveram curso na década de 1930, tendo sido Primeiro-Comissário brasileiro o Capitão-de-Mar-e-Guerra Braz Dias de Aguiar.

O TRABALHO SISTEMÁTICO DAS COMISSÕES BRASILEIRAS DEMARCADORAS DE LIMITES

Durante o Segundo Reinado e nos primeiros tempos da República (até 1928), os trabalhos de demarcação eram confiados a comissões específicas para a execução de cada trabalho na fronteira, chefiadas – na quase totalidade dos casos – por militares da mais plena confiança do Governo, como aliás já vimos nos diversos casos anteriormente mencionados.

A partir de 1928, por iniciativa do Chanceler Octávio Mangabeira, os trabalhos passaram a ser sistemáticos, a cargo de três Comissões, correspondentes aos setores Norte, Oeste e Sul. Por decreto de 1934, ficou estabelecido que as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites teriam organização militar, que os chefes e subchefes seriam oficiais superiores das Forças Armadas com especialização técnico-geográfica, e que o serviço prestado na demarcação de fronteiras teria preferência, em tempo de paz, sobre qualquer outra comissão. A organização acima foi alterada em 1939, ficando redu-

zidas as comissões para apenas duas: a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – 1ª Divisão (abrangendo as fronteiras com as então três Guianas, a Venezuela, a Colômbia e o Peru) e a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – 2ª Divisão (fronteiras com a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai), nomes alterados, em 1973, para Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – PCDL (a do Norte) e Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – SCDL (a do Sul).

As duas Comissões, além de terem completado as operações de demarcação que estavam ainda por realizar, passaram a executar as operações de caracterização, fase na qual são intercalados marcos secundários, tanto quanto possível intervisíveis, entre os marcos principais, nas fronteiras secas. Podemos dizer que, hoje, todas as nossas fronteiras estão demarcadas, estando algumas delas com o processo de caracterização praticamente concluído.

Nesses pouco mais de setenta anos de atuação, desde que os trabalhos das Comissões de Limites tomaram caráter sistemático, seus chefes – com uma única e recentíssima exceção – foram militares, a saber:

- Primeira Comissão – Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva (1928), Capitão-de Mar-e-Guerra Braz Dias de Aguiar (1929 a 1947), General Ernesto Bandeira Coelho (1948 a 1974), Coronel Ivonilo Dias Rocha (1975 a 1994) e Enge-

nheiro Cartógrafo Dauberson Monteiro da Silva (a partir de 1995).

- Segunda Comissão – Coronel Leopoldo Nery da Fonseca (1930 a 1938), Coronel Themístocles Paes de Souza Brasil (1938 a 1940), Coronel Sebastião Claudino de Oliveira e Cruz (1940 a 1947), Coronel Lincoln de Carvalho Caldas (1947 a 1955), General Francisco Fontoura de Azambuja (1955 a 1966) e Coronel Juvenal Milton Engel (a partir de 1967).

OBSERVAÇÃO

Os nomes relacionados no presente trabalho correspondem aos dos Chefes das Comissões Brasileiras, ou melhor dito, dos

Nesses pouco mais de setenta anos de atuação, desde que os trabalhos das Comissões de Limites tomaram caráter sistemático, seus chefes – com uma única e recentíssima exceção – foram militares.

Chefes – ou Primeiros-Comissários – das Seções brasileiras das Comissões Mistas. Inúmeros outros militares, geógrafos, cartógrafos, engenheiros e técnicos participaram dos trabalhos nas fronteiras como subchefes, segundos-comissários, delegados auxiliares, ajudantes técnicos, ou mesmo como simples operadores.

Seus nomes, em trabalho de maior vulto, poderão ser lembrados e reverenciados. Como exemplo mais ilustre, o Marechal Mascarenhas de Moraes, que, durante cerca de quatro anos, participou de trabalhos nas fronteiras da Amazônia Ocidental.

Convém acrescentar que nem só de militares são integradas as Comissões de Limites. Dos trabalhos de demarcação também participaram – em número bastante

mais reduzido – profissionais civis (engenheiros, topógrafos, astrônomos), competentes e de grande valor, atuando geralmente como ajudantes técnicos. Como exemplo, neste último caso, o Astrônomo Francisco Loncan, cuja atividade teve início em trabalhos na fronteira com o Uruguai, em 1928, e prosseguiu nas fronteiras com o Paraguai, a Colômbia e a Venezuela (na década de 1930) e, a partir da década de 1940, novamente nas fronteiras do Setor Sul, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia, até o início da década de 1990, quando, quase centenário, recolheu-se a uma modesta aposentadoria, “enciclopédia viva” de conhecimentos sobre a demarcação das fronteiras brasileiras, até seu falecimento, aos 100 anos de idade, em novembro de 2000. E, com atuação exclusivamente nas fronteiras setentrionais do Brasil – com a Venezuela, a Colômbia e o Peru – por mais de cinco décadas (de 1945 a 1996), o Astrônomo Dilermando de Moraes Mendes, exemplo vivo, aos 80 anos de idade, de amor e dedicação ao trabalho nas fronteiras.

Voltando os olhos para o passado, vemos que esforços não foram medidos, nem sacrifícios economizados, por nossos an-

tepassados – o colonizador português, o bandeirante paulista, o combatente luso-brasileiro das campanhas contra as invasões francesas no Rio de Janeiro, Maranhão e Amapá e holandesas na Bahia e Pernambuco, o aguerrido gaúcho estendendo, a ponta de lança, o território da Província de São Pedro até as barrancas do Rio Uruguai, além dos heróis anônimos que ajudaram a riscar no terreno os limites de nossos

confins e a defendê-los sempre que necessário – para nos deixarem, e a nossos filhos e netos, este território imenso, de dimensões continentais, um dos cinco maiores países do mundo, responsabilidade agora da geração atual. Cabe a esta mostrar-se digna de tão

grandiosa herança. Há que lembrar – atentos a qualquer tentativa de desmerecer nossa soberania sobre qualquer rincão da Pátria – a frase lapidar do General Rodrigo Octávio Jordão Ramos sobre a ocupação do Norte do país: “Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la.” Poderíamos acrescentar “ainda mais nobre passa a ser a tarefa de conservar íntegro e unido o território da Pátria.”



*“Árdua é a missão
de desenvolver e
defender a Amazônia.
Muito mais difícil,
porém, foi a de nossos
antepassados
em conquistá-la
e mantê-la.”*

*História é a ciência do que
nunca acontece duas vezes.*

Paul Valéry

Revivendo Guararapes



*Sérgio Roberto Dentino Morgado**

Resumo: Abandonando a mera descrição cronológica do fato histórico, o autor faz uma análise crítica sobre ele, e levanta indagações provocativas de debate sobre alguns de seus aspectos.

Palavras-chave: Padre Antônio Vieira, Nassau, Companhia das Índias Ocidentais.

E stamos reunidos neste sodalício para comemorar o fato histórico determinante da criação do Exército Brasileiro, ocorrido no distante 19 de abril de 1648, nos Montes Guararapes.

Assim como hoje aqui, este ato se repete em todas as guarnições militares da Força Terrestre existentes no território nacional, com maior ou menor ênfase, função da capacidade constituída pelos meios e conhecimentos disponíveis, mas fundamentalmente pela compreensão da importância de sua representatividade. E é sobre essa compreensão e essa representatividade o fulcro da reflexão que desejo então fazer.

Existe um aforismo que diz que a História é a mestra da vida, o qual, complementado por Santayana, na afirmação de que aqueles

que a desconhecem estão fadados a repeti-la, nos remete a meditar sobre seu uso.

Minha proposta não é discorrer sobre o fato, historiando o que o leitor certamente já sabe, mas provocá-lo sobre o que fazer desse uso, na esperança de estimular o debate sobre as possibilidades e responsabilidades de um Instituto vocacionado ao trato mais esmerado da Geografia e da História, com prevalência do seu viés militar, mas sem descuidar da análise e da compreensão mais profunda da sua inserção no cotidiano do contexto histórico.

Isso posto, convém começar fazendo uma constatação. Essa nossa Guerra dos Trinta Anos produziu, e continua produzindo, um dos mais volumosos acervos documentais relativos ao nosso período colonial, aqui e alhures. Só José Honório Rodrigues no seu *Domínio Holandês no Brasil*, editado em 1949, lista 1.098 referências bibliográficas e historiográficas.

* General-de-Brigada. Sócio titular do IGHMB.

1 Matéria extraída de palestra proferida em 17 de abril de 2001, no auditório do IGHMB, na Casa Histórica de Deodoro, ao ensejo do transcurso do Dia do Exército – 19 de abril.

Algumas delas são obras de reconhecimento e festejado valor, como é o caso de Boxer – o inglês, de Netscher – o alemão, de Watjen – o holandês, dos brasileiros José Antônio Gonçalves de Melo e Evaldo Cabral de Melo, sem esquecer de Antônio de Souza Junior, nosso benemérito confrade. São todas obras feitas na distância do tempo, sem a paixão da presença, diferentes das narrativas de Frei Manoel Calado, com o seu *Valeroso Lucideno*, de Duarte de Albuquerque Coelho, com suas *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, e das obras de Caspar Barleus e de Johannes de Laet, dois holandeses que viveram o momento histórico e o imprimiram nas suas obras.

Mas esse estudo tem sofrido fluxos e refluxos na sua trajetória, na busca do conhecimento de fatos novos que transmudem a verdade histórica no seu reescrever com roupagens mais modernas e atraentes.

No mundo globalizado que habitamos, o reforço da nossa identidade é atitude primordial. Mostrar que o Exército nasce gerado das entranhas de uma sociedade que, agredida pelo interesse alienígena, se arma para defender seus valores é responsabilidade que nos foi cometida na herança deixada pelos fundadores deste Instituto. Mostrar que não surgimos como tropa pretoriana ou como um bando de mercenários, que não somos fruto de intenções menores – que nascemos com a Pátria, como convém, esse o nosso papel.

Evaldo Cabral de Melo pondera sobre a importância do conhecimento da História portuguesa como fundamento para a compreensão da nossa História.

Mas como e para quem fazer isto? Quem quer saber? Quem quer escutar? Que artifícios deveremos usar?

Penso que a primeira atitude é abandonar a mera descrição cronológica e factual e partir para a análise crítica dos fatos históricos. Abrir discussão com quem conhece, expor o nosso ponto de vista. Agregar a nossa experiência para induzir a compreensão do fato histórico no seu viés militar.

No prefácio de *O Negócio do Brasil*, Evaldo Cabral de Melo pondera sobre a importância do conhecimento da História portuguesa como fundamento para a compreensão da nossa História, que ele próprio constatou desconhecer. Eu mesmo, procurando razões para entender fatos e fracassos acontecidos no desenrolar desse conflito, fui me socorrer de

Carlos Selvagem, com o seu *Portugal Militar* e, de forma fragmentária, em Will Durant, na sua *História da Civilização*, para buscar as relações entre o que ocorrera aqui e na Europa. Verifiquei, buscando nas livrarias, que não existe nenhuma obra traduzida para o português sobre a Guerra dos Trinta Anos.

Evaldo abre a sua narrativa afirmando que “o domínio neerlandês no Brasil constitui o episódio central do conflito que opôs Portugal aos Países Baixos pelo controle do açúcar brasileiro, do tráfico negreiro de que este dependia e do comércio das especiarias asiáticas”. Embora não desqualifique as razões econômicas como preponderantes do

conflito, tudo o que pude ler a seu respeito, e não foi pouco, conduzem a minha crença para uma razão político-estratégica, ou seja, a criação da Companhia das Índias Ocidentais teve muito mais no interesse bélico o seu *leit motiv*. O ataque ao Nordeste foi realizado para aliviar a pressão espanhola contra o território batavo na Europa.

Além disso, a guerra no Brasil teve a mesma conotação religiosa da que se desenrolava no território europeu e, no seu bojo, carregava os mesmos ódios e as mesmas incompreensões. Só se amenizava no coração do nosso caboclo, esse cadinho que amalgamou as qualidades das nossas raças formadoras temperadas pelo clima dos trópicos, um ingrediente singular que regulava e impunha atitudes nesse nosso teatro de operações.

Isso nos remete para outro conjunto de curiosidades – o elemento humano envolvido no conflito. Com razoável boa vontade, poderemos contabilizar alguns dados para as nossas reflexões. Sabe-se que a Europa Ocidental, na virada do século XVII, tinha cerca de 50 milhões de habitantes. Os Valois, na França, tinham cerca de 20 milhões de vassallos e os Habsburgos, somando a Espanha e o Sacro Império Romano Germânico, perto de 30 milhões. Nesse conjunto estavam 5 milhões de espanhóis, 6 milhões de italianos, 2 milhões de holandeses e 1 milhão de portugueses, além de alemães, austríacos, boêmios, húngaros e poloneses. No Bra-

*A guerra no Brasil
teve a mesma
conotação religiosa
da que se desenrolava
no território europeu
e, no seu bojo,
carregava os mesmos
ódios e as mesmas
incompreensões.*

sil, a Capitania de Pernambuco contabilizava 120 mil almas, dos quais 45 mil eram homens livres, um igual número de escravos e cerca de 20 mil índios controlados. Em 1622, Matias de Albuquerque informava, segundo Evaldo, que viviam ali cerca de 8 mil homens aptos para as armas.

Como dado de comparação, o exército que o Duque de Alba reuniu para atacar os holandeses nas Flandres, no início da guerra de independência dos Países

Baixos, era composto por 10 mil homens. Em Salvador, desembarcaram 1.700 homens na invasão de 1624 e, no Recife, Matias de Albuquerque conduziu 850 patriotas para se contrapor aos 3.000 soldados de Waerdenburch desembarcados no Pau Amarelo. Na primeira invasão, o Conde Duque de Olivares, condes-

tável espanhol, organiza a Jornada dos Vassallos, com 53 velas e 11 mil homens, comandados pela fina flor da vassalagem luso-espanhola, para recuperar a colônia.

Em 1630, manda Antônio de Oquendo com apenas 20 navios de guerra e 2 mil homens em armas. Na Bahia a guerra dura um ano, em Pernambuco vai durar 24. Serão reflexos da Europa?

Esses dados nos atraem para uma questão transformada em capítulo, no livro *Olanda Restaurada*, e que trata da relação dicotômica entre a guerra travada nas Flandres e a guerra travada no Brasil. A questão primordial não é a comparação entre elas, mas o fato da substituição de uma pela outra.

Matias de Albuquerque a empregou e cercou os batavos por largo tempo no Recife. A chegada do napolitano Conde Bagnolo com Oquendo, em 1631, deu início ao questionamento ético do emprego da guerra brasílica. Antes de partir, em Lisboa, escrevendo a Felipe IV, Bagnolo afirmava que “o não defender as praças e retirar-se para os matos é contra a reputação das armas de Vossa Majestade”. Queria realizar, em Pernambuco, uma guerra de sítios, à maneira das Flandres, fortificando o Cabo de Santo Agostinho e as estâncias, guarnecendo os fortes ainda em poder dos luso-espanhóis com infantaria de fora, pois a “natural”, dizia, “era quase toda de gente inconstante que não sabia o que fazia ou tinha apenas em mira o próprio proveito”.

Este conceito o vemos repetido por D. Luís de Rojas y Borja, que veio substituir Matias na condução da guerra. Ele, também um veterano das Flandres, afirmou “que não era macaco para andar pelo mato”. Morreu no primeiro embate, no combate da Mata Redonda, derrotado por dois outros veteranos das guerras na Europa, que defendiam os interesses batavos em Pernambuco – o polonês Archewiski e o alemão von Skoppe.

Esses se adaptaram melhor aos ensinamentos da terra, pois usaram os conhecimentos de Calabar para romper o cerco no Recife e expandir a área conquistada.

Estas reflexões ficam mais ricas se atentarmos para o fato de que Matias de Albuquerque vai vencer os espanhóis em Monjolo, na guerra de restauração portuguesa, aplicando o que aprendera com os naturais em Pernambuco.

Será também interessante avaliar a influência de Bagnolo na definição das ações a partir de sua chegada, pois, na verdade, o sucesso do cerco diminuiu desde então. É verdade que a defecção de Calabar, em 1633, ensinando os fundamentos das guerrilhas aos holandeses, foi elemento essencial, mas a perda do Forte dos Afogados, que impedia o acesso à várzea do Capiberibe e, em consequência, enfraquecia a posição fortificada do Arraial do Bom Jesus, poderia estar relacionada com essa questão conceitual. A base da resistência eram as Companhias de Emboscadas e, nos combates de sítio, falavam mais forte o armamento e a técnica européias.

Projetemos a questão para o segundo cerco do Recife, agora já em 1645, na fase da Insurreição Pernambucana. O primeiro embate vitorioso foi no Monte das Tabocas, onde uma força holandesa bem armada foi atraída para uma série de emboscadas concebidas por um mestre dessa arte, o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso, e cujo *coup-de-grâce* foi uma arremetida de quarenta negros, escravos de João Fernandes Vieira, morro abaixo, gritando e brandindo paus tostados, pondo em fuga os “veteranos das Flandres”. Tabocas foi a *avant-première* das batalhas dos Guararapes, foi o seu ensaio, pois embora elas se caracterizem como um combate entre forças constituídas, o primeiro nesse nível em nossas terras que produziu consequências definitivas, na realidade tiveram êxito porque empregaram as técnicas da emboscada aliadas ao judicioso uso do terreno.

Outra dicotomia refere-se à relação entre a guerra travada no mar e a guerra tra-

vada em terra. Sabe-se da hegemonia naval holandesa até a metade do século XVII, quando foi derrotada e substituída pelo poder naval inglês, a partir de 1652-54. Teria a presença holandesa no Brasil durado trinta anos em face dessa hegemonia? Teria a incapacidade holandesa de se adaptar ao terreno levado à perda da colônia implantada no Nordeste? A análise das presenças desses efetivos e a disparidade entre as capacidades militares batava e ibérica será certamente um tópico atrativo a ser discutido, até porque ela poderá explicar mais concretamente as razões dos resultados das ações estratégicas executadas por ambos os lados e suas repercussões na continuação do conflito.

Por exemplo, como entender que uma ação co-rodada de êxito, que foi a conquista do Recife em 1630, envolvendo 54 navios e iates acompanhados de 13 pinaças equipadas por 3.500 homens do mar sob o comando do Almirante Lonck, e que carregavam um exército de quase três mil homens sob o comando do Coronel Waerdenburch, resultasse, menos de um mês depois, no cerco da praça por efetivos extremamente reduzidos e com enorme carência de meios? Afinal, supunha-se que a força recrutada para atuar em Pernambuco o fora com base nos recursos vultuosos provenientes da captura da Frota de Prata espanhola por Piet Heyn, em 1629, e teria sido formada por efetivos experientes da guerra nas Flandres. Como explicar?

Teria a incapacidade holandesa de se adaptar ao terreno levado à perda da colônia implantada no Nordeste?

E o episódio da armada do Conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, considerada como o clone da Jornada dos Vasallos e por isso denominada “Jornada do Brasil”? Sabe-se que os preparativos para organizar uma nova armada de socorro tiveram início em junho de 1636, mas a esquadra só saiu de Lisboa em 8 de setembro de 1638, estimulada, quem sabe, pelo ataque de Nassau a Salvador. Era composta por 38 navios e equipada com 2.400 marinheiros e cerca de 5.000 homens de guerra. Aportou em Salvador em 17 de janeiro de

1639 e saiu para dar combate ao inimigo em 21 de novembro, agora com 87 embarcações e 5.017 homens de desembarque.

O combate se travou próximo da Ilha de Itamaracá, contra efetivos inferiores do inimigo; durou quatro

dias e resultou na dispersão da esquadra de socorro e no desembarque de 1.430 homens na Baía da Traição, no Rio Grande do Norte, que, ao comando do Mestre-de-Campo Luís Barbalho, empreenderam uma marcha épica de quatrocentas léguas pelo interior do território inimigo e, ao cabo de quatro meses, conseguiram chegar a Salvador a tempo de participar da defesa da cidade contra outra tentativa de assalto feita por ordem de Nassau.

Considero que seria muito importante discutir esse episódio pela diversidade de situações que ele apresenta, com uma atenção especial para a reconstituição da marcha de Barbalho, cuja importância militar não foi, até hoje, devidamente considerada.

Um outro tópico que desejo tratar refere-se à questão ideológica. Um jovem bacharel em História pela USP, Pedro Puntoni, publicou, em 1992, pela Editora Brasiliense, um livretinho chamado *Guerras do Brasil (1504 - 1654)*. Ao analisar, sumariamente, 150 anos de conflitos, ele descreve o enfrentamento que Portugal teve com outras nações interessadas no espaço econômico americano para consolidar seu domínio. Ele conclui o ensaio afirmando que o seu objetivo foi mostrar como a História Colonial brasileira faz parte do movimento da História do Capital, tomando-lhe um dos aspectos.

Ao refletir sobre essa assertiva, vejo que ela nos leva a discutir as razões pelas quais a Companhia das Índias Ocidentais foi criada. Mais do que isso, analisar o seu comportamento no trato da Colônia e sua influência no desenrolar dos acontecimentos.

Lemos em Boxer, no seu livro sobre Salvador Correia de Sá, que Willem Usselinx, um flamengo refugiado em Antuérpia, foi o principal mentor da criação da Companhia – a WIC [*West India Company*] – como ficou conhecida. Sua proposta primitiva era a de colonizar áreas devolutas da América do Sul e surgiu na época da trégua dos 12 anos da guerra entre a Espanha e os Países Baixos. Ocorre que, ao longo dos oitenta anos que durou essa guerra, o intercâmbio colonial entre ambos foi permanentemente exercido, principalmente na base do contrabando. Durante a trégua, entre 1609 e 1621, dois terços do tráfico entre o Brasil e a Europa esteve nas mãos dos holandeses, na sua maioria judeus sefarditas.

Mas essa guerra não tem suas origens em interesses econômicos, ela é fruto do

conflito religioso entre católicos e protestantes, que teve início com a Reforma proposta por Lutero em 1517 e que se propagou pela Alemanha e pela França, atingiu o Norte da Europa e chegou, inclusive, na Inglaterra. Ela se confunde com a disputa de poder entre os Habsburgos e os Valois, e depois com os Bourbons, uma guerra dinástica que infelicitou a Europa entre 1618 e 1648.

Usselinx representava o partido da guerra holandês, em cuja composição sobressaíam os calvinistas da Zelândia, feroces inimigos dos espanhóis. Seus objetivos eram atacar as fontes de riqueza ibéricas no Novo Mundo. Sua proposta era criar a Companhia no início do século XVII, à semelhança da Companhia das Índias Orientais, essa voltada para a disputa comercial. Não o conseguiu porque teve em Johan van Oldenbarnevelt, que representava o partido da paz, um interlocutor com justificativas que foram mais fortes, nas avaliações dos conselheiros que compunham a República Holandesa em formação. Oldenbarnevelt foi o construtor da trégua dos 12 anos. Ele alegava que era menos dispendioso conseguir os produtos da América nos portos ibéricos do que lutar por eles no Mar das Caraíbas.

Boxer observa que “a execução, em 1619, de Oldenbarnevelt, sob a forjada acusação de alta traição, assinalou o triunfo do Príncipe Maurício de Nassau e dos calvinistas militantes, partidários da guerra. Esse fato se confunde com o irromper da guerra na Alemanha, em 1618, e foi determinante para a criação da Companhia das Índias Ocidentais em 3 de junho de 1621.

Sua primeira missão foi conquistar Salvador, na Bahia, em 1624.

Considerando esse ponto de vista, é interessante analisar a dispensa do Conde João Maurício de Nassau-Siegen das suas funções de Governador da Nova Holanda, o núcleo implantado pela Companhia no Recife. Nassau lhe dera vida, tornara a colônia rentável, expandira seus domínios, conquistara um ponto de apoio na África, de onde garantia um dos insumos fundamentais para a indústria do açúcar – a mão-de-obra escrava. Mas estava sendo dispensado. Por que? Estariam os motivos fundamentais na tolerância religiosa que implantara em Cidade Maurícia, ou na participação dos locais nas Câmaras de Escabinos, desvirtuando as reais motivações da Companhia e dos Estados Gerais, a quem estava associada na empreitada? E por que isso foi feito em 1644, considerando que o poder dos Habsburgos havia sido mortalmente ferido na batalha de Rocroi, em 1643, contra os Bourbons de Luís XIV? E por que não considerar também a restauração portuguesa de 1640, que abriu nova frente com a Espanha e gerou uma trégua de dez anos, a partir de 1641, que foi cumprida na Europa, mas não o foi nas colônias?

A propósito dessa Restauração, convém lembrar que D. João IV, ao assumir o trono português, deparou-se com três importantes tarefas para resolver: o reconhecimento, na Europa, do Reino e do Trono no concerto internacional; a defesa das fronteiras contra o inevitável ataque do vizinho e a reintegração das colônias que, na América, na Ásia e na África, haviam sido perdidas para os Países Baixos no decorrer da pro-

longada guerra que haviam sustentado contra a Espanha.

Evaldo Cabral de Melo trata magistralmente desse assunto no seu livro *O Negócio do Brasil*, que relata as negociações luso-neerlandesas acontecidas entre 1641 e 1669, analisando as nuances da recriação do monolitismo de seu domínio na América, a partir dos contextos militar e político e das mutações do equilíbrio de poder europeu, onde inclui a paz do Munster, a crise anglo-portuguesa de 1649, o eclipse da Casa de Orange em 1650 e as guerras anglo-neerlandesas que lhe sucederam.

Trago desse estudo, para reflexão, a participação do Padre Antônio Vieira nas negociações e, em especial, o seu *Papel Forte*.

Nos conta Evaldo que, ao reingressar no cenário internacional, Portugal estava despreparado diplomaticamente, tendo que improvisar recrutando na alta aristocracia, no sistema judiciário e entre os funcionários da Casa de Bragança. Tristão de Mendonça Furtado, o primeiro embaixador enviado a Haia, negociou a trégua dos dez anos.

A ação de Nassau no Brasil, aproveitando-se de que a ratificação da trégua levaria seis meses, permitiu a conquista do Maranhão, de Angola e Sergipe, criando um impasse nas negociações. Datam dessa época os primeiros contatos, sob a inspiração de João Fernandes Vieira, para a elaboração de um plano visando a uma revolta geral, a semelhança da restauração portuguesa na Europa. E aparecia, pela primeira vez, a oferta de compra do Nordeste aos holandeses, pelos luso-brasileiros, no valor de 2 milhões de cruzados. Foi

com essa missão que chegou em Haia, no ano de 1643, o novo embaixador português, D. Francisco de Souza Coutinho, lá permanecendo até 1650.

A Insurreição Pernambucana de maio de 1645 seria o novo fator a dificultar as negociações, que envolviam os interesses holandeses na sua luta contra a Espanha, dessa contra Portugal e contra a França, das lutas contra os turcos no Mediterrâneo, envolvendo interesses venezianos e papais, uma verdadeira trama diplomática.

É quando surge a figura do Padre Antônio Vieira, que a mando de D. João IV vai a Haia reavaliar a situação. De regresso a Lisboa, convence o monarca a aumentar a oferta para 13 milhões a fim de que Souza Coutinho comprasse os compradores.

Fazem parte dessa trama diplomática as ações bélicas ocorridas a partir de 1645, pois tudo leva a crer que elas estariam inseridas nas tratativas para a elaboração dos tratados que se acertavam na Europa, seja o de Munster, que selaria a paz entre a Espanha e os Países Baixos, seja o de Westfália, que envolveria todo o resto da Europa conflagrada. Permite entender porque a armada de Witte de With retardou sua chegada ao Brasil, sendo antecipada pelo reforço trazido por D. Antônio Teles de Menezes – o Conde de Vila Pouca de Aguiar –, e que obrigou von Skoppe a abandonar Itaparica um mês antes da chegada do *Double W*.

O que não contavam os negociadores foi com a vitória luso-brasileira nos Guararapes, em abril de 1648. Ela desmontou as combinações para a compra do Nordeste e criou novas expectativas e novas atitudes

entre os litigantes. É difícil, então, entender porque Souza Coutinho prepara um documento em agosto de 1648, com a ajuda do Padre Vieira, onde, invertendo o processo, ambos admitem a restituição, aos holandeses, do território entre o Rio Grande do Norte e o Rio Sergipe.

Em Lisboa, ao contrário, a vitória nos Guararapes impediria tal atitude, reforçada pela reconquista de Angola, em agosto do mesmo ano.

A análise das razões do comportamento de Vieira são um substrato interessante para entender as relações diplomáticas daquilo que Evaldo Cabral de Melo denominou “a primeira crise internacional da história brasileira”.

Para justificar sua atitude, Antônio Vieira escreve o seu *Papel Forte*, onde expõe seus argumentos em favor do acordo de Haia. Segundo Evaldo, ele afirma que declarar guerra à República equivalia fazer o jogo dos espanhóis, pois a Coroa não tinha dinheiro para custear as guarnições da fronteira com a Espanha, endividara-se enormemente com a armada de Vila Pouca, perdera a receita aduaneira de sessenta navios capturados pelo inimigo e da safra de açúcar que se deixara de lavrar na Bahia, em montante superior a 5 milhões de cruzados. Perguntava como Portugal queria defender o Brasil se não conseguia defender o Alentejo. Afirmava que os Países Baixos possuíam 14 mil navios e duzentos mil marinheiros, enquanto Portugal tinha apenas 13 navios e quatro mil marinheiros. A superioridade batava em apetrechos bélicos e em quadros militares também era esmagadora. Diplomáticamente, o governo de Haia não

tinha inimigos; o de Lisboa não tinha um único amigo.

Esse documento ficou conhecido na história luso-brasileira como um dos mais altos exemplos de realismo político. Consta ter sido escrito no retorno de Vieira a Lisboa, no fim de 1648. A vitória luso-brasileira na Segunda Batalha dos Guararapes, em 19 de fevereiro de 1649, terá sido o canto do cisne dessa tentativa diplomática. A satanização do Padre Antônio Vieira por esse episódio que, inclusive, seria uma das razões que o teriam levado à Inquisição, merece um reestudo. A literatura já o recuperou, colocando-o onde merece. Cabe agora aos historiadores cumprirem o seu papel.

Atrevo-me a tocar em mais algumas reflexões envolvendo o final da guerra, mais precisamente a Capitulação do Taborda. José Antônio Gonçalves de Mello fez publicar, em 1979, através do então Ministério da Educação e Cultura, uma edição ilustrada sobre a Rendição dos Holandeses no Recife.

Desse importante documento me chamou a atenção uma análise comparativa entre outras rendições dos holandeses, na mesma época. Ele compara a rendição do Taborda com a rendição de Salvador, em 1625, e a de Angola, em 1648. Na primeira, os espanhóis, representados por D. Fradique de Toledo Osório, só deixaram os holandeses levarem a roupa de vestir e dormir, os oficiais podendo conduzi-las em caixas e baús, e os soldados nas suas mochilas.

Em Angola, Salvador Correia de Sá e Benevides concedeu-lhes levar consigo todos os bens pessoais e mais os da Compa-

nhia que ali fossem encontrados, inclusive os escravos, além de metade da munição, e mantimentos de que dispunham. Agregasse a esses dados a rendição dos holandeses para os ingleses em Nova Amsterdã, hoje Nova York. Pelos ingleses foi reconhecido aos colonos o direito não só de ali permanecerem, como o de conservarem seus bens, e ainda admitiram a vinda de novos colonos, a navegação e o comércio em navios e com portos daquele país.

Francisco Barreto de Menezes foi pródigo nas concessões ao inimigo. Prometeu fornecer-lhes navios suficientes para evacuar todos quantos desejassem partir, dando-lhes tempo para se desfazerem de seus bens e propriedades. Aos que desejassem permanecer seriam tratados como súditos de Portugal. Foi decretada anistia para todas as ofensas e atrocidades cometidas durante a guerra, salvaguardando-as de qualquer represália por atos ou palavras.

O grosso da artilharia foi entregue aos portugueses, mas foi permitido a von Skoppe levar vinte canhões de bronze e tantos outros de ferro suficientes para a defesa dos navios de retorno. Constam das cláusulas, ainda, a permissão para levar toda a documentação de posse da WIC e a von Skoppe foi permitido levar consigo o equivalente a vinte toneladas de pau-brasil, como paga de soldo atrasado que lhe devia a Companhia.

Capitularam no Recife cerca de 1.200 soldados, que eram acompanhados por cerca de três mil funcionários e familiares. Todos foram embarcados em boas condições para a Europa. Alguns preferiram permanecer e fizeram família no Brasil.

Na literatura sobre a guerra falta um estudo mais profundo desse ato tão importante para a compreensão da fase final do conflito, como falta estudar, com recursos mais apropriados, os documentos holandeses que existem no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os que se encontram no Instituto Arqueológico do Recife. A nossa proposta tem sido a de preparar um encontro entre todas as instituições envolvidas ou com interesse no assunto, nacionais e estrangeiras, para formatar um Plano Diretor que permita recuperar essa memória e dar ao fato histórico o relevo que ele realmente tem.

Toda essa questão não teria sentido se o que proponho aqui fosse visto sob o interesse do diletantismo. Como todos devem saber, criou-se uma Fundação Cultural nominada Exército Brasileiro – a FUNCEB –, uma entidade civil de direito privado, para auxiliar o Exército na preservação e na divulgação do imenso patrimônio cívico, histórico, documental, material e imaterial que está sob sua guarda. Nesse contexto, a FUNCEB já começou a atuar, estimulando ou formatando projetos para cumprir tal desiderato.

O Caderno 2 do *Jornal do Brasil* publicou recentemente uma reportagem sobre o título *O Museu do Futuro e o Futuro dos Museus*, de autoria de Roberto Teixeira da Costa, que foi a Davos, no Fórum Econômico Mundial, participar de um painel sobre o Museu do Futuro. Fazia isso por ter sido eleito para a Presidência do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Do artigo retirei algumas informações que penso nos interessar. Da pauta do painel, duas questões relevantes: Como os museus, basicamente

criações do século XIX, irão sobreviver no século XXI? Será que seu papel estará reservado a fazer parte da indústria do entretenimento? As respostas foram dadas por Thomas Krens, diretor do Museu Guggenheim de Nova York. Segundo Krens, o museu do futuro será delineado pela tecnologia e pela arquitetura. A arquitetura possibilitaria que as exposições do conteúdo fossem acompanhadas por um instrumental tecnológico que permita ao usuário acessar todas as informações relacionadas com o que estiver sendo exibido, através de vídeos, textos, realidades virtuais, internet, e outras maravilhas que estão por vir.

Nas suas considerações sobre a demanda, o articulista refere-se à mostra *Brasil + 500* para citar o enorme potencial de público que está ávido, no Brasil, por novas descobertas, novas informações. E o leitor deverá estar se perguntando: e daí?

Daí que preservar o patrimônio passa pelo seu uso, pela sua divulgação, e esse insumo está faltando nas nossas prateleiras para atender a essa demanda na sua formatação futura. Reinauguramos o Museu Conde Linhares e pretendemos transformá-lo num Centro Cultural dinâmico. Se quisermos usar este tema como referência, que é o da presença holandesa no Brasil, que apoios poderíamos oferecer para tornar atrativo o conteúdo e oferecer para a sociedade, para os visitantes, para as novas gerações, as informações que lhes permitam saber que o Exército Brasileiro nasceu dos Montes Guararapes, junto com a Nação, para protegê-la de interesses e da cobiça de outras sociedades? Um tema atual, certamente!





Acordos Internacionais Lesivos ao Brasil

*Marcos Henrique Camillo Côrtes **

Resumo: Comentário crítico sobre os instrumentos internacionais criados pelas grandes potências, patrocinadores de alguns acordos lesivos aos interesses nacionais citados no artigo.¹

Palavras-chave: TNP (Tratado de Não-Proliferação), CLA (Centro de Lançamento de Alcântara), ONGs (Organizações Não-Governamentais), CPE (Centro de Poder Econômico), globalização, hegemonia norte-americana.

É claro que vários itens do tema serão tratados de forma muito sucinta, pela exigüidade do tempo, mas acho importante dar um pano de fundo da conjuntura internacional pós-1990 e fazer uma brevíssima atualização em função do 11 de setembro passado.

O primeiro ponto fundamental é essa mudança do fulcro dos objetivos estratégicos, porque, durante toda a Guerra Fria, havia uma distorção do que é normal no relacionamento internacional, ou seja, os dois blocos privilegiavam objetivos estratégicos político-militares, em detrimento de objetivos econômicos. Com o fim da Guerra Fria, se restabelece essa normalidade da primazia econômica.

O segundo ponto é que, ao contrário da expectativa otimista pós-1990 de que não haveria mais guerras – até se pregava a abolição das Forças Armadas –, estamos assistindo a uma proliferação de conflitos armados.

O complicador islâmico: faço questão de me referir a isso hoje, aqui, porque esse tem sido um aspecto enfocado nos cinco anos. Então, isso demonstra que o complicador islâmico não é função do atentado terrorista a Nova York e Washington e sim da própria estrutura do Islamismo, da própria feição peculiar do Islamismo, em que não há separação entre Igreja e Estado. Isso para não falar na dimensão geográfica desse mundo islâmico, que não é unido, mas, pela sua própria dimensão, é um complicador em qualquer análise geopolítica ou geoestratégica.

* Embaixador.

1 Conferência proferida em 9 de outubro de 2001, no auditório do IGHMB, na Casa Histórica de Deodoro.

A Terceira Revolução Industrial, como todos sabem, veio mudar, de forma radical, os parâmetros de aferição de poder nacional no relacionamento internacional.

Nova estrutura mundial de poder surgiu, com uma superpotência única, em termos militares, mas que, em termos econômicos, divide o poder mundial com dois outros centros – a União Européia e o Japão – que denomino de megapotências. Abaixo desses dois patamares existiria, ainda, em estado embrionário, o que eu denomino de potências ascendentes, uma concepção nova, em que não vou me deter aqui, porque não há tempo.

A dinâmica econômica mundial se caracteriza por alguns pontos fundamentais.

O primeiro é que, ao contrário da retórica de liberalização do comércio internacional, o que existe é um comércio gerenciado. Vale dizer, o que decide não são as normas do comércio internacional, consagradas em acordos ou na OMC, e sim o poder dos agentes desse comércio.

O segundo aspecto é a coincidência de interesses estratégicos das empresas globais e dos CPEs (Centros de Poder Econômico) onde elas têm a sua sede. O que acontece é que, durante a Guerra Fria, por aquela circunstância a que me referi, nem sempre havia essa coincidência. A partir de 1990, é quase constante, o que aumenta a virulência do processo de globalização.

A revolução em telecomunicações, logística, materiais sintéticos e informática, que está dentro daquele contexto da Terceira Revolução Industrial, aqui, especificamente, dá uma característica muito própria a essa dinâmica econômica.

Por último, os dois processos, globalização e regionalização, que não são antagônicos e sim complementares. Globalização, que é um tema que se ouve e se discute quase diariamente, às vezes em termos maniqueístas, para mim é algo muito simples. É um processo que decorre de um conjunto de políticas dos CPEs, visando a ampliar e aprofundar sua capacidade de conduzir – não de influir ou influenciar, mas de conduzir – o relacionamento internacional em todos os seus aspectos, não apenas no econômico, para atingir os seus ONPs.

Nesse elenco, que é uma visão norte-americana, não de Estado e sim empresarial, estão listados os requisitos para que qualquer país participe ativamente do processo de globalização. Acho útil porque, se fizermos um cotejo desses requisitos com a situação do Brasil atual, veremos que estamos muito mal posicionados para atuarmos de forma efetiva no processo da globalização.

Outro aspecto interessante é formado pelos riscos inerentes à liberalização/privatização, que é própria da globalização. Isso se aplica a qualquer Estado e, de novo, se cotejarmos o que está acontecendo no Brasil (mais adiante, vou especificamente me referir ao que aconteceu até agora no Brasil por essa privatização), vemos os riscos que estamos correndo, vários deles já concretizados.

A regionalização é o processo de formação de blocos econômicos regionais, visando, cada um com as suas características, a atingir melhores condições para competir no relacionamento econômico inter-

nacional, em alguns casos também buscando coordenação ou integração em outros aspectos da relação entre estados-nação. De forma muito esquemática, podemos classificar os blocos econômicos regionais por tipos: coordenadores econômico-comerciais – a *Asian Pacific Economic Cooperation*, a ALADI, o TAFTA (*Transatlantic Free Trade Area*), que ainda está na etapa de conversações entre o NAFTA e a União Européia; os comunitários econômico-comerciais – CER (*Close Economic Relations*), entre Austrália e Nova Zelândia, o Mercado Comum Centro-Americano, a Comunidade Andina; comunitários amplos – e aqui, entre aspas, a ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americano) e a Área de Livre Comércio das Américas, que ainda são projetos; e, por último, integracionistas – o melhor exemplo é, sem dúvida, a União Européia. É o único que eu considero enquadrado nesse tipo.

Dentro desse panorama, quais são os desdobramentos geopolíticos e geoestratégicos que nos interessam?

Primeiramente, a atuação dos Centros de Poder Econômico. Os três CPEs têm como ponto focal o petróleo do Oriente Médio e seus grandes eixos de expansão (no sentido de expansão do poder nacional e não projeção por via militar, por via da força). No caso dos Estados Unidos, são o continente americano, toda a Ásia, incluindo o subcon-

tinente asiático, a Oceania e a África, esta, evidentemente, num patamar muito inferior. Para a União Européia, o principal eixo é na direção do Leste europeu, rumo ao coração da Ásia; em segundo lugar, América Latina; em terceiro, Sudeste Asiático e Oceania; em quarto, África, beneficiando-se dos laços remanescentes dos impérios coloniais europeus, inclusive Portugal. Para o Japão, são Ásia Setentrional, Ásia Oriental, Sudeste Asiático e o Subcontinente, Oceania e Pacífico Sul, e o Hemisfério americano. A África não tem qualquer interesse para o Japão.

São inevitáveis as rotas de colisão desses eixos de expansão.

Isto cria, conseqüentemente, janelas de oportunidade para países como o nosso, se souberem aproveitá-las.

Além desse quadro, que é sobretudo econômico-financeiro, alguns aspectos de caráter mais militar, como o processo de expansão – que os europeus preferem chamar de ampli-

ação – da OTAN. Ao contrário de acabar junto com o Pacto de Varsóvia, a OTAN não só perdura como está se ampliando, num processo em expansão contínua. A capacitação militar internacional da Alemanha já é aceita pela opinião pública alemã, que era o maior obstáculo. O Parlamento alemão já autorizou, por duas vezes, o envio de tropas para atuar militarmente fora do território da OTAN, não só da Alemanha. Outro aspecto a observar é a criação da Força Européia, que é da União Euro-

*Os três CPEs
têm como ponto focal
o petróleo do
Oriente Médio e seus
grandes eixos de
expansão – no sentido
de expansão do poder
nacional e não
projeção por via militar,
por via da força.*

péia, não da OTAN, com o objetivo de contar com 100 mil homens no ano de 2003.

Vejamos a legitimação das Forças Armadas do Japão. O Japão possui o segundo orçamento militar do mundo, mas ainda está obrigado a esse eufemismo de chamar suas forças armadas de “forças de autodefesa”. Na verdade, só para dar um exemplo da disparidade com outros exércitos, marinhas e aeronáuticas pelo mundo afora, a Guarda Costeira do Japão tem 100 aeronaves P-3 *Orion*. E isso é apenas a Guarda Costeira; não é nem a Força de Auto-defesa Naval. E agora, nesse episódio do Afeganistão, os japoneses já enviaram, a título de ajuda humanitária, 150 militares e algumas unidades de sua Força de Auto-defesa Naval. Não é uma operação de guerra, mas são militares japoneses que estão se deslocando – já chegaram ao Paquistão – fora do limite territorial japonês.

E, por fim, a continuada presença maciça pelo mundo das Forças Armadas dos Estados Unidos. Acabou a Guerra Fria, não há nenhuma ameaça militar aos Estados Unidos, e essa presença se mantém. Especialmente na região Ásia-Pacífico. Não estou falando do que está acontecendo agora. Isso é anterior ao 11 de setembro. Nesse contexto, faço uma brevíssima referência à Revolução em Assuntos Militares (RAM) e ao Pós-Modernismo Militar (PMM).

O que é para mim muito interessante, no contexto geopolítico e geoestratégico, são as conceituações “doutrinárias” da RAM – ainda entre aspas porque não estão inteiramente consagradas – nos CPEs e em outros países tecnificados. As duas primeiras –

defesa e dissuasão – não apresentam grande diferença. A terceira, gerenciamento de crise, sim, porque nessa conceituação criaram-se vários cenários – engajamento preventivo, intervenção humanitária, manutenção e construção e/ou imposição de paz, que servem de pretexto para qualquer ação militar, com absoluto desprezo pelas normas do Direito Internacional. Essas concepções pós-modernas de defesa, tratando de conflitos subnacionais – aqui cabe narcotráfico, terrorismo, agressão ao meio ambiente, tudo combinado com causas nobres e novidades jurídicas e diplomáticas – levam a uma tendência para impor o intervencionismo como modo normal e legítimo de atuação internacional.

Para que se tenha uma idéia de conjunto, observe-se que, durante a Guerra Fria, na Era Industrial, os países centrais e seus aliados tinham enormes preocupações com a segurança internacional e, relativamente, escassas com questões econômicas e sociais, enquanto que os periféricos tinham uma proporção quase exatamente inversa. Surgiram, então, três grandes fatores: a Terceira Revolução Industrial, o fim da Guerra Fria e a Globalização, que nos levam a um pós-1990, à Era da Informação. No caso dos tecnificados, há pouca preocupação com segurança internacional e grandes preocupações econômico-sociais, nos seus países. Para os semidesenvolvidos, aumentaram enormemente as preocupações com a segurança internacional e também com as questões econômico-sociais.

Façamos aqui uma breve atualização, a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro. É curioso que, quando aconte-

ce algo assim, aparentemente fantástico, surgem logo frases que procuram caracterizar isso como uma mudança radical. Hegel, após a vitória napoleônica em Iena, em 1806, disse que era o fim da História. Com a derrubada do Muro de Berlim, Fukuyama, sem ter a delicadeza de citar o autor da frase, disse que era o fim da História, e escreveu um livro com esse título. Tudo bem, Hegel já morreu, não pode processá-lo. E agora, quando os ataques terroristas foram desfechados em Nova York e Washington, muita gente falou que o mundo mudou. Ora, na realidade, o que mudou? Primeiro, maior desenvoltura no comportamento internacional dos EUA, que, se já não faziam muita cerimônia com o uso da força, agora fazem menos ainda. Segundo, melhores condições para a ampliação militar da União Européia, sobretudo da Alemanha, mas não só, e do Japão. Nesse aspecto, aliás, é interessante observar como o primeiro-ministro inglês moveu-se com muita rapidez e com muita inteligência, aderindo totalmente aos EUA, daí auferindo benefícios tecnológicos, tecnologia militar de ponta, e com isso melhorando a sua posição negociadora dentro da União Européia, que é basicamente dominada pela Alemanha e, em segundo lugar, pela França.

Houve maior explicitação do uso efetivo do poder. Recentemente, o presidente dos Estados Unidos mandou uma carta para a ONU que equivale a dizer: “Olha, tudo bem, eu já estou batendo aqui no Afeganistão, mas vou avisar que vou bater em ou-

tros, é só para constar.” Delicadeza dele, porque não precisava fazer isso. Ninguém mais declara guerra, ataca-se quem se quer, e há o maior desprezo pelo Direito Internacional, que há muito já não vinha sendo acatado. Agora, nem se reclama mais, já virou moda. Desde o Kosovo, em que houve uma flagrante violação de qualquer norma de Direito Internacional, não há preocupação com isso.

Portanto, maior desprestígio da ONU, se é possível, e, por último, uma intensificação das guerras reticulares, que têm uma característica própria: a ação bélica cibernética é, por definição, uma guerra reticular, de redes, que cria todo um universo diferente, porque a rede obriga ou leva ao surgimento de heterarquias ou de panarquias, ou até de acefalarquias, em que a unidade da ação é dada por uma ideologia. Estou falando da guerra cibernética, mas o mesmo se

*Hegel,
após a vitória
napoleônica
em Iena,
em 1806,
disse que era
o fim da História.*

pode dizer da guerra terrorista. É por isso que fica muito difícil lutar contra uma rede. Na verdade, uma hierarquia não vai conseguir enfrentar uma rede. A hierarquia terá de criar uma rede sua para enfrentar a rede inimiga. Isso é muito visível na área cibernética, mas acho que também na terrorista. É interessante notar que a grande crítica que está se fazendo dentro dos EUA (e que, por uma série de razões, não vamos aqui discutir) é que os serviços de inteligência norte-americanos ficaram proibidos de atuar com elementos terroristas. Não se podia recrutar um terrorista para ser agente. Ou seja, eles ficaram privados dos instrumen-

tos que o inimigo usava; agora, isso está sendo abandonado. Confirmando o que eu disse, está se criando uma rede para lutar contra outra rede. É uma hierarquia que cria uma rede.

Quais são as conseqüências para os EUA do ataque terrorista de 11 de setembro?

Primeiro, esse ataque – e o mesmo acontece na guerra cibernética – tem um objetivo epistemológico, porque levou a população norte-americana, o povo norte-americano, a questionar os seus próprios valores. Isso é muito sério. Não estou minimizando a tragédia da perda de mais de seis mil pessoas (o prejuízo material se recupera), mas questionar os valores de uma sociedade como a norte-americana é algo extremamente sério e abalou o povo estadunidense.

Segundo, os problemas decorrentes de uma guerra intensamente assimétrica são uma das grandes dificuldades que os EUA estão enfrentando agora. Ter todo aquele arsenal fabuloso para lutar contra os afe-gãos, armados, no máximo, com foguete que atira do ombro, é mais difícil do que pode parecer.

Terceiro, as dificuldades de se manter uma coalizão heterogênea em termos de durabilidade, de contaminação e de incompatibilidade. Hoje, ainda no início das ações bélicas, isso está sendo visto, e tenderá a se agravar.

E, por último, guerra entre aspas, porque isso não é uma guerra – não se combate, vive-se essa guerra. Para uma população como a norte-americana, isso é algo muito sério e vai ter conseqüências. Na medida em que se está vivendo essa guerra,

todo o comportamento vai ser condicionado por essa circunstância. E pode acabar sobrando para nós.

Vejam as mudanças na postura internacional dos EUA.

Em primeiro lugar, a conduta predominantemente unilateral, apenas com uso circunstancial de mecanismos multilaterais como ONU, TIAR e OTAN. Citei o TIAR porque foi uma iniciativa nossa. Não vou entrar em detalhes, mas apenas registrar que foi uma iniciativa profissional do Itamaraty, e não uma iniciativa do escalão político do Governo. Ao contrário do que pode parecer – afinal de contas, o TIAR estava morto, só tinham esquecido de avisar –, foi uma manobra diplomática muito inteligente. A OTAN foi chamada apenas para facilitar aspectos logísticos para as forças norte-americanas.

Segundo, a truculência retórica inicial, depois seguida de uma ponderação pragmática em que o Secretário de Estado, General Colin Powell, teve uma atuação importante. Essa truculência retórica é explicável, não só pelo estilo pessoal do presidente como pelo trauma causado pelos atentados. Só que o que foi dito está sendo mantido; não há três posições, só há duas: ou estão comigo ou estão com os terroristas. Mantida esta situação, as implicações são muito sérias para o relacionamento internacional, fora do contexto terrorista ou bélico. Isso pode se aplicar, também, ao contexto econômico-comercial.

Também muito relevante foi a declaração do Presidente Bush de que os EUA vão apoiar, o que vale dizer vão criar, formalmente, o Estado Palestino. É a primeira

vez que um presidente dos EUA diz isso, causando uma reação duríssima do Primeiro-Ministro de Israel, Sharon, que foi imediatamente repelida pelo Governo dos EUA. Não sei como isso vai se efetivar, porque, afinal de contas, o *lobby* israelense é muito poderoso, continua a ser muito poderoso. A reação do Sharon foi, pelo menos, pouco inteligente.

Por último, o anúncio de que os EUA finalmente vão pagar uma parte da dívida crônica que têm com a ONU. Eu coloco isso aqui para demonstrar como os EUA vêm se comportando há décadas, muito antes do fim da Guerra Fria, com razoável desprezo pela ONU. Não vamos tratar de tudo isso; o que quero, basicamente, é indicar que, de forma geral, os organismos internacionais, ao contrário do que dizem as suas cartas de constituição, não passam de instrumentos auxiliares de política externa dos centros de poder. Essa é a realidade. Vou me deter nos mecanismos multilaterais, porque aí já começamos a entrar propriamente no tema que nos interessa. A lista é longa e apenas exemplificativa; não vamos tratar de cada um deles aqui. Alguns desses organismos fazem o que dizem que vão fazer: são bons e devem ser estimulados; outros, a grande maioria, infelizmente, não serve para os objetivos dos países que não têm poder nacional capaz de violar as normas e as regras. O FMI, por exemplo; não é uma questão ideológica, mas é evidente que o FMI desempenha a função do que havia antigamente no sistema rural brasileiro: a “venda”. O proprietário da terra tinha os seus colonos, que eram meeiros, mas todos eles tinham que comprar as coi-

sas na “venda”, com o que eles ficavam permanentemente endividados. O FMI funciona mais ou menos da mesma maneira; são fórmulas que não resolvem o problema, mas o país fica atrelado a esse sistema.

Falemos das entidades e mecanismos multilaterais: o tratado de não-proliferação nuclear, sem dúvida, é um desses acordos lesivos. Durante mais de 20 anos nós nos negamos a aderir ao TNP. Sem que houvesse qualquer fato novo no mundo, o Governo brasileiro mandou fazer a adesão em 1997 e, em 1998, o procedimento foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Houve uma intensa pressão para que todos os países do mundo assinassem o TNP. Agora, pergunto aos senhores: qual é o risco de proliferação nuclear que oferecia Fiji, ou Granada, ou Tonga? No entanto, todos foram induzidos, ou pressionados, ou convencidos a assinar o Tratado. Por que? Porque o TNP é o primeiro tratado que consagra ou busca consagrar a desigualdade jurídica dos Estados. Nele se diz que alguns Estados podem tudo; outros não podem sequer aspirar a ter determinado conhecimento. É isso que o TNP faz. Por isso ele é altamente nocivo ao interesse nacional brasileiro. É o único tratado que não tem a cláusula de renúncia que todo tratado tem. Com aviso prévio – conforme o contexto, de 6 meses, 1 ano, por exemplo – faz-se a denúncia, diz-se: não quero mais ser membro. No TNP, não. Nele há uma cláusula esquisitíssima, que diz que só poderá sair do Tratado o país que provar que permanecer nele causará prejuízos enormes à segurança nacional. Provar a quem? Provar como? Ou seja, não há cláusula de denúncia.

Analiseemos o regime de controle de tecnologia de mísseis (MTCR). Era dito, antes, que nós precisávamos aderir ao TNP porque, se o fizéssemos, iriam suspender todas as restrições impostas ao Brasil pelo MTCR. Nós aderimos e as restrições continuam. O COCOM não existe mais, mas há vários mecanismos ainda sem nome que substituíram aquele, criado durante a Guerra Fria, supostamente para impedir a transferência de tecnologias de ponta para o bloco soviético. Em nome do COCOM, nós, Brasil, fomos sancionados, fomos punidos várias vezes. Eu mesmo, uma vez, fui convocado à chancelaria do país onde servia, que era membro do COCOM, para ouvir apenas a comunicação de que nós íamos sofrer sanções comerciais porque tínhamos violado normas do COCOM. “Mas nós não somos membros do COCOM”, argumentei. “Não, vocês não são.” “Pois é, nós até já quisemos entrar para o COCOM.” “Não, vocês não podem, porque vocês não aderiram ao TNP.” “E não sabemos quais são as normas do COCOM.” “Não, não sabem porque o Brasil não é membro do COCOM, mas está obrigado a cumprir as normas.” E assim ocorreu, várias vezes. O país não pode ser membro, não pode ler as normas, mas as violou mesmo sem saber quais são. É uma situação kafkiana. Essa é a realidade do poder.

*“A arma nuclear,
mais do que
o aumento exponencial
do valor da
expressão militar,
eleva o poder nacional
a nível que assegura
respeito mundial,
afiança a auto-estima
interna e viabiliza a
participação ativa
no relacionamento
internacional.”*

O Grupo Austrália também não existe mais, porque deu origem à Convenção e depois à Organização para a Prevenção das Armas Químicas. Aqui, há algo muito engraçado. A convenção foi celebrada por grande pressão dos EUA, com argumentos humanitários etc.; os EUA assinaram, mas são o único país que após sua assinatura condicionada por duas exceções fundamentais: não se permitem inspeções em

território norte-americano nem investigação de produtos químicos originais norte-americanos.

Voltemos ao TNP.

Por que – além daquele aspecto jurídico a que me referi – era importante não aderir ao TNP? Com a adesão, não temos a possibilidade da capacitação nuclear. E por que ela é importante? Os senhores sabem, melhor do que eu, que “o poderio militar não é a medida última do poderio nacional, mas sim um componente indispensável no seu conjunto”. Em segundo lugar, “a arma nuclear, mais do que o aumento exponencial do valor da expressão militar, eleva o poder nacional a nível que assegura respeito mundial, afiança a auto-estima interna e viabiliza a participação ativa no relacionamento internacional”. Só que não sou eu que estou dizendo isso, não. Quem disse isso foi o primeiro-ministro da Índia depois das cinco explosões nucleares indianas. E na época se disse que a Índia ia sofrer terríveis sanções dos

derio nacional, mas sim um componente indispensável no seu conjunto”. Em segundo lugar, “a arma nuclear, mais do que o aumento exponencial do valor da expressão militar, eleva o poder nacional a nível que assegura respeito mundial, afiança a auto-estima interna e viabiliza a participação ativa no relacionamento internacional”. Só que não sou eu que estou dizendo isso, não. Quem disse isso foi o primeiro-ministro da Índia depois das cinco explosões nucleares indianas. E na época se disse que a Índia ia sofrer terríveis sanções dos

EUA, e o Paquistão também. Foram, teoricamente, aplicadas sanções; na prática, porém, a única consequência para a Índia foi uma visita do Presidente Clinton, primeiro presidente dos EUA a visitar aquele país em 22 anos. Por que? Porque ela passou para outro patamar no relacionamento internacional, graças à sua capacidade nuclear. E a Índia fez isso dando um excelente exemplo a muita gente, inclusive a nós, do que é a perseverança na busca de um objetivo nacional. O programa nuclear indiano não foi conduzido pelos militares; os militares indianos estavam de acordo, mas quem conduziu o programa foram políticos indianos – dos dois grandes partidos que se alternaram no poder – e cientistas, com apoio das Forças Armadas. Oxalá nós tivéssemos feito o mesmo.

Chegamos então ao nosso acordo sobre o Centro de Lançamento de Alcântara. Foi assinado, em 18 de abril de 2000, pelo Ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, e pelo Embaixador dos EUA – assinado por troca de notas, sem qualquer estardalhaço. O MRE, institucionalmente, não participou da negociação, como também o Ministério da Defesa, diga-se de passagem. O acordo está pendente de ratificação pelo Congresso Nacional, ainda se encontra na Câmara e, graças ao esforço de muita gente, conseguiu-se sensibilizar os deputados. Como ainda está na Câmara, não se sabe o êxito que terá essa ação no Senado. Isso foi tentado no caso do TNP. Mas era mais difícil explicar porque o TNP era nocivo. No caso do acordo sobre o CLA foi bem mais fácil e houve êxito nesse esforço, a tal ponto que o Governo se con-

venceu de que ia perder. Mesmo assim, ministros publicaram artigos em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo defendendo o acordo. As defesas são pouco convincentes. A argumentação é, no mínimo, estranha.

Vou destacar algumas das cláusulas lesivas ao Brasil. Eu li o acordo todo, tenho comigo o texto integral. Aliás, diga-se de passagem, há uma versão, que eu não aceito como verdadeira, de que a iniciativa desse acordo é nossa. Segundo essa versão, foi o Brasil que, a duras penas, convenceu os EUA a assinarem esse acordo. Mas é estranho que o texto em português, que seria supostamente o texto original, está redigido de tal forma que revela tratar-se de uma tradução, malfeita, de um texto em inglês. Ora, se tivéssemos sido nós a apresentarmos a proposta, teríamos entregue um texto em inglês e depois o traduzido? Não me convence.

Seja como for, pelo texto assinado proíbe-se o acesso de brasileiros ao CLA, quando em uso pelos EUA, sem credenciamento pelos norte-americanos. O próprio diretor do CLA só poderia entrar lá se os norte-americanos lhe dessem um crachá.

Por outro artigo, é proibido ao Brasil utilizar o dinheiro auferido com esse aluguel em qualquer atividade relacionada com mísseis, ogivas, satélites etc. Então, pergunto o seguinte: o acordo – e isso foi dito e repetido, inclusive pelo Ministro Sardemberg – não é um acordo de transferência de tecnologia, certo? É um acordo de salvaguarda da tecnologia norte-americana, é verdade. Mas, então, por que o dinheiro que será auferido com esse

aluguel não pode ser aplicado no que quiserem as autoridades brasileiras? Que tem isso a ver com salvaguarda? Nada a ver.

Um terceiro ponto: é proibida a vistoria, por qualquer autoridade brasileira, da entrada e saída dos contêineres norte-americanos. Eles entram fechados e saem fechados, e só os norte-americanos podem abri-los.

É proibido o acordo com outros países para o uso do CLA sem anuência, por escrito, dos EUA.

E, por último, o lucro estimado pelo Ministro Sardemberg é de 30 milhões de dólares anuais. Depois, ele aumentou essa cifra, falou em 50 ou 60. Seja lá quanto for, a indicação desse lucro foi feita no início do mês de março. Pois bem, no dia 15 de março, em poucas horas, o Banco Central gastou 35 milhões para segurar a cotação do dólar comercial. Pouco depois, gastou mais de 1 bilhão. Então, 30 milhões não representam dinheiro para o Brasil. Mas, ainda que fossem 30 bilhões de dólares, acho que é pouco pela dignidade e pela soberania nacionais.

Quais são as vantagens desse acordo para o Brasil? Segundo o Ministro Sardemberg, auferir 30 milhões de dólares por ano e manter o CLA em atividade. Quer isso dizer que sem esses 30 milhões de dólares o CLA não pode operar, vai parar? E nós não temos 30 milhões de dólares para manter o CLA em atividade? Não acredito.

Quais são as vantagens para os EUA? Eles não precisam de Alcântara. Do ponto de vista técnico, a vantagem de se lançar de Alcântara, comparando com o lançamen-

to efetuado do Cabo Kennedy, é de cerca de 10% no custo do lançamento. Mas, e o custo para trazer tudo isso até Alcântara? Acaba comendo essa vantagem dos 10%, que, de qualquer modo, não chegaria a fazer moessa para o programa espacial norte-americano. Ou seja, eles não precisam do CLA. Entretanto, com o texto assinado, eles podem impedir acordos do Brasil com outros países, os quais são, efetivamente, clientes em potencial. Nós já estávamos em conversações com vários outros países, e tenho uma forte desconfiança de que por

*É por isso
que o CLA
é bom
para os EUA
e péssimo
para o Brasil.*

isso surgiu esse acordo: para inibir ainda mais o desenvolvimento das tecnologias relacionadas com a utilização comercial do espaço no Brasil. É por isso que o CLA é bom para os EUA e, eu o considero, péssimo para o Brasil.

Nesse contexto todo, vale a pena mencionar as ONGs, das quais a mais antiga e mais respeitável é conhecida de todo mundo – a Cruz Vermelha. Eu quase diria que é a única que realmente continua a fazer aquilo a que se propôs quando foi criada. As outras são meio esquisitas. Em primeiro lugar, porque, de forma geral, a finalidade declarada não corresponde aos reais objetivos. Note-se que as campanhas das ONGs dependem das conveniências dos CPEs. Só para dar um exemplo recente: não vi campanha alguma de ONG contra a mudança da matriz energética no Brasil, em que se vai substituir a proporção fantástica que tínhamos de produção hidrelétrica, que não é poluente, por produção a gás, térmica, que é altamente poluente. No entanto, não houve uma ONG

reclamando disso. Claro! A quem interessa essa mudança da matriz energética? A quem é dono do gás. Quem é dono do gás no Sudoeste da Bolívia, Noroeste da Argentina e Sul do Peru? Não são Argentina, Bolívia e Peru, e muito menos o Brasil. Por isso é que nós fomos levados a essa crise energética. Não acredito que tenha acontecido por incompetência do Governo, o que, por si só, já seria algo muito sério.

Observem que as 22 maiores ONGs internacionais recebem, em média, 40% de sua receita (estamos falando de centenas de milhões de dólares por ano) de fontes governamentais). A OXFAM, por exemplo, inglesa, que é muito conhecida, recebe 60% de sua receita do Tesouro britânico. Então, que não-governamental é essa?

A proliferação das ONGs também leva a certas desconfiças. Em 1956, havia, em números redondos, mil. No fim da Guerra Fria, 18 mil; em 1998, já subiu para 32 mil. Só as internacionais. As nacionais, “brasileiras”, em 1998 recebiam 83% da receita de agências internacionais. É difícil acreditar que isso seja brasileiro. Uma ONG assim não pode ser brasileira.

As ONGs invocam causas nobres. Como o nome indica, são causas em si nobres, tudo depende do uso que se faz delas. Usam-se também novas idéias, como o selo verde e as medidas *antidumping* social, que são barreiras não-tarifárias ao comércio internacional. Nós já fomos castigados com esse *antidumping* social. Existem ainda aquelas idéias que visam, todas elas, a mais ou menos solapar a autoridade e a independência do Estado-nação, desde soberania limitada até tentativa de um novo

papel para as Forças Armadas, o que equivale a desvirtuá-las inteiramente.

De uns anos para cá, temos ouvido, com muita freqüência, a frase “em nome da comunidade internacional”. Frase que é usada, repetida, e tão repetida que as pessoas começam a acreditar que é verdade. Que comunidade internacional é essa? Não é ONU, não. Mas, nos tempos recentes, todas as ações militares são empreendidas “em nome da comunidade internacional”. Só que ninguém nos perguntou coisa alguma. A repetição fez a frase criar vezes de verdade evangélica.

E tudo isso é aplicado com dois pesos e duas medidas. Intervém-se no Kosovo, porque, evidentemente, era preciso desmembrar a Iugoslávia. Mas a Irlanda do Norte é considerada um problema interno do Reino Unido, ninguém tem nada com isso. Com Israel e Palestina, até agora, ninguém se metia. Com a Chechênia também não. Defendem-se as minorias étnicas no Kosovo e na Macedônia. Por que não são defendidas na Chechênia? Porque aí “a barra é mais pesada”.

Cito aqui a Sra. Madeleine Albright – ela não é mais Secretária de Estado – porque o que ela diz – não é novidade, Richelieu já tinha dito isso, Lorde Palmerston o disse, de maneira mais elegante, mas todos disseram a mesma coisa – é o seguinte: “É claro que nem o Direito (Internacional) nem a opinião pública mundial podem forçar nações a agir contra seus próprios interesses principais. (...) Obviamente, os acordos não eliminam a necessidade de Forças Armadas poderosas, capazes de servir como dissuasão (...)” O importante

é que essa filosofia continua em vigor no atual Governo norte-americano, porque essas linhas de ação nos EUA independem do partido no poder. Independem de quem é o presidente, o que muda é o estilo. Ou seja, o Presidente George W. Bush é um pouco mais explícito, um pouco menos “enrolador” do que Bill Clinton, mas a diretriz é a mesma: o que vale é a força. Infelizmente, isso significa abandonar-se a coerência e a confiabilidade que advêm do Direito Internacional pelo oportunismo dos poderosos e pela insegurança dos que não têm poder. Os EUA têm se comportado de maneira a repetir aquela frase de *A Revolução dos Bichos (Animal Farm)*, de George Orwell: “Todo mundo é igual, só que uns são mais iguais do que os outros.”

Então, vejamos algumas características do comportamento internacional dos EUA. Como disse antes, eles anunciaram que vão pagar uma parte de sua dívida com a ONU, inclusive para custeio de Forças de Paz, mas não admitem subordinar tropas norte-americanas ao comando exercido em nome das Nações Unidas, se for exercido por militar de outro país. Não assinaram o Tratado Abrangente de Proscrição de Testes Nucleares. Assinaram a Convenção de Prevenção de Armas Químicas, mas não admitem inspeções em território norte-americano nem análise de amostras de produtos seus por outros países. E há mais. Justificam continuar a pesquisa em armas químicas e biológicas com a seguinte explicação: nós precisamos saber como outros poderiam chegar a ter determinada arma para impedir que a tenham. Exigiram exceções para aderir ao

Tratado da Proibição de Minas Terrestres, não reconhecem a jurisdição de tribunais internacionais em relação a seus cidadãos, mas aplicam a jurisdição do seu tribunal a cidadãos de outros países. Não quero defender o meliante em questão, mas é uma questão de Direito Internacional. Há anos atrás eles capturaram um mexicano – cidadão mexicano – num terceiro país, e levaram para os EUA, para julgá-lo por um crime cometido fora do território norte-americano. O advogado de defesa foi para a Suprema Corte dizendo que não tinha cabimento e que as cortes norte-americanas não tinham jurisdição no caso. A Suprema Corte disse que tinham. E acabou.

O que a “doutrina Bush” busca no que vimos até agora? São frases já usadas pelo próprio presidente dos EUA. Primeiro, os EUA não são apenas um ator internacional e sim a potência dominante no mundo, mais predominante que qualquer outra desde Roma. Conseqüentemente, estão em condição de reformular as normas, modificar as expectativas, e criar novas realidades através de demonstrações inequívocas e categóricas de vontade. O lema é “fazermos para atender a nós mesmos”. Nada disso é novo; a realidade do relacionamento internacional é essa. Mas nunca isso foi dito de forma tão clara, tão brutal. Alguns sinais disso, desde o início da administração Bush, são a implementação do Programa de Defesa Anti-Mísseis que, obviamente, viola o Tratado da ABN. Viola, e daí? Tratado não serve mais quando contrariar interesse dos EUA. E o que dizer do repúdio unilateral do Protocolo de Kioto? Os demais países vão se queixar a quem?

Nesse contexto, só para mostrar as dificuldades com que nos defrontamos, vejamos rapidamente certas características da ação diplomática, através das modalidades da diplomacia. A diplomacia bilateral é a única forma autêntica de diplomacia. Pode-se negociar A com B, A com C, A com D, eventualmente juntar A B C D, sem que isso seja diplomacia multilateral. Diplomacia multilateral é, de certa forma, uma deturpação da verdadeira diplomacia, decorrência da proliferação de organismos internacionais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Isso é extremamente perigoso, porque nessa diplomacia multilateral, a não ser em alguns países que são centros de poder, perde-se a visão do interesse nacional e começa-se a raciocinar em termos do organismo apenas. E através dessa diplomacia multilateral reforça-se o papel dos organismos internacionais como braços auxiliares da política externa dos centros de poder. O pior de tudo, porém, é a chamada diplomacia presidencial. Entre aspas, porque é claro que isso não é diplomacia.

Quais são os seus principais aspectos negativos? Vou apontar alguns.

Primeiro, perde-se a etapa intermediária de negociação que é o diplomata, que é um fusível. Se algo dá errado na negociação, “queima-se” o diplomata. Mas se é o chefe de Estado ou chefe de Governo que está diretamente engajado na negociação, não se pode “queimá-lo”.

Banaliza-se a mais alta instância de diálogo entre os Estados. Algumas vezes, em negociação que ficou emperrada, por exemplo, precisa-se realmente elevá-la para o nível de chefe de Estado ou de Governo.

Mas quando se vê chefes de Estado discutindo quotas de importação de automóvel é absurdo! De fato, barateou-se muito essa instância.

É natural que o chefe de Estado desconheça normas, praxes, antecedentes das relações internacionais, porque ele não é um diplomata profissional. Ele não tem obrigação de saber isso e, ao não saber, comete gafes. A gafe cometida por um chefe de Estado é grave, produz consequências. Há vários exemplos disso, recentes.

É também natural que o chefe político queira o êxito ostensivo. Ele quer voltar de uma reunião, de uma negociação, e dizer: “Eu ganhei. Eu sou melhor do que o outro.” O diplomata não. A vitória diplomática, primeiro, é silenciosa; segundo, normalmente, é aquela em que os dois lados ganham. Um ganha mais do que o outro, mas os dois ganham, ninguém deve sair inteiramente derrotado. Então, esta é mais uma razão por que a diplomacia presidencial é nociva para o relacionamento internacional.

Misturam-se, inevitavelmente, objetivos nacionais com objetivos de governo, dos dois lados. Tem-se muito maior dificuldade, para não dizer impossibilidade, de obter o apoio da oposição, porque essa ação é vista não como uma ação de interesse do Estado e sim de interesse do Governo.

Cria-se uma ilusão de política externa. A atuação de chefes de Estado gera manchete em jornal, ocupa noticiário na televisão. Mas isso é apenas figuração, carece de substância, de durabilidade.

E, por último, compromete-se a coerência, a continuidade da ação diplomática. A política externa e a ação diplomática que a

executa são, necessariamente, de longo prazo. A política externa ultrapassa cada mandato governamental, pois ela é do Estado e não é desse ou daquele governo. Quando o chefe de Estado se apropria pessoalmente da ação diplomática, ele a reduz a ação de governo.

Há dois aspectos positivos. O primeiro, como já mencionei há pouco, se dá quando surge uma trava burocrática, que se precisa superar. É, por exemplo, quando um outro ministério não aceita o que foi negociado no nível de Ministérios de Relações Exteriores; aí se recorre aos chefes de Estado. O segundo é quando tudo deu certo na negociação, mas sabe-se que, devido à importância que normalmente se atribui a acordos entre chefes de Estado, o trabalho realizado gerará mais frutos. Não se trata de “dar palanque” para os chefes de Estado, mas apenas utilizar o valor simbólico da figura do chefe de Estado. Não considero que isso seja diplomacia presidencial. Isso é, na verdade, o uso legítimo e correto da função do primeiro mandatário para um objetivo de política externa que foi atingido pelo escalão profissional da diplomacia.

Antes de terminar, vamos falar um pouco de Brasil. Infelizmente, o quadro não é bom, a julgar pela atuação recente do Brasil nos últimos anos. Se utilizarmos as principais condicionantes subjacentes, chegase ao atual posicionamento geopolítico e geoestratégico do País, nada auspicioso. Há muitos anos não temos um verdadeiro plano nacional de governo, não temos política externa. Não há conceito diretor de política externa e apenas reagimos diante de fatos. Às vezes, até se tenta fazer de conta

que não aconteceu nada. Relutamos, continuamos relutando, em assumir esse papel de liderança efetiva que é indispensável para formar-se uma potência ascendente, tendo o Brasil como país núcleo. Isso não é megalomania. Isso é uma necessidade cada vez maior. Nós não podemos, sozinhos, pretender atuar efetivamente no contexto da globalização. Temos que juntar o resto da América do Sul. Esse papel é pedido por nossos vizinhos, é querido por nossos vizinhos. Se não o fazemos, é unicamente por culpa nossa.

Estamos comprometendo a nossa integridade territorial e a nossa soberania, inclusive com esses acordos como o TNP e o CLA. Veja-se a deterioração das nossas instituições civis e militares, o descalabro a que se assiste no Congresso Nacional... Obviamente, tudo isso constitui uma vulnerabilidade enorme do Poder Nacional. Há um descrédito crescente da classe dirigente e da mídia. A deturpação dos valores éticos, cívicos, familiares, criou o que chamo de ética da corrupção. Por quê? Porque ética, ao contrário do que comumente se pensa, não é um conjunto de normas boas, mas sim o conjunto de normas consagradas pela sociedade, e a sociedade brasileira vem demonstrando uma aceitação da corrupção. Só acontece uma gritaria quando a corrupção chega a exageros, mas é considerado normal que haja corrupção.

Estamos perdendo a corrida no campo tecnológico. Temos o pior nível educacional entre os principais países latino-americanos. O ensino primário do Uruguai, por exemplo, é muito melhor do que o ensino primário (público) no Brasil.

Impomos, por incrível que pareça, barreiras alfandegárias à entrada de produtos para pesquisa. Apenas 15% dos matriculados em curso superior terminam a faculdade. Há uma fuga de cérebros para as universidades e centros de pesquisa do Primeiro Mundo, porque no Brasil não há emprego compensador nesses setores. Na década de 1990, mudamos o perfil das nossas exportações; caiu a exportação de manufaturados e aumentou a de matérias-primas. Há até quem diga que estamos “africanizando” o comércio exterior brasileiro. Em cima disso tudo, veio o famoso programa de desestatização, que eu considero de desnacionalização. Quais são os principais prejuízos? Temos um programa de desestatização com uma política de juros internos altíssimos, o que impede os grupos brasileiros de competirem, enquanto os grupos estrangeiros levantam empréstimos lá fora a juros mais baixos. Temos um fator negativo para o balanço de pagamentos, porque a remessa de lucros vai incidir sobre o balanço de pagamentos, sem falar do pagamento do pessoal estrangeiro. Multiplicamos a vulnerabilidade externa, desestabilizamos a macroeconomia, estamos dismantando o setor produtivo nacional, comprometendo a soberania nacional, agravando os problemas sociais, porque não é só aquele segmento do pessoal que era considerado um inchaço da empresa estatal que é posto na rua. Isso é um fato. Não é dedução nem hipótese, é um fato. Essas empresas estrangeiras que compraram empresas nossas, mais ou menos durante o primeiro ano mantêm técnicos, engenheiros, espe-

cialistas brasileiros e, aos poucos, vão substituindo por gente que vem do país deles. Isso atinge uma faixa de 40 anos para mais de idade. Esse pessoal não vai ter mais emprego. Então, está-se piorando o problema social, é mais um dano que se causa à classe média que, como todo mundo sabe, é a base de sustentação de qualquer sistema democrático. Por isso, há uma deterioração político-institucional. A participação percentual do capital estrangeiro é diversificada, mas quero ressaltar apenas a tendência continuamente crescente, de 1995 a 1999. Em alguns casos, como na venda das grandes empresas, o total já ultrapassou 45%, em 1999; em termos de ativos do sistema bancário, já se tem um quarto do total na mão de empresas estrangeiras. Notem que a maioria dessas empresas comprou setores de serviço, em que não se cria riqueza; vende-se um serviço para a população brasileira, recebe-se o lucro, converte-se em divisas e manda-se embora. E quem está pagando isso somos nós. Não aumentou a riqueza do Brasil. Esse dinheiro não fica aqui.

Mesmo assim, temos fatores positivos, a começar pelas características físicas de nosso País e pelas qualidades próprias do povo brasileiro. Podemos reverter o quadro negativo com que nos deparamos. No âmbito das relações internacionais, o nosso Itamaraty continua tendo muita gente boa, muita gente competente. É só os deixarem atuar, não os impedindo de trabalhar com decisões políticas, como as que assinalei, que julgo absolutamente erradas e nocivas ao interesse nacional brasileiro.



Regionalização da Economia – a ALCA



*João Paulo de Almeida Magalhães**

Resumo: O mundo de hoje se acha em processo de globalização, do qual regionalizações, como a ALCA, constituem um dos aspectos. Da perspectiva do Brasil e da América Latina em geral, a ALCA constitui algo mais que simples acordo de integração do tipo União Européia e MERCOSUL. A decisão que se tomar em relação a ela engajará todo o futuro do País. Assim, deve ser examinada a perspectiva do seu potencial impacto na evolução futura do País e da região. O autor começa por recapitular as características da globalização, descrevendo, em seguida, as condicionantes básicas das políticas de desenvolvimento e concluindo com o significado da ALCA para as mesmas.¹

Palavras-chave: Globalização, MERCOSUL, ALCA, ALCSA.

O SENTIDO DA GLOBALIZAÇÃO

A economia mundial é hoje marcada pelo fenômeno da globalização. Em termos estatísticos, a globalização se manifesta por acréscimo do comércio internacional em ritmo superior à expansão do PIB mundial e pelo incremento dos fluxos financeiros internacionais em velocidade ainda maior. Em termos tecnológicos, vamos encontrar o rápido progresso da informática, microeletrônica e dos meios de

comunicação e transporte. Da perspectiva institucional, o fenômeno toma a forma da desregulamentação das economias e de sua abertura ampla ao comércio e capital internacionais.

A posição do Governo brasileiro diante da globalização deflui, diretamente, de suas convicções neoliberais. Para essa corrente doutrinária, a globalização da ordem econômica internacional não encontra precedentes no passado. Ela teria provocado fratura no desenvolvimento histórico da humanidade. Os espaços nacionais se dissolveram na ordem global. Eles deixaram de

* Economista.

1 Palestra proferida em 4 de setembro de 2001, no auditório da Bibliotheca do Exército.

ser o âmbito dentro do qual são tomadas as decisões econômicas, que passaram a ter lugar ao nível das empresas transnacionais e dos mercados financeiros mundiais. Hoje são as empresas, e não os países, que concorrem entre si. A disputa de mercados se transferiu do nível macro para o micro.

Em suma, as soberanias nacionais constituem algo em vias de desaparecimento. Para os neoliberais, se antes o Estado não devia intervir na economia, hoje ele simplesmente não pode fazê-lo, porque perdeu, substancialmente, o controle dos fatos econômicos. E isso é visto sem qualquer preocupação, porque se considera o processo globalizador altamente favorável.

A partir dessa visão neoliberal, o Governo brasileiro adotou estratégia de integração “passiva” no mercado mundial, caracterizada por rápida e unilateral abertura da economia às importações, ampla liberdade ao capital estrangeiro e privatização acelerada. Em linhas gerais, adota-se comportamento de braços cruzados diante dos efeitos da globalização.

Com respeito à globalização, o ponto de vista neoliberal apresenta defeitos fundamentais, que invalidam as opções de política econômica nele baseadas. Têm-se, assim, demonstrado (Ferrer, 1996) que a globalização está longe de ser novo e revolucionário processo econômico. Ela começou com as grandes navegações do fim do século XIV e começo do XV. Antes da Primeira Guerra Mundial, o comércio internacional e os investimentos das multinacionais representavam participação no PIB mundial igual à presente.

A afirmação de que as unidades nacionais se dissolveram diante da globalização é igualmente falsa. Presentemente, 80% da produção e 90% da poupança mundiais se destinam ao mercado interno. Os investimentos das multinacionais não vão além de 5% do total mundial. A concorrência continua sendo feita, fundamentalmente, entre países. Os países com boa infra-estrutura e melhores políticas de educação e pesquisa tecnológica levam vantagem sobre os demais. Assim, a baixa competitividade das empresas brasileiras é atribuída ao “custo Brasil”, ou seja, à ineficiência sistêmica do conjunto de nossa economia.

Não há qualquer razão para se afirmar que estados e soberanias nacionais se acham a braços com irreversível debilitamento. Batista Junior (1998) mostra que, em vez de declinar, o peso do setor público se elevou constantemente. Nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), entre 1978-82 e 1991-95, os gastos públicos, como percentagem do PIB, aumentaram de 37,3% para 40,7%; a carga tributária, de 34,3% para 37,0%; a dívida pública, de 42,0% para 66,6%; e o déficit público, de 2,9% para 3,7%. Hirst e Thompson (1998) lembram que, durante a vigência do padrão ouro, as restrições à ação do Estado, em termos de políticas financeiras e cambiais, eram, pelo menos, tão grandes quanto as presentes.

No caso do mercado financeiro, a grande liberdade usufruída por seus agentes econômicos resultou do processo de desregulamentação, pelo qual os bancos centrais renunciaram voluntariamente aos seus

instrumentos de controle. A situação pode, no entanto, ser facilmente revertida por decisão unilateral das mesmas entidades. A simples adoção da proposta de imposto gravando a circulação internacional de capitais (imposto Tobin) modificaria, de maneira fundamental, o panorama presente. Batista Junior (1998), para comprovar a reversibilidade do processo, recorda o que aconteceu na década de 1930, como consequência da Grande Depressão. Do liberalismo do período anterior evoluiu-se, rapidamente e sem qualquer dificuldade, para abrangente intervencionismo.

Em termos de soberania, as perdas de fato registradas, e essas sim irreversíveis na persistência dos processos de regionalização, são as ligadas aos programas de integração regional. Assim, os países da União Européia renunciaram a sua autonomia em políticas cambiais, setoriais, financeiras etc., admitindo tanto moeda como banco central comuns. Isso não significa, contudo, o desaparecimento do poder soberano nacional, mas simplesmente sua transferência para esfera superior, que poderá, inclusive, exercê-lo de forma mais ampla e eficaz.

Posto que não se possa aceitar a posição oficial diante da globalização, não tem sentido condená-la liminarmente, ou mesmo considerá-la reversível. A tese dos ativistas de Seattle e Gênova – de ser ela sempre desfavorável aos subdesenvolvidos – é falsa.

Países como os “tigres asiáticos”, que se inseriram corretamente no processo de globalização, auferiram substanciais benefícios. Dos quatro pioneiros desse grupo, Cingapura registra hoje 29.610 dólares de produto por habitante, Hong Kong, 25.520

dólares e Coréia do Sul, 9.700 dólares (Banco Mundial, 2000). Não há dados para Taiwan, mas sua situação deve corresponder à da Coréia.

Os dados acima mostram que os dois primeiros países superaram, em termos de produto por habitante, a Inglaterra, sua antiga metrópole, e o terceiro atingiu o nível de Portugal que, sem ser considerado país rico, jamais foi colocado entre os subdesenvolvidos. A título de comparação, podemos lembrar que o Brasil não vai, hoje, em termos de produto *per capita*, além de 4.000 dólares por habitante.

Se o importante é inserção correta na globalização, cumpre sublinhar que países como o Brasil, que não a fizeram em tempo oportuno (isto é, há cerca de 30 anos atrás, como os asiáticos), deverão se defrontar, no futuro, com maiores dificuldades. Vejamos por quê.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas lançaram as chamadas Décadas do Desenvolvimento. Supunha-se que, com moderado apoio financeiro dos países desenvolvidos (cuja importância era inclusive estimada em documentos oficiais da instituição) as economias retardatárias seriam capazes de eliminar seu atraso. Diante da ausência de resultados, o programa foi abandonado, o que transferiu para medidas de tipo social a responsabilidade pela melhoria do padrão de vida das categorias mais pobres dos países subdesenvolvidos.

A par disso, trabalhos como o patrocinado pelo Clube de Roma (Meadows, 1972) punham em dúvida a suficiência dos recursos naturais do planeta para atender

às necessidades de um mundo composto, exclusivamente, de países desenvolvidos. Furtado (1981) ilustra o problema lembrando que o consumo *per capita* de energia nas economias maduras superava de oito vezes o registrado nas atrasadas. Ora, as fontes de energia conhecidas, ou a serem futuramente descobertas, dificilmente seriam capazes de atender à demanda de mundo composto, exclusivamente, de nações desenvolvidas.

No que concerne à disponibilidade de recursos naturais, a motivação principal da desvalorização das políticas de desenvolvimento se prende ao que se poderia chamar de “síndrome do petróleo”. Se a totalidade das populações de economias retardatárias ascendesse aos padrões de vida do Primeiro Mundo, a pressão sobre os recursos naturais do planeta determinaria drástica elevação nos seus preços, a exemplo do que sucedeu com o petróleo. Isso significaria redistribuição de renda em favor dos detentores de maiores reservas, e boa parte destes se acha, hoje, no chamado Terceiro Mundo. Evidentemente, as nações ricas não querem ver repetido o episódio dos “choques do petróleo” em escala algumas vezes maior.

Essa preocupação é claramente manifestada por Henry Kissinger, ex-Secretário de Estado norte-americano, ao afirmar que para os países industrializados preservarem seus atuais padrões de vida deve ser mantida a atual relação de troca entre seus produtos de exportação e os recursos não renováveis do planeta (Santos, 1998). A mudança que teme é a elevação do preço destes últimos em relação ao das manufaturas,

configurando-se o que chamamos de síndrome do petróleo.

As preocupações com o meio ambiente caminharão no mesmo sentido. Greider (1996) coloca a questão nos seguintes termos: os Estados Unidos têm um automóvel por 1,7 pessoas. Essa mesma relação na China é de 680 pessoas por veículo e o país tem 1,2 bilhão de habitantes. A camada de ozônio não resistiria à chegada da China aos padrões automobilísticos norte-americanos. Isso sem se falar na Índia e outras nações populosas do Terceiro Mundo.

Se para o futuro a inserção correta no processo de globalização será mais difícil, o Brasil (o mesmo vale para o restante da América Latina) é beneficiado por algumas importantes vantagens. Se os recursos naturais são escassos à escala do planeta, em nosso contexto nacional a situação pode ser considerada exatamente a oposta. No que se refere ao meio ambiente, o país não deverá ter dificuldade em manter a situação sob controle, a nível local. No concernente ao problema global, sua posição deverá ser, simplesmente, a de ignorar o problema. Os responsáveis pelas dificuldades atuais são os países desenvolvidos aos quais cabe, portanto, a responsabilidade de resolvê-las. O Brasil não vai deixar de se desenvolver para que os Estados Unidos continuem a dispor de 1,7 carros por habitante.

Para vencer os obstáculos com que se defrontará, o Brasil deve adotar atitude que Hélio Jaguaribe (1950) chamou de nacionalismo de fins. Este nada tem a ver com o nacionalismo de meios, xenófobo, sistematicamente contra o capital estrangeiro, fa-

vorável ao fechamento da economia e assim por diante. O nacionalismo de fins apresenta duas características básicas: (a) firme convicção de que o Brasil apresenta as condições requeridas para pleno desenvolvimento; e (b) disposição para adotar todos os meios necessários para consegui-lo. Entre esses meios se acham, certamente, a aceitação de investimentos diretos estrangeiros e a abertura da economia, desde que compatível com a política de desenvolvimento.

No século XIX, nacionalismo desse tipo – com Bismarck na Alemanha e Alexander Hamilton nos Estados Unidos – constituiu instrumento básico para a viabilização do processo industrial nesses dois países.

Dois exemplos servirão para ilustrar comportamento inspirado em nacionalismo de fins. Por volta de 1956, o FMI colocou objeções ao Programa de Metas afirmando que o prioritário era conter a inflação (20% ao ano). JK recusou qualquer concessão, ameaçando romper com o FMI. Este voltou atrás e o Programa de Metas foi implementado sem cortes.

Na crise asiática de 1997, a Malásia rejeitou o programa do FMI criando controle de câmbio, limitando remessas de lucros do capital estrangeiro etc. Em artigo recente, Dani Rodrik e Kaplan (2001) mostraram que, apesar disso, a recuperação daquele país foi igual, ou até mais rápida, que a da Coreia do Sul (inclusive no referente à entrada de capitais estrangeiros), que aceitou o auxílio e as imposições do FMI. Para Rodrik, isso equivaleu a uma verdadeira bofetada naquela instituição.

Outra manifestação do nacionalismo de fins é a recusa a aceitar, sem discussão,

paradigmas analíticos e políticas econômicas importados. Isso porque, baseados na experiência das economias maduras, não se ajustam frequentemente à realidade dos subdesenvolvidos. Além disso contêm, muitas vezes, defesa implícita dos interesses dos países de origem. Assim, se a teoria dos custos comparativos, proposta por economistas ingleses em começos do século XIX, não houvesse sido contestada por defensores do protecionismo industrial, a Inglaterra seria, hoje, o único país industrial (ou desenvolvido) do mundo.

Mais recentemente, a doutrina neoliberal, importada através do Consenso de Washington, resultou em graves prejuízos para o Brasil e para a América Latina.

A DISPONIBILIDADE DE MERCADO COMO CONDIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

A inserção correta no processo de globalização depende de se adotar estratégia econômica capaz de conduzir o país ao pleno desenvolvimento. Nas linhas que se seguem mostraremos: (a) qual deve ser essa estratégia; e (b) que ela não coincide com o usualmente proposto pela economia oficial.

No processo de crescimento econômico, dois aspectos são igualmente importantes, a saber: o mercado e a oferta, função esta das disponibilidades de poupança. Na presente seção mostraremos como o mercado tem sido largamente ignorado pela economia oficial. Situação particularmente negativa no que se refere ao desenvolvimento econômico.

A literatura sobre o crescimento, inspirada na realidade das economias maduras,

ignora totalmente o aspecto da demanda. Ou seja, aceita, implicitamente, a validade da lei de Say, segundo a qual a oferta cria sua própria procura. Mesmo nas análises inspiradas no caso das economias retardatárias, o aspecto do mercado foi colocado em segundo plano. O enfoque principal esteve sempre na necessidade de criar poupanças em quantidade suficiente para que se pudesse lançar programas de eliminação do atraso econômico.

A única exceção a esse enfoque vamos encontrar em Rosenstein-Rodan (1961) e Nurkse (1955). Para eles, o tamanho mínimo das unidades produtivas imposto pela moderna tecnologia poderia gerar, nos subdesenvolvidos, problema de insuficiência de mercado. Era o fenômeno que se tornou conhecido como de indivisibilidade. Esse tipo de análise não foi, todavia, incorporado à economia oficial.

Contrastando com esse enfoque, estudos recentes começam a levantar a tese de que as poupanças tendem naturalmente a se elevar, desde que adotada estratégia de desenvolvimento viável e confiável. Na medida em que prospere essa linha de análise, de grande esquecido nas estratégias de desenvolvimento o mercado se candidata a tornar-se o aspecto central das mesmas.

Contribuição importante para esse novo enfoque vamos encontrar no relatório do Banco Mundial (1993) que recebeu o título de *East Asian Miracle*. Segundo este, baseado na experiência concreta dos países do Leste da Ásia, não é o aumento da poupança que acelera o crescimento, mas o crescimento acelerado que eleva a pou-

pança. E esse crescimento acelerado teve como base a exploração do mercado mundial de produtos manufaturados.

Colocando a questão em outros termos, diríamos que no Leste da Ásia todos os países registram taxas de poupança iguais ou superiores a 30% do produto, sem que seja possível identificar programa comum (suscetível de ser imitado) conducente a tal resultado. O que existe de uniforme entre eles é a política de crescimento para fora, de elevada eficácia e credibilidade.

A experiência do Chile é igualmente significativa a esse respeito. Sua taxa de poupanças supera largamente a dos demais países da América Latina. Durante algum tempo se supôs que isso decorria de se ter passado do sistema de repartição para o de capitalização na previdência social. Na verdade, porém, tal não foi o caso, inclusive porque as maiores poupanças do sistema previdenciário foram, freqüentemente, compensadas pela queda das poupanças individuais (Ocampo, 1998). Também se mostrou que os maiores investimentos provieram de diversas fontes, dependendo do setor considerado. Isso indica que, ao se adotar modelo exportador viável e com credibilidade, as poupanças aumentaram sem que existisse política de caráter global visando esse resultado.

A literatura especializada começa a tomar conhecimento desses fatos. Srinivasan (1999), ao analisar as contribuições recentes para a análise do desenvolvimento, comenta da seguinte forma a relação entre poupança, investimento e crescimento: “Claramente, a relação de causalidade entre cres-

cimento, poupança e investimentos vai em ambas as direções. Lewis e seus contemporâneos enfatizavam a cadeia causal indo de investimentos exógenos para o crescimento. A outra linha de causalidade é entre as oportunidades de crescimento e os investimentos.” (p. 28) Barro (1999), no seu estudo sobre as determinantes do crescimento, é ainda mais taxativo ao afirmar: “Um coeficiente positivo entre a taxa (...) de investimento, numa regressão de crescimento, pode refletir a relação positiva entre oportunidades de crescimento e investimentos antes do que o efeito positivo de uma taxa mais elevada de investimento, exogenamente determinada, sobre o crescimento.” E, mais adiante, afirma: “Esses achados sugerem que muito do efeito positivo estimado da taxa de investimento no crescimento (...) reflete a relação inversa entre oportunidades de crescimento e investimento.” (p. 32 e 33)

Ocampo (1998) reconhece a existência dessa nova interpretação ao afirmar que, usualmente, considera-se a cadeia causal poupança–investimento–elevação do produto. Mais recentemente, contudo, volta-se a aceitar a interpretação keynesiana de que o incremento do produto determina aumento proporcional da poupança.

Essa concepção já se acha, inclusive, incorporada em livros de texto, conforme se verifica em Hossain e Chowdhury (1998). Segundo eles: “O crescimento econômico pode também elevar a taxa de poupança. Por exemplo, as economias altamente poupadoras e de rápido crescimento do Leste da Ásia experimentaram elevado crescimento antes de suas taxas de poupança se elevarem. A implicação é que a aceleração

das taxas de crescimento nos países em desenvolvimento é possível na ausência de um salto inicial na poupança (...). Os testes Granger de causalidade (...) confirmam o elo do crescimento para a poupança. Uma visão consensual está emergindo de que existe um círculo – virtuoso – entre crescimento e poupança. Aceleração no crescimento aumenta a taxa de poupança que, por sua vez, alimenta a elevação do crescimento.” (p. 116)

Em síntese, Srinivasan e Barro falam das “oportunidades de crescimento” determinando a elevação de investimentos (e poupança) e não o contrário, como até recentemente se supunha. Ocampo afirma estar-se voltando à visão keynesiana de não ser o aumento de poupança que permite maiores investimentos, mas estes (evidentemente viabilizados pelas “oportunidades de crescimento”) que geram poupanças correspondentes. Ora, essas “oportunidades de crescimento” nada mais são que a existência de mercado ganhando; portanto, este o *status* determinante principal do processo dinâmico de longo prazo.

Para comprovar a importância do mercado nas estratégias de desenvolvimento, nada melhor do que apontar as causas do insucesso do atual modelo econômico brasileiro. Inspirado na Economia oficial, ignorou a questão do mercado, o que se revelou a causa principal do seu fracasso.

Vejamos os erros do modelo de integração “passiva” em curso ou, mais especificamente, porque não conseguiu garantir mercado do nível requerido pela política de desenvolvimento. Também aqui tomaremos

como exemplo o caso do Brasil que, em linhas gerais, corresponde ao que se passou com os demais membros do Acordo.

A estratégia de integração passiva no mercado mundial em curso no Brasil apresenta três características principais: (a) dentro de rigorosa visão neoliberal, abstenção do Estado com funcionamento livre e desimpedido dos mecanismos do mercado; (b) total abertura da economia às importações, supondo que a concorrência externa, ao elevar a produtividade da empresa local a níveis internacionais as tornaria naturalmente exportadoras; e (c) dependência para o rápido incremento das exportações de empresas multinacionais, cujas filiais brasileiras controlam os setores mais dinâmicos do comércio internacional.

Em termos de mercado, os resultados foram os seguintes: diante da passividade do Poder Público, o país se especializou na exportação de *commodities* agrícolas e industriais, que correspondiam a suas vantagens comparativas naturais. Ora, esses setores, além de baixo valor adicionado, caracterizam-se por demanda internacional de lento crescimento, fato agravado pela multiplicação dos concorrentes (Magalhães, 2000). No que se refere à abertura da economia, ela não levou, como se esperava, ao rápido incremento das exportações, que continuaram se expandindo abaixo da média mundial. Em sentido oposto, as importações subiram rapidamente, transformando contas correntes aproximadamente equilibradas em déficit de 25 bilhões de dólares. Ou seja, de um lado, não ocorreu a esperada conquista de ampla fatia do mercado externo; de outro,

parte significativa do mercado interno foi, em função da abertura, transferida a exportadores estrangeiros.

Finalmente, as filiais de empresas alienígenas, em comportamento facilmente previsível e amplamente justificável, recusaram-se a entrar nos grandes mercados mundiais já atendidos por suas matrizes. Como consequência disso, as exportações brasileiras de bens de rápido crescimento no mercado mundial e tecnologia mais avançada se concentraram nos pequenos e pouco dinâmicos mercados de países vizinhos e alguns outros subdesenvolvidos. Isto é, o modelo de integração passiva no mercado mundial fracassou por não ter conseguido atender ao requisito básico de qualquer política bem-sucedida de desenvolvimento, a saber, mercado de dimensões e dinamismo adequados. Desde sua implantação na década de 1980, o incremento anual médio do PIB brasileiro ficou abaixo de 2%.

AVALIAÇÃO DA ALCA

Constituindo a disponibilidade de mercado condicionante principal das políticas de desenvolvimento, as integrações econômicas regionais devem ser avaliadas em função de sua capacidade de contribuir para a existência de mercado. Na presente seção, após descrever o papel das integrações econômicas na criação de mercado, passaremos a indagar o significado da ALCA em termos da obtenção, pelo Brasil, do pleno desenvolvimento. Para melhor equacionar o problema, indagaremos, contudo, preliminarmente, qual o impacto, em termos de mercado, do MERCOSUL e da

ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americano, recentemente proposta).

Com respeito ao mercado, e da perspectiva de país considerado individualmente, três coisas podem suceder nos acordos de integração regional – duas negativas e uma positiva. O primeiro efeito negativo ocorrerá se produtores eficientes de outros participantes do acordo capturarem mercado antes atendido pelo país. Nesse caso, significativos desinvestimentos podem ocorrer. O segundo efeito negativo existirá se todo incremento futuro de mercado for absorvido por empresas eficientes de outros participantes. Quanto ao resultado positivo, este aparecerá se o mercado mais amplo, proporcionado pela integração, permitir ao país economias de escala ou a realização de investimentos antes inviáveis dado o pequeno tamanho do mercado nacional.

A resposta à indagação sobre se as integrações são ou não favoráveis ao desenvolvimento deve ser respondida em função de três casos: união entre países desenvolvidos, união entre países subdesenvolvidos e união entre países em nível diferente de desenvolvimento.

No primeiro caso, não deverá haver problema de grandes transferências de mercado entre participantes (com os conseqüentes desinvestimentos) ou de monopolização dos aumentos do mercado por alguns participantes. A demanda tende a se orientar para os produtores eficientes, de menores custos e, portanto, de preços favoráveis. Ora, na integração entre países igualmente desenvolvidos, os níveis de eficiência são uniformemente elevados, o que não autoriza grandes deslocamentos de demanda en-

tre os participantes. As perdas de alguns ramos são normalmente compensadas por ganhos em outros, sem desinvestimentos líquidos significativos. Quanto ao futuro, todos os participantes se acham em condições iguais no que se refere ao aumento da produtividade inexistindo, portanto, risco de açambarcamento do mercado futuro por um ou alguns deles. O resultado final deverá ser, assim, positivo em termos de viabilização de importantes ganhos de escala. Esse tipo de análise é, aliás, amplamente confirmado pela experiência da União Européia.

Tudo o que se disse acima vale, em boa parte, para eventuais integrações entre países subdesenvolvidos. Seus níveis de produtividade e a capacidade de aumentá-los são semelhantes, o que exclui o risco de grandes deslocamentos de mercado entre os participantes ou de monopolização dos incrementos deste por alguns deles. A situação nesse caso é, todavia, mais complexa. No concernente ao MERCOSUL, os dois principais sócios apresentam razoável equilíbrio em termos de competitividade de suas empresas inexistindo, portanto, maiores problemas. Na ALCSA, todavia, a situação é diferente. Vejamos por quê.

Na década de 1960, ocorreu na América Latina importante tentativa de se criar ampla área de livre comércio, a ALALC (Área Latino-Americana de Livre Comércio). Ela fracassou essencialmente porque os países de menor porte temiam a concorrência da indústria brasileira que, sendo mais avançada, açambarcaria a totalidade do mercado para manufaturas. Ou seja, no caso da integração entre países igualmente subdesenvolvidos, mas de peso econômi-

co diferente, certas precauções se fazem necessárias. O fracasso da ALALC indica, de fato, que para a aceitabilidade do modelo de integração entre subdesenvolvidos é indispensável assegurar a todos os membros participação equânime nos mercados de maior dinamismo e valor adicionado por trabalhador. Alguma coisa nesse sentido foi tentada no Grupo Andino e sua experiência deve ser aproveitada. Em suma, posto que a integração entre países da América Latina, todos igualmente subdesenvolvidos, não apresente maiores restrições, algumas dificuldades devem ser contornadas.

O grande problema aparece no caso de integração entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, do tipo proposto na ALCA. Examinaremos a questão com base nas prováveis conseqüências para os dois principais participantes – Brasil e Estados Unidos.

Sendo este último detentor não só de uma das mais avançadas indústrias do mundo, como eficiente produtor agrícola, poder-se-ia, numa primeira aproximação, supor que absorveria a totalidade do mercado, com desinvestimentos maciços na economia brasileira. Sucede, porém, que a especialização internacional se faz com base em custos relativos e não em custos absolutos. O normal seria, portanto, os Estados Unidos se concentrarem nos setores em que se revelam relativamente mais eficientes, deixando para o Brasil aqueles em que esse país é menos ineficiente.

Não parece difícil perceber que as empresas norte-americanas concentrar-se-ão nos setores de tecnologia mais apurada, mão-de-obra de maior qualificação e exigindo grande

capacidade de pesquisa e inovação. Estes são ramos que registram alto valor adicionado por trabalhador e mercado de acelerada taxa de crescimento. As empresas brasileiras ficarão com atividades largamente utilizadas de recursos naturais e mão-de-obra, todas elas de baixo valor adicionado por trabalhador e demanda de crescimento lento. Ou seja, a longo prazo, os Estados Unidos se tornariam país superdesenvolvido, porque teriam transferido para o Brasil setores de baixo valor adicionado por trabalhador. E o Brasil não iria além do semidesenvolvimento, por se ter especializado neles.

Valladão (1995) mostra que tal é exatamente o resultado esperado pelos dirigentes norte-americanos. Segundo ele, Robert Reich, Secretário do Trabalho e um dos mais influentes membros da administração Clinton declarou, para tranquilizar os sindicatos que, no âmbito da ALCA, os empregos de maior valor adicionado e, portanto, melhor pagos, irão naturalmente se localizar nos Estados Unidos.

Não se está, com isso, afirmando que nas integrações entre desenvolvidos e subdesenvolvidos estes últimos registrem sempre perdas. Eles terão, pelo contrário (conforme demonstra a experiência do México), importantes vantagens nos prazos curto e médio, através da transferência para seus territórios de atividades intensivas de mão-de-obra. Sua perda será a longo prazo, dado que terão renunciado à completa eliminação do atraso econômico.

A “aposta” do México no NAFTA (supostamente modelo para a ALCA) tem justificação mais ampla em conseqüência do relacionamento especial entre os dois paí-

ses. Diante da verdadeira invasão dos Estados Unidos por imigrantes ilegais mexicanos, o Governo norte-americano poderá, no futuro, concluir ser a única forma eficaz de contornar o problema a redução da diferença entre o padrão de vida dos dois países. Nesse caso, o México se beneficiará de algo equivalente a novo Plano Marshall, que compensará, total ou parcialmente, as desvantagens da especialização em setores *labour using*.

A situação é bastante distinta para outros países da América Latina como o Chile que, recentemente, envidou ingentes esforços para ingressar no NAFTA, ou acelerar o lançamento da ALCA. Se bem-sucedido, seus ganhos de curto prazo seriam, pelo menos, duvidosos, porque as empresas norte-americanas com atividades *labour using* continuarão a fazer seus investimentos na fronteira mexicana. E, a longo prazo, não há qualquer motivo para que um eventual novo Plano Marshall seja estendido ao Chile.

Nos debates sobre a ALCA, foi apresentado argumento em seu favor que merece ser examinado.

A EMBRAER é hoje considerada o grande caso de sucesso da política econômica brasileira. Ora, essa empresa utiliza somente 20% de componentes nacionais. Ela seria, portanto, segundo certos defensores da ALCA, simples “maquiladora”, como as instaladas na fronteira do México com os Estados Unidos. Careceria, assim, de base a objeção de que a ALCA nos tornaria especialistas em “maquilagem”. Como se opor a um acordo cujo resultado seria a multiplicação de ou-

tras tantas EMBRAERs em numerosos setores da economia brasileira?

A falha básica da objeção está em que ela identifica *outsourcing*, que é o que faz a EMBRAER, com a “maquilagem” realizada pelas empresas mexicanas da fronteira dos Estados Unidos. Recapitemos.

Nos últimos vinte anos as técnicas de produção das empresas evoluíram do rígido “taylorismo-fordismo” para o que ficou conhecido como “toyotismo-flexibilização”. A superioridade deste último sistema teve sua consagração quando o Governo norte-americano, para salvar suas montadoras, se viu obrigado a impor ao Japão quotas de exportação de automóveis.

O “toyotismo-flexibilização” trouxe o *just in time*, a qualidade total e, o que interessa à nossa análise, o *outsourcing*. Este é o sistema pelo qual a empresa moderna seleciona os componentes a serem integrados em seu produto final entre os fornecedores de todas as partes do mundo, escolhendo os que oferecem melhores condições de qualidade e preço. O *outsourcing* tornou-se condição básica de crescimento e, em alguns casos, até de sobrevivência dos setores reais dinâmicos da economia. Tal fato foi, aliás, tristemente confirmado pela experiência de nossa indústria de construção naval, que já chegou a empregar 40 mil trabalhadores e hoje praticamente desapareceu. Enquanto seus concorrentes, como os estaleiros da Coreia do Sul, recorriam largamente ao *outsourcing*, os brasileiros, inclusive estimulados pelo Governo, insistiam em restringir a maioria de suas compras às navieças nacionais.

Do ponto de vista que nos interessa, o importante é que as empresas utilizadoras do *outsourcing*, como a EMBRAER, são as que devem ser caracterizadas como nucleares. Elas fazem pesquisa tecnológica, criam modelos próprios, têm mão-de-obra de alta qualificação, elevado valor adicionado por trabalhador e competem acirradamente no mercado mundial.

As características e origem das empresas que fazem “maquilagem” pode ser ilustrada com o caso do *flying geese* asiáticos.

O Japão – e outros países industriais –, para baixar seus custos, transferiam as linhas de produção que exigiam muita mão-de-obra para os países de baixos salários. Esse fenômeno foi, inclusive, tratado na literatura como de “relocalização”. Quando os salários se elevavam, as instalações eram transferidas para outros países onde estes continuavam baixos. Donde a denominação de “gansos voadores”.

Do ponto de vista de nossa discussão, o importante é que as “maquiladoras” são empresas periféricas, operando com trabalhadores de baixa qualificação, gerando pouco valor adicionado por trabalhador, inteiramente dependentes em termos de mercado (sendo freqüentemente filiais de uma empresa nuclear). Nelas, a pesquisa tecnológica e a criação de modelos próprios não têm sentido, porque essas tarefas são de responsabilidade das empresas nucleares de que dependem.

Em síntese, a EMBRAER não é “maquiladora” mas sim empresa nuclear e, como todas as outras desse tipo, pratica o *outsourcing*. Na cadeia produtiva ela se acha no extremo oposto das “maquilado-

ras”. Colocá-la na mesma categoria que as “maquiladoras” mexicanas porque, como estas, incorpora componentes externos ao seu produto final equivale a considerar aviões a jato iguais a motocicletas por ambos usarem motor. Nossa restrição à ALCA permanece, portanto, plenamente válida.

Esse é, todavia, um enfoque conceitual do problema. Verificação fatural é, contudo, no caso, também possível. A EMBRAER e as “maquiladoras” mexicanas existem e se acham em pleno funcionamento. Torna-se, assim, possível e simples verificar se as características operacionais da EMBRAER e das “maquiladoras” mexicanas obedecem ao mesmo modelo. Caso isso aconteça, suspenderemos imediatamente qualquer objeção à ALCA e passaremos, pelo contrário, a sustentar sua importância e urgência.

Teste alternativo seria o Governo brasileiro, seguindo o modelo que deu origem à EMBRAER, lançar política industrial cujo objetivo seria criar em, digamos, meia dúzia de setores diferentes, outras tantas empresas nucleares. Esse programa seria levado às negociações da ALCA como o carro-chefe da nova economia brasileira. Se, como se alega, essas empresas forem consideradas simples “maquiladoras”, não haverá objeção de parte dos Estados Unidos. E se isso realmente acontecer, perderiam validade todas as objeções à ALCA.

Para concluir, referir-nos-emos, rapidamente, a ponto levantado nos debates. Ainda se aceitando não serem as “maquiladoras” empresas nucleares como a

EMBRAER, com o passar do tempo não evoluiriam naturalmente para esse padrão?

Relevante no caso é a experiência da Coreia do Sul e esta, à primeira vista, parece dar resposta positiva à pergunta. Na fase de “plataforma exportadora”, aquele país baseou toda a sua economia em “maquiladoras”. Hoje, seu grande sucesso em termos de exportação e crescimento econômico está fundado em empresas nucleares. O que lá sucedeu foi o seguinte: na fase de plataforma exportadora, todas as facilidades foram concedidas às montadoras instaladas no país. Todas menos uma: elas não podiam colocar seus produtos no mercado interno coreano. Para atendê-lo surgiram, assim, empresas de controle coreano, com marcas próprias e conhecedoras da tecnologia básica do seu setor.

Quando, em função do aumento de salários, o modelo plataforma exportadora se esgotou, essas empresas, com base em amplo apoio governamental, se transformaram nas atuais nucleares. Elas, contudo, só puderam realizar a mudança pelo fato de a Coreia do Sul não estar ligada ao Japão por acordo do tipo área de livre comércio. Se estivesse, não teria sido possível, numa primeira fase, reservar o mercado interno para empresas nacionais e, numa segunda, ampará-las através de toda sorte de incentivos, inclusive medidas protecionistas.

A conclusão é, portanto, a seguinte: as “maquiladoras” mexicanas poderiam se transformar em nucleares com uma condição, a saber, não estar esse país ligado aos Estados Unidos por acordo de integração. Na inexistência dessa condição, mudança

do tipo observado na Coreia do Sul é completamente inviável.

CONCLUSÃO

Em prefácio ao livro de Samuel Pinheiro Guimarães, Hélio Jaguaribe (1999) afirmou ser a ALCA um suicídio. Pelo que vimos anteriormente, se ela for levada adiante nos termos em que se acha hoje colocada, tal afirmação não está muito longe da verdade.

A pergunta é, então, a seguinte: por que o Governo brasileiro ignora esse fato? Decorreria isso de má-fé ou incompetência? Em nossa opinião, nem uma nem outra. O que existe hoje nas negociações da ALCA é uma espécie de diálogo de surdos. O que o Governo brasileiro deseja é: (a) suspensão imediata das restrições norte-americanas ao nosso aço, suco de laranja, álcool etc.; e (b) “empurrar com a barriga” a abertura geral e irrestrita de nossa economia desejada pelos Estados Unidos. Estes, em sentido oposto, querem a abertura econômica imediata e prolongar, por tanto tempo quanto possível, as barreiras a nossos produtos.

Esse constitui jogo perigoso de nossa parte, dado que a capacidade de pressão dos norte-americanos pode levar a concessões contrárias aos interesses nacionais. Como, por outro lado, é diplomaticamente difícil encerrar de forma unilateral as negociações, o aconselhável seria passar à ofensiva. Uma forma de fazê-lo consistiria na montagem de política industrial do tipo requerido para chegarmos ao pleno desenvolvimento. Esta objetivaria, por exemplo, reproduzir o modelo EMBRAER numa dúzia de setores da economia brasileira. Esse

programa industrial seria levado às negociações da ALCA, que passaria a ser aceita ou rejeitada na medida que o favorecesse ou prejudicasse.

No fundo, isso equivaleria a testar o real significado da ALCA para a economia brasileira. O resultado desse teste não nos

parece muito difícil de prever, considerando que, no âmbito do NAFTA (supostamente modelo para a ALCA), o México foi levado a subscrever compromisso de abandonar qualquer política industrial patrocinada pelo Governo.



OBRAS CITADAS

- BANCO MUNDIAL. *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*. Nova York: Oxford University Press, 1993.
- . *World Development Report 2000/2001*. Nova York: Oxford University Press, 2000.
- BARRO, R. J. *Determinants of Economic Growth*. Londres: The MIT Press, 1999.
- BATISTA JR., P. N. *Mitos da Globalização*. São Paulo: PEDEX, 1998.
- FERRER, A. Desarrollo y Sudesarrollo en un Mundo Global: los Problemas de la America Latina, *Trimestre Económico*, out-nov-dez, 1996.
- FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GREIDER, W. *O Mundo na Corda Bamba*. São Paulo: Geração Editorial, 1998.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. *Globalização em Questão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- HOSSAIN, A. e CHOWDHURY, A. *Open-Economy Macroeconomics for Developing Countries*. Northampton: Edward Elgar, 1998.
- JAGUARIBE, Hélio. Prefácio em GUIMARÃES, S. P. *Quinhentos Anos de Periferia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- . *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- MAGALHÃES, J. P. A. *Brasil, Século XXI*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MEADOWS, D. H. *Limits to Growth: a Report for the Club's of Rome Project on the Predicament of Mankind*. Nova York: Universe Books, 1972.
- NURKSE, R. *Problemas de Formación de Capital*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1955.
- OCAMPO, J. A. *O Desafio da Transformação Produtiva com Igualdade*. Em Modelos e Políticas de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.
- ROSENSTEIN, R. *Problems of Development in Eastern and South Eastern Europe* em OKUN, B. e RICHARDSON, R. (orgs). Nova York Roll, Rinehart and Winston, 1961.
- SANTOS, J. C. *Globalização: Ideologia e Pragmatismo* (Tese de Mestrado). Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ (mimeo), 1998.
- SRINIVASAN, T. N. *The Sources of East Asian Economic Growth* em Gustav Ranis e outros (orgs). *The Political Economy of Comparative Development into the 21st Century*. Northampton: Edward Elgar, 1999.
- VALLADÃO, Alfredo G. A. *Le Retour du Panamericanisme*. Paris: CREST, 1995.

Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt

Patrono da Cadeira 91

*Carlos Patrício Freitas Pereira**

Resumo: Síntese biográfica do Professor Pedro Calmon. Comentários sobre parte de sua obra literária e as diversas facetas da sua personalidade, do historiador ao orador, acadêmico e jurista, passando pelo parlamentar e administrador.¹

Palavras-chave: Historiador, professor, parlamentar, jurista.

Pedro Calmon Moniz de Bittencourt nasceu em 1902, na cidade baiana de Amargosa, que costumava nominar como “minha doce Amargosa”.

Descendente da velha aristocracia do Recôncavo, orgulhava-se também do seu ramo mineiro pela ascendência materna, eis que sua mãe, D. Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de Bittencourt foi criada pelo avô, o Visconde de Nogueira da Gama (1807-1897), natural de Matias Barbosa, no Caminho Novo das Minas Gerais. Fora nomeado mordomo da Casa Imperial em 1868, o mais alto cargo na hierarquia do Paço. Em julho de 1872, ganhara o título de barão.

* General-de-Divisão. Sócio titular do IGHMB.

1 Matéria extraída do discurso de posse do autor como sócio titular na cadeira nº 91, em 10 de abril de 2001, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro.

Jaz na capela-mor da matriz, sob a lousa oitavada, em que se lêem as iniciais do vasto nome, NANV da G; com direito ao necrológio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recitado na sessão de 17 de dezembro de 1897 por Alfredo do Nascimento Silva para cansados sobreviventes da sua geração e do seu tempo.²

Como bisneto, já nos últimos anos, no epílogo de sua grande vida, Calmon se debruçou sobre um velho volume das *Memórias de Nogueira da Gama* e escreveu *História de Minas e Memórias de Nogueira da Gama*. No dizer de Josué Montello: “Ele, que fora o historiador de vidas alheias, seria o historiador de si mesmo.”

Suas obras reverenciavam frequentemente Minas Gerais. Em *Minas de Ouro*,

2 *Revista do IHGB*, v. 80, 2. parte, p. 455-486.

registrou os eventos militares da expedição de 1711, quando o Capitão General Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho marchou desde Vila Rica, com seis mil homens, para expulsar os franceses de Duguay-Trouin que haviam tomado o nosso Rio de Janeiro.

A Revolta de 1720, também em Vila Rica, a Revolta Liberal de 1842, sob a liderança de Teófilo Ottoni, com a ação pacificadora de Caxias após a batalha de Santa Luzia, o desempenho da tropa mineira na coluna que acometeu Laguna, em 1867, culminando com a epopéia da Retirada, magistralmente descrita pelo Visconde de Taunay, foram alguns eventos considerados por Calmon para atestar a significativa participação militar dos mineiros, confirmada na Segunda Guerra Mundial e, acrescentamos, na Revolução de 1964.

De 1914 a 1919, Calmon estudou no ginásio em Salvador, tendo ingressado na Faculdade de Direito da Bahia. Concluiu os seus estudos universitários em 1924, na Universidade do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, foi nomeado Conservador do Museu Histórico e professor de História da Civilização Brasileira do curso de Museologia, tendo publicado livro pioneiro com esse título.

Dentre as suas primeiras obras encontram-se a novela *O Tesouro de Belckior*, prêmio da Academia Brasileira de Letras, e *Anchieta, o Santo do Brasil*, editado pela São Paulo Melhoramentos.

Calmon foi autor de grande produção literária. Começou pela ficção, mas logo preferiu os estudos jurídicos e, particularmente, os históricos.

CALMON, O HISTORIADOR E PROFESSOR

A historiografia calmoniana se constitui, em boa parte, de obras de síntese.

Em 1927, Capistrano de Abreu recebe Calmon com um elogio e uma advertência:

Moço... Não pense em escrever a História do Brasil. É impossível: História do Brasil só poderá escrever-se daqui a um século (...). Qualquer história do Brasil feita nesse momento será discursiva, será uma história retórica. A História do Brasil exige que lhe organizemos primeiro os materiais através de duas naturezas de trabalho, paciente e científico: a primeira, a reedição crítica dos livros fontes; (...) E a segunda natureza de trabalho indispensável: a rebusca de nossos arquivos, a maioria deles inéditos.

Contrariando, porém, o conselho do mestre, Calmon empenha-se a fundo na tarefa de produzir sínteses da História do Brasil. Sínteses documentadas com rigor, mas escritas de modo a fazer de sua leitura uma tarefa agradável, atraente.

A preocupação com a síntese não se dissocia, no seu entender, das próprias necessidades por ele sentidas no ensino da História do Brasil. Em Calmon, o historiador e o professor caminham sempre juntos.

Em 1933, publica biografias de significação histórica como *O Marquês de Abrantes e Gomes Carneiro*, *o General da República*.

Na biografia de Gomes Carneiro, ao comparar os sítios de Bagé e da Lapa, na Revolução Federalista (1893), executa esclarecida incursão na História Militar, ao considerar como erro de Gumercindo Sa-

raiva o assédio à cidade paranaense, quando São Paulo, objetivo realmente estratégico, se encontrava carente de uma defesa organizada pelos governistas.

Ainda na década de 1930, escreveu a trilogia sobre D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, em volumes publicados pela Editora Nacional, com os títulos: *O Rei do Brasil* (vida de D. João VI), *Rei Cavaleiro* (vida de D. Pedro I), e *O Rei Filósofo* (vida de D. Pedro II).

Escreveu também a biografia da Princesa Isabel (1941) e sobre Castro Alves, *Vida e Amores de Castro Alves* (1935). Pela Editora A Noite, deu a público *A História de Castro Alves* (1947); pela José Olympio, a *Vida de Castro Alves* (1956) e *Castro Alves, o Homem e a Obra* (1973).

Publicou, em 1961, o seu livro sobre Franklin Dória, o Barão de Loreto, de tanta significação para a nossa Biblioteca do Exército.

Neste caminhar pelo legado histórico-cultural do nosso homenageado e no afã de resgatar tantos e tamanhos serviços por ele prestados à historiografia brasileira, registramos como livros que fundamentalmente retratam a história social do Brasil: *História do Brasil na Poesia do Povo*; *História das Bandeiras Baianas*; *História da Independência do Brasil* (1929), da Coleção Brasiliana, traduzida para o espanhol por Júlio Peyró e para o italiano, em 1937 e *Pequena História da Civilização Brasileira*, editada pela Biblioteca Pedagógica Brasileira em 1933, com a sua versão para a escola primária em 1934.

Antes de prosseguir na citação das obras de Pedro Calmon, analisemos de

forma sintética a sua visão do processo histórico.

A visão calmoniana do Brasil tem por objeto a formação da civilização brasileira, englobando todas as regiões e raças que compõem o povo brasileiro. O Brasil para ele era plural.

Calmon apresenta a História não apenas como uma narrativa de fatos e datas, mas numa visão ao mesmo tempo concreta e nítida, hermenêutica, sociológica e jurídica, na qual a História é analisada em sua totalidade e em suas particularidades axiológicas, sociológicas e tomísticas.

O processo histórico para Calmon é composto de etapas dicotômicas, mas que se complementam em sua essência: a mítica, traduzida em arquétipos, apoiada em Heródoto, nas idéias filosóficas, históricas e intuitivas de Platão; e a concreta, realista, factual, de Tucídides, embasada no pensamento aristotélico, no racionalismo de Descartes e na dialética de Hegel.

Cartesiana, porque as fases culturais se aperfeiçoam e culminam com o Estado nacional; e hegeliana, porque mostram as particularidades culturais em comunhão na totalidade (no absoluto) da consciência histórica.

Na maturidade, os trabalhos de Pedro Calmon se concentram, cada vez mais, na História do Brasil. Prossigamos com a enumeração e alguns comentários sobre as suas principais obras:

- *História da Casa da Torre*, Editora José Olympio, 1940;

- *História Social do Brasil*, também em 1940, da Coleção Brasiliana, editada em três volumes:

– *Espírito da Sociedade Colonial* (Volume I) – Não se trata de uma posição sistemática, analítica, do espírito da sociedade colonial. Percebemos que o relato de Calmon nesse volume é uma obra aberta que possibilita interpretações diferenciadas, de acordo com as vivências e as estruturas, fundamentadas nas “impressões de uma viagem às regiões históricas das Minas Gerais, onde a paisagem colonial conserva as suas tintas seculares”.

Desfilam, então, diversos painéis: Vila Rica – “a paisagem emboaba”, o Aleijadinho e o barroco dos “santuários de escravo e senhor” e a presença da natureza – “o reino da flora”! Ao fim, se o leitor não tiver logrado perceber o “espírito da sociedade colonial”, esse espírito resulta, mas ao mesmo tempo constitui, a sociedade colonial.

– *Espírito da Sociedade Imperial* (Volume II) – Calmon tinha por hábito dirigir-se ao leitor através de uma “explicação”, ou de “palavras prévias”, ao início de cada volume. Assim, no caso do 2º tomo da *História Social do Brasil*, apressou-se ele em afirmar que o livro “não é uma história da civilização brasileira” mas “um novo ensaio destinado a tornar compreensível a sociologia da Pátria”.

– *Época Republicana* (Volume III) – Curiosamente, pois lógico seria o título *Espírito da Sociedade Republicana*.

• *História do Brasil*, em quatro volumes, editados de 1951 a 1956: *As Origens* (1500 a 1600); *A Formação* (1600 a 1700); *A Organização* (1700 a 1800) e *O Império* (1800 a 1889).

• *História do Brasil*, em sete tomos, publicação de 1959 a 1963.

Pedro Calmon não reconhece na aristocracia africana o elemento organizador de uma cultura popular baiana e brasileira. Inclina-se mais pelos mestiços, mulatos e mamelucos como elementos identificadores de um povo novo americano:

“O mestiço é vigoroso e hábil. A cruz não lhe sacrificou nem a energia física do servo nem a inteligência do senhor. Tanto o branco como o negro tinham de aclimar-se; porém, o mulato ou o mameluco eram a planta nativa. O crioulo, nos engenhos, valia mais que o africano; o cariboca, no sertão, resistia melhor que o português ou o tapuio.”¹

Da hibridação surgiram pois, para ele, tipos resistentes ao meio geográfico, que terminariam por imprimir a característica distintiva do povo brasileiro.

A inserção dos mestiços na estrutura social de um Brasil escravista, longe de ser amortecedora de conflitos, era mais tumultuária e violenta. Pedro Calmon carrega todas as suas tintas ao traçar o esboço da pressão dos mulatos pela ascensão social, ou seja, igualar-se ou suplantando os brancos, e ao mesmo tempo a extrema violência desse grupo em relação aos seus parentes negros, em grande parte escravos, comportamento aliás idêntico, segundo ele, ao dos descendentes mamelucos em relação aos seus parentes índios.

Busca na cultura popular alguns traços da competição entre mulatos e brancos:

“No folclore fluminense, ficou esta quadra:

1 CALMON, Pedro. *História do Brasil*, 1º Tomo, p. 162-163).

Se as brancas se vendessem
 Ou por ouro ou por prata,
 Compraria uma delas,
 Para servir à mulata.

D. Josefa Bernardina do Nascimento, mulher do rico proprietário Joaquim Vicente dos Reis, respondera assim:

Como as brancas não se vendem
 Nem por ouro nem por prata,
 Hão de ser sempre senhoras
 Das cachorras das mulatas.”

Calmon resiste à tentação de buscar uma correspondência racial para a identidade nacional, tão próprio ao racismo das décadas de 1930 e 1940. Nem tipo biológico dominante, nem tipo antropológico abrangente, apenas uma vaga definição cultural, de uma morenidade brasileira, muito mais para denominar o que não se é – negro, branco ou índio – do que para identificar realmente a cor e a cara do Brasil.

- *História Diplomática do Brasil*, Editora mineira Paulo Bruhm, 1940.

- *Brasil e América – História de uma Política*, Editora José Olympio, 1943.

Ao considerarmos os autores nacionais elencados por Calmon nos seus principais livros históricos, podemos destacar Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Caio Prado e Nelson Werneck Sodré, e os de sua própria época – Afonso d’Escragnoille Taunay, Alcântara Machado, Gustavo Barroso, Pandiá Calógeras, Rodolfo Garcia, Basílio de Magalhães e João Ribeiro.

Para Calmon, a reconstituição histórica responderia a três objetivos: explicar o psicossocial, a contextura moral da sociedade; ensinar às novas gerações; e assegurar a sobrevivência cultural.

O nosso Patrono afirma, na sua retórica rebuscada:

“De um lado, a concepção entusiástica da humanidade que convive com o mito e o absurdo, no seu mundo ilógico; do outro lado, a restauração das idades extintas, pela honesta pesquisa de seus vestígios – cujos propósitos pedagógicos carregam a responsabilidade cívica da lição e da homenagem, da advertência e da justiça.”²

Essas idéias de Calmon indicam um substrato não só realista, aristotélico e hegeliano, mas também subjetivo e mítico ao considerar o inconsciente social, presente no abstrato, no encoberto, influenciado pelas idéias de Platão, Hegel e Freud.

Calmon estabelece, assim, duas etapas principais na análise do processo histórico. Na primeira, diz: “Florescem os mitos que podem ser considerados supletivos à História.” Caracteriza a segunda ao afirmar: “Começa a haver História quando se torna inteligível o processo de mudança no mundo sucessivo.”

O Professor Dr. Arno Wehling, membro do nosso Instituto, confirma que a definição do processo histórico feita por Calmon é claramente hegeliana, ao fundamentar-se na dialética, e renaniana, em clara alusão ao método cartesiano de René Descartes.

Para o ilustre amigo e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “Pedro Calmon revela-se um seguidor da tradição hermenêutica da historiografia, cujas raízes mais fortes encontram-se no historicismo alemão do século XIX, particularmente na obra de Leopold von Ranke e no culturalismo de Vico e Herder”.³

² *A História do Brasil*.

³ WEHLING, Arno. *A Invenção da História*. Rio de Janeiro: UGF/UFF, 1994, p. 50.

É possível concluir que a ótica de Calmon ao estudar a História do Brasil referencia algumas peculiaridades: a noção de ocupar uma nova terra, de trocar um mundo antigo e ocupado por um novo, pleno de idéias de predestinação, messianismo e vida nova; a noção de construir uma nação, que se esboçaria nas manifestações nativistas do século XVII e se definiria plenamente com a independência; a noção de construir um Estado a partir da independência, condição indispensável para a afirmação nacional; e a valorização das ações militares – a guerra no período colonial, como decisiva para a manutenção da terra, e após a independência, como amálgama da unidade nacional, tendo como ator principal o Exército.

CALMON, O ORADOR

Aqueles que o conheceram como escritor e orador afirmam que lê-lo ou ouvi-lo traduzia o mesmo ensinamento de retórica, fluência e firmeza nos juízos emitidos, solidamente alicerçados nas pesquisas bibliográficas, documentais ou testemunhais.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1931, quando tinha apenas 29 anos, foi também por 29 anos o seu orador (1939 a 1968).

Considerado dentre os maiores do Instituto, representou um tipo de oratória muito característico à época no universo dos nossos parlamentares. Pedro Calmon foi Deputado Estadual na Bahia e Deputado Federal.

CALMON, O PARLAMENTAR

Ocupou cargos de relevância na área pública, vindo a ser Ministro da Educação e Saúde Pública, em 1950, no governo do General Dutra; voltou a ocupar, interinamente, esse posto nos governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek.

Ganhou notoriedade na atividade parlamentar, pelo senso de humor e pela oportunidade com que organizava e proferia frases de efeito. Era mestre em réplicas prontas, instantâneas, sem nada de premeditado.

Certa feita, em Portugal, na inauguração de uma pedra com frase relativa às festas cabralinas, o Ministro Franco Nogueira, ao ler a inscrição, apontou um trecho que não lhe parecia bem: “Acha que está certo, Dr. Calmon?” Calmon reconheceu o erro pequenino, e replicou: “Agora, ministro, o texto é lapidar.”

De outra feita, à porta do toalete, na Academia, um confrade lhe disse com ar apressado: “Eu cheguei primeiro.” E Calmon, afastando-se para lhe dar passagem: “Seu direito é líquido.”

Já no quarto da casa de saúde, ao dar a volta preventiva que afasta as embolias, emitiu uns sons confusos, que levaram o enfermeiro a lhe dizer: “Doutor, o médico proibiu o senhor de falar. Fique calado.” E Calmon, reunindo forças: “Não estou pedindo a palavra, estou pedindo água.”

CALMON, O ADMINISTRADOR

Como administrador, destacou-se na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, também, como Reitor da Univer-

sidade do Brasil durante muitos anos, a partir de 1948.

Inúmeros momentos confirmam a sua flexibilidade e bom humor na condução de conflitos estudantis ou trabalhistas. Certa feita, teria demovido um grupo que pretendia invadir a universidade, lembrando que para fazê-lo implicava em ser aprovado no vestibular.

CALMON, O ACADÊMICO

Pelo seu intenso labor literário, Pedro Calmon ocupou a cadeira nº 16 da Academia Brasileira de Letras, na vaga de Félix Pacheco, tendo sido recebido por Gustavo Barroso, em 10 de outubro de 1936, quando contava apenas 34 anos. Tomou posse na Academia como o mais moço acadêmico até aquela altura, e não sei se a sua faixa etária já foi vencida até hoje. Mas, certamente, quando aconteceu a sua posse na cadeira, patrocinada por Gregório de Mattos, era o mais moço a atingir o pódio da Casa de Machado de Assis.

Cabe registrar que a sua amizade com Gustavo Barroso remontava ao período em que trabalharam no Museu Histórico Nacional, quando apresentavam a mesma ótica sobre o papel relevante do Exército para a sobrevivência da Nação.

Sócio de grande número de Institutos Históricos do país, inclusive do nosso Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicou mais de sessenta livros, deixando três obras para publicação póstuma, entre as quais figuram *História de Minas* e *Memórias de Nogueira da Gama*.

No IHGB, tido como tolerante com os equívocos, era, entretanto, categórico ao discordar de alguma opinião mal fundamentada.

CALMON, O JURISTA

Advogado de formação, Calmon destacou-se também como professor e jurista, tendo escrito um *Curso de Direito Constitucional Brasileiro* e outro de Direito Público.

Entre inúmeras honrarias e condecorações, foi agraciado com a Comenda da Legião de Honra e as Ordens do Mérito do Chile, Equador, República Dominicana e do Líbano. Recebeu também a Palma de Ouro, da Academia de Lisboa, após publicar *Por Brasil e Portugal*.

A interação do nosso Patrono com a intelectualidade portuguesa foi muito intensa, por ter sido Diretor do Instituto de Estudos Luso-Brasileiros Afrânio Peixoto, do Liceu Literário Português.

Pedro Calmon faleceu em 16 de junho de 1985, sendo enterrado no mausoléu da família Caillet e Calmon, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, cidade em que viveu 63 anos.

Na Academia Brasileira de Letras, onde foi velado, depois da missa de corpo presente rezada por Dom Marcos Barbosa, fez a despedida, em nome dos companheiros, o presidente Austregésilo de Athayde. No sepultamento, falou em nome do IHGB seu orador oficial, Professor Haroldo Valadão.

Casado com Dona Hermínia Caillet Calmon de Bittencourt, deixou dois filhos – Pedro e Maurício.



Os Norte-Americanos na Somália

*Sebastião José Ramos de Castro**

Resumo: Com base no livro *Black Hawk Down*, do jornalista Mark Bowden, o autor apresenta uma análise das operações das Forças Especiais do Exército norte-americano na Somália, em 1993, e identifica as razões do seu insucesso.¹

Palavras-chave: Intervenção na Somália, forças especiais, força-tarefa.

O jornalista norte-americano Mark Bowden é o autor de um livro denominado *Black Hawk Down*, que analisa a atuação das Forças Especiais dos Estados Unidos na cidade de Mogadíscio, capital da Somália.

Ele estuda, minuciosamente, uma ação militar realizada no dia 3 de outubro de 1993, a qual tinha por objetivo a prisão de dois lugares-tenentes de um chefe guerrilheiro de nome Mohamed Farrah Aidid, da tribo Habr Gidr.

Como velho soldado, por muitos anos no comando de tropa nos mais diversos escalões da hierarquia, foi com emoção que li o livro em questão e dele extraí muitos ensinamentos para o profissional militar, todos de alto valor, ensinamentos esses váli-

dos para os militares dos mais diferentes postos e graduações.

A Somália é, ainda nos dias atuais, um país muito pobre, que se estende ao longo da ponta mais oriental da África. Sua pobreza foi agravada pelas secas e, em 1988, por uma guerra civil.

País de organização social tribal, com base em vários clãs armados, foi governado ditatorialmente pelo General Sidi Barre até 1991, quando este, derrotado por facções rivais, foge do país. As facções vitoriosas lutam entre si e a Somália transforma-se em um país sem governo, no qual a fome se alastra de maneira espantosa. Entidades humanitárias internacionais enviam alimentos que são confiscados por grupos armados, em especial pelo clã liderado por Mohamed Farrah Aidid.

É nesse ambiente tumultuado que tropas dos EUA intervêm no país, com auto-

* General-de-Exército. Sócio titular do IGHMB.

1 Palestra proferida em 22 de maio de 2001, no auditório do IGHMB, na Casa Histórica de Deodoro.

rização da ONU, em 1992. Seguindo-se à ação humanitária e no sentido de procurar criar um governo estável, os EUA passaram a considerar Aidid como seu principal obstáculo e passam a combatê-lo, empregando tropas de Comandos (*Rangers*) apoiadas por helicópteros de combate.

Os antecedentes dessa luta podem ser sintetizados como a seguir.

A intervenção da ONU na Somália decorreu do clima caótico e do alastramento da fome que ocorreu no país, como resultado das lutas tribais pelo poder.

O Secretário das Nações Unidas era o Embaixador egípcio Boutros Gali, simpaticante, segundo Aidid, da tribo Danrod do ex-ditador Barre. A Missão da ONU na Somália era dirigida pelo Almirante Reformado da Marinha dos EUA Jonathan Howe; as forças militares dos EUA incluíam os Fuzileiros e a 10ª Divisão de Montanha, e havia ainda contingentes franceses, italianos, marroquinos, indianos, sauditas, paquistaneses e malaaios, totalizando 38 mil homens.

Howe tinha servido como conselheiro do Delegado de Segurança Nacional do Presidente George Bush e ajudara na transição para o Presidente Clinton. Era o principal homem de Boutros Gali na Somália e responsável pela condução das operações terrestres. Julgava ser seu dever aprisionar Aidid e julgá-lo como criminoso de guerra. Foi o responsável por conseguir que os *Rangers* fossem enviados para a Somália. A intervenção da ONU conseguiu acabar com a fome reinante, mas não conseguiu êxito em criar um governo de coalizão. A Força Tarefa Unificada da ONU havia con-

seguido que a luta cessasse. Mas, em 4 de maio de 1993, os Fuzileiros se retiraram e a 10ª de Montanha foi designada para constituir parte da Força de Reação Rápida. No dia 5 de junho, 24 soldados paquistaneses foram mortos em uma emboscada por milicianos de Aidid, sendo sua cabeça colocada a prêmio. Seus elementos, em revide, passaram, com tiros de morteiro e de atiradores, a atacar as instalações da ONU e a executar empregados e simpatizantes.

Usando de sua influência e de amizades junto à Casa Branca, Howe procurou obter autorização para o envio da Força Delta para a Somália, mas o General Colin Powell, Presidente da Junta de Chefes de Estado-Maior, manifestou-se contrariamente. Em 17 de junho, com tropas francesas, italianas, marroquinas e paquistanesas, Howe cercou o complexo residencial de Aidid, que conseguiu escapar com facilidade.

No dia 12 de julho, refletindo a frustração da ONU, foi realizado, com o emprego dos *Rangers*, um violento ataque a uma casa onde se reuniam partidários de Aidid, sendo até empregados mísseis TOW e utilizados 17 helicópteros da Força de Reação Rápida, comandada pelo General turco Cewik Bir tendo, como segundo em comando, o Major-General Thomas Montgomery, do Exército dos EUA.

Os adeptos de Aidid anunciaram 73 mortos – entre homens, mulheres e crianças – e centenas de feridos. Howe disse terem morrido apenas 20 pessoas, todos homens. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha acusou 54 mortos e 250 feridos. A discussão sobre esses dados foi esquecida pelo fato de quatro jornalistas ociden-

tais terem sido mortos pelos enraivecidos somalis, quando foram ao local do ataque.

A imagem humanitária da ONU foi profundamente afetada e uma guerra aberta passou a ser feita por Aidid contra os norte-americanos.

Howe continuou pressionando pelo envio da Força Delta. Em 4 de agosto, morreram quatro soldados norte-americanos, vitimados por minas acionadas por controle remoto; duas semanas mais tarde, outros sete ficaram feridos.

Em 23 de agosto, chegou a Força Delta, autorizada pelo Presidente Clinton.

Estava criado o cenário para a luta que vamos analisar.

Sumariamente, a operação enquadrava-se na finalidade de derrotar as forças de Aidid, aprisionando seus líderes e, se possível, o próprio Aidid, confinando-os em uma ilha ao largo da costa da cidade de Kisimayo, na Somália.

Em síntese, o que ocorreu foi a mais longa luta sustentada por tropas norte-americanas desde a guerra do Vietnã. Em 3 de outubro de 1993, cerca de cem soldados de elite dos EUA foram lançados por helicópteros no fervilhante mercado no coração de Mogadíscio. O objetivo era assaltar uma casa, aprisionar dois lugares-tenentes de Aidid e regressar à base. A operação deveria durar cerca de uma hora e foi iniciada na tarde de um domingo. Porém, ocorreu que parte da tropa foi aferada e cercada por somalis, tendo que combater durante uma longa e terrível noite contra milhares deles fortemente armados, até poder ser resgatada por uma coluna de socorro.

A Força Tarefa empregada na operação estava sob o comando geral do Major-General William F. Garrison e era constituída pelos seguintes elementos:

- quatro helicópteros AH-16 (*Pequenos Pássaros*), de dois assentos, helicópteros de assalto de bolha frontal, capazes de voar sobre qualquer lugar, e, pela primeira vez, armados com foguetes;
- quatro helicópteros MH-16 (*Pequenos Pássaros*) com braços de ambos os lados, para lançar a ponta-de-lança da força de assalto, o Esquadrão C da Força Delta, um dos três elementos operacionais da unidade de comando altamente secreta do Exército;
- oito helicópteros alongados H-60 *Black Hawk*, que se seguiriam à força de choque, dois conduzindo assaltantes Delta e seu comandante terrestre, quatro para lançarem os Comandos (Companhia B, 3ª Batalhão do 75º de Infantaria, o Regimento Comando de Fort Benning, Geórgia), um conduzindo uma Equipe Especializada de Busca e Salvamento e um para transportar os dois comandantes da missão, o Tenente-Coronel Tom Matthews, que estava coordenando os pilotos do 160º Regimento de Aviação de Operações Especiais, de Forte Campbell, Kentucky, e o Tenente-Coronel Gary Harrell, responsável pelos homens no solo;
- um comboio terrestre consistindo de nove *Hunvees* de carroceria larga e três caminhões de cinco toneladas, destinado a transportar os prisioneiros.

ros e retornar as forças de assalto para a base. Os *Humvees* estavam transportando Comandos, operadores Delta e quatro membros da Equipe Seis Mat (Mar, Ar, Terra), parte do ramo das Forças Especiais da Marinha; e

- três helicópteros de vigilância e um avião-espião *Orion*.

A Força-Tarefa compunha-se, portanto, de 19 aeronaves, 12 veículos e cerca de 160 homens.

Como, então, uma força constituída por soldados profissionais de elite e dispendo de meios de elevada sofisticação tecnológica se viu empenhada de forma desvantajosa em tão porfiada luta?

Passaremos a apresentar, de forma sumária, o que concorreu para que isso acontecesse.

Inicialmente, cabe destacar que a obstinada, raivosa e feroz resistência oposta aos norte-americanos pelas milícias somalis decorreu, em grande parte, do ódio às forças de Comandos gerado por operações anteriores de que participaram e que feriram o orgulho nacional somali.

Julgamos que o que aconteceu no dia 3 de outubro de 1993 foi resultado de um excesso de confiança por parte do Comando norte-americano, superestimando suas possibilidades e subestimando as do adversário, o que levou aos seguintes erros:

- planejar uma operação para ser iniciada na tarde de um domingo, em plena luz do dia, esperando encerrá-la muito antes do anoitecer e com duração máxima de duas horas, não considerando necessário que a tropa conduzisse equipamentos de visão

noturna, cantis cheios de água, e de ser constituída uma reserva para emprego imediato;

- ter conhecimento pouco preciso das ruas e vias de circulação na cidade, o que tornou dramático o deslocamento do comboio terrestre destinado a salvar forças cercadas e isoladas em uma área da cidade e para atingir locais de queda de helicópteros;

- julgar os helicópteros *Black Hawk* imbatíveis, ou de possibilidade muito reduzida de serem abatidos, desconhecendo que antigos gerrilheiros islâmicos, que haviam combatido tropas da extinta URSS no Afeganistão, haviam instruído os somalis sobre como abatê-los;

- reagir ao emprego da Equipe Especializada de Busca e Salvamento e a certas medidas adotadas pelo cirurgião-chefe das Forças Especiais, por considerá-las desnecessárias e pessimistas;

- deixar de definir com precisão as responsabilidades de chefia e liderança entre os elementos da Força Delta e a Força de Apoio dos Comandos.

Concorreram para o agravamento da situação os seguintes fatores:

- a existência de rivalidades e de desconfianças sobre o grau de treinamento e de capacidade de chefia entre componentes da Força Delta e dos Comandos, e entre tais elementos e as tropas do Exército regular;

- a grande dificuldade enfrentada para organizar uma coluna de socorro às forças cercadas com as tropas que constituíam a chamada Força de Reação Rápida, integrando elementos da 10ª Divisão de Montanha e blindados do Paquistão e da Malá-

sia. Essa dificuldade foi agravada pela necessidade de deslocamento noturno através das ruas de uma cidade, enfrentando forte resistência noturna, e pela natureza do trajeto a percorrer, abrangendo ruas e vielas estreitas e tortuosas que dificultavam o emprego de blindados e os tornavam vulneráveis;

– as grandes dificuldades encontradas para um eficiente trabalho de inteligência com o fim de obter informações confiáveis, particularmente por depender da cooperação de elementos locais;

– a comparação entre a eficiência e a capacidade letal das munições de calibre 5,56 e 7,62, com preferência para essa última, quando o fim visado é eliminar o maior número possível de inimigos; e

– os erros de avaliação política cometidos pela Casa Branca.

São pontos de grande importância que devem ser ressaltados:

– a extraordinária eficiência do apoio de fogo aéreo prestado por helicópteros, em particular os de pequeno porte, armados com metralhadoras calibre 7,62 e foguetes, e que foram responsáveis, em grande parte, por evitar a destruição das forças cercadas;

– a importância e grau de profissionalização dos paramédicos no tratamento de feridos, apoiando diretamente os combatentes;

– o valor do combatente, a crença na causa pela qual combatia, o heroísmo dos pilotos de helicópteros, as demonstrações de companheirismo, solidariedade e, até mesmo, a hesitação de alguns em participar da luta.

Seria uma feliz idéia a tradução e publicação desse livro, cuja leitura é recomendável do simples soldado ao general.

ANEXO

Resumo do Material Empregado

1. PELOS NORTE-AMERICANOS

a. Armamento

(1) Nas torretas dos *Humvees*:

Metralhadoras com lançador de granadas 40mm *Marck-19*

Metralhadora *Browning M2* calibre .50

(2) Com os homens:

Pistola 9mm

MP-5K submetralhadora 9mm (com os pilotos)

Fuzil M-16 calibre 7,62

Lançador de Granadas m-203

LAW (Arma Anticarro Leve)

M-60 metralhadora

CAR-15 Carabina calibre 5,56

SAW (Arma Automática de Esquadra)

b. Aeronaves

Avião-espião *Orion*

Hlcp OH-58 Observação

Hlcp MH-6 *Pequenos Pássaros* (2 Mtr 7,62 laterais e foguetes)

Hlcp M-60 *Black Hawk*

Hlcp AH-6 (armado com canhão)

c. Viaturas

Humvees

Caminhões de 5 toneladas

2. PELOS SOMALIS

Fuzil M-16

Fuzil AK-47

RPG (Granadas de rojão propulsadas, em grande quantidade).

